Do português arcaico ao português brasileiro

outras histórias

Klebson Oliveira
Hirão F. Cunha e Souza
Juliana Soledade
(orgs.)

do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias

Klebson Oliveira
Hirão F. Cunha e Souza
Juliana Soledade
(organizadores)

do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias

Salvador
Edufba/2009

Concepção da capa: Juliana Soledade
Execução e arte final: Fábio Ramon

Revisão: Organizadores

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Do português arcaico ao português brasileiro : outras histórias / Kebson Oliveira, Hirão F. Cunha e Souza, Juliana Soledade (Orgs.). - Salvador : EDUFBA, 2009.
329 p.

ISBN 978-85-232-0602-4

1. Língua portuguesa - Português arcaico - Até 1500 - Coletânea. 2. Língua portuguesa - Brasil - História - Coletânea. I. Oliveira, Klebson. II. Souza, Hirão F. Cunha e. III. Soledade, Juliana.

CDD - 4690981

Editora afiliada à:

EDUFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n Campus de Ondina
40.170-115 Salvador-Bahia-Brasil
Telefax: (71) 3283-6160/6164/6777
edufba@ufba.br www.edufba.ufba.br

Agradecimentos:

• A Flávia Garcia Rosa, tão generosa e gentil, por ter apostado neste Projeto

• A Veronica de Souza Santos, Wagner Carvalho de Argolo Nobre e Pascásia Coelho da Costa Reis, pelo auxílio indispensável no que foi preciso

SUMÁRIO

PREFÁCIO

É com grande satisfação que faço este *Prefácio* da quarta coletânea do PROHPOR (Programa para a história da língua portuguesa), grupo de pesquisa que ainda coordeno.

Intitulada a coletânea de *do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*, esta, diferentemente da primeira e da segunda, respectivamente, *A carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500* e *O português quinhentista: estudos lingüísticos*, que foram resultados de projetos coletivos do PROHPOR, se afina com a terceira, *do português arcaico ao português brasileiro*, porque apresenta trabalhos de projetos de membros do PROHPOR e não projetos coletivos.

Constituída de quinze capítulos, vê-se que os capítulos primeiro e quinto tratam de aspectos do léxico (o primeiro de Rosa Virgínia Mattos e Silva e o quinto de Sônia Bastos Borba Costa); os capítulos quarto, sexto, oitavo e nono, da sintaxe (respectivamente, o de Pascásia Coelho da Costa, o de Maria da Conceição Hélio Silva com Mariana de Oliveira, o de Emília H. P. Monteiro de Souza com Therezinha M. Mello Barreto e o de Regina Lúcia Bittencourt); os capítulos segundo, terceiro e décimo segundo abraçam estudos no âmbito da morfologia (respectivamente, o de Antônia Vieira dos Santos, o de Aurelina Ariadne Domingues Almeida com Juliana Soledade Barbosa Coelho e, por último, o de Lucas Campos); os capítulos sétimo, décimo primeiro, décimo terceiro, décimo quarto e décimo quinto tratam de aspectos da sócio-história, cujos autores são, respectivamente, Klebson Oliveira, Hirão Fernandes Cunha e Souza com Luís Gomes e Ricardo Nascimento Abreu, Alex Batista Lins, Rosa Virgínia Mattos e Silva com Américo Venâncio Lopes Machado Filho e, por último, o de autoria de Tânia Conceição Freire Lobo. O capítulo décimo, redigido pelos punhos de Klebson Oliveira, se circunscreve no âmbito da fonética.

Dos dezenove autores, uns são doutores, outros mestres e outros mestrandos e doutorandos. Pelos títulos dos capítulos, que são longos e não cabem, a meu ver, em um *Prefácio*, uns se centram no português no seu período arcaico e outros no português brasileiro, dos séculos XVIII ao XX.

Alegra-me e até orgulho-me do crescimento do nosso Grupo de Pesquisa e da diversidade da temática dos trabalhos desta coletânea, o que demonstra a maturidade do Grupo, adolescente de dezesseis anos.

Alguns estudos são na linha funcionalista (como o de Sônia Bastos Borba Costa, o de Regina Bittencourt, o de Lucas Campos e o de Maria da Conceição Hélio Silva com Mariana Oliveira); outros descritivistas (como o de Rosa Virgínia Mattos e Silva, o de Antônia Vieira Santos, o de Pascásia Coelho da Costa, o de Aurelina Ariadne Domingues Almeida com Juliana Soledade Barbosa Coelho e o de Klebson Oliveira que se refere à fonética); os que abordam a sócio-história apresentam (o de Klebson Oliveira sobre as tábuas votivas do século XVIII ao XX, o de Hirão Fernandes Cunha, escrito juntamente com Luís Gomes e Ricardo Nascimento Abreu, o de Alex Batista Lins, o de Rosa Virgínia Mattos e Silva com Américo Venâncio Lopes Machado Filho e o de Tânia Conceição Freire Lobo), como não poderia deixar de ser, interpretações qualitativas.

Assim sendo, termino este *Prefácio* e convido os Leitores à leitura dos referidos quinze capítulos, esperando que deles tirem bom proveito.

Rosa Virgínia Mattos e Silva
Professora Titular de Língua Portuguesa/UFBA

O CONCEITO RELATIVO DE NEOLOGISMO E ARCAÍSMO: UM ESTUDO PANCRÔNICO

Rosa Virgínia MATTOS E SILVA
(UFBA/PROHPOR/CNPq)

INTRODUÇÃO

Afinal o que vem a ser o léxico de uma língua? Para Fernão de Oliveira (1536[2000], p. 118), primeiro gramático descritivista da língua portuguesa, será "Dição, vocabolo ou palavra, tudo que dizem a mesma coisa. E podemos assi dar sua definição: palavra é a voz que significa cousa, auto ou modo"

Mais adiante classifica as "dições" como "alheas; comuns; apartadas ou simprezes ou singelas; juntas ou compostas; velhas e novas; dições usadas e dições próprias".

Aqui interessam sobretudo as *dições novas* e *dições velhas*:

> As dições novas são aquelas que novamente ou de todo fingimos ou em parte achamos [...] mas porém se achássemos hũa cousa nova em nossa terra, bem lhe podemos dar nome novo [...]. Achar dições novas [...] é quando para fazer a voz nova que nos é necessária, nos fundamos em hũa cousa como em bombarda [...] o qual vocábolo chamarom assi por amor do som que ele lança [...] e daqui também tiramos estrouto isso mesmo novo, esbombardear (1536[2000], p. 50-51).

Quanto às *dições velhas*,

> são as que já foram usadas, mas agora são esquecidas, como Egas, Sancho, Dinis, nomes próprios e *ruão*, que quis dizer *cidadão* [...]. Pois em tempo del-rei dom Afonso Henriques *capa pelle* era o nome de uma certa vestidura [...]; nossos pais tinham alghumas palavras que já não são agora ouvidas, como *compengar* que quer dizer comer o pão com a outra vianda, e *nemigalha*, segundo se declarou poucos dias hũa velha a este tempo quando isto disse, de cento e dezasseis anos de sua idade (1536[2000], p. 49).

Com essa introdução delineam-se os objetivos deste trabalho: definir o léxico, verificar como são relativos os conceitos de neologismo e de arcaísmo, bem exemplificados nas *dições novas* e *dições velhas* por Fernão de Oliveira na sua *Gramática da linguagem portuguesa*, de 1536, re-editada no final do século XX.

1 O LÉXICO

Em 2007, Isquerdo & Alves (2007, p. 10) referem-se à palavra "como a unidade básica do léxico de uma língua, de maneira mais clássica como unidade lexical". Já Biderman (2001, p. 98) ressalta a notória dificuldade de estudar o léxico de uma língua, o que "se deve ao fato de ser este um sistema aberto, contrariamente aos demais domínios linguísticos".

Enquanto isso, Mário Vilela, em artigo de 1997, diz:

> O léxico é, numa perspectiva cognitivo-representativa, a codificação da realidade extralingüística interiorizada no saber de uma comunidade linguística. Ou numa perspectiva comunicativa é o conjunto de palavras por meio das quais os membros de uma comunidade linguística comunicam entre si (p. 31).

Distingue o autor *vocabulário* e *léxico*. O primeiro "é o conjunto de vocábulos realmente existentes num determinado lugar e num determinado tempo. Tempo e lugar ocupados por uma comunidade linguística" (p. 31). O léxico, entretanto, "é o conjunto das palavras fundamentais das palavras ideais duma língua" (p. 31).

Já Carolina Michaëlis de Vasconcelos, nas suas *Lições de filologia portuguesa*, ministradas em 1911/1912 e 1912/1913, que, embora antigas, mas sempre atuais, diz:

> *Lexicon* designou originariamente, e designa até hoje, o conjunto de palavras, das formas e modismos peculiares de um autor [...]; em sentido lato e moderno designa o conjunto das palavras de uma língua ([1956], p. 261).

Mattoso Câmara Jr., na sua *História e estrutura da língua portuguesa*, de 1975, define o léxico numa perspectiva histórica e centra-se na língua portuguesa: "O léxico do português, entendido como o conjunto de nomes e verbos da língua, é fundamentalmente de origem latina" (p. 191).

Há, como se pode ver, formas ou maneiras diferentes de conceituar o léxico, a depender da visão do autor e do objetivo a que se destinam suas respectivas obras.

Existem várias maneiras de abordar o léxico. Para Michaëlis de Vasconcelos, "léxico, vocabulário e dicionário são hoje usados quási indiferentemente" (p. 261). Mais à frente, afirma a autora que "Lexicologia é a ciência que se ocupa dos

vocábulos que constituem uma língua: das suas origens ou fontes, defere o seu valor ou seus valores, etimologicamente dispostos (p. 263). A autora tem, portanto, como não poderia deixar de ser, uma perspectiva histórica. Tal como Mattoso Câmara Jr., no seu livro antes referido.

Vilela (1997, p. 34) considera o léxico um diassistema:

> as palavras de todos os dias convivem com as palavras dos especialistas, as palavras da língua falada (ou estilo coloquial), com as palavras da língua escrita (ou estilo refletido), as palavras "velhas", ainda de uso corrente, coabitam com arcaísmos e neologismos.

E, mais adiante, destaca: "As variedades sociais compreendem factores como *idade*, o *sexo*, a *proveniência*, a *classe social*, o *nível de instrução*" (p. 36).

Distingue ainda o autor

> os chamados registos, que abrangem classificações como *áulico*, *culto*, *formal* ou *oficial*, *médio*, *coloquial*, *informal*, *popular* e *familiar* [...]; chamamos de *registos* as variedades do código que depende da situação e que se realizam sem acrescentar qualquer coisa ao código, mas representam apenas escolhas entre diversas possibilidades oferecidas pelo próprio código (p. 35).

Embora discorde do termo *código* uma vez que as línguas históricas não são códigos, muito menos o léxico que o próprio autor mostra como pode ser diversificado.

Quanto a Biderman (2001, p. 199):

> O limiar do Século XX viu muitos romanistas debruçarem-se sobre problemas léxicos, mas dentro de um desses três enfoques: 1) etimologia; 2) etnologia e cultura; 3) geografia linguística e dialectologia. Ao fim e ao cabo, porém, a análise teórica e sincrônica das complexas redes de significação, em que se estrutura o léxico de qualquer língua, é ainda incipiente.

Vai considerar a autora que entre modelos propostos "um dos mais profícuos é a teoria dos campos semasiológico e onomomasiológico" (p. 199).

Proposto esse modelo por Kurt Baldinger nos meados dos anos sessenta em que a Onomasiologia compreende todos os significantes de um significado e a Semasiologia, todos os significados possíveis para traduzir um determinado significante, concluiu a autora:

> Assim, a Onomasiologia e a Semasiologia constituem dois tipos de enfoque do fenômeno léxico-semântico, opostos e complementares [...]. O enfoque onomasiológico é típico da Lexicologia. A Lexicografia, porém, opera sobretudo dentro da metodologia semasiológica (p. 199-201).

Uma vez que a autora considera esses dois enfoques como metodológicos, conclui: "Portanto, a Onomasiologia e a Semasiologia constituem uma boa metodologia, para o estudo da forma como se estrutura o léxico de uma língua" (p. 201).

Negri Isquerdo & Alves (2007, p. 10) estabelecem e distinguem as disciplinas que têm por objeto o léxico:

> A lexicologia, que estuda a unidade lexical em seus aspectos formais e significativos, especialmente; a lexicografia, em que as palavras são organizadas em obras didáticas, os dicionários que de diferentes formas registram o acervo lexical de um idioma; a terminologia, em que o objeto de estudo é o termo, ou seja, a palavra de uma área especializada e também os modos de organização dos termos em obras terminográficas.

As autoras acima referidas incluem na lexicologia a "neologia lexical", tanto de caráter teórico como descritivista (neologismo literário, publicitário, jornalístico). Parece-nos que essa disciplina foi estabelecida na França, na segunda metade do século passado, e trata, nada mais nada menos, que dos tradicionais neologismos. Havendo uma "neologia" deveria haver uma "arqueologia" do léxico.

2 **NEOLOGISMOS**

Fernão de Oliveira, em 1536, considera como visto na *Introdução*, "dição nova", quando achássemos uma coisa nova em nossa terra e exemplifica com *bombarda* e o derivado *esbombardear*.

Duarte Nunes de Leão, quem primeiro se ocupou da "história" da língua portuguesa na sua *Ortografia e origem da língua portuguesa*, de 1576, na edição de Maria Leonor Buescu, de 1983, no capítulo XVI, apresenta uma longa lista do que poderiam ser neologismos no final do século XVI. Diz o autor que "os portugueses têm vocábulos que não podemos dar origem e que são seus peculiares de que há grande número" (p. 279).

Essa lista, em ordem alfabética, compõe-se de 806 itens lexicais. Escolhemos alguns para exemplificar: *agarrochar* 'amarrar ou apertar com garrucha, antigo instrumento de tortura'; *arganaz.* 'gênero de roedores de 10 cm, flagelo para a agricultura'; *beleguim* .'empregado inferior da polícia'; *bonifrate* 'boneco de engonço'; *chaça* 'pedaço de couro que o homem usa para apertar as arcas'; *dorna* 'espécie de tina, onde se pisam as uvas'; *embelecar* 'induzir ao erro'; *gomil* 'jarro de boca estreita'; *láparo* 'coelho não adulto'; *mongil* 'monacal'; *nastro* 'fita estreita de linha'; *pojar*. 'abicar, desembarcar'; *rosalgar* 'nome vulgar de óxido de carbono'; *sardão* 'espécie de lagarto de cor esverdeada'; *.sirgueiro* 'cabo com que de terra se puxam as embarcações'; *trovisco* 'trovejar pouco'; *xacoco* 'desenxabido'. Da longa lista, muitos itens não encontramos nos dicionários consultados. Outros ainda estão em uso, pelo menos em nosso universo lexical, por exemplo, *abafar, abalar, ajoujar, algoz, azougue, bailar, balisa, berço, brinco, chouriço, coldre, derramar, despir, destarte, espantar, esparrela., folgar, forja, ilhéu, molho, murcho, pestana, pingar, sarna, sobaco, sobrado, testa, tranca, toutiço, velhaco, vendaval, viola,* etc. Se são vocábulos peculiares aos portugueses, como diz o autor, seriam inovações quinhentistas? os que permaneceram não serão mais vocábulos neológicos, isto é, neologismos. Quanto à observação e intuição de Nunes de Leão os primeiros poderiam ser considerados neologismos no fim do século XVI.

Se admitimos que os "estranjeirismos recentes" da Lição V de Michaëlis de Vasconcelos datada como visto de 1911-12/1913-14, são, naquele momento, neologismos, vejamos como exemplo, os "inglesismos" referidos pela autora:

> Popularizados, empréstimos sancionados pelo aplauso do vulgo são, por exemplo, *bife, rosbife,* [...], *lanche, vagão, buldogue, breque, guiga, queque (cake), pudim, cobre, clube, túnel, júri, jóquei, chulipas (sleepers), crupe, ponche, piquenique, tramira. (tramuray)* (p. 327).

Diz, mais adiante, que "outros inglesismos resistem ainda, p. ex.: *highlife, strike, groom, trust, truck., whist, bridge, dogcart, skating, boyholt*" (p. 328).

Detivemo-nos nos "inglesismos" porque hoje no Brasil são os anglicismos via Estados Unidos que parecem dominar.

Vilela (1997) adverte que não se deve confundir "neologismos" com empréstimos e estrangeirismos. Contudo, ousamos admitir que os vocábulos

listados por Nunes de Leão e Micahëlis de Vasconcelos seriam "palavras novas". Para esse autor, "o neologismo implica algo novo que entra na língua e há neologismos de natureza muito diferenciada" (p. 40).

Exemplifica com o verbo *processar* − "palavra do domínio jurídico [...] mas, por influência do inglês (*to process*) e aplicado à informática, equivale a "fazer processamento (de texto)" (p. 40-41). Neste último caso, seria neologismo ou empréstimo?

Mais adiante, apresenta o autor o termo *inflação*:

> A palavra *inflação* significava inicialmente apenas 'aumento de moeda em circulação' e só depois passou a significar 'efeito de tal fenómeno', ou mesmo 'diminuição do poder de compra'. No entanto, o sentido primitivo de *inflação* vem do latim *inflatio,-onis* (tumefação: medicina), que por influência do inglês (*inflation*, *inflationism, inflationary*) passou a ocupar nacionalmente uma das nossas fontes de preocupação (p. 41).

Mais uma vez o autor cruza neologismo com o empréstimo a uma língua estrangeira.

Diz ainda e, parece-nos, com razão que no

> nosso tempo [...] há termos em que há uma tradução impossível, como em *bit* (*bynary digit*) [...] ou há traduções possíveis, mas empobrecedoras, como em *hardware* (ferramenta), *software* (programa) [...;] a importância deste domínio provocou o aparecimento de novas disciplinas e áreas. Assim, temos, além de *informática, automática, telemática, robótica, monética* (p. 45-46).

Como palavras-chave do nosso tempo, relaciona termos que estão no centro dos nossos textos, que são estrangerismos, sem dúvida, neológicos: *best-seller, jeans, camping, check-up, happening, mass media, motel, playboy, sexy*, entre outros, vindos do inglês norte-americano (p. 47-48).

Biderman (2001) define o *neologismo*: "É uma criação vocabular nova, incorporada à língua. Distinguem-se dois tipos: 1) o neologismo conceptual e 2) o neologismo formal" (p. 203).

Como neologismos conceptuais em português exemplifica com: *dispositivo*, com o significado 'mecanismo disposto para se obter certo fim'; deve traduzir o inglês *device*. *Excedente*, com o significado de 'aluno excedente no exame vestibular'. *Incentivo*, com o significado de 'estímulo fiscal promovido pela política governamental, a fim de fomentar a produção'. *Memória*, com o significado de

'num computador, dispositivo que pode receber e guardar informações e recebê-las de novo, quando executado por um sinal conveniente' (p. 203-204).

Segundo a autora, *neologismo formal*

> constitui uma palavra nova introduzida no idioma. Pode ser um termo vernáculo ou estrangeiro. Por exemplo: *biodiversidade, celular, clique, scanner, escanear, genoma, genômica, homepage, internet, zíper*, etc.

Da *bombarda* de Fernão de Oliveira ao *zíper* de Biderman, as palavras ou dições ou vocábulos novos sempre existiram na língua portuguesa como em qualquer outra, parece que entremeado o neologismo com o estrangeirismo.

3 **ARCAÍSMOS**

Michaëlis de Vasconcelos nas suas *Lições*, tantas vezes referidas, não trata de arcaísmos, nem Câmara Jr. (1976), nem Biderman (2001). Vilela (1997) diz que há

> arcaísmos gráficos (Queiroz, Villela), fonéticos (oiro, toiro) [...,] morfológicos (soides, estaídes), estejaides, sintáticos (isto é um ver se te avias), lexicais (escaleira, ceia, parlatório e parlamento) etc (p. 34).

Dos outros autores consultados, parece-nos que é Fernão de Oliveira quem melhor define as "dições velhas": "as que já foram usadas, mas agora são esquecidas" (p. 45). E exemplifica como se apresentou na *Introdução* deste trabalho.

Já Nunes de Leão (1587[1983]), no Capítulo XVII, que intitula com clareza "De alguns vocábulos antigos portugueses que acham em escrituras e sua interpretação". Se Nunes de Leão não é claro nos neologismos, apenas inferimos, quanto aos "vocábulos antigos" não resta dúvida. Apresenta uma longa lista, 128 vocábuos, do que seria à sua época "vocábulos antigos". Pinçaremos alguns exemplos: *abilhar* 'ataviar'; *abilhamento.* 'atavio'; *adur* 'apenas'; *bafordar* 'jogo de armas, tirando lanças por alto'; *bacinete* 'casco de ferro'; *consum* 'juntamente'; *coudel* 'capitão'; *doma* 'semana'; *ensinança* 'doutrina'; *ensanhar-se* 'irar-se'; *femença* 'vontade'; *gouvir* 'gozar'; *hereu* 'herdeiro'; *increo* 'incrédulo'; *maguer* 'posto que'; *mentar* 'lembrar'; *possança* 'poder'; *sageria* 'sabedoria'; *talante* 'vontade'; *trigança* 'pressa'; *ucha* 'arca' e daí *ucharia* e *uchão*, por despenseiro.

Já outros itens listados podem ser hoje encontrados numa escrita elaborada, tais como: *afã, algures, alhures, finado* (defunto), *nenhures*; *oufano* (presunçoso), *vindita* (vingança) (p. 291-294).

Já em variedades rurais, pelo menos do Brasil, encontram-se vocábulos que parecem ter desaparecido do português culto brasileiro. João Alves Pereira Penha (1971, p. 84-101) destaca os seguintes itens:

> sobrosso − na linguagem familiar, popular e rural do N e NE, também documentado na Bahia e em Minas Gerais
>
> camarinha − 'quarto de dormir', no dialeto caipira de Amadeu Amaral e em uso no N do Brasil.
>
> celamin ~ salamin − 'medida, parte do alqueire', em vários ponto do Brasil.
>
> vegada − 'em lugar de vez' que se encontra em Viterbo e na 10ª edição de Morais Silva, como antigo e popular.
>
> Ardideza − 'ousadia, coragem', que ocorre na *crônica de D. João I* de Fernão Lopes, mas em regiões rurais do Brasil.
>
> maninha − 'estéril, infecunda', para a vaca, próprio à linguagem popular rural.

Suzana Cardoso e Vera Rollemberg, no estudo *A vitalidade de* sarolha *nos falares baianos*, dizem que

> *sarolha* foi documentada nos falares baianos pela primeira vez na Bahia, como fica demonstrado pela carta 22 do *Atlas prévio dos falares baianos*, que registra as respostas à pergunta nº 24 − "terra úmida" (sarolha) (p. 43).

Mais adiante dizem as autoras que

> recolheu-se em Sergipe com a aplicação das perguntas 55, 260, 269 do questionário para os inqéritos finais em Sergipe [...] aplicados em quatro localidades − Santa Luzia, Estância, Itaporanga, Laranjeiras (p. 43).

Continuando o seu artigo dizem:

> As perguntas que levaram à documentação de *sarolha* aqui mencionada referem-se a 'terra umedecida pela chuva' (perg. 56), 'farofa úmida' (perg. 260) e 'tipos de beiju' (principalmente redondinho molhado com coco) (p. 44).

Os léxicos disponíveis e consultados não resgistram o uso de *sarolha*. Documentam: "cerolha e zarolha, 'roupa mal enxuta', como provincionismo minhoto, à exceção de Morais que não situa a área" (p. 48).

Concluem as autoras que

> Em toda essa área dos falares baianos, *sarolha* se apresenta, parece-nos que fora de dúvida, com o mesmo valor semântico com que ocorre no seguinte passado *Livro de Montaria de D. João I:* [...] *E por que o começamos a ensinar, sabede que a terra do barro, ou lama que seia çarolha, que nom seria solta estas terras fazem parecer os rastros grandes* (p. 48).

Os exemplos acima mencionados indicam que nos dialetos rurais e populares brasileiros muitos arcaísmos, certamente, existirão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscamos mostrar que o léxico de qualquer língua histórica pode ser definido de várias formas e também que as Ciências do Léxico, a depender dos autores, classificam-se de maneiras várias.

O mais siginificativo, contudo, é o fato de "dição nova" de Fernão de Oliveira − *bombarda* − ser hoje um arcaísmo, uma vez que o objeto/coisa a que se refere se tornou arcaico e inútil diante das modernas armas bélicas.

Quanto aos arcaísmos, ao que suponhamos, menos estudados que os neologismos, ao parecerem extintos, reaparecem pelo menos em variedades rurais brasileiras. Se *sarolha* era usada nos séculos XIV e XV, no *Livro de montaria de D. João I*, reaparece em variedades dialetais como as dos falares baianos.

Assim sendo, neologismos e arcaísmos são conceitos relativos em relação ao tempo histórico das línguas e em relação aos seus referentes externos − as coisas/objetos.

Desaparecendo e reaparecendo, as palavras continuam suas histórias, a depender da história dos falantes das línguas.

REFERÊNCIAS

BIDERMAN, Maria Tereza (2001). *Teoria lingüística: leitura e crítica*. São Paulo: Martins Fontes.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1975). *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.

CARDOSO, Suzana; ROLLEMBERG, Vera (1994). A vitalidade de sarolha nos falares baianos. In: FERREIRA, Carlota *et al*. *Diversidade do português do Brasil: estudos de dialectologia rural e outros*. 2. ed. revista. Salvador: CED/UFBA.

ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda (2007). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. v. III. Campo Grande: Editora UFMS.

LEÃO, Duarte Nunes de (1576[1983]). *Ortografia e origem da língua portuguesa. Introdução, notas e leitura de M. L. Buescu*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

OLIVEIRA, Fernão de (1536[2000]). *Gramática da linguagem portuguesa. Edição crítica, semidiplomática e anastática de Amadeu Torres e Carlos Assunção*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

PENHA, João Alves Pereira (1971). *Traços arcaicos do português popular brasileiro*. São Paulo: Editora Iguatemi.

VASCONCELOS, Carolina M. (1911/1912/1913[1956]). Lições de filologia portuguesa. *Revista de Portugal*, Lisboa.

VILELA, Mário (1957). O léxico do português: perspectivação geral. *Filologia e língua portuguesa,* 1: 31-50. São Paulo: FFCH/USP.

BREVE DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO SINTAGMÁTICA NOMINAL NO PORTUGUÊS ARCAICO

Antônia Vieira dos SANTOS
(PPGLL/UFBA/PROHPOR)

INTRODUÇÃO

Este artigo se inscreve em um projeto de doutoramento sobre os compostos sintagmáticos no português arcaico. A inserção dos compostos sintagmáticos no âmbito da composição, em especial os de estrutura NA, AN e NprepN, constitui um tema bastante controverso, em conseqüência, principalmente, do limite tênue entre compostos com essa configuração e construções da sintaxe (SCALISE, 1994 e BOOIJ, 2005, por exemplo). Não obstante, objetivamos, com este trabalho, apresentar evidências da presença de compostos sintagmáticos com as estruturas VN, NN, NA, AN e NprepN em textos do português arcaico, sejam eles resultantes de um procedimento regular de formação de palavras ou de um processo de lexicalização.

No desenvolvimento do nosso trabalho de investigação sobre os compostos na língua portuguesa arcaica, optamos por buscar inicialmente em latim indícios da composição herdada pelo português, pois, conforme aponta Mattoso Câmara Jr. (1979, p. 211), a derivação e a composição, mecanismos produtivos de formação e ampliação do léxico português, constituem uma herança da língua latina. Contudo, é habitualmente destacado pelos autores que tratam a composição em latim o seu emprego escasso nessa língua, limitado a alguns tipos tradicionais, não sendo, conseqüentemente, produtivo, apesar de se tratar de um procedimento existente no indo-europeu (MEILLET; VENDRYES, 1953 [1924], p. 420). Faz-se necessário, no entanto, descrever o tipo de composto a que se referem os autores.

Os compostos latinos, que geralmente recebem o epíteto "propriamente ditos", caracterizam-se pela ausência de desinências no primeiro termo e pela presença de uma vogal de ligação, delimitadora da fronteira entre os radicais. Na palavra latina *agricola*, por exemplo, distinguem-se dois radicais: *agr-* e *col-*, uma vogal de ligação (*-i-*), além de um sufixo composicional (*-a*). É a esse tipo de

composto que se referem alguns autores quando destacam o emprego escasso da composição em latim[1]. Frise-se, ainda, que no estrato mais antigo de compostos latinos, as composições adjetivas, também chamadas de possessivas ou exocêntricas, eram mais freqüentes que as composições nominais (BADER, 1962).

Ao lado dessas estruturas compostas, encontram-se os justapostos, resultantes da «soldadura más o menos estrecha de dos términos unidos por una relación sintáctica y que conservan sus formas, si no su sentido» (VÄÄNÄNEN, 1967, p. 154). Em outras palavras, os justapostos são grupos sintáticos sentidos como uma unidade semântica (*res publica*, *senatus consultum*, *aquae ductus*, *fidei commissum*, *olus atrum* etc.), mas que conservam a natureza flexiva de seus elementos, havendo a concordância do nome com o seu modificador (*juris jurandi*, em contraste com *juri-dicus*, *patres-familiarum*, em contraste com *patri-cida*, *rei publicae* etc.) (LINDSAY, 1937 [1915], p. 192).

A distinção entre compostos e justapostos pode ser observada também na consideração que Huber (1986[1933], p. 276, §436) tece sobre a composição na língua portuguesa arcaica: «[o] português antigo faz pouco uso da composição. Na maior parte dos casos trata-se de meras justaposições». Exemplifica as justaposições com *dona-virgo* 'virgem', *ricomen* 'rico-homem', *boandança*, *mal-andante* etc. Acredita tratar-se de outro tipo composições como *filho d'algo* e *dona d'algo*, em que intervém uma preposição.

Portanto, parece-nos que a idéia de composto desenvolvida por muitos autores é muito estrita, radicada no próprio sentido etimológico da palavra "composto", do latim *compositum*, particípio de *compōnō* 'pôr juntamente; juntar; reunir', de maneira que as justaposições, embora caracterizadas pela aposição dos constituintes, não transmitem, pelo menos formalmente, a idéia de um verdadeiro composto.

[1] De uso restrito, os compostos latinos representavam um recurso expressivo da linguagem principalmente literária, servindo, nesse caso, a fins puramente estilísticos. A composição latina se desenvolveu juntamente com a criação e o estabelecimento de uma tradição literária própria, que se deu a partir da imitação dos modelos gregos. Os compostos gregos, empregados de forma ativa e abundante, principalmente na poesia, representavam um grande desafio para os tradutores latinos, tendo em vista que a língua alvo era alheia à composição. A tentativa de traduzir compostos gregos em latim foi mais comum no âmbito dos poetas arcaicos, fato que recebeu a crítica de Quintiliano. Os latinos, por não disporem dessa facilidade, em muitos casos traduziram os compostos gregos por palavras simples ou por perífrases.

No caso da língua portuguesa atual, sabe-se que lexemas como *beija-flor*, *pai de família*, *madrepérola*, *aguardente*, *pernalta*, *viandante* etc. são arrolados como compostos (por justaposição ou por aglutinação) em algumas gramáticas tradicionais (aqui utilizamos a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Lindley Cintra, como referência). Por outro lado, palavras como *arborícola*, *vermífugo*, *carnívoro*, *taquicardia*, *morfologia* etc., caracterizadas pela presença de radicais latinos e/ou gregos, são incluídas na categoria de "compostos eruditos", mas essa categoria é apresentada quase que à parte dos outros tipos de compostos. Observe-se que esse tipo de composição está de acordo com os moldes da composição latina, no sentido em que esta se opõe à justaposição.

É preciso deixar claro, portanto, que tipo de estrutura constitui, de fato, um composto na língua portuguesa. À partida, a respeito dos aglutinados, concordamos com Mattoso Câmara Jr. (1998 [1971], p. 39) quando ele lhes atribui, na perspectiva sincrônica, o estatuto de palavra simples, e os faz equivaler à "perda de uma justaposição na história da língua". Obviamente, o fato de adquirirem comportamentos flexionais de palavra simples não implica que a sua estrutura interna não seja mais reconhecida como outrora lexicalmente complexa[2]. Há vocábulos que não atingem (ou que ainda não atingiram) um grau máximo de coalescência morfofonológica. Por exemplo, ao nos depararmos com o lexema *pernalta*, é despertado no nosso espírito o fato de que se trata de uma estrutura composta de *perna* e *alta*. Não constitui um composto morfológico, pois não apresenta a sua marca formal, ou seja, a vogal *-i-* (ou *-o-*) ligando os dois radicais.

Villalva (2003) reconhece dois tipos de compostos: os morfológicos e os morfossintáticos. No âmbito dos compostos morfológicos, que se caracterizam pela concatenação de dois radicais, intermediada por uma vogal de ligação, é possível incluir os chamados "compostos eruditos". Os compostos morfossintáticos, apesar de envolverem a presença de dois ou mais lexemas autônomos, não abrangem, na perspectiva de Villalva, expressões nominais com

[2] Aliás, talvez as gramáticas tradicionais (prescritivas, não históricas) não arrolassem exemplos de aglutinados se não fosse ainda possível identificar algum dos constituintes ou todos eles.

as estruturas NA, AN e NprepN, como *amor-perfeito*, *curto-circuito* e *pés de galinha*, denominadas pela autora de "expressões sintáticas lexicalizadas".

A marginalização dessas estruturas não condiz com a realidade da composição na língua portuguesa. Apesar da desconfortável homonímia com grupos sintáticos (e, ainda, com as chamadas "colocações") que obscurece as fronteiras entre essas estruturas, é possível observar, na diacronia e na sincronia, o funcionamento de várias expressões com
essas configurações como uma unidade lexical[3]. O argumento levantado por Villalva de que o funcionamento de expressões com essas estruturas estaria condicionado a uma leitura figurada não impede, contudo, a sua produtividade na língua. Por outro lado, a composicionalidade semântica deve ser concebida como uma realidade escalar (RIBEIRO, 2006, p. 11), de modo que posições extremas em relação aos compostos – ou são transparentes ou são opacos – tendem a não contribuir para o entendimento desse mecanismo de formação de palavras.

Admitimos, portanto, tal como Villalva, a existência de duas categorias de compostos: a dos compostos morfológicos e a dos compostos morfossintáticos ou sintagmáticos. Ambas as categorias são paralelas às existentes em latim, conhecidas sob as designações de "compostos" e "justapostos". Contudo, no caso dos compostos morfossintáticos, consideramos também as estruturas NA, AN e NprepN, além de VN e NN. A inclusão dessas estruturas exige uma relativização no conceito de composto, que passa a ser interpretado em termos de um gradualismo sintático e semântico, que corresponde a níveis de fixação ou cristalização e de idiomaticidade, fenômenos escalares, tal como ocorre com as unidades fraseológicas. Nesse sentido, os compostos morfossintáticos ou

[3] Nesse ponto, é necessário lembrar que o hífen não pode ser tomado como marca formal da composição. Trata-se de uma convenção da escrita que, aplicada aos compostos, constitui uma tentativa de traçar os seus limites, individualizando-os. No entanto, o seu uso nesse meio se dá muitas vezes de forma assistemática. Como Herman Paul (1970 [1920], p. 350) já havia percebido, o hífen reflete uma tentativa de marcar, através da escrita, a chegada de uma estrutura sintática ao estágio de um composto, constatação nem sempre fácil devido ao caráter gradual desse processo. Sob essa perspectiva, não há diferença entre *chapéu-de-sol* e *pai de família*, por exemplo. O emprego do hífen no interior das formas compostas não se desenvolve antes do século XIX, quando, com o movimento dos "sônicos", intenta-se retratar fonograficamente a língua falada (MARQUILHAS, 1987, p. 113). Os compostos que aparecem grafados com hífen no *corpus* (e no texto) resultam de critérios de transcrição adotados pelos autores das respectivas edições.

sintagmáticos são redefinidos como estruturas plurilexicais que se caracterizam pela justaposição de duas ou mais palavras autônomas, por vezes intermediadas por uma preposição, aportando diferentes níveis de composicionalidade (RIO-TORTO, 2006, p. 9)[4].

2 **A ESCOLHA DO *CORPUS***

O *corpus* se estende do século XIII até meados do século XVI. Os textos selecionados – *Cantigas de Santa Maria* (*CSM*), *Cancioneiro da Ajuda* (*CA*)[5], *Testamento de Afonso II* (*TAS* e *TAS'*)[6], *Foro Real* (*FR*) (Séc. XIII); *Cantigas de Escarnho e de Mal Dizer* (*CEMD*)[7], *Primeyra Partida* (*PP*), *Vida de Santo Aleixo*[8] (*VSA36*) (Séc. XIV); *Crónica Geral de Espanha de 1344*[9] (*CGE*), *Crónica de Dom Pedro* (*CDP*)[10], *Leal Conselheiro* (*LC*), *Tratado de Tordesilhas* (*TT*), *Vida de Santo Aleixo* (*VSA266*) (Séc. XV); *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*[11] (*GR*), *Vida e Feitos de D. João* (*VFDJ*), *Trasladação do Corpo d'El-Rey D. João o Segundo* (*TCDJ*), *Livro de José de Arimatéia* (*LJA*) e *Carta de Caminha* (*CC*) (Séc. XVI) – pretendem ser representativos, tanto do ponto de vista das sincronias que se pretende estudar, quanto do ponto de vista da sua natureza tipológica. Além disso, demos preferência a edições (impressas) consideradas adequadas para um estudo de cunho lingüístico.

3 **A EXTRAÇÃO DOS DADOS**

A recolha de dados se deu por meio da leitura atenta e integral dos textos selecionados como *corpus*. As formas lingüísticas compatíveis com as chamadas palavras compostas foram extraídas, em um primeiro momento, sem a

---

[4] Página referente à versão *online*.
[5] O códice remanescente se situa provavelmente nos fins do séc. XIII.
[6] Trata-se de dois exemplares subsistentes do Testamento do terceiro rei de Portugal, Afonso II. *TAS* é a cópia de Lisboa e *TAS'* a de Toledo.
[7] Composições situadas entre fins do séc. XIII e meados do XIV.
[8] Trata-se de dois códices em português: Cód. 36 e Cód. 266. O primeiro é estimado ser de 1375, aproximadamente; o segundo envolve dois estados, pois teria sido composto por dois escribas: o primeiro estado por volta de 1400 e o segundo anterior a 1435 (segundo ALLEN JR., 1953).
[9] Selecionamos para este estudo apenas o volume III da edição preparada por Lindley Cintra (1984).
[10] Na segunda edição, revista, da *Crónica de D. Pedro* (2007), aponta-se que os principais manuscritos que servem de base à edição podem remontar aos primeiros anos do séc. XVI ou ao final do século XV.
[11] Selecionamos para este estudo apenas o volume III da edição preparada por Aida F. Dias (1993).

preocupação imediata de submetê-las a "testes" que confirmassem ou não o seu caráter de composto. Para o reconhecimento de um composto, recorremos, em muitos casos, a distintos glossários apensos às edições de textos medievais, ao *Elucidário*, de Viterbo, e, ainda, a alguns dicionários, etimológicos e da época moderna. Nesse processo, percebemos a inexistência da prática, principalmente nos glossários consultados, de incluir unidades maiores do que a palavra como lema ou sublema, o que dificultou a nossa pesquisa. Em alguns casos, tivemos de elaborar uma definição do composto a partir do(s) contexto(s) de ocorrência.

4 **ORGANIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS**

Os dados do *corpus* foram organizados de acordo com a estrutura sintática/sintagmática envolvida: VN, NN, NA/AN, NprepN. Do ponto de vista configuracional, essa seqüência representa, na perspectiva da existência de um *continuum*, estruturas que partem da mais opaca para a menos opaca. No âmbito de cada tipo composicional, traçamos um *continuum* semântico, que também parte do mais opaco para o menos opaco, sendo que seqüências composicionais exocêntricas em que intervêm mecanismos tropológicos, como a metáfora e a metonímia, tendem a ser mais opacas sintática e semanticamente.

5 **APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

5.1 **COMPOSTOS VERBO-NOME (VN)**

Os compostos VN estão escassamente representados nos textos do *corpus*: *guarda-cós* (*CEMD*), *fura buchos* (*CC*), *guarda-poo* (*TCDJ*), *guarda-roupa* (*GR*, *VFDJ*) e *passatempo* (*VFDJ*). Desses compostos, *guarda-cós* e *guarda-roupa* parecem ter proveniência francesa: *garde-corps* (VITERBO, *s.v.* garda-cós), *guarderobbe* (LIÃO, 1784, p. 76). Quanto a *guarda-cós*, Nobiling (1907, p. 64) refere que essa forma pode corresponder ao provençal *guarda-cors*.

Trata-se de compostos em geral transparentes sintaticamente, embora a previsibilidade da ordem sintática V-Objeto Direto, característica dessas formas, não se manifeste em todos os casos, como em *guarda-poo*, que apresenta a ordem

V-(Complemento Direto)-Complemento Oblíquo. Como se pode observar, o verbo *guardar* está presente em três das cinco construções registradas.

O composto *guarda-roupa*, que fornece várias ocorrências (registrou-se para os outros compostos apenas uma ocorrência), apresenta, no texto da *Vida e feitos de D. João*, usos como agentivo (ofício) e como locativo (local onde se acondicionam as roupas), listados respectivamente a seguir:

> «Has quaes cartas o conde de Farão a que elle na estruçam mandou que todos obedecessem e co*m*prissem seus mandados até tornare*m* a Portugal, deu a Antam de Faria camareiro e **guarda-roupa** do principe q*ue* ao tal te*m*po lá era a visitar el-rey» (*VFDJ* 630)[12]

> «E ao outro dia sabado ma*n*dou el-rey chamar o duq*ue* a Palmella, o qual dize*m* q*ue* veyo com muito pejo; e em se cerra*n*do a noyte el-rey o chamou a sua **guarda-roupa**, q*ue* era nas casas q*ue* fora*m* de Nuno da Cunha em q*ue* enta*m* el-rey pousava, onde o duq*ue* entrou soo se*m* algũa pessoa entrar co*m* elle» (*VFDJ* 2578)

No vol. III do *Cancioneiro Geral*, *guarda-roupa* apresenta uso como locativo:

> «Ũus vejo casas fazer / e falar por antresoilos / que creio que têm mais doilos / do qu' eu tenho de comer. / Outros **guarda-roupa**, quartos / tambem vejo nomear / que ja deviam d'estar / d'isso fartos» (*GR* 51.2)

> «Eu sam caçador de galgos / e tenho feiçam de choupa, / nom folgo na **guarda-roupa** / nem deixo laa ir fidalgos» (*GR* 270.25)

O composto *guarda-roupa* também aparece integrado numa estrutura sintagmática estendida, de maneira que poderia ser considerado composto toda ela (a par de compostos NprepN como *moço d'estribeira* e *moço da camara*, por exemplo):

> «Antam de Figueredo **moço da guarda-roupa** a*n*dava muyto honrradamente e trazia grande casa nam tendo mais q*ue* mil e quinhentos reaes de moradia» (*VFDJ* 8527)

[12] Indicada a linha da edição selecionada. O mesmo vale para o texto *TCDJ*.

É possível perceber que nos usos como locativo a forma *guarda-roupa* é quase sempre marcada no feminino pela presença de um atualizador, concordando (aparentemente) com o gênero do constituinte nominal[13].

Além de a estrutura VN indicar nomes agentivos e locativos, ela também fornece nomes referentes a instrumentos e objetos, como parece tratar-se *guarda-cós* e *guarda-poo*, a animais, como é o caso de *fura buchos*, que designa uma espécie de ave, e a noções abstratas, como *passatempo*.

5.2 **COMPOSTOS NN**

Também podem ser considerados escassos os registros de compostos com essa estrutura: *conde-prior* (*TCDJ*), *foucelegon*[14] (*CEMD*), *guarda-porteiro* (*GR*), *ifant-abade* (*CSM*), *Madre-donzela* (*CSM*), *maestre scola* (*PP*), *meestre salla* (*TT*), *mestre-salas*, *mestres-salas* (*VFDJ*), *pedra marmor* (*CGE*; *CDP*), *pedras marmores* (*CSM*).

Ao composto *maestre scola* é atribuída origem francesa: *maistre escole* (MACHADO, *s.v.* mestre)[15]. Como se trata de compostos homocategoriais, isto é, que envolvem categorias idênticas, é possível a ocorrência de estruturas coordenadas e estruturas não-coordenadas. São coordenadas as estruturas *conde-prior*, *foucelegon*, *guarda-porteiro*, *ifant-abade* e *Madre-donzela*. As outras estruturas, no caso modificativas, implicitam a presença da preposição *de*: *maestre* (de) *scola*, *meestre* (de) *salla*, *pedra* (de) *mármor*[16]. Como se pode notar, esses compostos denotam, com exceção de *pedra marmor* e *foucelegon*, entidades humanas:

---

[13] Veja-se a observação de Jerônimo Soares Barbosa (1881 [1822], p. 87): «São do genero masculino todos os nomes substantivos que significam macho (...), e ainda aquelles que sendo femininos, quando significam coisas ou acções, passam a designar varios officios proprios do homem, como o atalaya, o cabeça, o guarda, o **guarda-roupa**, o guia, o lingua, o trombeta, etc» (o destaque é nosso). De fato, as ocorrências no nosso *corpus* referentes ao ofício ou à própria pessoa que desempenha o ofício de guarda-roupa resistem à marcação com o feminino.

[14] Lapa, na sua edição das *Cantigas de Escarnho e de Mal Dizer*, à p. 194, aceita a informação, partida de um folclorista galego, de que se trata do grilo ceboleiro, inseto destruidor de plantações. Morfologicamente, é constituído por dois nomes, *fouce* e *legon*, que designam utensílios empregados na atividade agrícola (*foice* e *enxada*, respectivamente): Trata-se, portanto, de um emprego metafórico, evocando as ações prejudiciais praticadas pelo referido inseto.

[15] O texto da *Primeyra Partida* registra ainda as formas *maestre scolar* e *meestre scolar*, em que a morfologia do adjetivo denominal indica uma correspondência com o sintagma 'de escola', estando, também nesse caso, implícita a preposição *de*, mas explícita a função do determinante.

[16] *Pedra marmor* também poderia receber uma interpretação apositiva, isto é, sem a existência, na sua estrutura de base, de uma relação de complementação. Isso torna-se possível quando interpretamos "mármore" (determinante) como um objeto/substância pertencente à classe "pedra"

> «Mas aquel **ifant-abade** | fez-lo de fora chamar, / e pois que sayu a ele, | mandó-o ben recadar, / e assi o fez per força | do cimite[i]ro tirar» (*CSM* 164.21)[17]

> «Mais os out*ro*s p*re*lados q*ue* <nõ> som feytos per sliçõ de sse*us* cabidoos nõ podẽ scomũgar, assi como arçiadiagoo ou arçip*re*ste ou chãtre ou **maestre scola** ou thesoureyro» (*PP* XII.259)[18]

> «por maior firmeza iuramos a Deuz e a Sancta Marja e aas palauras dos Sanctos Euangelhos honde quer que mais largamente sam scriptos e ao sinal da + ẽ que corporalmente posemos nossa maão direita em presença de Fernam Duque d' Estrada, **meestre salla** do muy illustri princepe dom Joham, nosso mujto amado e prezado sobrinho» (*TT* 7v.28)[19]

> «e o **conde-prior** mordomo-mor hia diante do sancto corpo q*ue* assi veo se*m*pre co*m* elle desd' a cidade de Silves té o dito moesteiro» (*TCDJ* 73)

> «S'a feiçam me nam engana, / sois em cabo gracioso / e agora quam pomposo / andareis com vossa cana, / diante das iguarias, / com guarda, **guarda-porteiro**, / com o rol das moradias / ja agora neste Janeiro» (*GR* 275.22)[20]

> «E dia*n*te dela muitas tro*m*betas, e atabales, charamelas, e sacabuxas, muitos porteiros d*e* maça, e reys d'armas d'*e*l-rey e da raynha de Castella vestidos de ricas sedas e be*m* encavalgados, e / seus **mestre-salas**, veador, e mordomo-mor ricame*n*te vestidos» (*VFDJ* 5457)

O estabelecimento de um padrão flexional de plural para *mestre-sala* não é tão simples, devido a alguns contextos de interpretação imprecisa. No caso a seguir, apesar de ser antecedido por *muitos* numa série enumerativa, com todos os seus elementos no plural, *mestre-salas* é imediatamente seguido por *veador*, no singular:

> «E diante do principe muytas trombetas, ata*m*bores, charamelas, e sacabuxas, e outros muitos estorme*n*tos, e muitos porteiros da maça, reys d'armas, porteiros-mores, **mestre-salas**, veador, e o mordomo-mor com todallas cerimonias reaes» (*VFDJ* 65)

(determinado) (N1ClasseN2Substância). Seria, nesse caso, uma aposição de natureza sintática, correspondendo à estrutura atributiva: *o mármore é uma pedra*.

[17] São indicados o número da cantiga e a linha conforme a edição selecionada. O mesmo vale para *CEMD*.

[18] São indicados o número do capítulo e a linha. O mesmo vale para *CDP*.

[19] São indicados o número do fólio e a linha do fólio (e não a linha da página). O mesmo vale para *CC*.

[20] São indicados o número da página e a linha. O mesmo vale para CGE.

Neste outro, *seus*, no plural, pode estar desempenhando um papel resumitivo da série que se segue:

> «E dia*n*te dela muitas tro*m*betas, e atabales, charamelas, e sacabuxas, muitos porteiros d*e* maça, e reys d'armas d'*e*l-rey e da raynha de Castella vestidos de ricas sedas e be*m* encavalgados, e seus **mestre-salas**, veador, e mordomo-mor ricame*n*te vestidos» (*VFDJ* 5457)

Por outro lado, a variação de número em ambos os constituintes nominais apresenta-se de forma muito clara no seguinte contexto:

> «E na sala da madeira nestes dous ba*n*quetes, e assi nos outros dias dos momos qualq*ue*r homem que ahi vinha rebuçado co*m* touca era logo pollos **mestres-salas** e porteiros-mores muy be*m* agasalhado onde bem via tudo» (*VFDJ* 5638)

Além disso, não fica claro se a marca de plural presente no nome especificador (*salas*) constitui um traço lexicalizado, isto é, se essa forma é empregada invariavelmente para o plural e para o singular (*mestre-salas*, sg./*mestre*(*s*)-*salas*, pl.).

> «E a todos seus oficiaes-mores, mordomo-moor, veadores da Fazenda, guarda-mor, camareiro-moor, porteiro-moor, veador e **mestre-salas**, fez muyto grandes merces e a todos os outros vestidos de ricas sedas e brocados e outras merces» (*VFDJ* 5103)

No *Tratado de Tordesilhas* (1494), contudo, registra-se *meestre salla*, referido a um indivíduo singular, designado por um nome próprio. No entanto, esse fato não anula a hipótese da existência de uma outra forma para o singular, mas, nesse caso, com o traço de plural[21]:

> «e por maior firmeza iuramos a Deuz e a Sancta Marja e aas palauras dos Sanctos Euangelhos honde quer que mais largamente sam scriptos e ao sinal da + ẽ que corporalmente posemos nossa maão direita em presença de Fernam Duque d´ Estrada, **meestre salla** do muy illustri princepe dom Joham, nosso mujto amado e prezado sobrinho» (*TT* Fol. 7v.30)

[21] O dicionário Aurélio registra como lema *mestre-sala*.

Além de *mestres-salas*, a forma *pedras marmores* evidencia a dupla pluralização, o que significa que compostos desse tipo não constituem estruturas totalmente opacas do ponto de vista da sua morfologia interna. A marca de plural incide não apenas sobre o núcleo, mas também sobre o seu especificador:

> «Como Santa Maria fez parecer a sa omage d'ontre hũas **pedras marmores** que asserravan en Costantinopla» (*CSM* 342.1)

Esse comportamento flexional – de duplo plural – revela a tendência, nesse tipo de composto, de fazer equivaler a estrutura NN à estrutura NA (MATTOSO CÂMARA JR., 1979, p. 213), ocorrendo uma espécie de "sintagmatização" do composto. Em suma, tem-se que a estrutura NN, com configuração interna apositiva ou de NprepN, tende a se equiparar, do ponto de vista da flexão de número, a uma estrutura NA, em que, como na sintaxe, o adjetivo varia a sua flexão de acordo com o substantivo.

5.3 **COMPOSTOS NA E AN**

Diferentemente dos compostos com a estrutura NN e VN, os compostos NA constituem, ao lado de compostos NprepN, o tipo de formação mais freqüente no nosso *corpus*, do qual apontaremos apenas alguns registros: *agoa benta* (*CSM*, *PP*, *CDP*, *LJA*, *VFDJ*), *agoa doce* (*CC*, *VFDJ*), *agua rosada* 'água de rosas, solução alcóolica de essência de rosas, muito diluída em água' (*CSM*, *GR*), *armas brancas* (*CGE*), *braço deestro* (*CGE*), *capitão-mor* (*CC*), *cirio pascoal* (*CSM*, *LC*), *mal frances* 'sífilis' (*GR*), *mar oceano*[22] (*TT*, *VFDJ*), *monges brancos* 'monges da ordem de Cister' (*CSM*, *CGE*), *notairo publico* (*TT*), *olho mao* (*CEMD*), *panos menores* 'roupa interior' (*PP*, *CGE*), *pedras preciosas* (*PP*, *CGE*, *LJA*), *pollo artico* (*TT*), *porco montes* 'javali' (*FR*, *CC*), *sol-posto* (*CC*, *VFDJ*) etc.

Os compostos AN, por sua vez, encontram-se escassamente representados: *baixamar* (*CC*), *Estrema Hunçom* (*LC*), *falsso testemunho* (*PP*, *LC*), *livre alvidro* (*LC*), *maas molheres* (*PP*), *mea idade* (*CDP*), *meio dia* (*CSM*, *CDP*, *LC*, *CGE*, *LJA*, *GR*, *CC*),

---

[22] Nessa construção, originada do latim *mare Oceanum* 'Oceano Atlântico', *oceano* é empregado como adjetivo (cf. TORRINHA, 1945, *s.v.* oceanus).

meia noite (*CSM*, *CDP*, *LC*, *CGE*, *LJA*), *rico homẽ* (*TAS*, *CSM*, *FR*, *PP*, *CDP*, *CGE*, *LJA*), *vãa gloria* (*PP*, *LC*) etc. Desses, alguns parecem corresponder a expressões cristalizadas já em latim: *Estrema Hunçom* (< *extrema uncio*), *falsso testemunho* (< *falsum testimonium*), *livre alvidro* (< *liberum arbitrium*), *meio dia* (< *medio die*), *meia noite* (< *mediam noctem*) e *vãa gloria* (< *vanam gloriam*).

Entre os nomes e os adjetivos prevalecem aqueles de morfologia simples.

Nesses compostos, em particular aqueles com a estrutura NA e que permitem uma leitura literal, o adjetivo modifica o substantivo, desempenhando uma função notoriamente restritiva, particularizando-se, em muitos casos, uma acepção classificativa.

No âmbito dos nomes não há elementos caracteristicamente formadores de séries alargadas. Destaca-se o lexema *água*: *agoa benta*, *agoa doce* e *agua rosada*. Do lado dos adjetivos, a forma *mor* (e demais variantes) integra um grande número de compostos: *alcaide-mor*, *altar-mor*, *fisico-mor*, *monteiro maior*, *resposteiro-moor*, *sororgiam-mor*, *tesoureiro-mor* etc.

Destacam-se, no bojo dos dados recolhidos, as construções exocêntricas, isto é, aquelas construções que não indicam, a partir dos seus elementos constituintes, qual é o núcleo semântico[23]. Registramos as seguintes: *braço deestro* 'principal auxiliar', *fogo montes* 'espécie de doença' e *olho mao* 'mau-olhado':

> «E o Cide tomou o cavalo e deuho a dõ Alvaro Fernandez e disselhe, ẽ louvãdoo de seu bõõ fazer: – Cuyrmãão, cavalgade, ca vos sodes o meu **braço deestro**! E, louvado seja Deus, assy o mostrou oje aquy e o demostrará ao dyante!» (*CGE* 433.12)

> «Esta sennor que dit' ei / é Santa Maria, / que a Deus, seu Fillo Rey, roga todavia / sen al, / que nos guarde do ynfernal / Fogo, e ar outrossi / do daqueste mundo, / dessi d'outro que á y, / com' oỷ, segundo / que fal, / algũa vez por San Marçal, / De que sãou hũa vez / ben a Gondianda, / hũa moller que lle fez / rogo e demanda / [a]tal, / per que lle non ficou sinal / *Daquele* **fogo montes** / *de* que layda era» (*CSM* 81.26)

[23] O núcleo semântico constitui uma espécie de hiperônimo do composto. Em *porco montês*, por exemplo, é possível considerar o composto como um tipo de N-núcleo, ou seja, como um tipo de porco. Já o núcleo sintático é responsável por transmitir ao produto composicional algumas propriedades, como a categoria sintática e as marcas flexionais de gênero e número (*porco montês* é nome, e não adjetivo, pois o núcleo é *porco*. Por esse mesmo motivo é nome masculino e singular). Assim, o núcleo sintático de um composto corresponde ao elemento com a mesma categoria sintática do mesmo.

«E pois sodes ora tan ben andante, / ben era d'ome do vosso logar / dess' **olho mao** de vos ar quebrar, / e non andar com' andávades ante, / ca somos oj' e non seremos crás» (*CEMD* 81.17)

A concordância em gênero e número entre os elementos desse tipo de composto é regular, visto que se trata de um substantivo acompanhado de seu determinante. O caso de *baixamar*, que apresenta concordância de gênero anômala aos olhos de hoje, visto que *mar* é classificado como nome masculino, também está dentro das regras morfossintáticas do português arcaico: *baixa* apresenta a marca feminina porque a palavra *mar* se realizava também como feminino (NASCENTES, *s.v.* mar)[24]:

«aatarde sayo ocapitã moor ẽ seu batel cõ todos | nos out*ros e* com os out*ros* capitãães das naaos em | seus batees afolgar pela baya acaram dapraya | mas njmguem sayo em tera polo capitã nom | querer sem embargo de njnguem neela estar / | soomente sayo ele com todos em hũũ jlheeo ~~gr~~ | grande que na baya esta que de**baixamar** fica | muy vazio p*ero* he detodas partes cercado dagoa | que nõ pode njmguem hir aele sem barco ou anado» (*CC* 4v.29)

Quanto às relações semânticas que se operam entre o nome e o adjetivo, elas são de variada natureza. Alguns adjetivos agregam ao nome a noção de origem/proveniência (*mal frances*, *porco montes*, *camisa mourisca*), de cor (*armas brancas*), de estado (*figos pasados* 'desidratados'), de valoração (*pedras preciosas*, *rico homẽ*, *homẽ bõo*) etc.

5.4 **COMPOSTOS NPREPN**

Os compostos com a estrutura NprepN estão bem representados, e deles apresentaremos apenas alguns exemplos: *camara de paramento* 'ante-câmara' (*LC*), *cavaleiro d'armas* 'soldado' (*CGE*, *LJA*), *clerigo de missa* 'presbítero' (*PP*, *CGE*, *LJA*), *Corpo de Deus* ´hóstia' (*CSM*,*VSA36*, *VSA266*), *cota d'armas* 'espécie de vestimenta usada por cavaleiros em batalhas e torneios, e onde figurava o escudo real' (*VFDJ*),

[24] Registra-se, nos dicionários atuais, sob a forma *baixa-mar*, e com plural *baixa-mares*.

escrivam da camara 'indivíduo que tinha por função escrever diante do rei' (*TT*, *VFDJ*), *escrivam da poridade* 'secretário régio' (*CDP*, *VFDJ*), *farӯha de trigo* (*PP*), *filho d'algo* 'indivíduo pertencente à nobreza' (*PP*, *CGE*), *fogo de San Marçal* 'espécie de enfermidade' (*CSM*), *homẽ d'ordẽ* 'religioso' (*CEMD*, *FR*, *PP*, *TAS*), *hora de noa* 'uma das horas canônicas, correspondente às 3 horas da tarde' (*CGE*, *VSA*, *PP*), *maestres das chagas* 'médico de determinada especialidade' (*FR*), *mal de pedra* 'cálculo renal' (*CSM*), *moço da camara* 'criado que serve na câmara do rei' (*VFDJ*), *panos de doo* 'roupa de luto' (*CGE*, *VFDJ*), Rabo dasno 'espécie de planta' *(CC), rabo de cavalo* 'espécie de ornamento de vestes' (*VFDJ*), *rey d'armas* 'oficial público que tem como uma de suas funções escrever as genealogias dos nobres' (*VFDJ*), *sinal da cruz* (*PP*, *LJA*), *tiro de pedra* 'unidade de medida de distância' (CC) etc[25].

Os nomes que constituem a estrutura NprepN são, na sua maior parte, morfologicamente simples.

Algumas formações apresentam peculiaridades morfossintáticas e semânticas: o composto *filho d'algo*, por exemplo, constitui um calco morfológico de construções do árabe com *'ibn* 'filho' (p. ex., *'ibn yáumih* 'filho de seu dia' = 'efêmero') (COROMINAS, *s.v.* hijo). O composto *filho d'algo* não constitui um tipo de filho, mas uma pessoa de condição nobre. Esse sintagma ocorre, em vários textos, ao lado de sua contraparte aglutinada, *fidalgo*, forma que ficou registrada nos dicionários de língua portuguesa. Além disso, verificou-se que a variação externa de gênero desse vocábulo (*fidalgo*/*fidalga*) se verifica apenas no texto *Vida e feitos de Dom João*, figurando, em alguns dos outros textos, as formas *fidalgo*/*fidalgos* ao lado de *filha d'algo*, *filladalgo*/*filhas d'algo*, em que a flexão genérica se dá internamente[26].

Nas *Cantigas de Santa Maria* (séc. XIII):

> «Este de que vos eu falo | era **fidalg'** escudeyro, / e foi en hũa fazenda | bõo, ardid' e ligeyro; / mas foi per un baesteiro / mui mal chagad' aquel dia» (*CSM* 408.15)

---

[25] Nos casos em que o nome constituinte do sintagma preposicional inicia-se por vogal, ocorre de regra a fusão da preposição *de* com ele. Não obstante, consideramos esse tipo de ocorrência como estrutura NprepN, uma vez que morfologicamente a preposição ainda está representada.

[26] Alguns desses usos se referem à forma adjetiva, que resolvemos apresentar para melhor ilustrar essa questão do gênero.

«Como Santa Maria guareceu en Vila-Sirga hũa dona **filladalgo** / de França, que avia todo-los nenbros do corpo tolleitos» (*CSM* 268.1)

Nas *Cantigas de Escarnho e de Mal Dizer* (fins do séc. XIII e meados do XIV):

«E pesará a vós muit', eu beno sei, / do que vos eu direi, per bõa fé: / polo vilão, que vilão é, / pon ora assi en seu degred' el-Rei / que se non chame **fidalgo** per ren, / se non, os dentes lhi quiten poren» (*CEMD* 401.12)

«ca, pera vós, pois que vos dan / gran preço d'ome de bon sen, / é ela, u á todo ben, / **filha d' algo**, e ben de pran» (*CEMD* 120.24)

Na *Crónica Geral de Espanha de 1344* (início do séc. XV):

«E deulhes ẽ essa aaz dom Gõçallo Diaz de Buervena, que era muy bõõ **fidalgo** e muy valente e muy ardido» (*CGE* 52.13)

«Conta a estorya que el rey dom Ramiro – que foy o primeiro rey d'Aragon, segundo vos dito avemos no começo – que foy filho del rey dom Sancho de Navarra, o Mayor, e ouveo em hũa dona **filha d'algo**; e era natural de hũũ castello que chamavõ Agaron» (*CGE* 257.19)

Na *Crónica de D. Pedro* (final do séc. XV ou início do XVI):

«Este rrei acrecentou muito nas contias dos **fidallgos** depois da morte d'el-rrei seu padre» (*CDP* I.24)

«ca el dizem que foi mui luxurioso, de guisa que quaaesquer molheres que lhe bem pareciam, posto que **filhas d'algo** e molheres de cavaleiros fossem, e isso meesmo donas d'ordem ou d'outro estado, que nom guardava mais hũuas que outras» (*CDP* XVI.15)

E, finalmente, no texto da *Vida e feitos de Dom João* (meados do séc. XVI), que, como dissemos, apresenta a forma *fidalga*, cuja variação de gênero se processa da mesma forma que em *fidalgo*, ou seja, externamente:

«E indo seu caminho lhe veo hu*m* **fidalgo** co*m* recado d'el-rey alegra*n*do-se muito co*m* sua yda, e com hu*m* mandado geral que aos christãos em seu reino se desse tudo d*e* graça so pena de morte e assi se cumprio inteiramente» (*VFDJ* 7376)

«e vinha por sua aya e camareira-mor Dona Isabel d*e* Sousa portuguesa, molher muito **fidalga**, e prude*n*te, e de muy onesta vida» (*VFDJ* 5296)

Outros compostos exocêntricos que podem ser referidos são *Corpo de Deus*, fogo de San Marçal, *Rabo dasno* e *rabo de cavalo*:

«Como ũu erege de Tolosa meteu o **Corpo de Deus** / na colmẽa e deu-o aas abellas que o comessen» (*CSM* 208.1)

«[C]omo Santa Maria guareçeu a moller do **fogo de San Marçal** / que ll' avia comesto todo o rostro» (*CSM* 91.3)

«Easy segujmos nosso caminho per este mar delomgo | ataa terça feira doitauas de pascoa que foram xxj | dias dabril que topamos algũus synaaes de tera | seemdo da dita jlha seg*und*o os pilotos deziam obra de | bj[c] lx ou lxx legoas **.** os quaaes herã mujta cam | tidade deruas compridas aque os mareantes | chamã botelho *e* asy outras aque tam bem chamã | **Rabo dasno**» (*CC* 1r.36)

«e nesta orde*m* chegara*m* a el-rey, q*ue* estava em hu*m* terreiro de seus paços aco*m*panhado d*e* muita infinda ge*n*te e posto e*m* hu*m* estrado rico e nu da ci*n*ta pera cima co*m* hũa carapuça d*e* pano d*e* palma e ao ho*m*bro hu*m* **rabo d*e* cavalo** guarnecido d*e* prata e da ci*n*ta p*e*ra baixo cuberto co*m* panos d*e* damasco q*ue* lhe el-rey d*e* cá ma*n*dara e no braço esq*ue*rdo hu*m* barcelete d*e* marfi» (*VFDJ* 7402)

Por se tratar de uma estrutura altamente produtiva, é sempre possível a formação de algumas séries léxicas: *carta de crença*, *carta de poder*, *carta de seguro*; *escrivam da camara*, *escrivam da Fazenda*, *escrivam da puridade*; *moço d'estribeira*, *moço d'espora*, *moço da guarda-roupa*; *pã d'orjo*, *pan de centẽo*, *pan de triigo*.

A pluralização nesse tipo de estrutura atua regularmente sobre o nome à esquerda, núcleo do composto: *cartas de seguro*, *clerigos de missa*, *dentes d'alho*, *filhos d'algo* etc. Contudo, em algumas construções o nome determinante também se apresenta no plural: *cartas de poderes*, *moços d'esporas* (vs. *moços d'espora*). Em outros casos, é o determinante que sempre porta a marca morfológica de plural: *cavaleiro d'armas*, *cota d'armas*, *homẽes d'armas*, *maestre das chagas*, *rey d'armas* e *dia de rramos*.

Os compostos com essa estrutura, apesar de formalmente homogêneos, abrangem uma rica variedade de relações semânticas: posse (*Corpo de Deus*, *rabo de*

cavalo), finalidade (*camara de paramento*, *carta de seguro*, *panos de doo*), meio de funcionamento (*moinho de vento*, *rellogios dagulha*) etc.

OBSERVAÇÕES FINAIS

No período arcaico da língua portuguesa estão presentes os tipos composicionais VN, NN, NA, AN e NprepN, que se, no português contemporâneo, apresentam como bastante produtivos (com exceção talvez de AN). Embora nosso trabalho não seja de natureza quantitativa, e não tenhamos feito uso, portanto, de ferramentas computacionais que possibilitassem a análise estatística de dados, ficou evidente que modelos foram mais empregados nos textos que constituem o *corpus* considerado. Trata-se justamente das estruturas periféricas NA e NprepN, excluídas do âmbito da composição por alguns estudiosos, como Booij (2005) e Villalva (2000, 2003), por exemplo. Por outro lado, os compostos mais prototípicos, de estrutura VN e NN, forneceram poucos registros.

No âmbito das estruturas estudadas, observou-se que há compostos que são menos opacos semanticamente, em especial quando o núcleo gramatical coincide com o núcleo semântico (*pedra marmor*, *porco montes* e *escrivam da camara*, por exemplo) e compostos que são mais opacos, principalmente nos casos em que o núcleo semântico é externo ao composto e/ou quando atuam mecanismos tropológicos, como a metáfora e a metonímia (*foucelegon*, *fogo montes* e *Rabo dasno*, por exemplo). No caso do padrão VN, exocêntrico por excelência pela ausência de um núcleo sintático e um núcleo semântico, é possível estabelecer um gradualismo semântico: *fura buchos*, por exemplo, parece menos composicional que *guarda-roupa*. Contudo, em geral há prevalência das estruturas endocêntricas, em que, de regra, o núcleo semântico corresponde a um hiperônimo do composto.

No que se refere às classes mais prototípicas, ou seja, VN e NN, observou-se que as relações sintático-semânticas entre os constituintes são diversificadas. Nas estruturas VN, a relação subordinada estabelecida entre o verbo e o nome não é apenas aquela que se institui entre um verbo transitivo e seu objeto direto, podendo também ser uma relação do tipo verbo-(complemento direto)-

complemento oblíquo, como em *guarda-poo* 'guardar/proteger X do pó'. No que tange a NN ficou evidente a existência de dois tipos de relação entre os dois nomes: coordenação e não-coordenação (que, no caso dos exemplos do *corpus*, corresponde a uma relação de modificação). No que se refere às outras categorias de compostos, NA, AN e NprepN, predominou a função restritiva/classificativa do adjetivo e do sintagma preposicional.

A composição sintagmática nominal apresenta-se, portanto, bem representada no português arcaico, principalmente no que tange às estruturas mais periféricas, mais difíceis de serem caracterizadas formalmente como compostos. É digno de nota o fato de alguns dos registros da composição VN e NN serem oriundos de empréstimos, registros esses que podem ter impulsionado a introdução e o desenvolvimento de novas formas sob esses modelos em português[27].

REFERÊNCIAS

BADER, Françoise (1962). *La formation des composés nominaux du latin*. Paris: Les Belles Lettres.

BARBOSA, Jeronymo Soares (1881 [1822]). *Grammatica Philosophica da lingua portuguesa (ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem).* 7. ed. Lisboa: Academia Real das Sciencias.

BASÍLIO, Margarida (2007). *Teoria lexical*. 8. ed. (revista e atualizada). São Paulo: Ática.

BLANCO VALDES, Xoan L. (1985). Palabras compostas en galego-portugués. *Verba*, n. 12, p. 199-252.

BOOIJ, Geert (2005). *The Grammar of Words*. Oxford: Oxford University Press.

BUSTOS GISBERT, Eugenio de (1986). *La composición nominal en español*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

COROMINAS, J. (1983). *Breve diccionario etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos.

CUNHA, Antônio Geraldo da (1986). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

---

[27] A composição VN não era comum em latim, diferentemente da composição NN apositiva, que forneceu alguns compostos para o português: *malva hibiscum* (> pt. *malvaísco*), *avis struthius* (> pt. *avestruz*), *mus araneus* (> pt. *musaranho*) (MAURER JR., 1959, p. 240).

CUNHA, Celso; LINDLEY CINTRA, Luís F. (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

DARMESTETER, A. (1894 [1874]). *Traité de la formation des mots composés de la langue française*. 2. ed. Paris: E. Bouillon.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1986). *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. (revista e aumentada). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Disponível em: <www.houaiss.uol.com.br>.

HUBER, Joseph (1986[1933]). *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LIÃO, Duarte Nunes de (1784). *Origem, e orthographia da lingua portugueza*. Lisboa: Typografia Rollandiana.

LINDSAY, W. M. (1937 [1915]). *A Short Historical Latin Grammar*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press.

MACHADO, José Pedro (1956 (A-I); 1959 (J-Z)). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência. 2 v.

MAROUZEAU, J. (1946 [1935]). *Traité de stylistique latine*. 2. ed. Paris: Societé d'Édition «Les Belles Lettres».

MARQUILHAS, Rita (1987). O acento, o hífen e as consoantes mudas nas Ortografias antigas portuguesas. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês & LEIRIA, Isabel. (Orgs.). *A demanda da ortografia portuguesa. Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da questão que se lhe seguiu*. Lisboa: Edições João Sá da Costa. p. 103-116.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2008). *O português arcaico: uma aproximação. Léxico e Morfologia, v. I*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

MATTOSO CÂMARA JR., J. (1998 [1971]). *Problemas de lingüística descritiva*. 17. ed. Petrópolis: Vozes.

MATTOSO CÂMARA JR., J. (1979). *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.

MAURER JR., Th. Henrique (1959). *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

MEILLET, A.; VENDRYES, J. (1953 [1924]). *Traité de grammaire comparée des langues classiques*. 2. ed. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion.

NASCENTES, Antenor (1955). *Dicionário etimológico da língua portuguesa, t. I*. Rio de Janeiro: Acadêmica/Francisco Alves/São José/Livros de Portugal (Segunda tiragem da 1. ed.).

NOBILING, Oskar (1907). *As Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade (trovador do século XIII)*. Erlangen: K. B. Hof- und Univ.-Buchdruckerei von Junge e Sohn. (Edição crítica, com notas e introdução).

NUNES, José Joaquim (1956). *Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia)*. 5. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

PAUL, Hermann (1970 [1920]). *Princípios fundamentais da história da língua*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

RIBEIRO, Sílvia (2006). *Compostos nominais em português: as estruturas VN, NN, NprepN e NA*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra, Coimbra.

RIBEIRO, Sílvia; RIO-TORTO, Graça. Denominações compositivas de estrutura VN, NN, NprepN e NA: nexos intralexicais. *Actas do XXV Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas* (Innsbruck - Áustria, de 3 a 8 de Setembro de 2007). (no prelo).

RIO-TORTO, Graça Maria (2006). O léxico: semântica e gramática das unidades lexicais. *Cadernos do CIEG*, n. 23, p. 11-34. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/celga/membros/docs/textos_pdf/o_lexico.pdf>.

SAID ALI, M. (1964). *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. melhorada e aumentada de *Lexeologia e Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico*. São Paulo: Melhoramentos.

SANDMANN, Antônio José (1997). *Morfologia lexical*. 2. ed. São Paulo: Contexto.

SCALISE, Sergio (1994). *Morfologia*. Bologna: Il Mulino.

SCALISE, Sergio; GUEVARA, Emiliano (2006). Exocentric Compounding in a Typological Framework. *Lingue e Linguaggio*, v. II, p. 185-206.

TORRINHA, Francisco (1945). *Dicionário latino português*. Porto: Edições Marânus.

VÄÄNÄNEN, V. (1975[1967]). *Introducción al latín vulgar*. Madrid: Gredos.

VILLALVA, Alina (2000). *Estruturas morfológicas: unidades e hierarquias nas palavras do português*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

VILLALVA, Alina (2003). Formação de palavras: composição. In: MATEUS, Maria Helena Mira *et al*. *Gramática da Língua Portuguesa*, 5. ed. rev. e aum. Lisboa: Caminho. p. 971-983.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de (1962/1966). *Elucidário das palavras e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. (Edição crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo, por Mário Fiúza). Porto/Lisboa: Civilização. 2v.

Textos do *corpus*:

A CARTA de Pero Vaz de Caminha (1999). Reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear de Antônio Geraldo da Cunha, César Nardelli Cambraia e Heitor Megale. São Paulo: Humanitas.

AFONSO X (1959/1961/1964/1972). *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. 4 v. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, v. I, v. II, v. III, v. IV (Glossário).

AFONSO X (1987). *Foro Real*. Edição e estudo lingüístico (v. I) e glossário (v. II) de José de Azevedo Ferreira. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

AFONSO X (1980). *Primeyra Partida*. Edição e estudo de José de Azevedo Ferreira. Braga: Instituto Nacional de Investigação Científica.

CANCIONEIRO da Ajuda (1904/1920/1990). Edição crítica e comentada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Reimpressão da edição de Halle, acrescentada de um prefácio de Ivo Castro e do Glossário do Cancioneiro da Ajuda, publicado na Revista Lusitana, vol. XXIII, 2 v. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

CANTIGAS d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses (1988). Edição crítica e vocabulário do Prof. M. Rodrigues Lapa. 2. ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

COSTA, Avelino de Jesus da (1979). Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico. *Revista Portuguesa de História*, t. XVII (Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares). p. 312-321.

CRÓNICA de Dom Pedro, de Fernão Lopes (1966/2007). Edizione critica, con introduzione e glossario a cura di Giuliano Macchi. Roma: Edizioni dell'Ateneo [2. ed., revista, com edição crítica, introdução, glossário e índices de Giuliano Macchi, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda].

CRÓNICA Geral de Espanha de 1344, v. I, v. II, v. III, v. IV (1990/1983/1984/1984). Edição crítica do texto português por Luís F. Lindley Cintra. Edição facsimilada por Imprensa Nacional – Casa da Moeda. (foi selecionado o volume III para a recolha das formas).

LEAL Conselheiro o qual fez D. Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta (1942). Edição crítica e anotada organizada por Joseph M. Piel, Lisboa: Bertrand.

LIVRO de José de Arimatéia (1984). Estudo e edição do Cód. ANTT 643 por Ivo Castro. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1994). O Tratado de Tordesilhas: algumas observações sobre o estado da língua portuguesa em finais do século XV. *Biblos*, v. LXX, p. 33-91.
RESENDE, Garcia de. *Cancioneiro Geral* (1990/1993). Fixação do texto e estudo por Aida Fernanda Dias. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 4v. (foi selecionado volume III para a recolha das formas).

RESENDE, Garcia de. *Livro das obras de Garcia de Resende* (1994). Edição crítica, estudo textológico e lingüístico por Evelina Verdelho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (capítulos: *Vida e feitos de d'el-rey Dom João Segundo* e *A trasladação do corpo d'el-rey Dom João o Segundo*).

TWO Old Portuguese Versions of The Life of Saint Alexis (Codices Alcobacenses 36 and 266). Edição de Joseph H. D. Allen Jr., Urbana: The University of Illinois.

SINONÍMIA NO PORTUGUÊS ARCAICO: QUANDO MORFEMAS CRIAM OPÇÕES LEXICAIS

Aurelina Ariadne Domingues ALMEIDA
(UFBA)
Juliana SOLEDADE
(UFBA/PROHPOR)

ALGUMAS PALAVRAS PARA COMEÇAR

As reflexões que apresentamos neste artigo giram em torno de aspectos concernentes à formação de sinônimos lexicais, de modo mais detalhado, examinamos aqui o papel de certos morfemas, no que concerne à elaboração de sinônimos nos primórdios da língua portuguesa, especificamente em textos remanescentes do século XIII ao XVI.

Por serem vários os morfemas responsáveis por esse processo de criação sinonímica, decidimos enfocar somente aqueles que possuíam conteúdo 'agentivo', assim como resolvemos selecionar, apenas, alguns pares de sinônimos pertencentes ao campo léxico 'trabalhador', pois assim poderíamos congregar resultados de estudos desenvolvidos recentemente por Almeida (2007) e por Coelho (2005)[1]. Devemos destacar, ademais, que essa seleção permitiu exclusivamente a análise de sinmórficos e de sinônimos formados pelo conteúdo 'agente humano que, com esforço e com finalidade, produz algo relacionado à x', o que acabou por delimitar mais o raio de ação do estudo ora apresentado.

[1] Informamos que os exemplos dados neste artigo encontram-se nos corpora dos trabalhos realizados por Almeida (2007) e por Coelho (2005), de sorte que foram examinados os seguintes textos: *Crônica de D. Pedro*; *Crônica do Conde D. Pedro de Menezes*; *Vida e feitos d'el Rey D. João II*; *Vida e feitos de Júlio César*; *Cantigas de escárnio e de maldizer*; *Orto do Esposo* e alguns documentos notariais, respectivamente, editados por Giuliano Macchi, Maria Teresa Brocardo, Evelina Verdelho, Maria Helena Mira Mateus, Manuel Rodrigues Lapa, Bertil Maler, Clarinda Maia. Devemos destacar que, da *Crônica de D. Pedro*, da *Crônica do Conde D. Pedro de Menezes*, da *Vida e feitos d'el Rey D. João II* e da *Vida e feitos de Júlio César*, foram esquadrinhadas as palavras derivadas nas 100 primeiras páginas dessas obras. Quanto aos demais textos, foram analisados em sua totalidade. Ademais, informamos que Coelho, acima referida, examinou, também, o glossário do *Cancioneiro d´Ajuda*, elaborado por Carolina Michaëlis de Vasconcelos; o das *Cantigas de escárnio e mal dizer*, organizado por M. Rodrigues Lapa; o das *Cantigas de Santa Maria*, por W. Mettmann, o dos *Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório*, por Rosa Virgínia Mattos e Silva, o do *Orto do Esposo*, por Bertil Maler e o do *Foro Real*, por José de Azevedo Ferreira.

Como sabemos, durante o processo de criação textual, no exato momento de fazermos uma escolha léxica, acessamos uma base lexical relacionada à esfera discursiva abordada no texto que estamos produzindo, e, em face de um conjunto de morfemas de que dispomos, ou usaremos uma dada unidade lexical já existente em nossa língua, ou criaremos uma outra, utilizando-nos dos nossos conhecimentos gramaticais internalizados.

Essa criação pode ser intencional, porque objetivamos gerar, por exemplo, efeitos estilísticos, ou porque queremos evitar repetições lexicais, que, por algum motivo, nos são indesejáveis, ou ainda porque dispomos, em nossa língua, de elementos mórficos distintos. Esses diversos morfemas podem encontrar-se em co-ocorrência, apesar de quaisquer restrições possíveis no âmbito da formação de palavras atreladas às bases lexicais. Quando essa co-ocorrência se verifica, temos os casos de *sinmorfismo* e, em conseqüência desse fenômeno, poderemos criar sinônimos léxicos que vão se fixar ou não na língua com o devir do tempo.

1 **QUANDO MORFEMAS SINMÓRFICOS GERAM SINÔNIMOS LÉXICOS**

A sinonímia é ampla e tradicionalmente discutida no domínio dos estudos semânticos, por isso não entraremos em debates de natureza filosófica e psicológica acerca de sua essência, nem abordaremos as polêmicas suscitadas a respeito da existência ou não de sinônimos perfeitos, já que essas questões são, muitas vezes, exploradas em diferentes livros que abordam os fenômenos das relações lexicais. O que pretendemos tratar, de fato, neste artigo, é a ligação que se estabelece entre a variação morfológica atrelada ao *sinmorfismo* e a criação de sinônimos léxicos.

Além de casos de sinônimos criados devido a mudanças sofridas pelo conteúdo de certas unidades léxicas que convergem em direção do conteúdo de outras unidades, temos, como destaca Almeida (2007), considerando a formação do léxico, a sinonímia gerada a partir do processo de formação de palavras e através da adoção de estrangeirismos/empréstimos, tomados de outras línguas com as quais os falantes do português, em algum momento, mantiveram contato. Em face dessas duas maneiras de elaboração da sinonímia, enfocaremos, devido à

especificidade do objetivo traçado para este estudo, a criação de sinônimos por meio do processo de formação de palavras, tratando, precisamente, de alguns casos relacionados à sufixação.

Como já ressaltamos, os sinônimos léxicos podem ser formados pelo uso de morfemas derivacionais sufixais. No que concerne à formação de palavras através desses sufixos, Coelho (2005) denominou *sinmorfismo* o fenômeno análogo à sinonímia que ocorre com esses morfemas. Esse fenômeno caracteriza-se pela existência de dois sufixos distintos que podem ser associados, em um mesmo contexto ou em contextos distintos, a bases – iguais ou diferentes – agregando um mesmo conteúdo, a exemplo do que ocorre com unidades léxicas formadas com os morfemas *–dor1* e *–eiro1*[2].

2 **SUFIXOS *SINMÓRFICOS* AGENTIVOS NO PORTUGUÊS ARCAICO**

A língua portuguesa, no período arcaico, apresentou um número significativo de ocorrências de unidades morfológicas com o valor 'agentivo', ou mais particularmente com o conteúdo 'agente humano que, com esforço e com finalidade, produz algo relacionado à x', *exempli gratia –dor1*, *–nte1*, *–eiro1*. Esses sufixos eram responsáveis pela formação de unidades léxicas, como: *luitador*, (*Crônica de D. Pedro*); *guardador (Foro Real)*, formadas a partir de *–dor1*; *combatente (Vida e Feitos de Júlio César)*, criada através de *-nte1*; *çapateyro (Orto do esposo)*, e *estrabeiro (Crônica de D. Pedro),* geradas com *–eiro1*. Esses sufixos sinmórficos poderiam ser usados, portanto, para formar substantivos pertencentes ao campo lexical 'trabalhador'.

No *corpus* analisado, os sinmórficos, que agregam à base o conteúdo 'agente humano que, com esforço e com finalidade, produz algo relacionado à x', são: *–ano2* ~ *–ão2*; *–ario1*; *–dor1*; *–eiro1*; *–nte1*, *–o* e *–or3*. A seguir, tecemos algumas

---

[2] Devemos destacar que os sufixos sinmórficos não se confundem com os alomórficos, pois, apesar de existirem convergência de conteúdo e divergência de forma, no que concerne à alomorfia, as diferenças entre os segmentos são, apenas, pequenas variações no corpo fônico (ex: *-dade* ~ *-idade*; *-vel* ~ *-bil*), que estão, diretamente, associadas à origem do morfema, ou seja, decorrem da evolução morfofonêmica de formas de mesmo étimo e no que tange ao sinmorfismo não há similaridade fônica entre os morfemas que, por sua vez, apresentam origens distintas.

considerações a propósito da origem e do uso desses morfemas no português arcaico.

2.1 **–ANO2 ~ -ÃO2**

O sufixo *–ano2 ~ -ão2*, oriundo do latim *-anus,* gerava adjetivos e substantivos, a partir de bases substantivas. O seu conteúdo polissêmico evidenciava-se em sentidos como: (i) 'proveniente, originário de x'; (ii) 'sectário ou partidário de x' e (iii) 'praticante de atividade relativa à x'. Para este trabalho, destacamos o último conteúdo aqui apresentado, pois se atrela ao campo léxico 'trabalhador'. Podemos exemplificar a sua existência, no material textual analisado, através de unidades léxicas, como *capelan* e *escrivão*, ambas documentadas em *Catingas de escárnio e de maldizer*; outro exemplo é o da lexia *solorgião*, registrada na obra *Vida e feitos d'el Rey D. João II*.

2.2 **–ARIO1**

No que concerne aos sufixos com a forma *–ario*[3], constatamos que essas unidades morfológicas advêm diretamente do *–arius* latino. Por sua vez, o seu divergente *–eiro* provêm da variante latina dita popular *-airo* > *-eiro*.

A propósito da língua portuguesa medieval, observamos que *–ario1* era usado pelos falantes para a criação de substantivos, a partir de bases também substantivas, com a noção de 'agente humano que, com esforço e com finalidade, produz algo relacionado à x', a exemplo das unidades *cossarios (Vida e Feitos de Júlio César)* e *secretario (Vida e feitos d'el Rey D. João II)*, registradas na segunda fase do português arcaico.

2.3 **–DOR1**

As unidades morfológicas que possuem a forma *-dor*[4] são oriundas do sufixo latino *–tor.* No que diz respeito, particularmente, a *dor1*, constatamos o seu

[3] Destacamos que há dois sufixos atualizados pela forma *–ario*, a saber: *–ario1* acima apresentado e *–ario2* 'formador de adjetivo'.
[4] Nos textos analisados, verificou-se a existência de *-dor1* 'agente humano que, com esforço e com finalidade, produz algo relacionado à x'e de *-dor2* 'locativo'.

uso, no período arcaico do português, para formar, a partir de bases verbais, substantivos, com a noção 'agente humano que, com esforço e com finalidade, produz algo relacionado à x'[5]. Observamos várias unidades formadas através desse sufixo, a exemplo da lexia *caçador*, empregada na *Crônica de D. Pedro*, e da unidade *contador*, utilizada na obra *Vida e feitos d'el Rey D. João II*.

2.4 –EIRO1

A respeito dos sufixos *–eiro*[6], originários do *–arius* latino, podemos informar que eles ganharam autonomia fônica[7] e funcional, no período arcaico, apresentando uma tal vitalidade que *–ario*, o descendente direto do sufixo latino, não conseguiu superar.

No período arcaico da língua portuguesa, os falantes usavam a unidade morfológica *-eiro1*, visando à formação de substantivos, a partir de bases, também, substantivas, acrescentando-lhes, precisamente, no caso das unidades do campo léxico 'trabalhador', o conteúdo 'agente humano que, com esforço e com finalidade, produz algo relacionado à x', por exemplo: *armeiro* (*Crônica de escárnio e maldizer*), *barbeiro* (*Orto do Esposo*), *çapateiro* (*Diálogos de São Gregório*), identificadas na primeira fase do português arcaico, e *beesteiros* (*Crônica de D. Pedro de Menezes*), *camareiro* (*Vida e feitos d'el Rey D. João II*) e *carpinteiros* (*Vida e feitos d'el Rey D. João II*), localizadas na segunda fase da língua portuguesa na Alta Idade Média.

No material textual examinado por Coelho (2005), esse sufixo é o mais produtivo e de maior vitalidade; essa característica, ao que tudo indica, se mantém no português contemporâneo, sendo esse sufixo o mais estudado dentre os seus homomórficos.

---

[5] Coelho (2005) ressalta que o sufixo *–dor1* é o substantivador deverbal mais produtivo e de maior vitalidade no português arcaico.

[6] No período arcaico, diferentes são os conteúdos morfológicos atualizados pela forma *–eiro*. Temos, assim, a existência de *–eiro1* 'agentivo'; *–eiro2* 'locativo'; *–eiro 3* 'nomes adjetivos'/'nomina qualitatis'; *–eiro4* 'árvore que dá fruto x'; –eiro5 'instrumento'. Coelho (2005) destaca, ademais, que esses sufixos são os mais portugueses entre todos; isso se revela no percentual de formas derivadas em latim e em comparação ao alto percentual de formas derivadas no português.

[7] As etapas fônicas são as seguintes: *–ariu* > *–airo* > *–eiro*.

2.5 **–NTE1**

A unidade morfológica *–nte1*, formadora de adjetivos e de substantivos, a partir de bases verbais, tem sua origem no sufixo de particípio presente latino -*ens, -entis*, que, segundo Maurer Jr. (1959), estava sendo obliterado, desde o latim arcaico. Também conforme esse autor, o uso verbal desse sufixo, nas línguas românicas, tem sua origem no latim literário que conseguiu lhe dar certa vitalidade. Sua produtividade e vitalidade, como formador de adjetivos em português, ainda consoante ao referido estudioso, possuem, geralmente, cariz literário. Portanto, a produtividade desse sufixo, na primeira e segunda fases do português arcaico, não se deve ao latim vulgar, mas à influência erudita, sendo a maioria das formas já derivadas no latim[8].

No tocante aos textos examinados, as lexias *combatentes*, *mendigante* e *sergente* documentadas, respectivamente, nas obras *Vida e Feitos de Júlio César*, *Orto do esposo* e *Diálogos de São Gregório*, são alguns exemplos de unidades léxicas formadas por *–nte1* que atualiza o conteúdo 'agente humano que, com esforço e com finalidade, produz algo relacionado à x'.

2.6 **–O**

Os sufixos *–a*, *–e* e *–o*[9] do português arcaico possuem a mesma configuração com que os encontramos hoje, no português brasileiro contemporâneo, e provêm das desinências latinas *–a, -i, -u*. Esses sufixos possuem uma função gramatical

---

[8] Em relação à sua configuração mórfica, Coelho (2005) assinala que certos estudiosos apresentam esse sufixo como **-ante, *-ente, *-inte*. No entanto, as vogais que precedem o sufixo são, de fato, as vogais temáticas verbais, como ocorre em grande parte dos derivados deverbais, bem como acrescenta que essas não devem ser associadas ao constituinte sufixal. As vogais temáticas correspondem, em geral, às conjugações verbais: *–a* para a primeira conjugação, *–e* para a segunda e *–i* para a terceira. Contudo, algumas lexias derivadas em *–nte* apresentam vogal temática *–e* mesmo sendo, aparentemente, derivadas de verbos da terceira conjugação, como, por exemplo, *luzente* (A1006) < *luzir*. Segundo Rio-Torto (1998, p. 29), há razões históricas que explicam a presença dessa vogal temática em derivados de verbos de terceira conjugação. Portanto, a presença de vogal temática *–e* em derivados em *–nte* de verbos de terceira conjugação se deve à forma original do verbo latino.

[9] Coelho (2005) argumenta em favor de uma classificação dessas formas como morfemas derivacionais sufixais, pois, segundo ela, são elementos formadores de novos vocábulos, isto significa que, em maior ou menor grau, eles alteram a semântica do vocábulo em que se apresentam. O que já não pode ser identificado nas formas homomórficas *–a, -e, -o,* tradicionalmente classificadas como vogais temáticas, a que Coelho (2005) denomina de marcadores de classe.

nominalizadora, i.e., formam substantivos a partir de bases verbais. O valor semântico que esses sufixos agregam às bases é amplo, pois podem denotar '*ato, efeito, processo, fato, resultado, estado, evento ou modo* de X', sendo X uma base verbal, na formação de substantivos abstratos, ou, ainda, como vale destacar, 'agente humano que, com esforço e com finalidade, produz algo relacionado à x', *verbi gratia, guardas (Crônica de D. Pedro de Menezes).*

2.7 **–OR3**

A propósito da unidade morfológica *–or3*[10], originada do latim *–or, –oris*, identificamos, na fase arcaica do português, o seu uso junto a bases participiais, objetivando a formação de substantivos com a noção de 'agente', particularmente no âmbito do campo léxico 'trabalhador', atualizando o conteúdo 'agente humano que, com esforço e com finalidade, produz algo relacionado à x', *verbi gratia, censor*, utilizada na *Vida e Feitos de Júlio César*, e *tintor*, empregada em uma dada *Cantiga de Santa Maria*. Vale observarmos a alta produtividade dessa unidade morfológica nesse período da língua portuguesa, o que é ressaltado por diferentes estudiosos, a exemplo de Said Ali (1964).

3 **SINONÍMIA LEXICAL CRIADA POR SINMORFISMO: EXEMPLOS DO CAMPO LÉXICO 'TRABALHADOR'**

Após termos mapeado os sufixos sinmórficos que agregam a diferentes bases o conteúdo 'agente humano que, com esforço e com finalidade, produz algo relacionado à x', passaremos a analisar alguns pares de sinônimos léxicos criados por sinmorfismo que aparecem documentados nos textos perscrutados.

Inicialmente, lembramos que a sinonímia léxica e o sinmorfismo são fenômenos distintos. O primeiro fenômeno diz respeito às unidades lexicais de uma língua, enquanto o segundo relaciona-se aos morfemas. Mas a existência de sinmórficos na língua oferece aos seus falantes a condição para que se gerem

[10] Identificam-se, no português arcaico, os sufixos *–or1* 'resultado de x'; *–or2* 'entificação de uma qualidade ou estado', além de –or3 acima explicitado.

sinônimos léxicos que poderão ou não se manter na língua, dependendo da vontade de seus falantes.

Almeida (2007) observou que esses morfemas agentivos podiam ser usados para a formação de sinônimos lexicais por serem sinmórficos. Constatou que *–ão2*, *–ario1*, *–dor1*, *–eiro1*, *–nte1*, *–or3*, *–o* eram exemplos de unidades morfológicas sinmórficas, no plano do campo léxico 'trabalhador', bem como verificou que *–dor1* apresentava, no material textual que examinou, maior representatividade, sinmórfica, e que esse sufixo variava com outros, de tal sorte que se achava em co-ocorrência com *–ão2*, com *–eiro1*, e com *–or3*. Além do sinmorfismo concernente ao sufixo derivacional *–dor1*, chamou a sua atenção a produtividade, ainda que em menor escala, de sinônimos formados por *–nte1*, o qual, nos textos esquadrinhados, aparece em variação com os sinmórficos *–o* e *–eiro1*.

Também Coelho (2005), com base em um *corpus* representativo da primeira e da segunda fases do português arcaico, identificou a ocorrência de sinmorfismo no plano da formação de palavras com valor 'agentivo', destacando a presença de diferentes lexias pertencentes ao campo lexical 'trabalhador'. No conjunto dessas unidades lexicais, destaca-se, da mesma forma, a significativa produtividade do sufixo *–dor1* e também de *–nte1*, em relação aos demais sinmórficos *–eiro1*, *–ão2* e *–or3*.

Ao levarmos em consideração a expressiva produção de unidades léxicas, formadas por *–dor1* e por *–nte1*, que se encontram em relação de sinonímia com outras unidades criadas a partir de outros morfemas, resolvemos comentar, na seqüência, os sinônimos que se constituem, devido ao sinmorfismo dessas unidades morfológicas. Assim, por um lado, focalizaremos a sinonímia constituída pelo sufixo *–dor1*, que varia com *–eiro1* e com *–or3* e, por outro lado, enfocaremos aqueles sinônimos formados por *–nte1* que se acha em variação com os sufixos *–o* e *–eiro1*.

3.1 **–DOR1 E –EIRO1**

No português arcaico, como já ressaltamos, o morfema *–dor1* estava em relação de sinmorfismo com *–eiro1* e as unidades léxicas *mercador* (*merchador*,

merquador) e *mercadeiro* podem exemplificar a criação de sinônimos, através desse sinmorfismo.

Mercador é bastante documentado em variados textos produzidos no período arcaico do português. Em textos tabeliônicos, datados do século XIII, acham-se alguns registros da mencionada unidade lexical, a exemplo daqueles arrolados nos fragmentos, a seguir, expostos:

> [...] ((L021)) [...] Os q(ue) forũ p(re)sentes & rogados por t(este)s: ((L022)) [...] Joh(ã) Bo´o´, **merchador**, [...][DN[11]; n. 7; l. 22; 1282].

> [...] T(esste)s q(ue) fforõ ((L038)) p(re)ssentes: P(edr)o Domỹges, **merquador**, [...][DN; n.59; l. 038; 1292].

> [...] ((L016)) [...] Que p(re)sentes forõ: P(edr)o M(a)r(tin)z, **m(er)cador** & morador ((L017)) de Boiyona;". [DN; n.102; l. 016; 1287].

> [...] ((L029)) Eu Vidal Domĩguiz, not(ario) plubico do concello de Bayona ((L030)) de Miñor, vy una carta feyta p(er) Martĩ P(er)is, not(ario) ((L031)) de Bayona, & cõ seu sinal q(ue) mj̃ mostrou Esteuão N(u)n(e)z, ((L032)) **me(r)cador** de Bayona, da q(ual) carta o tenor tal e´ com(m)o diz ((L033)) encima & a rogo del e´e´ste t(r)eslado meu sinal y pugj. [DN; n. 111; l. 032; 1296].

Em documentos trecentistas, também de natureza jurídica, achamos outros registros da lexia *mercador*, como podem ratificar os fragmentos textuais aduzidos na seqüência:

> Conoçuda ((L002)) [...] com(m)o nos, dom frey D(oming)o, abbade do most(eyr)o de S(an)ta M(ari)a ((L003)) d'Ermẽteyra, & o conu(en)to desse logar p(re)sente & outorgante, damos a uos, ((L004)) F(e)rn(ã) M(a)rt(ins), d(i)to Mouriño, **mercador** de Pont(e) Uedra, a nossa casa [DN; n. 129; l. 004; 1322].

> ((L001)) [...] ev P(e)t(ro) Dom(ingui)z, ((L002)) ẽ out(r)o tẽpo **m(er)cador** & morador ẽ Bastuzo, de mha liu(re) uo´õ´tade ((L003)) q(ue) depoys o nõ possa reuogar, dou & do´o´ & outorgo p(ar)a todo senp(re) ((L004)) a Do(na) Tareya Aluar(i)z, abbadessa do mon(esteyro) de Semedj, todalhas ((L005)) cousas q(ue) eu ey [...] [DN; n. 154; l. 002; 1317].

[11] Informamos que a abreviatura DN corresponde a documento notarial.

Além da prosa não-literária, documenta, outrossim, essa unidade lexical, no período arcaico da língua portuguesa, a prosa literária, de sorte que a encontramos documentada nos seguintes exemplos:

> [...] se trabalha [...] como **mercador**, andando ameude pellas feyras e pellas terras, [...] [OE.,p. 176, l. 17].

> [...] E Seneca, falando dos **mercadores**, diz assy: Que monta ao **mercador** quanto jaz ẽna arca e quanto jaz ẽnas loyas. pois que elle tem mentes pera gaanhar o alheo e pois que elle nõ faz conta do que tem gaanhado mas do que a de gaanhar. [...] os **mercadores** som subjeytos a muytos periigos, s. aos periigos dos rrios e aos periigos dos ladrões e [a]os periigos ẽna cidade e ẽno hermo e ẽno mar e ẽnos falsos yrmããos que som os guiadores que lhe mostram os caminhos. [...][OE[12], p. 303, l. 12; 13; 19].

> [...] Outrossy, som postos ẽ trabalho e ẽ espressa e em muytas vigilias e em fame e ẽ sede e ẽ muytos jegũũs e ẽ fryo e ẽ nudidade, asy que os periigos do jnferno som sobre os **mercadores**. Porẽ diz Jhesu, filho de Sirac: Aadur he o **mercador** quite de neglige[n]cia, e antre o meo da conpra e da uẽda sera apressado con peccados. [...][OE, p. 303, l. 25; 26].

Já *mercadeiro* tem pouca representatividade no material textual perscrutado. Mas, de qualquer sorte, se pode exemplificar o seu uso, no português arcaico, a partir da cantiga de escárnio e de maldizer composta pelo rei Sábio, Afonso X:

> [...] E juro par Deus lo santo/que manto/non tragerei nen granhon,/ nen terrei d'amor razon/nen d'armas, por que quebranto e chanto/ven delas toda sazon;/mais tragerei un dormon,/e irei pela marinha/vendend'azeit' e farinha;/e fugirei do poçon/do alacran, ca eu non/lhi sei outra meezinha./[...]/E direi-vos un recado:/pecado/nunca me pod'enganar/que me faça já falar/en armas, ca non m'é dado/(doado/m'é de as eu razõar,/pois las non ei a provar);/ante quer'andar sinlheiro/e ir come **mercadeiro**/algũa terra buscar,/u me non possan culpar/alacran negro nen veiro. [CEM, n. 10 v. 49][13].

Assinalamos, por outra parte, que, nos materiais lexicográficos, geralmente não se localiza um verbete para *mercadeiro*, a exemplo do Aulete (1881), do Vieira

---

[12] Devemos dizer que a abreviatura OE corresponde ao texto *Orto do Esposo*, consoante a edição de Maler (1956).

[13] Doravante, as abreviaturas CEM, n. e v. correspondem, respectivamente, a cantiga de escárnio e de maldizer, ao número e ao verso da cantiga conforme a edição de Lapa (1995).

(1871) e do Moraes Silva (1813), de tal maneira que, nas obras consultadas, a lexia é apenas identificada nos dicionários etimológicos, especificamente no Cunha (1986) e no Machado (1967)[14]. No plano das obras especializadas em textos medievais, essa unidade léxica acha-se, no vocabulário organizado por Lapa (1995), definida através da sinonímia com "mercador, negociante".

Devemos observar que, nos dicionários atuais da língua portuguesa, nas definições dadas para *mercadeiro*, ainda se pode ver atestada a referida sinonímia entre essas unidades léxicas, ainda que *mercadeiro* apareça definida como um diacronismo antigo, o que ocorre no seguinte texto definitório apresentado por Houaiss (2001): "Diacronismo: antigo. aquele que merca, que compra para vender; *mercador*" (grifo nosso).

3.2 **–DOR1 E –OR3**

Como já verificamos, há relação de sinmorfismo entre as unidades morfológicas – *dor1* e *–or3*; podemos exemplificar esse fenômeno morfológico, no que concerne ao português arcaico, a partir da sinonímia entre *cantador* e *cantor*.

A unidade léxica *cantador* documenta-se, substantivamente, em uma cantiga de escárnio e de maldizer, de autoria de Pedr'Amigo de Sevilha:

> [...] E ben e con'el faz de trobar,/assi riira, se veess'i/Pero Sen con el[e] cantar/Pero Bodin outrossi/e quantos **cantadores** son;/por todos diz el ca non lhis quer end'avantada dar.[...] [CEM, n. 320, v. 19]

Relativamente às obras lexicográficas consultadas, devemos observar que o Vieira (1871) define *cantador* através do seu suposto sinônimo cantor ("[...]. Substantivamente: Cantor, cantora."). Ademais, ressaltamos que, nos dicionários atuais da língua portuguesa, a exemplo do Houaiss (2001), essa unidade, ainda, pode ser definida a partir do referido sinônimo ("1 que ou aquele que canta; *cantor*". Grifo nosso).

---

[14] Apenas, a título de informação complementar, vale dizermos que o dicionário etimológico organizado por Machado (1967) oferece, como abonação, o mesmo contexto da cantiga de D. Afonso X.

No que tange à unidade léxica *cantor*, verificamos o seu uso em textos produzidos no português arcaico, de sorte que a localizamos em documentos tabeliônicos e na prosa doutrinária *Orto do Esposo*:

> [...] ((L018)) E outrossy nos, don ffrey Johan Coello, p(r)ior, (...) cõ ffrey Mor/?/ **cantor**, ((L019)) (...) damos a uos G(arci)a Ff(e)rr(nande)s os h(er)damẽtos [...] [DN; n.59; l. 018; 1292].

> E nos, don abbade, & ffrey Jo(han) M(a)r(tins) & ffrey Ssaluador, **cantor**, & ((L034)) ffrey M(a)r(tin) Ssanch(e)s q(ue) ssomos pressentes assy o outo(r)gamos porlo conbento[DN; n.59; l. 033; 292].

> [...] E porẽ diz Salamõ: Figi muy grandes obras pera mỹ, edifiquey cassas e plantey uinhas, figi ortas e pomares de todalas geerações daruores e figi pescaryas dagoas pera reguar as aruores, posuy seruos e seruas e ouue muyta familia e muytos gaados, mais que todos aquelles que forõ ante mỹ ẽ Jherusalem, ajũtey pera mỹ prata e ouro e requezas de rex e de prouẽcias, figi pera mỹ **cantores** e **cantadeyras** e os deleytos e uiços dos filhos dos homẽẽs, e muytos uasos pera [teer e pera] escãçar os uinhos e sobrepogey ẽ requezas [...][OE., p. 103, l. 7].

Constatamos, ademais, que, na atualidade, alguns dicionários da língua portuguesa podem oferecer o sinônimo *cantador* na definição para *cantor*, como faz o Houaiss (2001): “1 que ou aquele que canta; *cantador*”. (Grifo nosso).

3.3 **–DOR1 E –ÃO2**

A propósito dos sufixos *–dor1* e*–ão2*, detectamos, no período arcaico da língua portuguesa, o sinmorfismo relacionando-os, de tal modo que esses sufixos podiam ser usados a fim de gerar pares sinonímicos, como *tecedor* e *tecelão*.

Os versos da tenção entre Juião Bolseiro e Joan Soárez Coelho registram o uso da unidade lexical *tecedor* no português arcaico:

> - [...] u fostes achar/d’irdes por entendedores filhar/sempre quand’amas, quando **tecedores**?/ - Juião, outros mais sabedores/quiseron já esto saber de min,/e en todo trobar mais trobadores/que tu non és; mais direi-t’o que vi:/vi boas donas tecer e lavrar/cordas e cintas [...]. – Julião, por est’outra vegada/côn outro tal trobador entencei;/fiz-lhe dizer que non dezia nada,/com’or’a ti desta tençon farei;/vi boas donas lavrar e tecer/cordas e cintas, [...] Joan Soárez, u sóia viver,/non tece donas [...] [CEM, n. 251, v. 7].

Além da cantiga anteriormente rememorada, convém apresentar um fragmento do *Orto do Esposo*, já que esse propicia que saibamos mais acerca dos usos medievais dessa unidade lexical:

> E es çujo cõ os estercos, que som os bẽẽs tẽporaes, dos quaaes diz Sam Paulo: Todalas cousas contey por estercos. E es mẽdigante cõ o sirgo, que he dos bichos que o dam, e o linho do agro e o pano do linho mẽdigas dos **tecedores** e das **tecedeyras**[15]. [OE, p. 330, l. 10].

Destacamos que a tradição lexicográfica documenta a existência da sinonímia entre *tecedor* e *tecellam*, de modo que certas obras de referência, como o Vieira (1871), o Moraes Silva (1813) e o Bluteau (1712-1713) usam o sinônimo *tecelão* para definir *tecedor*, mesmo sendo esse uso sinonímico quastionável, no que tange à clareza da definição apresentada ([...] Tecelão. - Tecedor de pannos, de seda, etc. (VIEIRA, 1871)"/ "[...]Tecelão. [...] (MORAES SILVA, 1813)"/"Tecedôr ou tecellão.Vid tecelão."(BLUTEAU, 1712-1713).

A unidade *tecellam* encontra-se atestada em linhas da prosa doutrinária *Orto do Esposo*:

> [...] E hũa uez lhe chamou hũũ homẽ, desprezando sua linhagẽ, **tecellam** de panos. E elhe soffreo, riindo-sse. [...] [OE., p. 243, l. 5-6][16].

Sobre os materiais lexicográficos, devemos salientar que o Vieira (1871) apresenta, para o lema *tecelão*, o sinônimo *tecedor*, além de um pequeno texto definitório ([...] Homem que tece pannos, sedas; tecedor [...] VIEIRA, 1871). Ressaltamos, ademais, que, na atualidade, esse sinônimo aparece em algumas definições dadas para *tecelão* ("aquele que tece pano ou que trabalha em tear; tecedor". HOUAISS, 2001). Vale observarmos que essas lexias, ainda, se mantêm registradas como sinônimas em certos dicionários da língua portuguesa (TECEDOR [...]"**Sinônimos** como [...] como subst.: tecelão"/TECELÃO. HOUAISS, 2001).

---

[15] Observa-se que, enquanto no *Orto do Esposo*, "tecedor" atualiza o conteúdo masculino, na tenção, o conteúdo atualizado pela unidade "tecedor" é feminino.

[16] Alguns podem considerar que a unidade registrada nesse fragmento é *tecellam de panos*. Mas ainda que consideremos a mencionada unidade, não podemos ignorar que esse excerto documenta a existência de *tecellam* no português arcaico.

3.4 –NTE1 E –O

As unidades morfológicas *–nte1* e *–o* eram, da mesma forma, sinmórficos que acabavam sendo usados no período arcaico da língua portuguesa, de tal modo que se criavam, com essa utilização, pares de sinônimos; para exemplificarmos esse emprego, trazemos os sinônimos *mẽdigante1*[17] e *mẽdigo*[18].

O emprego da unidade léxica *mẽdigante1*, no português da chamada Alta IdadeMédia, aparece documentado na prosa *Orto do Esposo*, como se depreende do seu fragmento transcrito abaixo:

> [...] Oo, que mezquinha he a cõdiçom do **mẽdigante**! Se pede, ha muy grande uergonça, e, se nõ pede, cõsume-se cõ grande mĩgoa, e per necessidade he constrangido pera pedyr. [...] [OE.,p. 103, l. 24].

No tocante à tradição lexicográfica, destacamos que o Aulete (1881) usa o sinônimo *mendigo*, em sua definição, para o lema "*mẽdigante1*" ("[...] pobre, mendigo, que pede esmola; que vive de esmolas [...]"). Ademais, devemos assinalar que dicionários atuais do português, como o Houaiss (2001), informam acerca da sinonímia entre as unidades lexicais *mendigo* e *mendicante* ("[...] **Sinônimos** como subst.: ver sinonímia de *mendigo* [...]").

Ao documentar a unidade *mỹdigo/mẽdigo*, mais uma vez a prosa literária *Orto do Esposo* testemunha a utilização de sinônimos formados através de sinmórficos:

> [...] hoge faz o seu [amigo] auõdoso ẽ muytos bẽẽs e cras o faz pobre e **mỹdigo**, [...][OE., p. 110, l. 29].

---

[17] Há, nas fontes lexicográficas, uma acepção que se liga ao campo léxico dos 'religiosos', *medigante2*, por isso não será analisada. No Aulete (1881), se acha: "[...]Ordens mendicantes, as ordens religiosas que fazem voto de pobreza e só vivem de esmolas" e no Bluteau (1712-1713): "[...] Diz-se de qualquer das quatro Religiões, como tambem dos Religiosos dellas, que vivem das esmolas. Que elles mendigão [...]".

[18] Alguns podem discordar da inclusão das unidades léxicas *mẽdigante1* e *mẽdigo* como elementos do campo léxico 'trabalhador'. Todavia, essa inserção não é aleatória, já que se baseia em estudiosos, como Geremek (1989), que acreditam que, na Idade Média, os mendigos tinham, no fundo, um ofício com certas técnicas que objetivavam incitar a piedade das pessoas (GEREMEK, 1989, p. 247).

[...] E certamente todo o mũdo lhe he rriquezas, porque todallas cousas suas assy as da boa andança come da contrayra seruem ao homẽ fiel e obrã ygualmẽte em seu bem. Ergo, o auarẽto ha fame das cousas terreaes asy como **mẽdigo**, mas o fiel as despreza assy como senhor dellas. [...] [OE, p. 293, l. 35].

Também, nesse caso, observamos que dicionários portugueses da atualidade, a exemplo do Houaiss (2001), apontam para a existência de sinonímia entre essas unidades lexicais, de sorte que, no verbete dessa obra da lexicografia, lemos: "Mendigo [...] **Sinônimos:** camumbembe, [...], lazarone, *mendicante*, miserável [...]". (Grifo nosso).

3.5 **–NTE1 E –EIRO1**

Para darmos um último exemplo de sinônimos gerados a partir de unidades sinmórficas, podemos rememorar o par *mareante* e *marinheiro*. Aqui, temos dois hiperônimos que podem ser intercambiáveis em diferentes contextos.

Exemplos do uso da lexia *mareante* encontram-se na prosa literária *Orto do Esposo*, como se pode verificar, a partir dos excertos apresentados a seguir:

[...] E porẽ cara obra de conteença he empuxar e ẽieytar as palauras dos louuaminheyros que resolue o coraçõ cõ deleytaçom. Onde os louuaminheyros som semelhantes aas sereas do mar que tyrã pera sy os **mareantes** per dulçura do seu cantar e fazẽ-nos perder a memoria e esquecer sy meesmo[s], ẽ tal guisa que peryguã e morrẽ. As sereas sõ animalia[s] do mar e des o enbiigo acima ham figuras de uirgẽs e des o enbiigo ajuso hã figura de pexes e tẽẽ aas e hunhas. E cantã muy docemẽte, ẽ tal guisa que cõ a dulçura do seu cantar fazẽ adormecer os **mareantes**.[...] [OE., p. 162, l. 7; 13].

E porẽ Vlixes de Troya, quando lhe aconteceo passar pello mar ẽ seu navio em aquelle luguar hu estauã as sereas, fez muy bem tapar as orelhas a todos os seus **mareantes** por nõ ouuirẽ os cantos dellas, por tal que nõ adormecessem nẽ periguassem enno mar, e asy escaparõ do periigo do mar e de seerẽ tomados pellas sereas. [OE., p. 162, l. 20].

Sobre o registro lexicográfico desses sinônimos, assinalamos que o Houaiss (2001) oferece, além de um pequeno texto definitório, a unidade lexical *marinheiro*, em seu verbete, o lema *mareante* ("Diacronismo: obsoleto. 1 homem do mar;

navegante, navegador, marinheiro”). Essa utilização ratifica a sinonímia entre essas unidades léxicas ao longo da história da língua portuguesa.

A unidade lexical *marinheiro*, que também era empregada nos textos arcaicos, surge registrada em uma cantiga de escárnio e de maldizer:

> [...] Nen de lançar a tavolado/pagado/non são, se Deus m'ampar,/aqui, nen de bafordar;/e andar de noute armado,/sen grado/o faço, e a roldar;/ca mais me pago do mar/que seer cavaleiro;/ca eu foi já **marinheiro**/e quero-m'ôi-mais guardar/do alacran, e tornar/ao que me foi primeiro [...].[CEM, n. 10, v. 36].

Percebe-se que essas unidades de conteúdo hipernímico podem ser intercambiadas em diferentes passagens de textos medievais portugueses.

ALGUMAS BREVES PALAVRAS PARA CONCLUIR

Com o estudo que acabamos de apresentar, discutimos como o sinmorfismo pode criar sinonímia. Devemos ressaltar que esse fenômeno evidencia-se em diferentes momentos da história da língua portuguesa, uma vez que a existência de sinmórficos e de formas duplas está relacionada a processos de mudanças lingüísticas no devir do tempo. No que tange ao português arcaico, documentam-se unidades léxicas que estavam em variação, como *mareante* e *marinheiro*. Vale destacarmos que algumas unidades documentadas no português arcaico continuam, ainda, variando, como *cantor* e *cantador*; outras, contudo, perderam a co-ocorrência e deixaram de ser usadas, como *mercadeiro* que perdeu espaço para *mercador*. Nesse tipo de caso, ocorreu uma seleção por parte dos falantes; esse processo seletivo envolve fatores mais sociais que, propriamente, lingüísticos.

Ademais, devemos observar que esse fenômeno não se limita ao campo léxico ora examinado, nem aos sinmórficos aqui analisados; essa relação entre sinmorfismo e sinonímia léxica ocorre em variados outros campos e compreende outras unidades morfológicas, a exemplo de formas como *acorrimento e acorro* (*Cantigas de Santa Maria*), *acorro* (*Crônica de D. Pedro*), *acorrimento* (*Vida e Feitos de Júlio César*), derivadas do verbo 'acorrer' (lat. *accurrere*), que foram encontradas como variantes tanto na primeira, quanto na segunda fase do português arcaico,

embora tenham sido registradas em quatro textos diferentes[19]. Na primeira fase do português arcaico, encontramos também, em um mesmo glossário de um texto, *Orto do Esposo*, as variantes *apostamento* e *aposto*, derivadas do verbo 'apostar' (do lat. *apponere*), ambas empregadas com o sentido de 'ornamento'[20].

Essas formas quando pertencentes a um mesmo dialeto de uma língua, estabelecem uma relação de concorrência que, em geral, acaba por determinar ou uma mudança de significado (especialização semântica) em uma das formas ou o desaparecimento de uma das lexias. Neste caso, está implicado não só o fenômeno do *sinmorfismo*, mas também o da própria sinonímia.

Esse fenômeno tem, portanto, implicação direta na dinâmica lexical de uma língua, que, por sua vez, é muito mais móvel do que se pode supor, pois recursos como a desativação e a reativação incidem sobre o léxico de forma bastante mobilizadora, ainda que estejam sempre subjugados às necessidades comunicativas dos seus falantes.

Quanto ao papel da sufixação, é importante frisar que a dinâmica do léxico envolve, freqüentemente, os processos de derivação sufixal, bem como as relações de sentido estabelecidas entre os componentes morfolexicais. Os sufixos, por atuarem em dois níveis de formação lexical, o funcional e o semântico, e por serem muito acessíveis no plano virtual, facilitam a mobilidade e reciclagem do léxico das línguas.

---

[19] Nas quatro ocorrências, o sentido empregado é o mesmo 'socorro, auxílio, préstimo, ajuda', como atestam as averbações da segunda fase: "*Em tanto trouve Herodes acorrimento dos Romãaos.*" (VFJC: 57) e "*... diziam elles que as leis e justiça se nom compria senom em-nos pobres, mas os outros, que tiinham ajuda e acorro, caindo em ella rrompiam-na e escapavam.*" (CDP: 125). No português contemporâneo[19], essas duas formas são atestadas nos dicionários como sinônimas, nos parece, contudo, que embora constantes dos dicionários são formas arcaizantes que não permanecem no léxico comum do português brasileiro, sendo preteridas em favorecimento da palavra 'socorro'.

[20] Nos dados da segunda fase do período arcaico, já não encontramos a ocorrência das formas derivadas do verbo 'apostar', mas, com o mesmo sentido, encontramos a palavra ornamentos (do lat. ornamentum -i < do lat. ornare) com o sentido de 'enfeites, adornos' em: "... fez muitas e reaes obras e deu muy riquissimos ornamentos." (Vida e feitos d'el Rey D. João II). No português contemporâneo, a forma 'apostamento' não se encontra dicionarizada, embora o verbo 'apostar' no sentido de 'aprontar(-se), preparar(-se), enfeitar(-se)' esteja registrado. A forma 'aposto' aparece, no Dicionário Houaiss (2001), como uma palavra polissêmica e dentre as suas possibilidades de sentido está "3 que tem boa apresentação; bem apessoado, elegante" (2001, p. 259), mas vale ressaltar que em nenhuma das acepções a palavra apresenta o valor 'ornamento'.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues (2007). *Contribuições para o estudo do campo semântico trabalhador no português arcaico*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ASSUMPÇÃO JR., Antônio P. (1986). *Dinâmica léxica portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença.

AULETE, Francisco (1881). *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional. 2 v.

BASÍLIO, Margarida (1999). A morfologia no Brasil: indicadores e questões. *DELTA*, São Paulo, EDUC, v. XV, n. especial, p. 53-70.

BASÍLIO, Margarida (2004). *Formação e classe de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto.

BLUTEAU, D. Raphael (1727). *Supplemento ao Vocabulario portuguez, latino, que acabou de sahir a luz*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva.

BLUTEAU, Raphael (1712/1713). *Vocabulario portugués e latino, aulico, anatomico, architetonico...* Coimbra: Colégio Real das Artes. 8 v.

BROCARDO, Maria Teresa (1997). *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes, de Gomes Eanes Zurara*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

COELHO, Juliana Soledade Barbosa (2005). *Semântica morfolexical: Contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico (séc XIII ao XVI).* Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CUNHA, Antonio Geraldo da (1986). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. rev. acresc. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FERREIRA, José de Azevedo (1987). *Foro Real. Volume II – glossário*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

GEREMEK, Bronislaw (1989). O marginal. In: LE GOFF, Jacques. (Dir.). *O homem medieval*. Lisboa: Presença. p. 223-248.

HOUAISS, Antonio (2001). Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva.

LAPA, Manuel Rodrigues (1965). *Cantigas d'escarnio e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. Coimbra: Galaxia.

LAPA, Manuel Rodrigues (1995). (Ed.). *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. 3. ed. Coimbra: Galáxia.

LAPA, Manuel Rodrigues (1995). Vocabulário galego-português. In: *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. 3. ed. Coimbra: Galáxia.

MACCHI, Giuliano (1966). *Crónica de D. Pedro, de Fernão Lopes*. Edizione critica, com introduzione e glosario a cura de Giuliano MACCHI. Roma: Ateneo.

MACHADO, José Pedro (1967). *Dicionário etimológico da língua portuguesa, com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados.* 2. ed. Lisboa: Confluência.

MAGNE, Augusto (1944). *A demanda do Santo Graal. Volume III: Glossário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

MAIA, Clarinda (1986). *História do galego-português*: *estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

MALER, Bertil (1956). *Orto do esposo: texto inédito do fim do século XIV ou começo do XV*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro. (Edição Crítica com introdução, anotações e glossário).

MALER, Bertil (1964). *Orto do esposo. Volume III (glossário)*. Stockholm: Almqvist & Wiksell.

MATEUS, Maria Helena Mira (1971). *Vida e feitos de Júlio César*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1971). *A mais antiga versão portuguesa dos quatro livros dos Diálogos de São Gregório. Volume IV – Índice geral das palavras lexicais*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAURER JR., T. Henrique (1959). *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

METTMANN, Walter (1972). *Cantigas de Santa Maria. Volume IV (glossário)*. Coimbra: Universitatis Conimbrigenis.

MORAES SILVA, António de (1813). *Diccionario de língua portuguesa: recopilado dos vocabulários impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado*. Lisboa: Ferreira. v. II.

MORAES SILVA, António de (1922). *Diccionario de língua portuguesa.* Fac-símile da segunda edição, 1813. *Revista de Língua Portuguesa,* Rio de Janeiro, v. I.

PENA, Jesus (1980). La derivación en español. Verbos derivados y sustantivos verbales. *Verba*, Anuario Galego de Filoloxía, anexo 16.

RIO-TORTO, Graça Maria (1998). *Morfologia derivacional*: *teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto.

RIO-TORTO, Graça Maria (1999/2000). Configurações sufixais e Z- sufixais em português. *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, v. XXIII, p. 151-182.

RODRIGUES, Alexandra (2001). *A construção de postverbais em português*. Coimbra: Granito.

SAID ALI, Manuel (1964). *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.

SCHENDL, Herbert (2001). *Historical lingüístics*. New York: Oxford University Press.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1920). Glossário do Cancioneiro da Ajuda. *Revista Lusitana*, Lisboa, v. XXIII, n. 1-4, p. v-xii; 1-95.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1990). Cancioneiro da Ajuda. Volume I – Glossário do Cancioneiro da Ajuda. *Revista Lusitana*, Coimbra, v. XXIII, a. 1920.

VERDELHO, Evelina (1994). Vida e feitos d'el Rey D. João II, de Garcia de Resende. In: ______. *Livro das obras de Garcia de Resende*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

VIEIRA, Domingos (1871). *Grande Diccionario portuguez ou Thesouro da língua portugueza.* Porto: Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes.

MAIS-QUE-PERFEITO COMO FUTURO DO PRETÉRITO E IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO EM TEXTOS DOS SÉCULOS XIV E XV

Pascásia Coelho da Costa REIS
(PPGLL/UFBA/ PROHPOR)

INTRODUÇÃO

Este artigo torna público um trecho de nossa dissertação de mestrado construída entre 2001 e 2002 e defendida no princípio de 2003. Tomamos este cuidado logo de partida para que possamos nos sentir mais à vontade com nossas reflexões e, também, deixar à vontade aqueles, que, posteriormente, tenham, como nós, se arvorado por esse caminho: o da morfossintaxe verbal do português arcaico. A dissertação de mestrado em foco entregue ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia intitula-se *Usos do mais-que-perfeito e sua substituição pelo tempo composto em textos representativos do português arcaico* e foi elaborada sob a orientação da Professora Doutora Rosa Virgínia Mattos e Silva.

No trabalho referido, buscamos verificar:

1. Os valores da forma verbal *–ra*, 2. Sua substituição, em seu valor etimológico, de passado anterior a outro passado, pelo tempo composto e 3. Os contextos morfossintáticos favoráveis à ocorrência de cada valor.

Para representar o português arcaico, constituímos como *corpus*:

Os dois primeiros livros de *Os Diálogos de São Gregório*, século XIV, editados por Rosa Virgínia Mattos e Silva; as 1777 primeiras linhas dos dois textos que seguem: *Crônica de D. Pedro*, escrita por Fernão Lopes, primeira metade do século XV, editada por Giuliano Macchi, e *Crônica de D. Pedro de Meneses*, segunda metade do século XV, editada por Maria Tereza Brocardo.

Aqui, neste artigo, trazemos as ocorrências da forma verbal *–ra*, doravante IdPt3, interpretadas como futuro do pretérito, daqui por diante IdFt2, e como Imperfeito do subjuntivo, ou SbPt, além de uma interpretação dos contextos morfossintáticos em que cada ocorrência se deu em todo o *corpus* trabalhado na

mencionada dissertação de mestrado. Para isso, fizemos uso de uma análise descritivo-interpretativista, tendo sempre como apoio o português contemporâneo, porque, àquela altura, conforme Mattos e Silva (1994, p. 71-72), pouco havia sido estudada a morfossintaxe do português arcaico.

Convidamos os nossos leitores, pesquisadores ou não sobre o referido tema, a lerem, de partida, Fernão de Oliveira, quando conclui a primeira gramática da língua portuguesa em 1536:

> ... peço a quem conhecer meus erros que os emende; e, todavia, não mormurando em sua casa, porque desfaz em si. (1975[1536], p. 126)

1 **DESCRIÇÃO MORFOLÓGICA**

Tempo verbal do modo indicativo, o mais-que-perfeito simples morfologicamente se estrutura marcado pela desinência modo-temporal *–ra* e com o alomorfe *–re* na segunda pessoa do plural. Alomorfia que se deve ao fenômeno da assimilação parcial desencadeada pelo contato entre a vogal central do morfema modo-temporal *–ra* e a vogal alta anterior presente no morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural *–is*.

O IdPt3, ou mais-que-perfeito, expressa uma relação de dupla anterioridade, ou seja, de passado anterior a outro passado e ao momento do enunciado, conforme explicita, com clareza, Mattos e Silva (1989:412):

> ... uma relação de dupla anterioridade entre o momento do enunciado e o tempo do evento já terminado e expresso na frase que, por sua vez, se relaciona a outro evento a ele posterior, mas também terminado em relação ao momento do enunciado...

2 **ESTRUTURAS MORFOSSINTÁTICAS PARA O IDPT3**

Sobre as estruturas morfossintáticas em que pode aparecer o mais-que-perfeito simples buscamos noticiar neste ponto, partindo das pistas etimológicas mais recuadas possíveis com a finalidade de apresentá-las aqui.

Nesta direção, chegamos às estruturas morfossintáticas de subordinação que, como sabemos, se caracterizam por indicar uma relação de dependência em relação a outra oração no mesmo período, chamada principal ou independente. Estrutura "recente" em latim, segundo Faria (1958, p. 434-454), quando afirma que,

anterior à existência da subordinação descrita acima, havia a construção identificada como justaposição de orações autônomas, ou construção paratática, registrada em numerosos vestígios escritos.

Na oração subordinada, de maneira geral, o emprego do modo subjuntivo se consagra, no período clássico, após, consoante Faria (idem), seu uso avançar em direção a construções em que no período arcaico do latim ainda aparecia o indicativo, tornando-se, então, o modo da subordinação. Ernout e Thomas (1953, p. 292-294) concordam que a sintaxe da subordinação representa um estado de língua "recente" em latim e que a escolha do modo a ser usado na subordinação depende do sentido da oração subordinada: o modo indicativo é empregado para se referir a um fato real e o subjuntivo é usado para expressar o valor de possibilidade ou de eventualidade.

Ao descrever os contextos morfossintáticos em que os modos aparecem, escreve Faria (1958, p. 434-454) que as orações subordinadas relativas adjetivas geralmente se constroem com o verbo no modo indicativo, que as orações condicionais são construídas com o verbo no indicativo ou subjuntivo. E mais adiante que, na subordinada condicional irreal, o verbo aparece no imperfeito ou mais-que-perfeito do subjuntivo e sua principal equivalente pode trazer o verbo, também, no imperfeito ou mais-que-perfeito do subjuntivo.

Diante destas informações preliminares, encontramos notícias sobre aquilo que, aqui, nos interessa mais precisamente, isto é, trazer as ocorrências da forma verbal –*ra*, IdPt3, interpretadas como futuro do pretérito, IdFt2, e como Imperfeito do subjuntivo, SbPt, além de uma interpretação dos contextos morfossintáticos em que cada ocorrência se deu.

Conforme Ernout e Thomas (1953´, p. 374), é no período hipotético irreal, inicialmente na apódose, oração principal, que o mais-que-perfeito do indicativo aparece para substituir os tempos do subjuntivo por uma questão de expressividade, uso ampliado também à prótase, oração subordinada condicional. Assim sendo, já em latim verifica-se que, nas correlações condicionais, especialmente para expressar uma hipótese irreal, o tempo IdPt3 aparecia.

Inicialmente na oração principal, depois tendo seu uso estendido até a oração subordinada.

Podemos, aqui, levantar algumas hipóteses: primeiro, será que no português arcaico o IdPt3 aparece nas correlações condicionais irreais? Pode-se esperar a presença mais freqüente, no nosso corpus, de ocorrência na apódose, ou seja, na oração principal com valor de futuro do pretérito, uma vez que esta estrutura foi a inovadora em latim? Pode, ainda, o Id Pt3 estrelar ao mesmo tempo na apódose e na prótase nas condicionais irreais? Existem outros contextos de irrealidade em que aparece o IdPt3?

Com esses questionamentos específicos, levantados a partir das informações bastante recuadas a respeito do IdPt3, e de sua presença em orações subordinadas e do período hipotético irreal, chegamos ao português arcaico e, em seguida, aos nossos dados.

As gramáticas históricas do português pouco dizem sobre a morfossintaxe dos verbos e quando o fazem partem de um estado de língua presente como Silveira Bueno (1958, p. 160)

> ... se no estado atual da língua o mais-que-perfeito já passou ao uso literário, empregando muitas vezes com significação do condicional e do imperfeito do subjuntivo, a língua arcaica o empregou corretamente...

e Rodrigues Lapa (1959, p. 171-177)

> ... os escritores antigos da Idade Média e do Classicismo empregavam muitas vezes o perfeito pelo mais-que-perfeito... o escritor moderno é mais rigoroso e sabe discriminar com maior clareza os tempos do passado... O uso indevido do mais-que-perfeito, sobre baralhar os tempos da narração, dá ao discurso um tom remoto e artificial... impressão agravada pelo uso que os escritores fazem do mais-que-perfeito simples, que é hoje, salvo em algumas regiões, do falar provinciano, uma forma banida da língua corrente...

Após a leitura atenta das duas citações acima localizadas, verificamos uma contradição, enquanto a primeira afirma que, no português arcaico, o mais-que-perfeito era empregado corretamente, a segunda citação inicia-se dizendo o contrário, isto é, que o perfeito muitas vezes era empregado em lugar do mais-que-perfeito por escritores antigos da Idade Média e do Classicismo. A primeira citação ainda coloca a presença de IdPt3 no período hipotético em textos da

literatura atual como uso indevido, quando, conforme já vimos, em latim era comum, tanto na apódose como na prótase. Seria um uso indevido em relação a quê? Os dados da forma verbal *-ra* catalogados e analisados na dissertação de mestrado revelaram possibilidades de interpretações que já existiam em latim. Quanto à afirmação do emprego do perfeito pelo mais-que-perfeito, ela levanta também a possibilidade de ocorrência do mais-que-perfeito em lugar do perfeito, o que não aconteceu em nenhuma das 413 ocorrências do *corpus*. Nos textos do português arcaico escolhidos para a pesquisa de mestrado, à totalidade das ocorrências catalogadas e analisadas foram possíveis apenas três interpretações, das quais já havia notícias em latim, para a forma verbal *–ra*: a etimológica de passado anterior, a de futuro do pretérito e de imperfeito do subjuntivo. O que, se não nega, ao menos redimensiona as afirmações anteriores, conforme já escreveu Mattos e Silva em suas *Estruturas trecentista: Elementos para uma gramática do português arcaico*:

> ... O examen desse conjunto de dados permite que consideremos com certa cautela a opinião de Rodrigues Lapa (1959:171) de que os escritores antigos da Idade Média empregavam muitas vezes o perfeito pelo mais que perfeito... (1989, p. 430):

Sobre a presença de IdPt3 em contextos de período hipotético irreal no português arcaico, exemplifica Huber (1986, p. 251-313) situações em que na apódose aparece o mais-que-perfeito do indicativo e na prótase o imperfeito do subjuntivo e outras ocorrências em que na apódose aparece o mais-que-perfeito do indicativo e na prótase o imperfeito do indicativo. Não mencionando, portanto, o autor a possibilidade de *–ra* aparecer na prótase do condicional irreal.

Câmara Júnior (1967, p. 58-80), em trabalho publicado primeiramente em 1956, escreve que o mais-que-perfeito simples funciona para exprimir o irreal e que, na correlação condicional, o uso da forma *–ra* na apódose estende-se à prótase, em vez do imperfeito do subjuntivo, devido a uma tendência de unificação. Essa extensão resulta, segundo o autor, do desaparecimento de formas subjuntivas latinas específicas que ocupavam a prótase. Em seguida, explica que, a partir daí, a forma verbal *–ra* teve seu uso ampliado para expressar a irrealidade em outros contextos em que o futuro do pretérito, IdFt2, era selecionado em seu

valor metafórico para expressar a dúvida, a incerteza, a irrealidade e a possibilidade.

O único estudo lingüístico de que se tem conhecimento sobre a forma verbal *–ra* em *corpus* do português arcaico foi realizado por Mattos e Silva (1989, p. 427-434), onde afirma e exemplifica que, com freqüência, ocorre a forma em foco nos livros dos *Diálogos de São Gregório*, texto do século XIV, não só em seu valor básico, isto é, de antepassado, mas em contextos em que pode ser selecionado o imperfeito do subjuntivo: em orações condicionais e em subordinadas que expressam afirmativas sobre um fato realizado; e em contextos em que pode ser selecionado o futuro do pretérito: em orações condicionais e em subordinadas que expressam a irrealidade, a hipótese ou dúvida.

3 **APRESENTAÇÃO DOS DADOS**

Colocar-se-ão em evidência os seguintes casos:

- As ocorrências em que o IdPt3 foi interpretado como IdFt2 na apódose da condicional irreal;
- As ocorrências em que o IdPt3 foi interpretado como IdFt2 em outros contextos morfossintáticos;
- As ocorrências em que o IdPt3 foi interpretado como SbPt na prótase da condicional irreal;
- As ocorrências em que o IdPt3 foi interpretado como SbPt em outros contextos morfossintáticos.

3.1 **IDPT3 COMO IDFT2 NA APÓDOSE DA CONDICIONAL IRREAL**

Catalogamos no *corpus* 7 ocorrências de condicional irreal e em todas elas o mais-que-perfeito aparece na oração principal, ou seja, na apódose, com valor de futuro do pretérito. Extraímos os exemplos que seguem dos textos que integram o *corpus*:

> - Se aqueste homen santo quisera mais viver com estes monges que aviam custumes mui contrairos aos seus e que se juntaron contra el pêra mata-lo, assi em como el era certo em

> querendo-os correger, tanto pela ventura **saira** de maneira de mansidoen e d'assessegamento, que perdera o deleito e o prazer que soia a aver. (D.S.G. 2.3.23)

Em *Os Diálogos de São Gregório* catalogamos 2 ocorrências de condicional irreal e nas duas aparece –*ra* na apódose.

Em *Crônica de D. Pedro de Fernão Lopes* apareceu uma só ocorrência da estrutura em análise:

> ...e logo tostemente veherom a el-rrei e nom **ousarom** d'entrar na camara por a defesa que el-rrei tiinha posta, se nom fora Gonçallo Vaasquez de Gooes seu escivam da puridade, que disse que queria mostrar as cartas que sobreveherom d'el-rrei de Castella a gram pressa; e per tall aazo e fingimento ouverom entrata dentro da camara e acharom el-rrei com o bispo... (C.D.P. VII, 1.49-55)

Já na *Crônica de D. Pedro de Meneses* catalogamos as outras 4 ocorrências de IdPt3 por IdFt2 na apódose de condicional irreal, segue exemplo:

> ... e de todolos outros que nos virtuosos trabalhos cavalleirosos de que este llyvro rrecomta allgũa parte teverem semtir pouco obrygados aa bomdade deste rrei, como ja disse: çertamemte se elle não fora, todo **passara** em esquecimemto. (C.D.P. M. p.176, l. 78-81)

As ocorrências de IdPt3 na apódose da condicional irreal foram interpretadas como IdFt2, futuro do pretérito. Esse uso nesse contexto parece, pelas informações ditas mais acima neste artigo, estar presente em um estado de língua anterior ao português arcaico, assim talvez fosse interessante um estudo sobre a presença do mais-que-perfeito na apódose da condicional irreal em textos mais recuados do que aqueles aqui utilizados.

3.2 **IDPT3 COMO IDFT2 EM OUTROS CONTEXTOS MORFOSSINTÁTICOS**

Conforme dito anteriormente, Câmara Júnior (1967, p. 58-80) escreve que, a partir da apódose da condicional irreal, o uso da forma verbal –*ra* para expressar a irrealidade estendeu-se para outros contextos em que o futuro do pretérito era selecionado em seu valor metafórico para expressar a dúvida, a incerteza, a irrealidade e a possibilidade. Mattos e Silva (1989, p. 27-34) identifica e exemplifica

esse uso, afirmando que o mais-que-perfeito pode ser selecionado como futuro do pretérito em orações condicionais e em subordinadas que expressam a irrealidade, a hipótese ou dúvida.

No *corpus*, em 12 ocorrências, interpretamos *–ra* como *–ria* conforme os autores referidos:

> - E tanto crecia o vĩho que se **vertera** per terra se o bispo mais tardara" (D.S.G. 1.17.18)

Neste exemplo, interpretamos **vertera** como *verteria* e o seu contexto como subordinada adverbial.

> - Ca hua ave pequena e negra que chaman merloa começou a voar ante seu rostro e andar tan pesseveradamente derredor dele que a **podera tomar** com as mãão se quisera, mais depois que el fez o sinal da cruz partiu-se a ave dele. (D.S.G. 2.2.3)

Aqui, *–ra* aparece em verbo principal da locução verbal **pudera tomar**, em contexto interpretado como subordinada adjetiva.

> -Ca certa cousa come He que o amigo de Deus San Beento *quisera* que a claridade que estava no aar quando el veo, ficasse sempre ata que el fosse pera seu moesteiro. (D.S.G. 2.33.27)

Neste exemplo, interpretamos **quisera** como *quereria* e seu contexto como subordinada substantiva.

Em *Os Diálogos de São Gregório* catalogamos 4 ocorrências da forma em foco em diferentes contextos de subordinação. Assim como nos outros textos:

> ...e el per seu corpo os queria punir e atormentar, assi como **quisera fazer** a huu bispo do Porto, na maneira que vos contaremos... (C.D.P. VII, 1.11-13)

Neste exemplo, o mais-que-perfeito aparece como verbo principal em uma locução verbal, cujo contexto interpretamos como subordinada adverbial.

> ...Gonçallo Vazques disse que, assy por sua hidade como por outras cousas que ho ympidiã, nõ podia fazer, do que algũs tiverão que ell rrey nom **fora** comtemte... (C.D.P. M. p.197, l. 555-557)

Aqui, interpretamos **fora** como *seria* ou *estaria* e seu contexto como subordinada substantiva.

> ...A primeira porque pareçee, segundo diz sam Geronimo, que se eu fezera empreita d'esparto ou esteiras de jumco, que o ganho **fora** pouco, ao menos podera escusar de rrepremsão, da quall são çerto que nenhũ autor de novo lyvro possa ser escuso... (C.D.P. M. p.178, l. 112-116)

Neste exemplo, interpretamos **fora** como *seria* e seu contexto como subordinada adjetiva.

Um dado novo é que, em 4 ocorrências, interpretamos o contexto em que IdPt3 aparece como coordenação, o que sugere, se as análises feitas se sustentarem, uma ampliação dos contextos mencionados anteriormente por Mattos e Silva (1989, p. 27-34) em que –*ra* pode ser selecionado com valor de –*ria*:

> - Ca, se el non confiara mais do homem santo dom Onrado ca de si, non tirara a calça sua que tragia por religas e a **posera** sobelo corpo do morto (D.S.G. 1.4.20)

> ...Quamto mais que eu achey os feitos pella mayor parte tam maravilhosos, que, se soomemte os ouvera de escrever per emformaçõ dallgus que ho souberão per ouvida doutros, eu duvidara çertamemte de hos escrever, nẽ os **escrevera** se naboca de dous ou de tres achara o coneçimemto destas cousas, porque emtemdera que o deziã por emgramdeçar seu nome e fama... (C.D.P. M. p.178, l. 122-128)

> ...Mandou matar em Tolledo viinte e dous homees bõos do comũu porque forom em conselho de sse alçar a cidade de Tolledo por nom matare em Ella a rrainha dona Branca, segundo todos d'aquella vez cuidarom: antre os quaaes mandava matar huu ourivez velho de oiteenta annos; e hũu seu filho de dezoito, teendo-opera o matar, disse a el-rrei que lhe pedia por mercee que ante mandasse matar elle que seu padre, e el-rrei mandou-ho assi fazer: pero mais **prouvera** a todos que el-rrei nom mandara matar huu nem outro... (C.D.P. XVI, l. 113-122)

Além desta análise do contexto desta ocorrência, são possíveis outras duas leituras, quando interpretamos *pero* como uma partícula expletiva:

Se considerarmos **prouvera** um verbo transitivo direto e indireto, ele aparece em oração principal, mas não do tipo apódose de condicional irreal, pois a conjunção *que* iniciaria uma oração subordinada substantiva.

Se considerarmos **prouvera** um verbo transitivo indireto, o *que* é analisado como *se,* interpretação que classifica o contexto da estrutura em foco como oração principal do tipo apódose de condicional irreal.

Essa construção complexa constata a dificuldade em se realizar um estudo sobre a morfossintaxe verbal do português arcaico, por isso este artigo, como a dissertação de mestrado de que ele partiu, apenas representa ou representou uma procura por vozes com quem dialogar sobre o assunto, o que não invalida o que dizemos ou o que tenhamos dito.

A possibilidade de analisarmos como coordenação os contextos dos exemplos acima em que aparece a forma *–ra* para expressar seu valor metafórico de dúvida, incerteza, irrealidade ou possibilidade aponta para uma ampliação dos contextos mencionados por Mattos e Silva (1989, p. 27-34), em que o mais-que-perfeito pode ser selecionado com valor de *–ria*. Esse tipo de realização apareceu em pequeno número, todavia esteve presente em todos os textos que compõem o *corpus*.

3.3 **IDPT3 COMO SBPT NA PRÓTASE DA CONDICIONAL IRREAL**

Como está dito no início das análises dos dados, catalogamos, no *corpus*, 7 ocorrências de condicional irreal e em todas elas o mais-que-perfeito aparece na oração principal, isto é, na apódose, com valor de futuro do pretérito. A presença de IdPt3 na prótase, ou seja, na oração dependente da condicional irreal, com valor de imperfeito do subjuntivo, se deu em todas as 7 ocorrências de condicional irreal. Vejamos os exemplos:

> - Se aqueste homen santo **quisera** mais **viver** com estes monges que aviam custumes mui contrairos aos seus e que se juntaron contra el pêra mata-lo, assi em como el era certo em querendo-os correger, tanto pela ventura saira de maneira de mansidoen e d'assessegamento, que perdera o deleito e o prazer que soia a aver. (D.S.G. 2.3.23)

Catalogamos 2 ocorrências de condicional irreal em *Os Diálogos de São Gregório* e, nas duas, –*ra* aparece na prótase. Em *Crônica de D. Pedro de Fernão Lopes* encontramos uma só ocorrência da estrutura em análise:

> ...e logo tostemente veherom a el-rrei e nom ousarom d'entrar na camara por a defesa que el-rrei tiinha posta, se nom **fora** Gonçallo Vaasquez de Gooes seu escivam da puridade, que disse que queria mostrar as cartas que sobreveherom d'el-rrei de Castella a gram pressa; e per tall aazo e fingimento ouverom entrata dentro da camara e acharom el-rrei com o bispo... (C.D.P. VII, 1.49-55)

Em *Crônica de D. Pedro de Meneses*, catalogamos as outras 4 ocorrências de IdPt3 por SbPt na prótase de condicional irreal:

> ... e de todolos outros que nos virtuosos trabalhos cavalleirosos de que este llyvro rrecomta allgũa parte teverem semtir pouco obrygados aa bomdade deste rrei, como ja disse: çertamemte se elle não **fora**, todo passara em esquecimemto. (C.D.P. M. p.176, l. 78-81)

A presença de IdPt3 tanto na prótase quanto na apódose de todos os dados catalogados de condicional irreal demonstra, pelas informações ditas mais acima, a tendência de unificação proposta por Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1967, p. 58-80) e sugere, ainda, que essa unificação pode já estar presente em um estado de língua anterior ao português arcaico, assim, talvez, fosse interessante um estudo sobre a presença do mais-que-perfeito para expressar o irreal nos referidos contextos em registros mais recuados do que aqueles aqui utilizados e, talvez, um avanço nesses escritos medievais rumo ao português contemporâneo possa revelar o contrário, ou seja, a tendência ao desuso do IdPt3 nos referidos contextos.

3.4 **IDPT3 COMO SBPT EM OUTROS CONTEXTOS MORFOSSINTÁTICOS**

Sobre a forma verbal –*ra* em *corpus* do século XIV, Mattos e Silva (1989, p. 427-434) exemplifica seu uso em contextos em que pode ser selecionado o imperfeito do subjuntivo: em orações condicionais e em subordinadas que expressam afirmativas sobre um fato realizado.

No *corpus* selecionado para este estudo, catalogamos 6 ocorrências do morfema verbal –*ra* como –*sse* em outros contextos morfossintáticos que não o da

prótase da condicional irreal. Esses dados, ainda que em menor número, estiveram presentes em todos os textos:

> ...Escrevã - deziã [elles] – os autores das estórias que numca foy nenhũa companha tam mall-aventurada como foy aquesta nossa, caa, aymda que nos **esteveramos** em meo da hũ campo com hũas poucas de palhas por çerraduras, nom poderamos tam lligeyramemte ser vemçidos, e sequer ao menos a nossa vemtura comtavra nos leyxara tamto bem que teveramos allgũ espaço em que poderamos conhecer nosso vemçimemto, o quall por çerto nõ nos podera pouco aproveitar, sequer ao menos por nom perdermos de todo aquillo que por tamtos tempos aviamos ganhado. (C.D.P. M. p.221-222, l. 173-183)

Neste exemplo, interpretamos ***esteveramos*** como *estivéssemos* e seu contexto como subordinada adverbial concessiva que expressa uma afirmativa ou comentário sobre um fato realizado ou acontecido, conforme Mattos e Silva (1989, p. 427-434).

> ...Mandou matar em Tolledo viinte e dous homees bõos do comũu porque forom em conselho de sse alçar a cidade de Tolledo por nom matare em Ella a rrainha dona Branca, segundo todos d'aquella vez cuidarom: antre os quaaes mandava matar huu ourivez velho de oiteenta annos; e h~uu seu filho de dezoito, teendo-opera o matar, disse a el-rrei que lhe pedia por mercee que ante mandasse matar elle que seu padre, e el-rrei mandou-ho assi fazer: pero mais prouvera a todos que el-rrei nom **mandara matar** huu nem outro... (C.D.P. XVI, l. 113-122)

Trouxemos este exemplo para este momento do texto porque a análise do contexto desta ocorrência considera *pero* como uma partícula expletiva e *prouvera* um verbo transitivo direto e indireto, dessa forma, a conjunção *que* inicia uma oração subordinada substantiva, que expressa, como o exemplo anterior, uma afirmativa ou comentário sobre um fato realizado ou acontecido.

> - Ca hua ave pequena e negra que chaman merloa começou a voar ante seu rostro e andar tan pesseveradamente derredor dele que a podera tomar com as mãão se **quisera**, mais depois que el fez o sinal da cruz partiu-se a ave dele." (D.S.G. 2.2.3)

Aqui, interpretamos *–ra* como *–sse* e seu contexto como subordinada condicional do tipo não irreal, pois expressa, como os exemplos anteriores, uma afirmativa ou comentário sobre um fato realizado ou acontecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui, para este artigo, trouxemos as ocorrências da forma verbal *–ra*, IdPt3, interpretadas como futuro do pretérito, IdFt2, e como Imperfeito do subjuntivo, SbPt, além de uma interpretação dos contextos morfossintáticos em que cada ocorrência se deu em todo o *corpus* trabalhado na mencionada dissertação de mestrado, os dois primeiros livros de *Os Diálogos de São Gregório*, século XIV, editados por Rosa Virgínia Mattos e Silva; as 1777 primeiras linhas dos dois textos que seguem: *Crônica de D. Pedro*, escrita por Fernão Lopes, primeira metade do século XV, editada por Giuliano Macchi, e *Crônica de D. Pedro de Meneses*, segunda metade do século XV, editada por Maria Tereza Brocardo. Com uma análise descritivo-interpretativista, tendo sempre como apoio o português contemporâneo, catalogamos:

7 ocorrências de IdPt3 na apódose e 7 na prótase da condicional irreal. A presença de IdPt3 tanto na prótase quanto na apódose de todos os dados catalogados de condicional irreal demonstra a tendência de unificação proposta por Câmara Júnior(1967, p. 58-80) e sugere, ainda, que essa unificação pode já estar presente em um estado de língua anterior ao português arcaico.

16 ocorrências de IdPt3 como IdFt2 em outros contextos morfossintáticos, sendo 12, conforme Mattos e Silva (1989, p. 27-34), em subordinadas que expressam a irrealidade, a hipótese ou dúvida e 4 dados em contextos analisados como coordenação, o que aponta para uma ampliação dos contextos mencionados por Mattos e Silva (1989, p. 27-34), em que o mais-que-perfeito pode ser selecionado com valor de *–ria*. Esse tipo de realização apareceu em pequeno número, todavia esteve presente em todos os textos que compõem o *corpus*.

6 ocorrências do morfema verbal *–ra* como *–sse* em outros contextos morfossintáticos que não o da prótase da condicional irreal estiveram presentes em todo o *corpus*, afinando com o que já observou Mattos e Silva (1989, p. 427-434):

em orações condicionais e em subordinadas que expressam afirmativas ou comentários sobre um fato realizado ou acontecido.

REFERÊNCIAS

CÂMARA JUNIOR, J. Mattoso (1967). *A forma verbal portuguesa em –ria*. Washington: Georgetown.

COSTA, Pascásia Coelho (2002). *Usos do mais-que-perfeito e sua substituição pelo tempo composto em textos representativos do português Arcaico*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ERNOUT, Alfred; THOMAS, François (1953). *Syntaxe latine*. Paris: Librairie C. Klincksieck.

FARIA, Ernesto (1958). *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

HUBER, Joseph (1986[1933]). *Gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Gulbenkian.

LAPA, Manuel Rodrigues (1959). *Estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1991). *O português arcaico: fonologia.* São Paulo: Contexto.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1994). *O português arcaico: morfologia e sintaxe.* São Paulo: Contexto.

OLIVEIRA, Fernão de (1975). *A gramática da linguagem portuguesa*. (Introdução, leitura atualizada e notas de M. L. Buesco). Lisboa: IN-CN.

SILVEIRA BUENO, Francisco (1958). *A formação da história da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

FONTES LEXICAIS DE ADVERBIAIS ESPACIAIS E TEMPORAIS PORTUGUESES

Sônia Bastos Borba COSTA
(UFBA/PROHPOR)

INTRODUÇÃO

Sem adentrar a complexa questão de conceituação da classe dos advérbios, daremos notícia de trabalho que vimos desenvolvendo desde a defesa de Tese de Doutoramento intitulada *Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização*. Naquele estudo, levantamos, em 9 textos do século XVI[1], integrais ou por amostragem, todas as formas adverbiais espaciais e temporais, simples ou locucionais, analisando-as em sua constituição morfossintática, em seu conteúdo semântico e em seu estatuto quanto à foricidade, com o intuito não apenas descritivo, mas de contribuição para a sua compreensão a partir da ótica da teoria da Gramaticalização, focalizando sua trajetória do latim ao português.

Desde então temos trabalhado com os mesmos tipos de adverbiais nas cartas escritas no Brasil pelo Pe. Antônio Vieira (séc. XVII) no período em que o jesuíta se incumbiu da missão da Companhia de Jesus para a catequese indígena, na região que, à época, se identificava como Província do Grão-Pará e Maranhão e hoje corresponde a grande parte do norte do Brasil, entre junho de 1651 e junho de 1661, conhecidas como Cartas do Maranhão, e em cartas de juízes escritas no Estado da Bahia-Brasil, na segunda metade do século XVIII, não só com o intuito de avaliar a continuidade, o desuso ou a emergência de novos adverbiais, mas também com o intuito de averiguar possíveis registros de adverbiais de formação já portuguesa e, particularmente, brasileira.

---

[1] *A Carta de Pero Vaz de Caminha* (texto integral); *Cartas de D. João III* (as de número 1 a 22); *Cartas da Corte de D. João III* (as de número 3, 8, 9, 22, 43, 47; 50 a 57; 84, 85, 86, 106; 163, 165, 167; 169; 171; 173); *Gramática da Linguagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira (texto integral); *Gramática da Língua Portuguesa* , de João de Barros (texto integral); *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem,* de João de Barros (texto integral); *Diálogo da Viciosa Vergonha*, de João de Barros (texto integral); *Ásia*, de João de Barros (primeira e segunda décadas – texto parcial).

Assim, para o presente trabalho, consideramos os adverbiais encontrados nos 9 textos do séc. XVI pesquisados (11.244 linhas); nas 39 cartas do Pe. Vieira (em torno de 6.500 linhas); e nas 127 cartas de juízes da Bahia, escritas entre os anos 1764-1799 (em torno de 1.900 linhas).

Um dos temas afetos à Teoria da Gramaticalização que nos tem ocupado é a alegada propriedade da unidirecionalidade, considerada essencial para a citada teoria. Tem-nos intrigado, sobretudo, o fato de que uma teoria que se inclui em abordagem funcionalista das línguas possa se ver engessada em tratamento diacrônico um tanto determinista. Como conciliar a admissão de que o uso é fundamental na criação, expansão e fixação de um elemento lingüístico, com a admissão de que existe um direcionamento prévio, que "guia" essa mudança? Talvez a interface da teoria com a abordagem cognitivista apresente uma justificativa para o fato de que os falantes testam e selecionam expressões em uso e inovadoras, a partir de tendências cognitivistas, por essência, razoavelmente previsíveis, o que admitimos, mas não há dúvida de que a discussão abordando a questão das tendências prévias *versus* usos deve ser empreendida em relação aos estudos de Gramaticalização, como já tem sido contemplada em estudos de mudança lingüística, a partir de outros aportes metodológicos.

Alertamos que advogar a qualificação de *teoria* para as abordagens da Gramaticalização nos parece razoável, considerando que reconhecemos nesses estudos:

a) objeto próprio, a saber, a compreensão de como termos e estruturas gramaticais são originados nas línguas;

b) método próprio, que permite submeter os elementos que analisa a avalições de alterações semânticas, sintáticas, mórficas e fônicas que os fazem inserir-se cada vez mais na estrutura gramatical de cada língua;

c) capacidade de formular hipóteses, submetidas à hipótese–mor, qual seja, a admissão de que existe um *continuum* **discurso → gramática**, de que a gramática de uma língua é um contínuo fazer-se, o que implica não só a inclusão de termos novos para expressar relações gramaticais, como também de estruturas

gramaticais novas que possam vir a dar conta das relações de sentido necessárias, segundo a admissão da existência de competição de motivações no jogo da linguagem; e que normalmente, estruturas mais extensas, ou frouxamente conectadas se transformam paulatinamente em estruturas mais compactas, mais interconectadas, mais interdependentes, assim como termos integrantes de classes lexicais mais ligadas à denominação podem vir a integrar classes lexicais mais afetas às inter-relações, que afinal são o que constitui a gramática de uma língua;

d) compreensão particular do fenômeno das línguas, vistas como um devir da *parole* para a *langue*, em termos saussurianos, ou do *desempenho* para a *competência*, em termos chomskianos, ou do uso para a gramática, em termos funcionalistas, o que torna a gramática de uma língua, ou, pelo menos, os meios pelos quais a gramática de uma língua se manifesta, sempre emergente, no sentido de Hopper (1991) e sempre compreendida como incluindo variações, que podem ou não levar à mudança, como querem os sociolinguistas. Assim, embora o arcabouço abstrato das gramáticas das línguas seja, *grosso modo*, predizível, como querem os gerativistas, as formas pelas quais ele se manifesta (incluindo estruturas ou construões gramaticais) se organizam sintagmaticamente e paradigmaticamente, permitindo um fluir no sentido do mais estruturado, mais predizível, mais compacto, mais econômico, embora novas formas continuem eclodindo e passando pelo mesmo fluir, o que garante a perenidade e a funcionalidade natural das línguas;

e) identificação e caracterização de mecanismos que os elementos perpassam no seu fluir, prevendo parâmetros de avaliação dessa implementação (cf., por exemplo, LEHMANN, 1982).

Como já manifestado em outros momentos (cf., por exemplo, COSTA, 2006, p. 298-299), consideramos que, no tratamento da cadeia da unidirecionalidade, estão inter-relacionados três tipos de *continuum*: o *continuum* conceitual, que identificamos como de tipo **a**; o *continuum* morfossintático, que identificamos como de tipo **b**, e o *continuum* do tipo **c**, relacionado à possível seqüência na

aplicação diacrônica dos mecanismos de gramaticalização, esse sobre o que menos se reflete. Caracterizamos a seguir os dois primeiros tipos:

Tipo **a)** Considera a trajetória:

pessoa → objeto → atividade → espaço → tempo → qualidade

Trata a trajetória cognitiva e também lingüística **conceitos-fonte → conceitos-alvo** e diz respeito a processos produtores de significado, relativos ao mundo extralingüístico, que ligam o mundo real ao mundo mental e esse ao mundo lingüístico, através sobremodo do que se costuma chamar o léxico da língua. Nas nossas abordagens, temos preferido substituir a denominação do último elemento, *qualidade*, por *noções mais abstratas.* É o que se poderia chamar a face semântica dos estudos de gramaticalização.

Tipo **b)** Considera a trajetória:

discurso → sintaxe → morfologia → fonologia → Ø/discurso

e diz respeito à passagem do mundo mental ao lingüístico e, neste, de níveis de estruturação mais frouxos a mais interligados, tanto no sentido paradigmático quanto sintagmático, o que implica em maior paradigmacidade e maior coalescência, no sentido de Lehmann (1982). É o que se poderia chamar a face morfossintática dos estudos de gramaticalização.

Neste trabalho nosso principal foco é a manifestação do *continuum* do tipo **a,** concentrado sobretudo na questão das fontes**,** tentando uma abordagem dos processos metafóricos ou metonímicos que envolvem o percurso semântico do núcleo do item adverbial.

Quanto ao *continuum* do tipo **b**, lembramos apenas que é consensual admitir-se que os adverbiais ocupam, nesse *continuum*, posição intermediária, que partilham com os adjetivos, e que esses últimos, na cadeia, precedem os advérbios.

De fato, o processo de formação da maioria dos adverbiais do nosso *corpus*, simples e locucionais, confirma essa postulação: seus núcleos são provindos, quer ainda no latim, quer já no português, de nomes (28 fontes nominais), adjetivos (19

fontes adjetivais), verbos (4 formas verbais). Alguns já eram adverbiais no latim (27 fontes adverbiais). Outros, poucos, têm seus núcleos provindos de preposições (3 fontes), além das preposições que compõem massivamente as locuções adverbiais em português (*a, até, de, em, para, por*). Muitos deles, produziram também conjunções ou nexos discursivos vários.

Além desses elementos-núcleos, ocorrem, tanto no *corpus* utilizado para a tese, quanto naquele utilizado para este trabalho, as já citadas 6 preposições e alguns outros elementos, como: artigos; demonstrativos; numerais; o item *não*; quantificadores (*algum*, *muito, todo*, *tanto*, *pouco*, *bastante*); indefinidos (*qualquer*, *algum*, *vários*); adjetivos ordenadores (*primeiro* e *último*); identificadores (*mesmo*, *outro*); adjetivos (*breve*, *passado*, *presente*) e o classificador *cada,* todos participantes na formação de locuções.

1 **AS FONTES**

Passando ao foco do trabalho, apresentamos nos quadros aqui expostos as 78 fontes lexicais latinas, 1 francesa e 2 portuguesas dos adverbiais de conteúdo semântico espacial e temporal, simples e locucionais, encontrados nos corpora dos séculos XVI, XVII e XVIII, sobre as quais pretendemos apresentar algumas considerações de ordem semântica. O quadro apresenta ainda o sentido da fonte na língua de origem e os adverbiais dos séculos pesquisados que a têm como núcleo.

FONTES DOS ADVERBIAIS – NOMES

FONTES	SENTIDO	ADVERBIAIS		
		Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII
ăgīnă,-æ	buraco em que se move o travessão da balança	asinha		
ānnŭs, -ii	ano	aquele ano, este ano, cada ano,	(n)o ano passado, (por) tantos anos, alguns anos, aquele ano, cada ano, daquele ano, de ano em ano, em todo o ano, este ano, naquele ano, nestes anos, neste mesmo ano, o(s) ano(s) passado(s), por alguns anos, por espaço de x anos, por muitos anos, tantos anos antes, todos os anos	por muitos anos, deste ano, este (presente) ano, há bastantes anos, há mais dos anos, há muitos anos, naquelles anos, neste ano, no ao passado, nos anos futuros, o ano passado, por delatados anos, por muitos anos, anoalmente.
cāsŭs, -us	queda, fim, termo		neste caso, em qualquer caso,	casualmente
cōstă, -æ	costela, flanco		às costas,	
cymă, -æ	broto, renovo de planta	acima, de cima, defumdo acima, em cima, para çima, per cima,	acima, de cima, para cima	asima,
dĭēs, - ei	dia	ao outro dia, cada dia, de dia, este dia, hu dia, neeste dia, o outro dia, oje em dia, todo o dia	(n)aqueles dias, algum dia, ao dia seguinte, ao outro dia, cada dia, cada dia mais, de dia, muitos dias, muitos dias depois, naquele dia, nestes dias, no dia, no dia antes, muitos dias, muitos dias depois, no dia seguinte, no mesmo dia, no outro dia, os dias passados, todo dia, todo o dia, todos os dias	a poucos dias, cada dia, de dia, diariamente, há dois dias, no dia de ontem, no dia seguinte, no outro dia
dĭstāntĭă,ae	distância			em distância
finĭs, -is	fronteira, limite	finalmente	finalmente, enfim, por fim, alfim	a final, em fim,
flèche (fr.)	flecha	de frecha		
fūndŭs, -i	fundo, base	defumdo acima, no fundo,	ao fundo,	
hōră, -æ	hora	ora, agora, até agora, dagora, per agora, té ora, para agora	agora, à última hora, àquelas horas, até agora, cada hora, em qualquer hora, por espaço de uma hora, por agora	agora, a esta hora, por ora, poucas horas antes,
lŏcŭs, -i	lugar	logo	logo	logo
mănŭs, -us	mão	duma mão para a outra,	entre mãos	
mĕdĭŭm, -ii	meio, centro; intervalo de tempo	no meio, pelo meio,	no meio, pelo meio,	
mēns,tìs	mente, espírito	antigamente, brevemente, continuadamente, eternalmente, finalmente, novamente,	actualmente, antigamente, brevemente, continuamente, finalmente, imediatamente, juntamente, novamente, pontualmente, primeiramente,	presentemente, primeiramente, proximamente, juntamente, ultimamente, imediatamente, brevemente, actualmente, novamente, antecedentemente,

FONTES	SENTIDO	ADVERBIAIS		
		Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII
		perpetuamente, primeiramente,		
nōx, -ctis	noite	antontem, de noite, dontem, esta noute, ontem,	à noite, de noite,	de noite, no dia de ontem,
ōccāsĭō, -onis	ocaso, queda, ocasião		naquela ocasião, nesta ocasião,	nesta ocasião, em uma ocasião, em outra ocasião, em qualquer ocasião, nesta mesma ocasião, na primeira ocasião,
pārs, -tis	parte, quinhão, porção; região; facção		da outra parte, de parte a parte, em toda a parte, em qualquer parte, por toda a parte, à parte,	de uma parte para outra, em umas partes, nesta parte, por aquelas partes, por diversas partes, por toda parte
pāssŭs, -us	espaço compreendido entre as pernas; passo		nesse passo	a cada passo, ao mesmo passo,
pīttăcĭŭm, -ii	emplastro; rótulo; pequeno escrito	um pedaço,		
prīncĭpĭŭm,-ii	princípio	no princípio,	ao princípio, no princípio, por princípio,	
pūnctă, -æ	golpe com a ponta; estocada	de ponta a ponta,		
pūnctŭm, -i	picadura, pequeno orifício, ponto (no texto)		neste ponto, no mesmo ponto, pontualmente,	
sēptĭmānă, -æ	semana			semanariamente,
spătĭŭm, -ii	espaço livre, distância, época		por espaço de uma hora, por espaço de vinte anos,	em todo este espaço
tarde (port.)	(a) tarde	aa tarde,	à tarde, às tardes, de tarde, esta tarde, toda a tarde,	
tēmpŭs, -oris	tempo	naquele tempo, neste tempo, per muito tempo, té quelle tempo	ao mesmo tempo, em muito tempo, em pouo tempo, em tão breve tempo, em tão pouco tempo, em todo esse tempo, em todos os tempos, há muito(s) tempo(s), muito tempo, naquele tempo, nesse tempo, neste (mesmo) tempo, nestes últimos tempos, no mesmo tempo, no outro tempo, no seu tempo, por (muito) mais tempo, por breve tempo, por este tempo,	a esse tempo, a seu tempo, a tempo, a tempos, ao mesmo tempo, em outro tempo, em todo (o) tempo, mais tempo, muito tempo, neste tempo, no presente tempo, no tempo presente,
vix, -cĭs	vez, sucessão, alternativa	algumas vezes, as mais (das) vezes, às vezes, muitas vezes, outra vez, outras vezes, per esta vez, por algumas vezes, poucas vezes,	a primeira vez, a última vez, algumas vezes, às vezes, cada vez...mais, daquela vez, de uma vez, desta vez, esta vez, muitas vezes, outra vez, outras vezes, por (tantas) vezes, por muitas vezes, por vezes, poucas vezes, tantas vezes, várias vezes,	algumas vezes, cada vez mais, desta vez, muitas vezes, outra vez, outras vezes, repetidas vezes, várias vezes,

FONTES DOS ADVERBIAIS – ADJETIVOS

FONTES	SENTIDO	ADVERBIAIS		
		Séc. XVI	**Séc. XVII**	**Séc. XVIII**
ætērnālĭs, -e	Eterno	eternalmente		
āltŭs, -a, -um	nutrido, elevado		de alto a baixo	
āctŭālĭs, -e	ativo, prático		atualmente	atualmente
bāssŭs, -a, -um	gordo, baixo	abaixo, debaixo, em baixo, para baixo, ataabaixo	abaixo, de alto a baixo, debaixo,	
brĕvī, e	que tem pouco espaço; curto; que tem pouca duração	breve, brevemente, em breve,	brevemente, em tão breve tempo, por breve tempo,	brevemente, com brevidade
cōntĭnŭŭs, -a, -um	contínuo, continuado		continuamente,	
cōntĭnŭātŭs, -a, -um	continuado; junto, reunido	continuadamente		
dērĕtrāriŭs, -a, -um	que fica atrás; que se move para trás	por derradeiro		
grāndĭs, -e	grande; idoso; sublime			a grande
mĕdĭātŭs, -a, -um	dividido ao meio		imediatamente	imediatamente,
jūnctŭs, -a, -um	junto, unido		junto, juntamente	juntamente, junto
lōngŭs, -a, -um	longo; comprido	ao longo, de longo,		
mānĕāna	(hora) matinal	amanhã, de manhã, pela manhã,	de manhã, pela manhã,	da menhã,
nŏvŭs, -a, -um	novo, recente; outro	de novo, novamente,	de novo, novamente,	de novo, novamente,
pērpĕtŭŭs, -a, um	não interrompido; inteiro	perpetuamente,		
prīmārĭŭs, -a, -um	primeiro; principal	à primeira vista, à primeira, da primeira, primeiramente, primeiro	primeiro, primeiramente, a primeira vez,	na primeira ocasião, primeiramente, primeiro,
prōxĭmŭs, -a, -um	vizinho; próximo			próximo, de próximo, proximamente,
sŭbĭtŭs, -a, -um	repentino, sorrateiro	de súbito		
ūltĭmŭs, -a, um	o mais afastado; o mais remoto		nestes últimos tempos, à última hora, a última vez,	por última, por último, ultimamente

FONTES DOS ADVERBIAIS – VERBOS

FONTES	SENTIDO	ADVERBIAIS		
		Séc. XVI	**Séc. XVII**	**Séc. XVIII**
dīstāns, -tis	Afastado		distante	
īnstāns, -tis	que persegue; ameaçador; próximo; presente		num instante (Bandarra),	neste instante
prāesēns, -tĭs	que assiste; que está à vista; atual	ao presente	ao presente, de presente,	no presente tempo, no tempo presente, este (presente) ano, ao presente, até o presente, até ao presente, de presente, presentemente
vista (port.)	Vista	à primeira vista		

FONTES DOS ADVERBIAIS – ADVÉRBIOS

FONTES	SENTIDO	ADVERBIAIS		
		Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII
accu illāc	lá	acolá		
ad īllīnc	além	além, d'além		
accu ĭnde	aquém	pera aquém		
ălĭcŭbĭ	em algum lugar	algures		
alhures (port.)	em nenhum lugar	nelhures		
āntĕ	diante, antes, anteriormente	antes, dantes, diante, adiante, ao diante, avante, dali por diante, daqui por diante, em diante, por davante, por diante, per aqui adiante,	antes, dantes, no dia antes, tantos anos antes, daí por diante, daqui por diante, diante, adiante, ao diante, por diante, avante, dali por diante, daqui em diante, daqui por diante, de hoje a diante, de hoje em diante, de hoje por diante, em diante, avante,	antes, poucas horas antes, ao diante, para diante, daqui por diante, daqui em diante, daí em diante,
cĭtō	depressa, brevemente, prontamente	cedo,	cedo,	
fŏrās	para fora, ir embora	afora, fora, de fora, para fora, per fora,	fora, de fora, por fora,	fora, para fora,
hāc	por aqui	cá, de cá, peraqua, por cá,	cá, para cá, de cá, por cá,	cá, de antão para cá,
hīc	neste lugar	aqui, ataaqui, daqui, daqui por diante, per aqui adiante, por aqui,	aqui, até aqui, daqui, daqui por diante, por aqui, daqui em diante,	aqui, daqui, daqui em diante, daqui por diante, até aqui,
ībī	i (nesse lugar)	i, per i, dhi a pouco, dhi, desi		
a + i (port.)	aí	aí, daí,	aí, daí, daí por diante,	aí, daí, daí em diante
hŏdĭē	hoje	até hoje, hoje, hoje em dia,	até hoje, de hoje a diante, de hoje em diante, de hoje por diante, hoje,	hoje, até hoje,
īllāc	lá	até lá, de lá, lá, pera lá,	lá, de lá,	lá
īllīc	ali, lá, naquele lugar	ali, dali, dali por diante, pera ali, por ali, tely,	ali, dali, por ali, dali por diante,	ali, dali,
īndĕ	desse lugar	ainda, ainda...nom,	ainda, ainda não, não...ainda, nem...ainda	ainda, inda,
īntrō	para dentro	dentro, de dentro, per dentro, pera dentro,	dentro, de dentro, para dentro, por dentro	dentro
jăm	imediatamente, agora, até agora	já, já não,	já, já não, não já, não...já, já não...mais, jamais	já, já não, desde já
lōngē	de longe; há muito tempo; longamente	longe, de longe	longe, de longe,	longe,

FONTES	SENTIDO	ADVERBIAIS		
		Séc. XVI	**Séc. XVII**	**Séc. XVIII**
măgĭs	mais	não...mais, nunca mais	cada dia mais, cada vez...mais, não mais, já não...mais, jamais, nunca mais, por (muito) mais tempo	mais tempo, cada vez mais, há mais dos anos, nunca mais, jamais
mĭnŭtē	com pequenos acessos de tosse; aos pedacinhos	ameúde,		
nūnquăm	nunca	nunca, nunca mais,	nunca, nunca mais	nunca, nunca mais,
*prĕttŭ	apertado; perseguido de perto	perto, de perto,	perto, de perto, ao perto, para perto,	
rĕpēntē	de repente		de repente,	de repente,
sēmpĕr	sempre	sempre	sempre, para sempre	sempre
tārdē	lentamente, tardiamente	tarde,	tarde	
tūnc	então, naquele tempo, depois disso, sendo assim	até então, de então, então, entonces, por então, por entonces,	então,	então, de então para cá,

FONTES DOS ADVERBIAIS – PREPOSIÇÕES

FONTES	SENTIDO	ADVERBIAIS		
		Séc. XVI	**Séc. XVII**	**Séc. XVIII**
āntĕ	antes de	antontem		antecedentemente
pōst	atrás, depois	depois,	depois, ao depois, muitos dias depois,	depois, ao depois
trāns	além de, para trás da cabeça	atrás, detrás, para trás, para detrás,	atrás, para trás,	

Sobre os nomes, observamos inicialmente que *flèche*, nome francês, foi introduzido no português no século XV e *tarde*, que, apesar de ter um seu cognato, o adverbial *tārdē* registrado em latim, não tem registro como nome latino, mas já o tem em português. E, dos latinos, 3 têm origem grega reconhecida (*cymā*, *nōx*, *pīttăcìŭm*) [2].

2 O *CONTINUUM* SEMÂNTICO

Para a observação do *continuum* semântico percorrido pelas fontes dos adverbiais portugueses que coletamos, apresentamos abaixo um quadro que, embora muito esquemático, permite uma certa visualização. Chamamos a atenção para o fato de que a coluna *outras noções* registra sentidos que nem sempre são preenchidos por adverbiais, como é o caso de, por exemplo, *logo*, juntivo oracional.

[2] Esclarecemos, contudo, que não procedemos à investigação da etimologia de todos os nomes latinos.

TRAJETO SEMÂNTICO – NOMES

FONTES	LATIM					SÉC. XVI			SÉC. XVII			SÉC. XVIII		
	COR	OBJ	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS
ăgīnă,-æ	-	x	-	x	modo	-	x	-	-	-	-	-	-	-
ānnŭs, -ii	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
cāsŭs, -us	-	-	-	x	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-
cōstă, -æ	x	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-
cymă, -æ	-	x	-	-	-	x	-	texto	x	-	texto	-	-	texto
dĭēs, - ei	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
fīnĭs, -is	-	-	x	-	qualidade	-	x	-	-	x	conclusão	-	x	conclusão
flèche (fr.)	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-
fūndŭs, -i	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-
hōră, -æ	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
īnstāns, -tis	-	-	x	x	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-
lŏcŭs, -i	-	-	x	-	-	-	x	conclusão	-	x	conclusão	-	x	conclusão
mănŭs, -us	x	-	-	-	-	-	x	modo	x	-	posse	-	-	-
mĕdĭŭm, -ii	-	-	x	x	instrumento	x	-	-	x	-	-	x	-	-
mēns,tìs	x	-	-	-	'espírito,razão'	-	-	modo	-	-	modo	-	-	modo
nōx, -tis	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
ōccāsĭŏ, -onis	-	-	-	x	favorabilidade	-	-	-	-	x	-	-	x	-
pārs, -tis	-	-	x	x	fim	-	-	-	x	-	modo	x	-	-
pāssŭs, -us	-	-	x	-	gesto	-	-	-	-	-	texto	x	x	-
pīttăcĭŭm, -ii (gr.)	-	-	x	-	-	x	x	-	-	-	-	-	-	-
pūnctă, -æ	-	x	-	-	gesto	x	-	-	-	-	-	-	-	-
pūnctŭm, -i	x	-	x	x	texto	-	-	-	-	x	modo	-	-	-
sēptĭmānă, -æ	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-
spătĭŭm, -ii	-	-	x	x	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-
tarde (port.)	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
tēmpŭs	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
vīx, -cĭs	-	-		x			x			x			x	

TRAJETO SEMÂNTICO - ADJETIVOS

FONTES	LATIM					SÉC. XVI			SÉC. XVII			SÉC. XVIII		
	COR	OBJ	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS
ætērnālĭs, -e	-	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-
āltŭs, -a, -um	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-
āctŭālĭs,e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-
bāssŭs, -a, -um	x	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-
brĕvī	-	-	-	x	modo	-	x	modo	-	x	-	-	x	-
cōntĭnŭŭs, -a, -um	-	-	x	x	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-
cōntĭnŭātŭs, -a, -um	-	-	x	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-
dērĕtrārĭŭs, -a, -um	-	-	x	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-
grāndĭs, -e	-	-	x	x	qualidade	-	-	-	-	-	-	-	-	modo
mĕdĭātŭs, -a, -um	-	-	x	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
jūnctŭ̆s, -a, -um	-	-	x	x	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-
lōngŭ̆s, -a, -um	-	-	x	x	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
mānĕāna	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
nŏvŭs, -a, -um	-	-	-	-	qualidade	-	x	qualidade	-	x	qualidade	-	x	-
pērpĕtŭ̆ŭ̆s, -a, um	-	-	x	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-
prīmārĭŭs, -a, -um	-	-	x	-	qualidade	-	x	-	-	x	-	-	x	-
prōxĭmŭs, -a, -um	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	x	x	-
sŭ̆bĭtŭ̆s, -a, -um	-	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-
ūltĭmŭs, -a, um	-	-	x	x	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-

TRAJETO SEMÂNTICO – VERBOS

FONTES	LATIM					SÉC. XVI			SÉC. XVII			SÉC. XVIII		
	COR	OBJ	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS
dīstāns, -tis	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-
īnstāns, -tis	x	-	x	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
prāesēns, -tĭs	-	-	x	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
vista (port.)	x	-	-	-	-	x	-	modo	-	-	-	-	-	-

TRAJETO SEMÂNTICO – ADVÉRBIOS

FONTES	LATIM					SÉC. XVI			SÉC. XVII			SÉC. XVIII		
	COR	OBJ	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS
accu illāc	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
ad īllīnc	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
accu ĭnde	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
ălĭcŭbĭ	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
alhures (port.)	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
āntĕ	-	-	x	x	-	x	x	preferência	x	x	preferência	x	x	preferência
cĭtō	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-
fŏrās	-	-	x	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
hāc	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	x	-
hīc	-	-	x	x	-	x	-	texto	x	x	texto	x	x	texto
ībī	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
a + i (port.)	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-
hŏdĭē	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
īllāc	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-
īllīc	-	-	x	-	-	x	x	texto	x	-	texto	x	-	texto
īndĕ	-	-	x	x	-	-	x	acréscimo	-	x	acréscimo	-	x	acréscimo
īntrō	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-
jăm	-	-	-	x	inclusão	-	x	-	-	x	-	-	x	-
lōngē	-	-	x	x	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-
măgĭs	-	-	-	-	quantidade intensidade	-	x	-	-	x	-	-	x	-
mĭnŭtē	x	-	x	-	modo	-	x	-	-	-	-	-	-	-
nūnquăm	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
*prēttŭ	-	-	x	x	-	x	x	-	x	-	quantidade	x	-	-
rĕpēntē	-	-	-	x	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-
sēmpĕr	-	-	-	x	-	-	x	confirmação	-	x	-	-	x	-
tārdē	-	-	-	x	modo	-	x	-	-	x	-	-	-	-
tūnc	-	-	-	x	conclusão	-	x	conclusão	-	x	conlusão	-	x	conclusão

TRAJETO SEMÂNTICO – PREPOSIÇÕES

FONTES	LATIM					SÉC. XVI			SÉC. XVII			SÉC. XVIII		
	CORPO	OBJETO	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS
āntĕ	-	-	x	x	-	x	x	preferência	-	-	-	-	x	-
pōst (adv.)	-	-	x	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
trāns	-	-	x	-	mudança de estado	x	x	-	x	-	-	-	-	-

Quanto ao *continuum* semântico, percebe-se que, além de a forte maioria apontar para a procedência do deslizamento espaço → tempo como muito produtivo, algumas observações avultam:

b) Algumas fontes latinas e uma portuguesa advêm de denominações ligadas a partes, faculdades ou atividades do corpo, inclusive gestos (*cōstā*, *mănŭs*, *mēns*, *pūnctŭm*, *bāssŭs*, *mĭnutē*, *præsēns* e *vista*) ou a objetos ou partes de objetos (ă*gīnă*, *pūnctă*), o que atesta a alegada previsível passagem, no *continuum* do tipo a, de **pessoa → espaço ou de objeto → espaço**;
c) 40 das 81 fontes têm representanrtes em núcleo de adverbiais documentados nas três épocas;
d) Algumas desapareceram como núcleo de adverbiais espaciais e temporais, como, por exemplo, ă*gīnā, mănŭs, pīttăcìŭm, ălĭcŭbĭ, ībī,* embora algumas continuem sob forma de outras classes de adverbiais ou de palavras, como, por exemplo, *flèche* (*flecha*, subst.); *mănŭs* (*de mão em mão, manualmente*, adverbiais de modo); *pīttăcìŭm* (*pedaço*, substantivo; *aos pedaços,* adverbial de modo); *dērĕtrāriŭs* (*derradeiro*, adjetivo, pouco usado); *accu illăc* (*acolá*, adverbial, pouco usado);
e) Algumas, embora não documentadas nos séculos XVII e XVIII, sabemos que continuam em uso, como *fūndŭs*, *pūnctă*, *pūnctŭm*, *lōngŭs*, *pērpĕtŭŭs*, *cĭto*, *mĭnutē*, *prēttŭ* e *trāns*;
f) Algumas só começam a ocorrer como núcleo de adverbiais espaciais e temporais mais tarde, como ō*ccāsĭŏ*, *pārs*, *pāssŭs*, *pūnctŭm*, *sēptĭmānă, spătĭŭm, āctŭālĭs, dīstāns, īnstāns;*
g) As fontes mais produtivas, quanto ao número de adverbias que vieram a formar (*types*), não com relação à freqüência de uso (*tokens*) são *ānnŭs*, *dĭēs*, *hōră*, *tēmpŭs*, *vĭcĭs*, *præsēns*, *āntĕ*. O caso de *mēns* merece registro à parte, considerando que deslizou de forma livre para forma presa, vindo, nesse emprego, a ser muitíssimo produtiva nas três épocas pesquisadas;

h) Algumas percorreram todo o *continuum*, como *pūnctŭm*, *mĭnutē* e *cōstā*, considerando-se que temos em uso a expresão *pelas costas* para indicar modo;

i) Os deslizamentos metafóricos ou metonímicos podem ter-se dado, quer no uso da fonte em sua classe de palavra básica, quer já como adverbial:

i) na passagem do grego para o latim (*cymā*, *pīttăcìŭm*);

ii) em latim ; (*ăgīnā, cāsŭs, fīnĭs, lŏcŭs, mĕdĭm, mēns,* ōc*cāsĭŏ, pārs, pāssŭs, pūnctă, pūnctŭm, spătĭŭm, bāssŭs, brĕvīs, cōntĭnūătŭs, cōntĭnŭŭs, grāndĭs, jūnctŭs, lōngŭs, pērpĕtŭŭs, prīmārĭŭs, ūltĭmŭs, īnstāns, præsēns, āntĕ, hīc, īndĕ, jăm, mĭnŭtē, prēttŭ, tārdē, tūnc, pōst, trāns*)

iii) do latim ao português (*fīnĭs, mănŭs, pāssŭs, pūnctă, mēns, āctŭālĭs, bāssŭs, dērĕtrāriŭs, vīstă*)

iv) já no português (*cima, fim, fundo, logo, mão, grande, novo, próximo, antes, este, ali, ainda, perto, sempre, trás*)

O espaço de que dispomos agora não nos permite reflexões pormenorizadas sobre o percurso de todas as fontes. Contudo, destacaremos aqui algumas que podem representar maior dificuldade de acompanhamento apenas pelos quadros ou que apresentem particularidades que os quadros não podem captar:

a) A fonte *cyma* nome latino, 'pimpolho, renovo, grelo de plantas' (SARAIVA, s.d., s.v. *cym*a), é proveniente de *kyma*, nome grego, 'onda, vaga, qualquer produção, animal ou vegetal'. (HOUAISS, 2001, s.v.*cima*). Segundo Houaiss, no latim vulgar o termo assumiu (metonimicamente, acrescemos) o sentido de "o que avulta à superfície, extremidade, parte superior ou mais alta das coisas" e, no português arcaico, significou (pelo deslizamento metafórico **espaço** → **tempo**, acrescemos) "cobro, remate, termo", sendo citada uma expressão exemplificativa, "dar cima a um mal-entendido". Mattos e Silva (1989, p. 249) também registra a ocorrência de *aa cima*, com esse último sentido, no século XIV.

(1) E *aa cima* a piedade venceu a homildade (MATTOS E SILVA, 1989:250).

b) A fonte *pittaccium*,–ii, nome latino, 'rótulo, emplastro, pequeno escrito', provém do grego *pittákion*, 'pano sobre o qual se estende um emplastro'. Sofreu, portanto, processo metonímico do grego ao latim e, já em português assume o sentido temporal que capturamos no séc. XVI:

(2) ...e comecaram asaltar e dançar *huũ pedaço* (Carta de Pero Vaz Caminha, fl.5, ls.29-30).

c) A fonte latina *agina*, 'encaixe ou buraco em que se move o travessão da balança', é, segundo Machado (1965, s.v. *asinha*), proveniente da forma feminina de **aginus*, adjetivo derivado do verbo *āgō*, no sentido de 'pesar'. Assumiu também em latim, segundo Machado, a acepção de 'balança', num rico jogo metonímico, portanto. Para Corominas e Pascual (1980-1991, s.v. *aína*) ă*gīnā* é nome do latim vulgar, 'atividade', derivado, por abstração, do sentido de *ăgĕre*, na acepção de 'conduzir, empurrar', e é o étimo de *ajinha* (~*asinha*), advérbio trasmontano, 'imediatamente, pronto'. Lembram, também, a existência do verbo ă*gĭnāre*, 'agitar-se', documentado em Petrônio, e as formas hispânicas *ajinarse*, 'apressar-se' e *aginhado*, 'apressado'. Curioso que tão rica história semântica e morfossintática se tenha esvaído no português, talvez devido à intensa formação de novos adverbiais locucionais, como *depressa*, que não fez parte dos adverbiais que analisamos.

d) *Tarde* aparece duas vezes como fonte, sendo uma como o adverbial latino*, tārdē*, que nos deu o adverbial *tarde*, e outra como o nome português *tarde*, que nos deu as locuções *à tarde*, *de tarde*, *pela tarde*. Observe-se que, em latim, o adverbial desliza semanticamente de um adverbial temporal de aspecto, fronteiriço de modo ('lentamente') para *um adverbial* de localização temporal ('após o termo de algum evento'), sentido que continua em português. Mas o português produziu um substantivo cognato *tarde*, com o sentido de 'parte do dia após o meio-dia' que, por sua vez, produziu os citados adverbiais temporais. Assim, este é um caso interessante para a avaliação da unidirecionalidade quanto ao *continuum* do tipo b (morfossintátrico), visto que o português "tirou" um substantivo provavelmente do sentido de um adverbial. A esse respeito, temos uma posição já expressa em outra oportunidade (cf. COSTA, 2006, p. 307-309).

Alguns outros adverbiais que aqui trouxemos mereceriam também estudo quanto a seus percursos semânticos, o que ficará para uma próxima oportunidade. Deles, destacamos *acolá*, *jamais*, *nelhures*, *ontem* e os derivados de *mānĕanā*, cujas histórias são particularmente interessantes para estudo sob a ótica da Teoria da Gramaticalização.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, João Lúcio d' (1925/1928). (Coordenação e anotação). *Cartas do padre António Vieira*. 2. ed. Lisboa: IN-CM. 3. v.

BAIÃO, A. (1932). (Ed.). *Ásia: primeira década.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

BAIÃO, A. (1932). (Ed.). *Ásia: segunda década*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

BARROS. J. de (1971). *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Ed. crítica de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CINTRA, Luis Felipe L. (1964). *A Lenda do Rei Rodrigo*. Lisboa: Editorial Verbo.

COROMINAS, Joan; PASCUAL, José A. (1980/1991). *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Editorial Gredos.

CORTESÃO, J. A. (1967). *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa: Portugália.

COSTA, Sônia B. B. (2003). *Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização*. 3 v. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador. (disponível em: <www.prohpor.ufba.br>).

COSTA, Sônia B. B. (2006) Cadeias de gramaticalização e lexicalização. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide & ALMEIDA, Norma. (Orgs.). *Para a história do português brasileiro, v. VI: novos dados, novas análises.* 2 tomos. Salvador: EDUFBA. p. 297-311.

CUNHA, A. G. (1998). *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2. ed., 10. reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FORD, J. D. M. (1931). (Ed.). *Letters of John III, King of Portugal: 1521-1557*. Cambridge: Harvard University Press.

FORD, J. D. M.; MOFFAT, L. G. (1933). (Eds.). *Letters of the court of John III, king of Portugal*. Cambridge: Harvard University Press.

HOPPER, P. (1991). On some principles of grammaticization. In: HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

HOUAISS, A. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva e M. de S. Villar.

LEHMANN, C. (1982). *Thoughts on grammaticalization: a programmatic sketch*. Arbeiten des Kölmer Universalien – Projekts 48. Cologne: Universitat zu Köln, Institut für Sprachwissenchaf.

LOBO, Tânia (2001). (Org.). *Cartas baianas setecentistas*. São Paulo: Humanitas.

LOPES, Fernão (1966). *Crônica de D. Pedro. Ed. crítica con introduzione e glossario a cura di Giuliano Macchi.* Roma: Edizione dell'Ateneo.

MACHADO, José Pedro (1967). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Editorial Confluência.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN–CM.

PEREIRA. S. B. (1964). *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha.* Rio de Janeiro: INL/MEC.

SARAIVA, F. R. S. (s. d.). *Novissimo Diccionario Latino-Portuguez*. 5. ed. Rio de Janeiro: Garnier.

TORRES, Amadeu; ASSUNÇÃO, Carlos (2000). *Gramática da linguagem portuguesa: edição crítica, semidiplomática e anastática.* Lisboa: Academia de Ciência de Lisboa. p. 161-237 [1-76]. (Edição semidiplomática).

AGENTIVIDADE E INDETERMINAÇÃO EM DUAS SINCRONIAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Maria da Conceição HÉLIO SILVA
(UNEB-PPGLL/UFBA/PROHPOR)
Mariana de OLIVEIRA
(PPGLL/UFBA/PROHPOR)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: OBJETO DE ESTUDO, OBJETIVOS E OUTROS

Este trabalho de pesquisa insere-se na Área da Lingüística Histórica e na Linha de Pesquisa Constituição Histórica do Português, abordando a história interna da língua, e vincula-se ao Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), sediado no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (ILUFBA) e coordenado pela Professora Doutora Rosa Virgínia Mattos e Silva, orientadora das pesquisas aqui apresentadas, e pela Professora Doutora Tânia Conceição Freire Lobo.

Agentividade e indeterminação do sujeito são, em Lingüística, temas ainda não suficientemente trabalhados; sua definição e identificação nos textos não é sempre consensual. Por essa razão, buscando uma melhor compreensão do que sejam agentividade e indeterminação do sujeito e de como elas se relacionam no português, tanto no português europeu (PE) como no português brasileiro (PB), apresenta-se este estudo, que trata os referidos temas, da maneira como, por hora, pareceu mais oportuno e produtivo. E a razão de tratar dados representativos da língua portuguesa em duas sincronias — nos séculos XIX e XX — é que estes séculos, na história do português, sobretudo do PB, têm relevância comprovada: Tarallo (1996) demonstrou ter havido, na passagem do século XIX para o XX, quatro grandes mudanças sintáticas no PB. Talvez, no que se refere à agentividade e à indeterminação do sujeito, estes séculos ofereçam também dados interessantes.

1 **OBJETO DE ESTUDO**

Este trabalho aborda, como já se disse, a agentividade e a indeterminação do sujeito, que são propriedades semânticas, enfocando a relação semântica que se estabelece entre o predicador verbal e seu sujeito, seja ele sintático, lógico (o

agente da passiva) ou sintático-lógico. Desta forma, o que interessa aqui são orações como, por exemplo, entre outras:

(1) *Maria* arrumou a casa.
(2) A casa foi arrumada *por Maria*.
(3) (Ø) Arrumaram a casa.
(4) A casa foi arrumada (Ø).

Nas orações em (1) e (2), o Agente ou o desencadeador direto da ação expressa pelo predicador verbal está explícito ou lexicalmente preenchido; trata-se, respectivamente, do sintagma nominal *Maria* e do sintagma preposicionado *por Maria*: o primeiro sintagma, com função sintática de sujeito — sujeito sintático-lógico —, e o segundo sintagma, com função sintática de agente da passiva, que não é o sujeito sintático da oração, função atribuída ao sintagma nominal *A casa*, Paciente da ação, mas é o sujeito lógico ou semântico, o Agente da ação, que normalmente é a função atribuída ao sujeito, enquanto a de Paciente é própria do objeto verbal. A oração em (2) pode ser interpretada como a versão passiva da oração em (1), na qual *a casa*, sintaticamente, é objeto verbal.

Por outro lado, nas orações em (3) e (4), o sujeito (que é Agente, porque o verbo da oração é um verbo de ação-processo) está indeterminado: em (3), o verbo encontra-se conjugado na terceira pessoa do plural, e o sujeito não está explícito nem se pode depreendê-lo do contexto apresentado; em (4), o agente da passiva, também chamado sujeito lógico da oração, da mesma forma não está explícito, configurando-se, em ambos os casos, a indeterminação do sujeito. Nestes casos, em se tratando o predicador verbal de um verbo de ação-processo, pode-se dizer que o sujeito que está indeterminado é também o Agente da ação. Mas nem sempre se pode associar o sujeito indeterminado à função semântica de Agente; indeterminação do sujeito nem sempre é, ao mesmo tempo, indeterminação do Agente, porque pode o predicador verbal não ser de ação ou de ação-processo, mas sim de processo ou de estado, e, nesses casos, o sujeito indeterminado ter o papel temático de Paciente ou Possuidor, por exemplo.

2 OBJETIVOS

Em primeiro lugar, o objetivo, com esta pesquisa, é tratar os conceitos de agentividade e de indeterminação do sujeito, descrevendo e analisando, dentro de quadros teóricos específicos, os dados coletados em *corpora* de PE e de PB dos séculos XIX e XX. Em segundo lugar, verificar em que medida se pode atribuir, com base nos dados coletados nos *corpora*, a noção de agentividade ao sujeito classificado como indeterminado. Em terceiro lugar, comparar os resultados obtidos da análise dos dados do PE aos resultados obtidos da análise dos dados do PB, confrontando os dados obtidos dos *corpora* escritos do século XIX aos dados obtidos dos *corpora* orais do século XX.

3 ESTUDOS SOBRE O TEMA

3.1 A AGENTIVIDADE

Apolônio Díscolo (Neves, 2002, p. 66), que nasceu na primeira metade do século II d.C. e foi um dos gramáticos do Ocidente mais importantes de sua época, disse que é próprio dos corpos, ou dos nomes, atuar e sofrer, ser Agente ou Paciente e que as propriedades dos verbos são a ação e a paixão, marcando, pois, a atividade (agentividade) e a passividade as relações dos nomes com os verbos. A atividade, segundo o gramático, corresponde, na voz ativa, ao nominativo, caso do sujeito, e a passividade corresponde ao acusativo, caso do objeto. E, ainda que a diátese, ou a disposição dos corpos, seja alterada, mesmo que se passe da construção ativa para a passiva, as relações dos nomes com os verbos se mantêm: na passiva, as pessoas pacientes correspondem ao nominativo, e as pessoas agentes, ao genitivo com preposição, afirma Apolônio Díscolo.

As Gramáticas portuguesas, que seguem a tradição gramatical, tratam o tema da agentividade e da passividade, em termos semelhantes aos de Apolônio Díscolo, estabelecendo geralmente, portanto, uma relação necessária entre sujeito Agente e voz ativa, sujeito Paciente e voz passiva e sujeito Agente e Paciente ao mesmo tempo e voz reflexiva. Cegalla (1997, p. 296), um dos gramáticos normativos mais consultados no Brasil, define o sujeito Agente como "aquele que

faz a ação expressa pelo verbo da voz ativa", sujeito Paciente como "aquele que sofre ou recebe os efeitos da ação expressa pelo verbo passivo" e sujeito Agente e Paciente a um só tempo como "aquele que faz a ação expressa por um verbo reflexivo e ele mesmo sofre ou recebe os efeitos dessa ação".

Mas não é a voz do verbo que necessariamente define o papel temático dos nomes ou argumentos e adjunções verbais, se terão o papel temático de Agente, Paciente — que estão entre os mais freqüentes nas línguas humanas e entre os que ocupam as posições argumentais proeminentes sintaticamente na sentença, como as funções de sujeito e objeto direto, respectivamente —, ou outros; é a propriedade semântica do verbo que determina como os nomes a ele subordinados serão semanticamente especificados. De acordo com Chafe (1979, p. 97), "a influência semântica do verbo é dominante, estendendo-se sobre os nomes subordinados que o acompanham."

Chafe (p. 98-102) descreve seis especificações semânticas possíveis para o verbo:

a) Estado: A madeira está seca.
b) Estado-ambiente: Está quente
c) Processo: A madeira secou.
d) Ação: Miguel correu.
e) Ação-processo: Harriet quebrou a travessa.
f) Ação-ambiente: Está chovendo.

Os verbos especificados como estado, como em a) e b), denotam um estado ou uma condição. Segundo Chierchia (2003, p. 493), "intuitivamente, os estados não são alguma coisa que "acontece", mas alguma coisa que "subsiste"". Já os verbos especificados como não-estado, como em c), d), e) e f), denotam um acontecimento.

Conforme descrição de Chafe (1979, p. 98-102), os verbos de estado selecionam nome Paciente[1]; os verbos de processo (ou de mudança de estado)

[1] Para Moreira (2000), as construções estativas, não acarretando mudança de estado ou locação, não têm os traços de ação/causação e afetação, não apresentam nem um nome Agente, nem um nome

também selecionam nome Paciente; os verbos de ação selecionam nome Agente, e os verbos de ação-processo selecionam nome Agente e nome Paciente. Os verbos de estado-ambiente e de ação-ambiente, segundo Chafe, parecem não implicar nada além de uma predicação, na qual não há referência a nenhuma coisa particular no ambiente.

Vendler (1967), que desenvolveu a conhecida classificação aristotélica dos verbos segundo a eventualidade que representam ou o modo como as pessoas se referem aos fenômenos no mundo, classifica os verbos de não-estado ou não-estativos em três classes acionais, todas podendo denotar agentividade:

a) Atividade: João andou ou Maria tocou violão.
b) *Accomplishment*: João comeu a maçã ou A neve derreteu.
c) *Achievement*: João caiu ou Maria atirou a pedra no lago.

Atividade diz respeito a uma eventualidade que se desenvolve no tempo, mas não apresenta um ponto natural de culminação; *accomplishment* refere-se a uma eventualidade prolongada, apresentando um ponto natural de culminação, e, por sua vez, *achievement* consiste em eventualidade pontual ou instantânea.

Como se pode ver, os nomes Agentes ou a agentividade têm lugar — como consta, de forma geral, na bibliografia e também como é assumido neste trabalho — com verbos que representam eventualidades de não-estado ou não-estativas; mais especificamente, com verbos de não-estado de ação, geralmente intransitivos ou apresentando complemento não-Paciente, e com verbos de não-estado de ação-processo, verbos prototipicamente transitivos, havendo, conforme definição de Cunha e Souza (2007, p. 25), "a transferência de atividade de um agente para um paciente", envolvidos aí três elementos: o sujeito afetador, o evento de afetamento e o objeto afetado ou criado.

Agente, assim como Paciente, Possuidor, Experienciador, Instrumento, entre outras, são noções chamadas de papéis temáticos, papéis semânticos ou papéis θ — noções propostas inicialmente por Gruber (1965), Fillmore (1968) e Jackendoff

---

Paciente, mas um nome Experienciador, Locativo, Possuidor, Atributo, entre outros nomes estativos. A posição de Moreira, quanto a isto, frente à de Chafe, parece mais adequada.

(1972) — e se estabelecem na relação dos verbos com os nomes ou dos predicadores verbais com seus argumentos. Como afirmam Mioto *et al* (2005, p. 124), os predicadores verbais não selecionam apenas o número de argumentos com os quais co-ocorrerão, mas, da mesma forma, com que tipo de argumentos podem combinar-se; é o que se chama, em teoria gerativa, de c-seleção, seleção categorial de argumentos, e s-seleção, seleção semântica de argumentos. As informações semânticas relativas à s-seleção configuram os diferentes papéis temáticos, para os quais as definições oferecidas são normalmente bastante intuitivas, não havendo consenso entre os pesquisadores. O Agente, que é o que interessa aqui, ora, na bibliografia consultada, é definido como um ente animado que é responsável, voluntária ou involuntariamente, pela ação; ora é aquele que controla a ação; ora é algo — animados, inanimados, forças naturais — que realiza a ação.

3.2 **A INDETERMINAÇÃO**

As Gramáticas Tradicionais portuguesas — por exemplo, a de Cunha e Cintra (1985) e a de Bechara (1977) — concebem a indeterminação como a impossibilidade de identificação de quem executa a ação, portanto do Agente (como se a indeterminação co-ocorresse apenas com verbos de ação e de ação-processo), quando este elemento não se acha nem explícito nem implícito na oração ou ainda quando não há interesse em identificá-lo.

A maioria dos gramáticos aponta apenas duas formas de indeterminar o sujeito:

a) Verbo na terceira pessoa do plural: Reputavam-no o maior comilão da cidade.
b) Verbo intransitivo e transitivo indireto na terceira pessoa do singular com o pronome SE: Ainda se vivia num mundo de certezas e Precisa-se do carvalho; não se precisa do caniço.

Entre os gramáticos consultados, Bechara (1977, p. 200) é o único a se referir, ademais das possibilidades de indeterminação do sujeito acima indicadas, à

possibilidade de indeterminar o sujeito, pondo o verbo na terceira pessoa do singular, sem referência determinada, a exemplo de construções com *diz que*: *"Diz que eles vão bem"*. Mas Bechara considera que é muito mais freqüente indeterminar o sujeito, pondo o verbo na terceira pessoa do plural do que na terceira pessoa do singular sem referência determinada. Na bibliografia sobre o tema, o verbo na terceira pessoa do plural sem referência determinada é visto como a forma prototípica de indeterminação do sujeito. Veja-se a referência que Câmara Júnior (1978: 229) faz à indeterminação: "Note-se que pode haver um sujeito INDETERMINADO, ou melhor, indiferenciado, isto é, referindo-se à massa humana indiferenciada. Exprime-se em português pela terceira pessoa do plural do verbo: *Contam* que certa raposa....".

Mira Mateus *et al* (1983, p. 225) constatam que a indeterminação ocorre, no PE, nas seguintes condições:

a) Com clítico nominativo SE, acompanhado da terceira pessoa do singular de um verbo: *Diz-se* que o leite vai faltar.
b) Com verbo na terceira pessoa do plural, com sujeito nulo: *Dizem* que o leite vai faltar.
c) Com verbo na segunda pessoa do singular em frases com interpretação genérica: *Ajudas* sempre os amigos e apesar disso eles criticam-te.
d) Nas construções passivas: *Aceitam-se encomendas.*

Segundo Said Ali (2001[1921], p. 92), a indeterminação do sujeito também se dá em português, com verbo na primeira pessoa do plural sem referência explícita a nenhum sujeito. E Ikeda (1980, p. 114) aponta ainda o verbo no infinitivo como uma das estratégias para indeterminar o sujeito.

Na perspectiva dos estudos históricos da língua portuguesa, uma contribuição importante para este tema é a apresentada por Mattos e Silva (2006, p. 160), que, com uma série de exemplos, ilustra as formas de expressão do sujeito não-determinado no português arcaico:

a) Sujeito Ø com verbos existenciais: *Avia* preto de duzentos monges.

b) Verbo na terceira pessoa do plural, expressando um sujeito genérico: Veo aaquel templo e derribou o altar en que *fazian* os sacrifiços.
c) O pronominal *homen*: De cincoenta anos adeante vai ja *homen* folgando e assessegando e quedando das tentações.
d) A estrutura da passiva analítica, sem agente da passiva explícito: Aquesta manceba con sa sogra *foi convidada* pera ir aa consagraçon da eigreja
e) A estrutura da passiva sintética, com SE apassivador e verbo na terceira pessoa: Disse que os juizos de Deus non *se podian* compreender.

Algumas dessas construções permanecem no português atual, tanto no PE como no PB.

Estudos como o de Naro (1976) concluem que o sentido indeterminado para o SE *apassivador* pode ter surgido em substituição à forma arcaica de indeterminação *homem.* Considera o autor que a passiva analítica e a passiva com SE indeterminador não são sinônimas e ocorrem apenas com verbos que requerem um sujeito humano. Concordando com Naro, Ikeda (1980, p. 113) afirma que dizer "Aluga-se este apartamento" não é o mesmo que dizer "Este apartamento é alugado". Nunes (1990) e Naro (1976) constataram que o SE impessoal sofreu um processo de *reanálise* sintática no português antigo, passando de apassivador a indeterminador.

Para Scherre (1999, p. 13-14) a construção de passiva sintética descrita pelas Gramáticas Tradicionais é, na verdade, uma estrutura ativa de sujeito indeterminado, interpretação que também se assume neste trabalho:

> Hoje, a estrutura classificada como passiva sintética — *joga-se búzios ou jogam-se búzios; doa-se filhotes ou doam-se filhotes; cobre-se botões ou cobrem-se botões; analisa-se dados ou analisam-se dados* — não é passiva sintética; é, sim, uma estrutura ativa de sujeito indeterminado semelhante a outras estruturas irmãs do tipo: *No Brasil, precisa-se urgentemente de reforma agrária e vive-se bem nesta terra.* A concordância nas estruturas denominadas passivas sintéticas é variável e ocorre *por atração ou por falsa concordância* com o objeto direto, em função, especialmente, do conhecimento da norma codificada, ou seja, da gramática normativa da língua portuguesa.

Tratando do apagamento do SE, Bittencourt (2008) argumenta que a não-concordância em construções com SE — o que é comum no PB, mas não no PE, em que a passiva de SE com concordância, segundo Nunes (1990) e Duarte (2002),

ainda é a forma de indeterminação preferida — levou ao apagamento de SE indeterminador e ao favorecimento de estratégias de esquiva, acrescentando que a perda de traços ou propriedades sintáticas e semânticas, como pessoa e número, e a mudança progressiva de referência dos clíticos motivaram o apagamento, o que pode ser caracterizado como um estágio de processo de gramaticalização.

Segundo Lopes *et al* (2003) — que estudaram as estratégias de indeterminação em anúncios cariocas dos séculos XIX e XX —, diferentes recursos para indeterminar o sujeito foram utilizados no século XIX, tanto para quem anuncia como para o leitor: SE, *quem,* formas verbais nas primeiras, segundas e terceiras pessoas do plural, formas verbais no infinitivo e nominalizações. No *corpus* do século XX, as autoras encontraram, além destas, as formas *você,* formas nominais de tratamento, formas de imperativo, o pronome *nós* e um único caso de *a gente.*

Há, como se pode ver aqui, nesta breve revisão bibliográfica, diferentes formas de indeterminar o sujeito na língua portuguesa, entre as quais diferentes formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do sujeito.

4 OS *CORPORA* DE PESQUISA

A utilização de *corpora* pelos lingüistas tem sido bastante freqüente, haja vista sua importância como suporte para a investigação lingüística, podendo oferecer quantidade significativa de dados para análise. Como afirma Bacelar do Nascimento (2004, p. 1), "O uso de *corpora* permite a realização de descrições lingüísticas de base empírica e promove, com isso, a discussão de questões teóricas solidamente fundamentadas."

Este trabalho consiste na análise de dados coletados de dois *corpora*: um do século XIX e o outro do século XX, representativos do PE e do PB. O *corpus* do século XIX é constituído de textos escritos, peças teatrais: em PE, *O que morreu de amor* (OQMA), de Dantas (1899), e, em PB, *O Juiz de Paz da Roça* (JPR), de Martins Pena (2008[1838]). O *corpus* do século XX é constituído de textos orais, de informantes considerados cultos, com terceiro grau completo: em PE, inquéritos do *Português fundamental* (PF), coletânea organizada por Bacelar do Nascimento,

Marques e Cruz *et al* (1987) e, em PB, inquéritos de *A Linguagem falada culta na cidade de Salvador* (NURC/SSA), coletânea organizada por Mota e Rollemberg (1994) e de *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro* (NURC/RJ), coletânea organizada por Callou e Lopes (1993). Foram analisadas no total, aproximadamente, 4.000 linhas de texto.

5 QUADRO TEÓRICO

5.1 A AGENTIVIDADE NA PERSPECTIVA DA SEMÂNTICA LEXICAL

A agentividade é tratada, neste trabalho, na perspectiva da Semântica Lexical, entendendo papel temático e, por conseqüência, o Agente e a noção de agentividade, da maneira como Cançado (2005), baseada na proposta de Dowty (1989), o entende, ou seja, o papel temático como um grupo de propriedades semânticas discretas atribuídas a um argumento, a partir dos acarretamentos estabelecidos por toda a proposição em que ele se encontra.

Para a caracterização dos diferentes papéis temáticos, Cançado (2005, p. 31) sugere, motivada por evidências empíricas encontradas no PB, tendo analisado a correlação entre as funções sintáticas e semânticas de orações nas quais se acham os papéis temáticos mais investigados na bibliografia, quatro propriedades semânticas principais:

a) Desencadeador: ser um desencadeador de um processo.
b) Afetado: ser afetado por um processo.
c) Estativo: ser um objeto estativo.
d) Controle: ter controle sobre um desencadeamento, processo ou estado.

A primeira propriedade, desencadeador, relaciona-se a ações/causações; a segunda, afetado, relaciona-se a processos, mudança de estado; a terceira, estativo, a estados, e a última, controle, é uma propriedade compatível com todas as outras três propriedades referidas e está sempre associada à propriedade de animacidade.

O Agente reúne obrigatoriamente, segundo é assumido neste trabalho, as propriedades semânticas de desencadeador e controle, como na oração a seguir:

(5) João quebrou o vaso com um martelo.

em que, como defende Cançado, concordando com Franchi (1975), a relação predicativa ou a composição *quebrar o vaso com um martelo* acarreta o papel temático de Agente, desencadeador com controle, a *João*. Pode-se ver aí uma relação de agentividade-causalidade: o que João faz e o que resulta da sua ação. Mas agentividade e causalidade, como afirma Cançado (1995: 103), não andam sempre junto; por exemplo, em

(6) Maria telefonou.

não se constata a noção de causalidade, ou seja, não há relação entre dois eventos, mas *Maria* é o Agente, desencadeador com controle da ação.

Considerando a relação predicativa na oração, para, a partir daí, definir os papéis temáticos, vê-se que o que aparentemente é um Agente pode não o ser, na realidade, pelo menos considerando o que se entende aqui sobre o que seja Agente. Veja-se a sentença a seguir:

(7) João quebrou o vaso com o empurrão que levou do irmão.

A relação predicativa *quebrar o vaso com o empurrão que levou do irmão* atribui não agentividade a *João* — porque, se é verdade que *João* é desencadeador da ação, é também verdade que ele não tem controle da ação —, mas causalidade a *João*, havendo relação entre dois eventos.

O Agente, além do controle, pode ter a intenção de fazer a ação, como acontece normalmente, a exemplo das orações (5) e (6). Mas, nem sempre, o Agente se associa à propriedade de intenção. Por exemplo, na oração:

(8) João quebrou o vaso original, achando que era o falso.

Pode-se dizer que *João* seja o Agente, desencadeador com controle, mas ele não teve a intenção de quebrar aquele vaso específico, como fica claro na composição do período.

O Agente pode ainda associar-se à propriedade de experienciador, sendo possível, como afirma Cançado (2005, p. 114-115), a relação agentividade-

experiência mental, seja a experiência psicológica, perceptiva ou cognitiva. Na oração:

(9) Paulo olhou a garota com o rabo dos olhos.

O sujeito *Paulo* é Agente, desencadeador com controle da ação e intencionalidade, apresentando a propriedade de experienciador; o predicador verbal *olhar* representa eventualidade mental, havendo uma experiência perceptiva por parte de *Paulo*.

A propriedade de afetado pode também estar associada ao Agente e à noção de agentividade, em orações como a seguinte — de ação-processo —, comuns no português brasileiro coloquial, segundo Cançado (2005: 30):

(10) O pai estudou todos os filhos até a faculdade.

O objeto *filhos*, segundo Cançado (ibid.), é, ao mesmo tempo, no contexto da frase, Agente da ação de estudar, desencadeador com controle e intencionalidade, e afetado pela ação do sujeito sintático *pai*. Na oração que se segue, o Agente também tem a propriedade de afetado:

(11) João subiu as escadas do prédio.

Aí, *João*, desencadeador com controle e intencionalidade, é também afetado, por sofrer mudança de localização. Também na oração em (12), na voz reflexiva, o sujeito *Maria* é Agente com a propriedade de afetado:

(12) Maria se vestiu para a festa.

Em resumo, a agentividade é uma noção própria de orações com predicadores verbais de não-estado ou não-estativos de ação e de ação-processo, o Agente sendo aquele — conforme se assume neste trabalho — que desencadeia a ação e que tem o controle da ação, constituindo-se sempre, portanto, das propriedades semânticas básicas de desencadeador e controle, podendo ainda, como foi apresentado, associar-se às propriedades de causa, intenção, experienciador e afetado. Desta forma, tem-se, para resumir, o seguinte:

Agente → [desencadeador, controle, (intenção), (causa), (experienciador), (afetado)]

As propriedades entre parênteses não são obrigatórias. Mas é possível reunir todas as propriedades listadas, as básicas e as não-básicas, como se pode conferir na oração em (13):

(13) Eu entendi tão bem o assunto que tirei dez na prova.

na qual o sujeito *Eu*, da oração principal, é Agente, desencadeia a ação, com controle e intencionalidade, e apresenta ainda as propriedades de causa, havendo relação entre dois eventos; de experienciador, havendo a relação agentividade-experiência mental cognitiva; e de afetado, porque o sujeito sofre mudança de estado: não conhecia o assunto, depois passou a conhecê-lo e o entendeu tão bem.

5.2 A INDETERMINAÇÃO NA PERSPECTIVA DO FUNCIONALISMO E DA GRAMATICALIZAÇÃO

A indeterminação aqui vai ser analisada com base em pressupostos do Funcionalismo, na perspectiva da gramaticalização. O Funcionalismo é uma teoria lingüística que lança um olhar diferenciado sobre a língua, analisando-a no seu uso, focalizando a relação entre as formas lingüísticas e as funções, voltando-se, portanto, para os fins a que servem as unidades lingüísticas, fornecendo meios e princípios para o desenvolvimento de gramáticas funcionais de línguas particulares. A teoria funcionalista considera, também, as línguas na perspectiva da gramaticalização e defende que, quanto maior a freqüência no uso de uma forma, maior a probabilidade de ela gramaticalizar-se, motivada por razões lingüísticas e históricas.

A respeito da Gramaticalização, Hopper e Traugott (1993) a concebem como um processo em que itens e construções lexicais, em certos contextos lingüísticos, desempenham funções gramaticais; uma vez gramaticalizados, estes itens continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Traugott e Heine (1991) complementam que a gramaticalização é um tipo de mudança que acarreta mudança na gramática. Castilho (1997) acrescenta, quanto à gramaticalização, que um item lexical passa por alterações nas suas propriedades, que podem ser de

ordem sintática, morfológica, fonológica e semântica, deixando de ser livres, podendo até desaparecerem. Neves (2001, p. 129), por sua vez, define gramaticalização como "um processo dinâmico e histórico na sua essência (...), unidirecional, com uma unidade menos gramatical na ponta de partida e uma unidade mais gramatical na ponta de chegada, implicando, portanto, necessariamente, a morfologia."

Heine *et al* (1991) constatam que a gramaticalização, que pode ser vista como generalização, o que implica perda de traços semânticos, pode também representar ganho, com o surgimento de novos itens gramaticais, com funções não encontradas em seus antecessores, ou seja, traços semânticos podem não desaparecer simplesmente, mas ser substituídos por traços pragmáticos.

Alguns desses pressupostos da teoria funcionalista são aqui, de algum modo, considerados no tratamento da indeterminação do sujeito, analisada no uso e no contexto.

Neste estudo, entende-se que a indeterminação do sujeito se dá:

a) Quando o receptor desconhece o sujeito.
b) Quando não se quer ou não se tem permissão para revelar o sujeito ou precisar a idéia expressa pelo verbo.
c) Quando as formas utilizadas expressam generalização e abrangência, atingindo qualquer pessoa, estando aqui relacionadas a fatores semânticos e pragmáticos, dependendo do contexto para sua realização.

Considerando os princípios propostos por Hopper (1991), que são a estratificação — coexistência de formas novas e velhas dentro de um domínio funcional, com função similar, considerando a variação que caracteriza essa forma —, a especialização — uma variedade de formas com diferentes nuanças semânticas podendo coexistir dentro de um mesmo domínio funcional — e a decategorização — princípio básico de desenvolvimento de novos usos mais abstratos, gerando a perda de princípios sintáticos típicos de categorias plenas, como nome e verbo, passando a assumir atributos de categorias secundárias —, o

fato de formas verbais co-ocorrerem com a indeterminação do sujeito, como se ilustra nas orações a seguir, parece indicar alguma gramaticalização.

(14) "e para *arranjar* carne e peixe? *arranja-se* carne boa aqui" (PF, inq.129, l. 46)

(15) "Uma vez *entrando* no navio, *esperar* chegar, *procurar fazer* alguma coisa." (NURC SSA, inq. 277, l. 797-799)

(16) "o boliche *é* bastante *conhecido" (*NURC RJ, inq. 12. l. 521)

Veja-se que, no período em (14), ora emprega-se a forma verbal sem o SE, ora esse clítico acompanha o verbo; no período em (15), os verbos no gerúndio e no infinitivo aí destacados co-ocorrem com a indeterminação do sujeito, ambas as formas verbais, portanto, com a mesma funcionalidade no período e assumindo a função que era expressa pelo SE indeterminador, antes do seu apagamento; já na oração em (16), uma construção no particípio expressa também a indeterminação do sujeito. Seguem-se outros exemplos com o verbo no infinitivo co-ocorrendo com a indeterminação do sujeito:

(17) "(...) a sinalização horizontal, que seria a sinalização de rua, desenho de faixa contínua ou interrompida e desenho de faixas pra pedestres a... atravessarem; normalmente ninguém respeita, mas que é feita pra *respeitar*" (NURC, SSA, inq. 277, inq. 512)

(18) "as boates... quer dizer... a a em que se vai pra... *ouvir* música... *beber... dançar* (...)" *(*NURC RJ, inq. 12, l. 264)

Para realização das análises das formas verbais na seção 2 deste trabalho, construiu-se a seguinte matriz, para caracterização do sujeito [+ humano, + - generalizante, + - identificação do sujeito, + - indeterminação], que resultou no estabelecimento de três graus de indeterminação:

Grau tipo A → [+ humano - identificação do sujeito + generalizante + indeterminação] (sujeito não-recuperável no contexto):

(19) "Geralmente numa cidade grande não *se faz* exercício" (NURC SSA, inq. 277,l.485)

(20) "(...) no largo uma casa aonde *se vêem* muitos bichos cheios, muitas conchas, cabritos com duas cabeças, porcos com cinco pernas, etc." (JPR , l. 68-69)

(21) "Gostaria que isto *se modificasse* (...) como é que *se poderia modificar*?" (PF, inq. 455, l.10-11)

Grau tipo B → [+ humano + - identificação do sujeito + - generalizante + - indeterminação] (sujeito não-recuperável totalmente, mas o contexto pode possibilitar sua identificação):

(22) "*Vós* bem sabeis que é preciso *mandar* gente para o Rio Grande (...)" (JPR, l. 137)
(23) "*Deve ser muito agradável estar* no meio daqui pra Itaparica (...)" (NURC SSA, inq. 277, l. 952)
(24) "é uma falta que *é cometida* dentro da pequena área" (NURC RJ, inq. 12, l. 998)

Grau tipo C → [+ humano, + identificação do sujeito, + - generalizante, - indeterminação] (sujeito mais facilmente recuperável e mais dependente do contexto):

(25) "*Disseram* ao Gafo, esta manhã, que estava em burgo" (OQMA, p. 22)
(26) "vão levar aquela coroa para , porque aquilo, *diz* que tem um mordomo (...)" (PF, inq.111, l. 2)
(27) "Eh... tinha um pneu que *falaram* que não... que não precisava câmara (...)" (NURC, SSA, inq. 277, l. 176)

Para fechar esta parte, que fique claro que as formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do sujeito que serão aqui consideradas, dentre as várias formas verbais possíveis, são as seguintes: verbo na terceira pessoa do plural sem SE; verbo na terceira pessoa do plural com SE; verbo na terceira pessoa do singular com SE; verbo na terceira pessoa do singular sem SE; verbo no infinitivo com SE; verbo no infinitivo sem SE; verbo no gerúndio com SE; verbo no gerúndio sem SE; verbo na voz passiva sem agente da passiva expresso.

6 A AGENTIVIDADE, A INDETERMINAÇÃO E A RELAÇÃO AGENTIVIDADE/INDETERMINAÇÃO NOS *CORPORA* DE PESQUISA

6.1 O SUJEITO AGENTE DETERMINADO

6.1.1 NO PE

No *corpus* de PE oral que foi analisado, encontraram-se 354 ocorrências de sujeito Agente determinado, frente a 168 ocorrências encontradas no *corpus* de PE escrito, num total de 522 ocorrências de sujeito Agente, em sentenças com verbos de ação e com verbos de ação-processo, sendo que, dentre estas, apenas uma

ocorrência, encontrada na amostra de PE oral, de agente da passiva, sujeito lógico, com papel temático de Agente, um Agente genérico:

(1) "(...) as classes mais baixas não têm educação (...) daí muitas vezes o serem vítimas de injustiças por *serem julgadas* por *pessoas* que estão muito acima do seu nível, sobretudo, no processo crime." (PF, inq. 108, l. 59-64)
PESSOAS → Agente [desencadeador, controle, intenção]
SEREM JULGADAS → Verbo de ação-processo

A agentividade, no *corpus* de PE, apresentou-se na maioria das vezes, na forma do sujeito sintático-lógico em orações na voz ativa, a exemplo das ocorrências transcritas a seguir:

Do *corpus* oral:

(2) "*eu* também *trabalhei* muito com adultos." (PF, inq. 232, l. 22)
EU → Agente [desencadeador, controle, intenção]
TRABALHEI → Verbo de ação

(3) "as *velhas levantam* os adufes e com eles lá em cima a bailar (...)" (PF, inq. 184, l. 26)
VELHAS → Agente [desencadeador, controle, intenção, causa]
LEVANTAM → Verbo de ação-processo

(4) "(...) *eu tinha reparado* que em poesia, quando era nas aulas de poesia, ele por uma ou outra se interessava (...)" (PF, inq. 93, l. 39-41)
EU → Agente [desencadeador, controle, intenção, experienciador]
TINHA REPARADO → Verbo de ação

(5) "*rapazes que vêm* do ultramar salvos e tal sem nada, não é, de modo que aquilo se reveste de uma certa emoção eh!" (PF, inq. 184, l. 33-34)
QUE (RAPAZES) → Agente [desencadeador, controle, intenção, afetado]
VÊM → Verbo de ação-processo

Do *corpus* escrito:

(6) "Que dizem os do burgo?" (OQMA, p. 14)
EU: → Agente [desencadeador, controle, intenção]
RIO → Verbo de ação

(7) "*Urraca apaga* a candeia que ficou de noite sobre a arca (...)" (OQMA, p. 7)
URRACA → Agente [desencadeador, controle, intenção, causa]

APAGA → Verbo de ação-processo

(8) Quedei-me a *olhal-o*." (OQMA, p. 10)
EU → Agente [desencadeador, controle, intenção, experienciador]
OLHAR → Verbo de ação

(9) "*Pero Gafo sae*, pelo fundo." (OQMA, p. 16)
PERO GAFO → Agente [desencadeador, controle, intenção, afetado]
SAE → Verbo de ação-processo

Também houve 24 ocorrências de Agente em sentenças na voz reflexiva, sob a forma do sujeito sintático-lógico: 13 ocorrências no *corpus* oral e 11 ocorrências no *corpus* escrito. Transcreve-se, na seqüência, um exemplo depreendido de cada *corpus*:

(10) "ai, mas de qualquer maneira tenho que *me separar* de ti. já estou farta de ti e tu de mim." (PF, inq. 122, l. 1-2)
(EU) → Agente [desencadeador, controle, intenção, afetado]
SEPARAR-SE → Verbo de ação-processo

(11) "*O Gafo assenta-se* no poial da janella." (OQMA, p. 12)
GAFO → Agente [desencadeador, controle, intenção, afetado]
ASSENTAR-SE → Verbo de ação-processo

6.1.2 **NO PB**

Foram depreendidas, do *corpus* de PB analisado, um total de 763 ocorrências de sujeito Agente determinado, em sentenças com verbos de ação e com verbos de ação-processo: 281 ocorrências no *corpus* de PB oral e 482 no *corpus* de PB escrito. A grande maioria das ocorrências são de Agente na função sintática de sujeito de sentenças na voz ativa:

Do *corpus* oral:

(12) "ah sim eu... um joguinho que *nós jogávamos* muito quando éramos crianças era dominó (...)" (NURC RJ, inq. 12, l. 715-716)
NÒS → Agente [desencadeador, controle, intenção]

JOGÁVAMOS → Verbo de ação

(13) "É... essas ladeiras... a gente vê no fim o *atleta empurrando* a bicicleta." (NURC SSA, inq. 277, l. 497-498)
ATLETA → Agente [desencadeador, controle, intenção, causa]
EMPURRANDO → Verbo de ação-processo

(14) "(...) vamos dizer assim, em relação aos outros que eu tive, foi o que *eu notei* de melhoramento no carro (...)" (NURC SSA, inq. 277, l. 354-356)
EU → Agente [desencadeador, controle, intenção, experienciador]
NOTEI → Verbo de ação

(15) "(...) eu era bem pequeno quando *ia* pra Usina Cinco Rios." (NURC SSA, inq. 277, l. 9-10)
(EU) → Agente [desencadeador, controle, intenção, afetado]
IA → Verbo de ação-processo

Do *corpus* escrito:

(16) "Mas, meu amigo, os *rebeldes têm feito* por lá horrores!" (JPR, l. 137)
REBELDES → Agente [desencadeador, controle, intenção]
TÊM FEITO → Verbo ação

(17) "Sr. escrivão, *mande* convocar a Guarda Nacional e oficie ao Governo." (JPR, l. 452-453)
O SENHOR → Agente [desencadeador, controle, intenção, causa]
MANDE → verbo de ação

(18) "O senhor queira *perdoar* se o chamei de biltre; já aqui não está quem falou." (JPR, l. 466-467)
O SENHOR → Agente [desencadeador, controle, intenção, experienciador, afetado]
PERDOAR → Verbo de ação-processo

(19) "Como meu *pai vai* à cidade, não se esqueça dos sapatos franceses que me prometeu." (JPR, l. 168)
PAI → Agente [desencadeador, controle, intenção, afetado]
VAI → Verbo de ação-processo

Encontraram-se, nos *corpora*, 46 ocorrências de Agente na função sintática de sujeito em sentenças na voz reflexiva: 20 ocorrências no *corpus* oral e 26 ocorrências no *corpus* escrito. Cita-se, a seguir, uma ocorrência depreendida de cada uma das amostras:

(20) "(...) é mais difícil um camarada ser comandante de jato do que *se formar* pela universidade." (NURC SSA, inq. 277, l. 577-579)
CAMARADA → Agente [desencadeador, controle, intenção, afetado]
FORMAR-SE → Verbo de ação-processo

(21) "Entram José e Aninha e *se ajoelham* aos pés de Manuel João." (JPR, l. 404)
JOSÉ E ANINHA → Agente [desencadeador, controle, intenção, afetado]
AJOELHAR-SE → Verbo de ação-processo

Foram identificadas apenas cinco ocorrências de agente da passiva, sujeito lógico, com papel temático de Agente, todas elas no *corpus* oral, a exemplo da ocorrência transcrita a seguir:

(22) "(...) a ronda... que é um negócio tremendamente mal visto... é praticado exclusivamente por... éh éh... pelo *underground* do Rio de Janeiro né? Pessoal assim da mais baixa éh qualificação social (...)" (NURC RJ, inq. 12, l. 943-946)
UNDERGROUND → Agente [desencadeador, controle, intenção]
É PRATICADO → Verbo de ação

6.1.3 **COMPARANDO OS DADOS DE AGENTIVIDADE DETERMINADA NO PE AOS DADOS DE AGENTIVIDADE DETERMINADA NO PB**

De um total de 1.285 dados de agentividade determinada depreendidos dos *corpora* de pesquisa, 1.209 — 497 no PE e 712 no PB —, a grande maioria, portanto, são de sujeito de sentenças na voz ativa, havendo 70 ocorrências de agentividade na forma do sujeito de sentenças na voz reflexiva, de acordo com o que prevê o princípio da hierarquia temática, segundo o qual o argumento externo de um verbo, ou o que assume a função sintática de sujeito, tende a receber o papel temático de Agente. Houve apenas, no total, 06 ocorrências de agentividade representada na forma do agente da passiva.

Nos *corpora*, o Agente sempre está associado, ademais das propriedades básicas de desencadeador e controle, à propriedade de intenção, que, nas amostras analisadas, fica sendo também uma propriedade básica do Agente.

Houve também, tanto nos *corpora* de PE como nos *corpora* de PB, ocorrências de Agente associado, ademais das propriedades básicas de desencadeador, controle e intenção, às propriedades de causa, de experienciador e de afetado. Mas

não foram encontradas ocorrências de Agente que apresentasse, ao mesmo tempo, as propriedades de desencadeador, de controle, de intenção, de causa, de experienciador e de afetado; ou mesmo ocorrências que conjugassem, além das propriedades básicas, as propriedades de causa e de experienciador, ou de causa e afetado ao mesmo tempo. Mas houve uma ocorrência, no *corpus* escrito de PB, de Agente conjugando as propriedades de desencadeador, controle, intenção, experienciador e afetado (conferir a oração em (18).

6.2 **O SUJEITO INDETERMINADO**

6.2.1 **NO PE**

Com relação ao sujeito indeterminado, foram encontradas 77 ocorrências de formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação no *corpus* de PE oral, enquanto que, no PE escrito, encontraram-se apenas 03 ocorrências destas formas verbais, num total de 80 ocorrências. Com relação à gramaticalização, o fato de estas formas verbais coexistirem com outras variedades de formas de função similar, isto é, com a mesma função de indeterminar o sujeito, sinaliza que estas formas estão passando por um processo de gramaticalização. No caso da forma do tipo 'terceira pessoa do singular com SE', o processo de gramaticalização parece caminhar para a sua conclusão, com a reanálise do SE passivo em SE indeterminador e com o apagamento do SE na forma verbal de terceira pessoa do singular. Vejam-se, a seguir, alguns exemplos de formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do sujeito:

Do *corpus* oral:

(23) "*cozinham-se* as castanhas, *passavam-se*, e levava, eu já não sei bem tudo quanto, sei que levavam leite (...)" (PF, inq. 129 , l. 19-20)
COZINHAM-SE, PASSAVAM-SE → Verbo na terceira pessoa do plural com SE
Grau de indeterminação TIPO A → [+ humano, - identificação do sujeito, + generalizante, + indeterminação]

(24) "é mais ou menos parecido com o, o trabalho que *se fez*, por exemplo, para o francês" (PF, inq. 457, l. 18)

SE FEZ → Verbo na terceira pessoa do singular com SE

Grau de indeterminação TIPO A → [+ humano, - identificação do sujeito,+ generalizante, + indeterminação]

(25) "como é que *se processou* o trabalho? (PF, inq. 93, l. 4)

SE PROCESSOU → Verbo na terceira pessoa do singular com SE

Grau de indeterminação TIPO A → [+ humano, - identificação do sujeito, + generalizante, + indeterminação]

(26) "o império também nas ilhas também *se faz*" (PF, inq. 111, I. 47)

SE FAZ → Verbo na terceira pessoa do singular com SE

Grau de indeterminaçãoTIPO A → [+ humano, - identificação do sujeito, + generalizante, + indeterminação]

(27) "(...) *se via* aquela alma ansiosa, à procura, à busca (...)" (PF, inq. 93, l. 26)

SE VIA → Verbo na terceira pessoa do singular com SE

Grau de indeterminação TIPO A → [+ humano, - identificação do sujeito, + generalizante + indeterminação]

(28) "*arranja-se* carne boa aqui? às vezes é assim muito, não é (...) mas *arranjam* congelado, não?" (PF, inq. 129, I. 46-52)

ARRANJA-SE→Verbo na terceira pessoa do singular com SE

Grau de indeterminação TIPO A→ [+ humano, - identificação do sujeito, + generalizante, + indeterminação]

ARRANJAM → Verbo na terceira pessoa do plural

Grau de indeterminação TIPO C → [+ humano, + identificação do sujeito, + - generalizante, - indeterminação]

(29) "vão levar aquela coroa para, porque aquilo, *diz* que tem um mordomo(...)"(PF, inq.111, l. 2)

DIZ (que) → Verbo na terceira pessoa do singular sem SE

Grau de indeterminação TIPO C → [+ humano, + identificação do sujeito, + - generalizante, - indeterminação]

(30) "como é que *se deve fazer* um controle de tudo aquilo?" (PF, inq. 290 , l. 17)

SE DEVE FAZER → Verbo no infinitivo com SE

Grau de indeterminação TIPO A → [+ humano, - identificação do sujeito, + generalizante, + indeterminação]

(31) "(...) porque até aí *pegar* nela, *dar*-lhe banho, *dar*-lhe de comer, não tem, não tem sentido" (PF, inq. 455, l. 143)

PEGAR, DAR → Verbo no infinitivo sem SE

Grau de indeterminação TIPO B → [+ humano, + - identificação do sujeito, + - generalizante, + -indeterminação]

(32) "e esse prato *era comido* como sopa ou no fim?" (PF, inq. 129, l. 26)

SER COMIDO → Verbo na voz passiva sem agente da passiva expresso

Grau de indeterminação TIPO B → [+humano, + - identificação do sujeito, + - generalizante, + -indeterminação]

Do *corpus* escrito:

(33) "*Disseram* ao Gafo, esta manhã, que estava em burgo." (OQMA, p. 22)

DISSERAM → Verbo na terceira do plural

Grau de indeterminação TIPO C → [+ humano, + identificação do sujeito, + - generalizante, - indeterminação]

(34) "*Vê-se* nos olhos." (OQMA, p. 27)

VÊ-SE →verbo na terceira pessoa do plural com SE

Grau de indeterminação TIPO A → [+ humano, - identificação do sujeito, + generalizante, + indeterminação]

(35) "Não ha tempo a *perde*r!" (OQMA, p. 33)

PERDER → Verbo no infinitivo sem SE

Grau de indeterminação TIPO B → [+ humano, + - identificação do sujeito, + - generalizante, + -indeterminação]

6.2.2 **NO PB**

No *corpus* de PB oral, foram encontradas 115 ocorrências de formas verbais que co-ocorrem com a indeterminação do sujeito. No PB escrito, encontraram-se 10 ocorrências, totalizando 125 ocorrências. Vejam-se alguns exemplos:

Do *corpus* oral:

(36) "(...) o ônibus desse tipo, com ar condicionado, que *chamam* de frescão." (NURC SSA, inq. 277, l. 287)

CHAMAM → Verbo na terceira pessoa do plural

Grau de indeterminação TIPO C → [+ humano, +identificação do sujeito, + - generalizante - indeterminação]

(37) "geralmente numa cidade grande não *se faz* exercício, não *se pratica* muito esporte (...)" (NURC SSA, inq. 277, l. 485)
SE FAZ / SE PRATICA → Verbo na terceira pessoa do singular com SE
Grau de indeterminação TIPO A → [+ humano, - identificação do sujeito, + generalizante, + indeterminação]

(38) "tinha o maquinista, que ficava lá na frente, ninguém via, mas *se sabia* que tinha." (NURC SSA, inq. 277, l. 57)
SE SABIA → Verbo na terceira pessoa do singular com SE
Grau de indeterminação TIPO A → [+ humano, - identificação do sujeito, + generalizante, + indeterminação]

(39) "(...) os dancings... em que *se vai* especificamente para dançar (...)" (NURC RJ, inq. 12, l. 265)
SE VAI → Verbo na terceira pessoa do singular com SE
Grau de indeterminação TIPO A → [+ humano, - identificação do sujeito, + generalizante, + indeterminação]

(40) "Eles fazem... pra *se controlar* um carro na meia embreagem numa subida e apenas um estacionamento." (NURC SSA, inq. 277, l. 535)
SE CONTROLAR → Verbo no infinitivo com SE
Grau de indeterminação TIPO A → [+ humano, - identificação do sujeito, + generalizante, + indeterminação]

(41) "Daí então, *aguardar* a chamada pelo auto-falante (...)" (NURC SSA, inq. 277, l. 686)
AGUARDAR → Verbo no infinitivo sem SE
Grau de indeterminação TIPO B → [+ humano, + - identificação do sujeito, + - generalizante, + - indeterminação]

(42) "(...) seriam locais pra *comer*, pra *beber* (...)" (NURC RJ, inq. 12, l. 432)
COMER, BEBER → Verbo no infinitivo sem SE
Grau de indeterminação TIPO B → [+ humano, + - generalizante, + - identificação do sujeito, + - indeterminação]

(43) "*Passando* pra parte de esportes. Você tem contato com quais tipos de esportes...jogos..." (NURC RJ, inq. 12, l. 510)

PASSANDO → Verbo no gerúndio sem SE

Grau de indeterminação TIPO B → [+ humano, + - identificação do sujeito, + - generalizante, + -indeterminação]

(44) "o hipismo é um... é um esporte...que consiste na cavalgada do do...do animal...éh *forçando*-o a a transpor determinados obstáculos." (NURC RJ, inq. 12, l. 577)

FORÇANDO → Verbo no gerúndio sem SE

Grau de indeterminação TIPO B → [+ humano, + - generalizante, + - identificação do sujeito, + - indeterminação]

(45) "o boliche *é* bastante *conhecido* agora" (NURC RJ, inq. 12, l. 521)

É CONHECIDO → Verbo na voz passiva sem agente da passiva expresso

Grau de indeterminação TIPO B → [+ humano, + - identificação do sujeito , + - generalizante, + -indeterminação]

(46) "*Seria apreendida* tranqüilamente, contrabando." (NURC SSA, inq. 277, l. 700)

SERIA APREENDIDA → Verbo na voz passiva sem agente da passiva expresso

Grau de indeterminação TIPO B → [+ humano, + - generalizante, + - identificação do sujeito, + - indeterminação]

No inquérito do NURC SSA, houve duas ocorrências da chamada passiva sintética da Gramática Tradicional nas quais não se fez a concordância-padrão do verbo com o sintagma nominal no plural, exemplos que evidenciam a reanálise do SE apassivador como SE indeterminador:

(47) "é um jogo que se faz com umas pedrinhas... *joga-se* três... *apanha-se* duas no ar (...)" (NURC SSA, inq. 12, l. 721-722)

Do *corpus* escrito:

(48) "Um dia *apresentaram*-me um requerimento de certo sujeito" (JPR, l.436)

APRESENTARAM→ Verbo na terceira pessoa do plural sem SE

Grau de indeterminação TIPO C → [+ humano, + identificação do sujeito, + - generalizante - indeterminação]

(49) "(...) o dito sítio *foi comprado* com o dinheiro que minha mulher ganhou nas costuras" (JPR, l. 242)

FOI COMPRADO→ Verbo na voz passiva sem agente da passiva expresso

Grau de indeterminação TIPO B → [+ humano, + - identificação do sujeito ,+ - generalizante, + - indeterminação]

6.2.3 **COMPARANDO OS DADOS DE INDETERMINAÇÃO NO PE AOS DADOS DE INDETERMINAÇÃO NO PB**

Foram depreendidos dos *corpora* analisados um total de 205 formas verbais co-ocorrendo com a indeterminação do sujeito, tendo elas sido mais freqüentes no PB (125 ocorrências) do que no PE (80 ocorrências).

Pôde-se verificar que, nos *corpora* de PE analisados, empregam-se muito mais freqüentemente as formas seguidas de SE — verbo na terceira pessoa do plural com SE e verbo na terceira pessoa do singular com SE — do que nos *corpora* de PB, nos quais se apresentam mais freqüentemente verbo na voz passiva sem agente da passiva expresso, verbo no infinitivo sem SE e verbo na terceira pessoa do plural sem sujeito expresso .

Verificou-se também, na análise dos dados, que, quanto menor é a possibilidade de identificação do sujeito, maior é o grau de indeterminação que as formas verbais aqui destacadas denotam. E, ainda, que o apagamento do SE, comum no PB, favoreceu que formas verbais — a exemplo do verbo no infinitivo sem SE, do verbo na terceira pessoa do singular sem SE, do verbo no gerúndio sem SE e do verbo na terceira pessoa do plural sem SE — assumissem a função indeterminadora. Percebeu-se ainda que, quando essas formas verbais co-ocorrem com a indeterminação do sujeito, elas indicam uma certa gramaticalização, considerando os princípios da especialização, da estratificação e da decategorização.

6.3 **A RELAÇÃO AGENTIVIDADE/INDETERMINAÇÃO**

De um total de 205 dados computados de sujeito indeterminado nos *corpora* analisados, 182 são de Agente indeterminado: 103 ocorrências em orações com verbo de ação-processo e 79 ocorrências em orações com verbo de ação. A seguir, exemplos, depreendidos dos *corpora* de PE e de PB oral e escrito, de Agente indeterminado:

No PE oral e escrito:

(50) "era exatamente como *fazer* o aproveitamento dos textos poéticos inseridos nas antologias oficiais." (PF, inq. 93, l. 20)
FAZER → Verbo de ação

(51) "todo o ano *se pagou* hortaliça caríssima (...)" (PF, inq. 129, l. 1)
SE PAGOU → Verbo de ação

(52) "sim, carne *consegue-se arranjar* (...)" (PF, inq. 129, l. 47)
CONSEGUE-SE ARRANJAR → Verbo de ação

(53) "Disseram ao Gafo, esta manhã, que estava no burgo." (OQMA, p. 22)
DISSERAM → Verbo de ação

(54) "(...) <<eu gostava que minha filha ou o meu filho *fosse coroado*>> (...)." (PF, inq. 111, l. 63)
FOSSE COROADO → Verbo de ação-processo

(55) "(...) *cozinham-se* as castanhas (...)" (PF, inq. 129, l. 19)
COZINHAM-SE → Verbo de ação-processo

(56) "(...) os inquéritos *foram feitos* há cerca de vinte anos, não é? (...)" (PF, inq. 457, l. 23-24)
FORAM FEITOS → Verbo de ação-processo

Não houve ocorrência de sujeito indeterminado em orações com verbo de ação-processo no PE escrito.

No PB oral e escrito:

(57) "Eh... tinha um pneu que *falaram* que não... que... que não precisava câmara (...)" (NURC SSA, inq. 277, l. 176-177)
FALARAM → verbo de ação

(58) "o marco de chegada me parece que *chamam* disco (...)" (NURC RJ, inq. 12, l. 615)
CHAMAM → verbo de ação

(59) "(...) o objetivo também é de *marcar* tentos (...)" (NURC RJ, inq. 12, l. 809-810)
MARCAR → verbo de ação

(60) "Um dia *apresentaram-me* um requerimento de certo sujeito, queixando-se que sua mulher não queria viver com ele, etc." (JPR, p. 16)
APRESENTARAM-ME → verbo de ação

(61) “Naquele tempo *se ia* de trem pra... pra visitar meu tio que morava lá (...)” (NURC SSA, inq. 277, l. 10-11)
SE IA → verbo de ação-processo

(62) A moda agora é *se reparar* essas escunas (...)” (NURC SSA, inq. 277, l. 731-732)
SE REPARAR → verbo de ação-processo

(63) “(...) uma bola grande *é arremessada*... rente ao chão (...)” (NURC RJ, inq. 12, l. 526-527)
É ARREMESSADA → verbo de ação-processo

(64) “Minha mãe, pra que é que mandam a gente presa para a cidade?” (JPR, p. 6)
MANDAM → verbo de ação-processo

Nos *corpora*, identificaram-se 23 ocorrências de sujeito indeterminado não-Agente: 11 ocorrências em orações com verbo de estado e 12 ocorrências em orações com verbo de processo. Vejam-se alguns exemplos:

No PE oral e escrito:

(65) “(...) a justiça *vai-se fazendo* no mundo (...)” (PF, inq. 108, p. 97)
VAI-SE FAZENDO → verbo de processo

(66) “Não ha tempo a *perder*!” (OQMA, p. 33)
PERDER → verbo de processo

(67) “aqui *pretende-se* que o, o homem da serralharia, o homem da carpintaria faça uma requisição.” (PF, inq. 290, p. 132)
PRETENDE-SE → verbo de estado

Não houve ocorrência de sujeito indeterminado em orações com verbo de estado no PE escrito.

No PB oral:

(68) “o jogo *se realiza* aonde?” (NURC RJ, inq. 12, l. 863)
SE REALIZA → verbo de processo

(69) “Daí, então, *aguardar* a chamada pelo alto-falante (...)” (NURC SSA, inq. 277, l. 686-687)
AGUARDAR → verbo de estado

(70) Deve ser muito agradável *estar* no meio daqui pra Itaparica (...)" (NURC SSA, inq. 277, l. 952-953)
ESTAR → verbo de estado

Não houve ocorrência de sujeito indeterminado em orações com verbo de processo e de estado no PB escrito.

Tanto nos *corpora* de PE como nos *corpora* de PB, o sujeito indeterminado, na grande maioria dos casos, é também Agente indeterminado, havendo, portanto, uma relação bastante estreita entre indeterminação e agentividade: nos *corpora* de PE, de um total de 80 dados de indeterminação do sujeito, 73 são de Agente indeterminado e, nos *corpora* de PB, de um total de 125 dados de indeterminação do sujeito, 109 são de Agente indeterminado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, os resultados obtidos na pesquisa são os seguintes:

a) 1.285 dados de sujeito Agente determinado: 1.209 ocorrências de agentividade representada na forma do sujeito em orações na voz ativa; 70 ocorrências de agentividade representada na forma do sujeito em orações na voz reflexiva; e 06 de agentividade representada na forma do agente da passiva.
b) 205 dados de sujeito indeterminado: 94 ocorrências de indeterminação com verbo na terceira pessoa do singular com SE; 03 ocorrências com verbo na terceira pessoa do plural com SE; 01 com verbo na terceira pessoa do singular sem SE; 20 com verbo na terceira pessoa do plural sem SE; 07 com verbo no infinitivo com SE; 45 com verbo no infinitivo sem SE; 03 com verbo no gerúndio sem SE; e 32 com verbo na voz passiva sem agente expresso. Nos *corpora*, o grau de indeterminação expresso por essas formas verbais varia de acordo com a forma verbal e o contexto em que estão inseridas.
c) 182 dados de Agente indeterminado, de um total de 205 dados de sujeito indeterminado.

Comparando os resultados obtidos do *corpus* de PE escrito do século XIX aos resultados obtidos do *corpus* de PE oral do século XX, e comparando os resultados obtidos do *corpus* de PB escrito do século XIX aos resultados obtidos do *corpus* de PB oral do século XX, e, ainda, comparando os resultados obtidos dos *corpora* de PE aos resultados obtidos dos *corpora* de PB, verifica-se que não há diferenças significativas no que diz respeito à expressão da agentividade e à expressão da indeterminação do sujeito e também à relação agentividade/indeterminação do sujeito.

REFERÊNCIAS

BACELAR DO NASCIMENTO, M. F.; MARQUES, M. L. G. & CRUZ, M. L. S. da (1987). (Orgs.). *Português Fundamental*: *métodos e documentos*. Lisboa: INIC/CLUL.

BACELAR DO NASCIMENTO, M. F. (2004). *O lugar do corpus na investigação lingüística*. Disponível em: <http://www.clul.ul.pt/equipa/berlim-2000-nascimento.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2009.

BECHARA, E. (1977). *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Nacional.

BITTENCOURT, R. (2008). *No rastro do apagamento: pronomes clíticos nas funções recíproca, reflexiva, apassivadora e indeterminadora*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CALLOU, D.; LOPES, C. R. (1993). (Orgs.). *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro*: *materiais para seu estudo. Volume 2: diálogos entre informante e documentador*. Rio de Janeiro: EDUFRJ.

CÂMARA JR., Joaquim M. (1978). *Dicionário de linguística e gramática.* Petrópolis: Vozes.

CANÇADO, M. (1995). *Verbos psicológicos*: *a relevância dos papéis temáticos vistos sob a ótica de uma semântica representacional*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CANÇADO, M. (2005). Posições argumentais e propriedades semânticas. *D.E.L.T.A.*, v. XXI, n. 1. p. 23-56.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (1997). A gramaticalização. *Estudos lingüísticos e literários*, Salvador, n. 19., Universidade Federal da Bahia, p. 25-63.

CEGALLA, D. P. (1997). *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 40. ed. São Paulo: Nacional.

CHAFE, W. L. (1979). *Significado e estrutura lingüística*. Rio de janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

CHIERCHIA, G. (2003). *Semântica*. Campinas/Londrina: EDUEL/UNICAMP.

CUNHA, M. A. F. da; SOUZA, M. M. de (2007). *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna.

CUNHA, C.; CINTRA, L.F.L. (1985). *Nova gramática do português contemporâneo.* São Paulo: Nova Fronteira.

DANTAS, J. (1899). *O que morreu de amor*. 3. ed. Lisboa: Empresa Literária Fluminense.

DOWTY, D. (1989). On the semantic content of the notion of Thematic Role. In: CHIERCHIA, PARTEE & TURNER. (Eds.). *Properties, types and meaning. Studies in Linguistic and Philosophy*, *2: Semantic Issues.* Daordrecht: Kluver. p. 69-129.

DUARTE, M. E. L. D. (2002). Construções com *se* apassivador e indeterminador em anúncios do século XIX. In: ALKIMIM, T. (Org.). *Para a história do português brasileiro. Volume III: novos estudos*. São Paulo: Humanitas. p. 155-173.

FILLMORE, C. (1968). The case for case. In: BACH, E; HARMS, R. T. (Orgs.). *Universals in linguistic theory*. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston. p. 1-88.

FRANCHI, C. (1975). *Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GRUBER, J. S. (1965). *Studies in lexical relations*. Tese de Doutorado. Cambridge: MIT Press.
HEINE, B. *et al* (1991). *Grammaticalization. A Conceptual Framework.* Chicago: University of Chicago Press**.**

HOPPER, P. J. (1991). On Some Principles of Grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to Grammaticalization*, v. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company. p. 17-35.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. (1993). *Grammaticalization.* Cambridge: Cambridge University Press.

IKEDA, S. N. (1980). A função do *se*. *Cadernos*, São Paulo, Cortez, n. 5, p. 11-147.

JACKENDOFF, R. (1972). *Semantic interpretation in Generative Grammar*. Cambridge: MIT Press.

LOPES, C. R. dos S. *et al*. (2003). *Análise de variedades do português: a introdução de novas formas pronominais na imprensa - séculos XIX e XX.* In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA. Anais...

MARTINS PENA, L. C. (2008[1838]). *O juiz de paz da roça.* Disponível em: <www.biblio.com>. Acesso em: 07 out. 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006). *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe.* São Paulo: Contexto.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F. & LOPES, R. E. V. (2005). *Novo manual de sintaxe*. 2. ed. Florianópolis: Insular.

MIRA MATEUS, M. H. *et al*. (1983). *Gramática da língua portuguesa.* Lisboa: Caminho.

MOREIRA, C. (2000). *Princípio de ligação sintaxe/semântica: construções estativas.* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MOTA, J.; ROLLEMBERG, V. (1994). (Orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de Salvador: materiais para seu estudo. Volume I: diálogos entre informante e documentador*. Salvador: EDUFBA.

NARO, A. J. (1976). The genesis of the reflexive impersonal in Brazilian portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon. *Language*, p. 52-54.

NEVES, M. H. de M. (2001). *A Gramática funcionalista.* São Paulo: Martins Fontes.

NEVES, M. H. de M. (2002). *A gramática*: *história, teoria, análise e ensino*. São Paulo: Editora UNESP.

NUNES, J. (1990). *O famigerado SE*: *uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SAID ALI, M. (2001[1921]). *Gramática histórica da língua portuguesa.* Brasília: UNB.

SCHERRE, M. M. P. (1999). Preconceito lingüístico: doa-se lindos filhotes de Poodle. In: HORA, D.; CHRISTIANO, E. (Orgs.). *Estudos lingüísticos*: *realidade brasileira*, João Pessoa, p. 13-54.

TARALLO, F. (1996). Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Orgs.). *Português brasileiro*: *uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 69-105.

TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (1991). *Approaches to grammaticalization.* Amsterdan/Philadelphia: John Benjamins, v. I./v. II.

VENDLER, Z. (1967). *Linguistics in philosophy*. Ítaca: Cornell University Press.

AS TÁBUAS VOTIVAS DO SÉCULO XVIII AO XX: MAIS UMA FONTE PARA A HISTÓRIA DO NOSSO "LATIM VULGAR"[1]

Klebson Oliveira
(UFBA / PROHPOR – CAPES / PRODOC)

para Luiz Mott, incondicionalmente

INTRODUÇÃO

O título dado a este texto carece, inicialmente, de dois avisos: o primeiro diz respeito à metáfora "latim vulgar" para referenciar o português popular brasileiro, falado, sobretudo, por indivíduos com nenhuma ou pouca escolarização; já o segundo tem a ver com o emprego do vocábulo *mais*, que pressupõe, pelo menos, a existência de uma outra fonte de pesquisa. Sobre isso falar-se-á um pouco mais adiante.

Esteado no lastro teórico da Sociolingüística Quantitativa, na linha laboviana, Lucchesi (1994), debruçando sobre o sincrônico contemporâneo, reúne elementos para postular a realidade lingüística brasileira como polarizada e plural. Polarizada porque, em um extremo, se localizam as normas vernáculas, populares, saídas, como já se mencionou acima, da boca de indivíduos com pouco ou nenhum grau de instrução e, do lado oposto, reside o que se designa como normas cultas, características de pessoas plenamente escolarizadas, que, no Brasil, tem relação com a posse de um diploma universitário. Entre um extremo e outro, pode-se falar de um *continuum* lingüístico que não se apresenta com clareza. Já a expressão *plural* indica que não se pode, dentro do quadro liguageiro do Brasil, referir-se a uma única norma vernácula ou popular e, do mesmo modo, a uma única norma culta; ambas exibem-se diversificadas e possuidoras de características próprias.

Ainda para compor esta *Introdução*, é necessário que se diga que a Lingüística Histórica no Brasil, na segunda metade do século XX, foi relegada a uma condição marginal, acantonada em alguns poucos centros de pesquisa. Isso se

[1] Vão aqui os agradecimentos às Professoras Doutoras Sônia Bastos Borba Costa e Tânia Lobo, leitoras abusadíssimas, pela leitura atenta e crítica que fizeram ao trabalho.

deveu à entrada no país de modelos teóricos vindos da Europa e dos Estados Unidos que levaram à eleição, para análises sobre o português brasileiro, do sincrônico contemporâneo. Inquestionavelmente, com o aporte dessas teorias – Estruturalismos, Dialectologia, Gerativismos, Sociolingüística, teorias funcionalistas – muito se descortinou sobre a realidade lingüística do Brasil, em suas diversas faces, seja para entendê-lo *per si* ou para flagrar sua identidade em relação ao português europeu.

Mapeadas as características tipificadoras do português brasileiro, quer nas normas vernáculas, quer nas normas cultas, chegou a hora de ver quando começaram a dar o "ar de sua graça" na língua. E, nesse aspecto, o óbvio chega a ser ululante, na medida em que, caso se queira rastrear o passado de quaisquer aspectos lingüísticos, ter-se-á, inevitavelmente, de valer-se dos textos escritos. Mas está se falando de uma época em que, como já mencionado, as teorias da linguagem priorizavam o presente sincrônico e, desse modo, a par de lingüistas em dias com descrições e interpretações derivadas de modelos teóricos refinados, houve, como notou Mattos e Silva (1998, p. 107), a improvisação de "filólogos para exercerem seu saber de lingüista".

Como fruto do panorama acima delineado, ou seja, com o predomínio de lingüistas totalmente despreparados para o labor filológico, inicia-se, mesmo assim, um movimento de buscar em arquivos documentos escritos no Brasil pretérito para que fossem de serventia a uma escrita da história da língua portuguesa no Brasil. Fase ingênua essa, porque bastava a aparição de textos de outras eras para que fossem editados, sem nenhum critério a norteá-los. É nesse enredo que surge um texto antológico de Mattos e Silva (2002), a servir de farol para aqueles que tinham em seu escopo de pesquisa o ajuntamento de textos em função de uma história da língua portuguesa no Brasil – *Para uma história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa*.

Nesse artigo, sugere Mattos e Silva caminhos para a reconstrução do português culto e popular brasileiros, como já insinua o próprio título. Mostra que, se o português brasileiro se apresenta polarizado e plural, sobretudo nas suas normas cultas e vernáculas, com histórias e, no seu dizer, com actantes

divergentes, as vias dessa reconstrução não podem ser as mesmas. Para o que teria sido o português culto no passado, sugere, entre outras coisas, que poderá ser ele recuperado pela documentação existente nos arquivos brasileiros, isto é, com a formação de *corpora* diacrônicos seriados, os quais seriam constituídos pelos mais diversos tipos de documentos. Assim sendo, poder-se-iam flagrar as variações e mudanças em convívio e, por conseguinte, prováveis mudanças em andamento.

Para a reconstrução do português popular brasileiro, diz Mattos e Silva (2002, p. 445):

> Como sabemos, o percurso para a reconstrução do passado do português brasileiro popular não será o mesmo utilizável para a reconstrução do passado do português brasileiro culto, que se esteia numa tradição escrita. O português popular brasileiro fez-se e faz-se, ainda, não tanto quanto antes, é claro, na oralidade.

Mais adiante, eis o caminho definido pela autora para a constituição histórica do português popular brasileiro (MATTOS E SILVA, 2002, p. 457):

> Tendo sido formado na oralidade o português geral brasileiro, antecedente histórico do português popular brasileiro, a busca do seu percurso histórico tem de ser feita não fundada em *corpora* escritos, organizáveis *ad hoc*, como para o português culto brasileiro, como é óbvio, mas num processo de reconstrução – que designarei metaforicamente – arqueológico, em que, de evidências dispersas, calçadas pelas teorias sobre o contato lingüístico e pela história social do Brasil, se possa chegar a formulações convincentes. Percurso análogo, *mutatis mutandis* e *modus in rebus*, ao da reconstrução do chamado 'latim vulgar', cuja principal fonte de estudo é o seu resultado, as línguas românicas.

Vê-se, nessa citação de Mattos e Silva, a extrema dificuldade, no olhar da autora, de entrever o percurso histórico do português popular brasileiro. A afirmação feita, inegavelmente, tem a sua razão de ser: provavelmente os utentes dessa face do português eram indivíduos analfabetos que, em conseqüencia, não tiveram a oportunidade e a necessidade de se manifestarem por escrito. A história da escrita e da leitura no Brasil, a princípio, mas só a princípio, é uma história de brancos e, mesmo assim, da elite. Para ter uma idéia do que se conta, o primeiro censo oficial feito para o Brasil, o de 1872, apontou 80% da população em estado de analfabetismo; esse índice sobe para 86% quando se incluem as mulheres; entre a população escrava, 99.9% estavam na condição de iletrados (FAUSTO, 1994, p. 237).

Ocorre, no entanto, que alguns caminhos vêm sendo trilhados para a colheita das pegadas do português popular brasileiro em sincronias pretéritas. Numa via que ainda se pode designar de indiciária estão os trabalhos de Alkmim (2001, 2002), em que, através de fontes diversas – charges, informações de viajantes, anúncios de jornais etc –, busca recuperar aspectos lingüísticos da fala de negros, sobretudo ao longo do século XIX. Já não mais indiciárias, porque permitem aproximações por vias diretas, ressalta-se uma série de fontes que vêm se revelando bastante proveitosas para o conhecimento da história do português popular: documentos escritos no âmbito das irmandades negras[2], bastante numerosas no Brasil colonial e pós-colonial; cartas redigidas por escravos, de seus próprios punhos ou como expressão da sua vontade; cartas escritas no circuito do cangaço, um movimento de banditismo típico do Nordeste brasileiro.

Uma fonte ainda inexplorada, mas que pode dar indícios sobre o português popular brasileiro em perspectiva histórica, são as tábuas votivas, um tipo de ex-voto, e são elas as agenciadoras do texto que aqui se apresenta.

1 **OS EX-VOTOS: HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS**

Ao subir a colina sagrada, na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, chega-se à Igreja de Nosso Senhor do Bomfim. Num dos compartimentos de um dos templos católicos mais famosos do Brasil, há estampados, numa placa de metal, os seguintes dizeres: "*devoto*, aquele que crê, que se dedica; *voto*, promessa solene, juramento; *ex-voto*, oferta de quem cumpre uma promessa, entrega de algo (ato ou objeto) por alguma graça recebida". Está-se na *Sala dos Milagres* e, de todos os lados, inclusive do teto, abundam fotografias, velas dos mais variados tamanhos e cores, bilhetes, cartas, peças de gesso representando as várias partes do corpo, diplomas etc. É tudo muito demais, pelo que se pode afirmar que o Senhor do Bomfim foi bastante dadivoso ao miracular indivíduos em inúmeras esferas de suas vidas. Todo esse manancial de objetos referidos constitui diferentes formas de ex-votos. Dessa maneira, define-se um ex-voto como

---

[2] As irmandades, tanto as compostas por negros como por brancos, eram associações em que os membros, com o pagamento de mensalidades, se ajudavam mutuamente.

uma doação de objetos, dos mais variados tipos, aos santos julgados como interventores na resolução de situações aflitivas que permeiam os vários campos da vivência humana ou, como nota Giffoni (1980, p. 27), "são objetos, ou ainda, práticas de sentido religioso ofertados aos seres sobrenaturais e, particularmente, aos Santos, em retribuição a graças ou favores recebidos".

O pagamento de promessa através de ex-votos a divindades remonta à antigüidade e perpassa pela Idade Média. Segundo Castro (1994, p. 11), essa prática votiva teve larga difusão em toda a Europa, porém se popularizou, principalmente, na Europa meridional e central a partir do século XVII. De Portugal chegam os ex-votos ao Brasil, mantendo, ainda consoante Castro (1994, p. 11-12), o aspecto de arte popular. Em território brasileiro, os ex-votos encontraram terreno fértil e Scarano (2003, p. 15) apresenta uma razão para que assim o fosse. Segundo a autora, em séculos mais recuados, principalmente no meio rural e em comunidades diminutas, escassos eram os instrumentos e as organizações aptas a socorrer os indivíduos em momentos de miséria e de doença e, assim sendo, abriam-se brechas para a aceitação de crenças em variadas categorias de poderes. Historicamente, a primeira coleção de ex-votos aportada no Brasil era de propriedade da Imperatriz Teresa Cristina, pertencente às famílias Bourbon e Farnese, que trouxe, como parte do seu dote, exemplares da arqueologia clássica, com destaque para mais de vinte cabeças votivas de cerâmica etrusca datadas do século III a.C. (CASTRO, 1979, p. 107)

Figura 01 – Sala dos Milagres
Igreja do Sr. do Bomfim, Salvador/BA.

O ofertante, para o cumprimento da trajetória em agradecimento ao milagre recebido, de modo geral, segue um ritual que, de acordo com Frota (1981, p. 22), se compõe de uma vivência que abraça diversas etapas: o momento de vicissitude que levou ao nascimento do voto, a aparição do sobrenatural, a resolução do

impasse, os preparativos para a promessa, a locomoção ao centro religioso e, por fim, o tempo histórico no qual se materializa a sua promessa, em um espaço sagrado; túmulos, igrejas, capelas, lapas e grutas, todos esses lugares podem se revestir em espaços sacralizados, inclusive muitas igrejas e santuários espalhados pelo território brasileiro são frutos de dívida dos humanos aos oragos que os salvaram de situações as mais variadas, em que o homem mais os recursos a seu redor não foram suficientes para a resolução do momento de perigo, de morte e que só o apelo ao sobrenatural poderia fazê-lo (VALLADARES, 1967, p. 95-101). São exemplos do que se conta a construção da igreja de Santa Luzia, em 1632 em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro. A sua origem encontra lugar em uma iniciativa tomada por um indivíduo que foi dos primeiros a povoar a região de Ilha Grande. Prometeu à Santa que, se curasse a doença dos olhos de uma de suas filhas, ergueria uma capela em sua homenagem. Pedido atendido, promessa cumprida: o templo foi construído de frente para o mar (PESSÔA, 2001, p. 15). Outra informação dada por Frota (1981, p. 27) se refere à igreja em honra do Bom Jesus de Matosinhos, em Minas Gerais. Consoante a autora, o minerador português Feliciano Mendes, curado de uma grave moléstia, mandou edificar a igreja referida.

Fez-se acima referência a que os ex-votos podem se revestir de variadas formas e Giffoni (1980, p. 34) apresenta uma classificação quanto ao conteúdo que encerram e, ainda, quanto ao modo como se exibem. Dessa maneira, repartem-se os ex-votos do seguinte modo: *antropomorfos*, representando todo o corpo humano ou parte dele; *médicos*, que se relacionam com a saúde do homem, com representações as mais diversas; *zoomorfos*, englobando os animais; *agrícolas*, que abraçam os vegetais; *pluviais*, que se ligam aos *agrícolas*, tendo em conta a interdependência entre ambos; *representativos de valor* ou *prendas*, circunscrevendo à doação de jóias, a gêneros alimentícios e a animais; *específicos*, que se trata da oferenda de cabelos, fitas e "medidas", velas, roupas, uso de trajes especiais, formas diversas de caminhar, promessa de costurar para os pobres e outras modalidades assistenciais; de *significação imaterial*, em que entram em cena determinadas danças de caráter religioso, bem como cerimônias devocionais e

diversos tipos de orações (GIFFONI, 1980, p. 28). A par dessa classificação, Giffoni (1980, p. 28-29) apresenta uma outra que tem a ver com a função dos ex-votos; de um lado, residem, segundo a autora, os de cura e, do outro, os de proteção. Ressalta, porém, que os de cura figuram como os mais significativos e numerosos, na medida em que é a vida o bem maior e o instinto pela sua conservação é muito forte. Nesse ponto, a voz de Scarano (2003, p. 52) encontra eco no que afirma Giffoni, pois, consoante a autora, "uma vez que a doença é o mal mais corriqueiro e comum, os suplicantes, seja qual for o seu lugar, sobretudo em áreas mais desfavorecidas, em que falta socorro, pedem por sua saúde e, em inúmeros casos, a ação do Alto é o único remédio a que podem recorrer."

De qualquer sorte, um tipo de ex-voto bastante peculiar e a que ainda não se fez menção são as chamadas *tábuas votivas*[3], que se diferenciam dos demais por apresentarem, no mesmo espaço, no mesmo endereço, imagem e texto. Os elementos constitutivos desse tipo de prática votiva se organizam em três faixas horizontais, dispostas da seguinte maneira: no terço inferior exibe-se uma legenda contendo o nome da entidade milagrosa, do milagrado, a descrição da circunstância aflitiva e a data em que aconteceu o milagre; no terço médio aparece a figura do agraciado, às vezes deitado em leito com postura pré-mortuária, ocupando a parte central do ambiente singelo (em geral um quarto), despojado de mobiliário, característica usual nos séculos XVIII e XIX e com a rara presença de alguns familiares e médicos; na faixa superior, espaço nobre e privilegiado, apresenta-se a divindade ou o santo milagroso entre nuvens ou envolto em raios, à direita ou à esquerda (PESSÔA, 2001, p. 33). Sendo assim, as tabuinhas, comparadas com outras materializações de ex-votos, vão se particularizar, porque, de acordo com Scarano (2003, p. 31), mostram, através da iconografia e com complementação narrativa, a vitória do céu sobre o mal; reiteram e explicitam o milagre recebido. Nesse sentido, são mais explicativos que as demais modalidades. Veja-se ainda como Castro (1994, p. 18) apresenta, no seu dizer, um típico ex-voto mineiro, traduzido em tábuas votivas:

[3] *Tábuas votivas*, *tábuas*, *tabuinhas*, *quadros*, *quadros pintados*, *quadrinhos*, *quadrinhos pintados* são tomados como sinônimos neste trabalho, porque dessa maneira procede a bibliografia sobre o tema.

O ex-voto mineiro típico é pintado em cores primárias fortes, sobre madeira de cedro cortada em forma retangular. Tem a moldura bem saliente, pintada como imitação dos veios do mármore pregada diretamente na tábua, e suas dimensões nunca ultrapassam os "dois palmos". Freqüentemente mostra um aposento em que o ofertante se encontra acamado, quase sempre usando uma touca. O leito é reproduzido com riqueza de detalhes: lençóis alvos e rendados, mesmo quando o milagrado é de condição humilde, travesseiros roliços terminando em laços e babados, colcha em brocado colorido e muitas vezes um dossel, quase sempre vermelho, para proteger dos maus ares e talvez dos maus espíritos.
O cortinado se arregaça para permitir que se veja a cabeceira da cama rústica. Nota-se a falta de cadeiras, nesse tempo ainda raras e privilégio das autoridades. Nos exemplares mais eruditos, elas às vezes aparecem, assim como outros móveis e algum detalhe arquitetônico. O santo protetor flutua envolto em nuvens convencionais, no plano superior ou a um canto do quadro. Uma faixa inferior é reservada ao texto que descreve de maneira sumária o ocorrido e costuma mencionar o nome do ofertante e a data em que ocorreu o milagre.

Quanto ao tema, expõem Pessôa e Castro, acima referidos, tábuas votivas referentes a doenças, mas é bom que se antecipe a afirmação de que as tabuinhas acolhem conteúdos bastante variados e que perpassam por inúmeras instâncias da vida humana. Mas, de qualquer sorte, por ser um mal bastante comum, serão as diversas enfermidades, de longe, as que mais ocupam o centro temático dos quadrinhos pintados. E já que se está referindo aos temas, sustenta Scarano (2003, p. 51) que os males que atingem os suplicantes são cotidianos, corriqueiros, expressam o dia-a-dia do ser humano com as suas mazelas e dificuldades e enredam-se no modo de como evitar um perigo, de como adiar a morte que se apresenta iminente. Dessa maneira, está a razão do lado de Giffoni (1980, p. 27) quando afirma que as circunstâncias que envolvem os quadrinhos pintados se inserem em aspectos bastante numerosos da vida humana, pois se relacionam com adversidades e intempéries de todas as espécies, tais como moléstias, desastres, chuvas abundantes ou escassas, sol em excesso ou falta, incidentes que afetam o homem, animais, plantas e outros elementos que rodeiam o seu ambiente.

Figura 02 - Tábua votiva
Catálogo Castro (1994, p. 29)

Os elementos constitutivos de uma tábua votiva, como os descritos por Pessôa (2001, p. 33) e Castro (1994, p. 18), não apresentam, pelo que oferece a bibliografia sobre o assunto, muitas dessemelhanças em relação a outras tabuinhas remanescentes pelo Brasil afora; a única exceção parece residir naquelas ofertadas a Santa Luzia, protetora dos olhos, na cidade de Angra dos Reis, em cujo formato não predominam os tipos retangulares. Essa convergência se reflete, inclusive, nas dimensões dos quadrinhos pintados. Consoante Scarano (2003, p. 74), as medidas dos quadrinhos são pequenas e, em sua maioria, apresentam-se com formas retangulares, embora haja exemplares que fujam a esse padrão; já Abreu (2005, p. 201) realça que, apesar de certas diferenças com relação aos aspectos formais e da especificidade dos milagres representados, é possível falar de um padrão regular de representação presente nas tábuas votivas. Desse modo, Portugal legou ao Brasil, além da prática votiva em si, todo um modelo de como proceder na feitura de uma tabuinha: é que se manteve a mesma disposição dos elementos no quadro, o mesmo processo de pintura à têmpera sobre madeira, ou seja, toda uma tessitura que, segundo Castro (1994, p. 11-12), havia já caída em desuso desde o século XV pelos pintores eruditos europeus. Contudo, aproveitando-se do gancho deixado por Abreu quanto às diferenças expressas nas tabuinhas, elas podem se manifestar a depender do contexto em que nascem. Desse modo, aparecerão divergências quando entram em causa oposições do tipo meio rural/meio urbano, rico/pobre, sexo masculino/sexo feminino, passado/futuro (GIFFONI, 1980, p. 28). Outras variáveis, ainda consoante Giffoni, também podem contribuir para provocar distinções na composição de um quadrinho pintado, sobretudo quando dizem respeito ao conteúdo, e se relacionam à espécie, à forma, ao material utilizado, às condições econômicas do meio, aos hábitos da região, ao meio rural ou urbano, às necessidades do promesseiro e, ainda, ao seu tipo de trabalho. Por exemplo, em regiões litorâneas, é comum figurarem nas tábuas votivas cenas que retratam naufrágios, tempestades e outras intempéries ligadas ao mar; no meio rural, têm a sua vez milagres ligados aos animais e suas crias, às matas, às plantações, às colheitas, aos pedidos de chuva, enfim, aos males que assolam a vida do homem no campo; no meio urbano, as necessidades são diferentes e, por conta disso, as

tabuinhas estampam graças obtidas relativas à habitação, ao transporte, à saúde, dentre outros.

Sobre os quadrinhos pintados, alguns autores se manifestam ainda no sentido de realçar a sua importância como fonte documental. É por esse caminho que trilha Castro (1994, p. 9), quando afirma que as cenas que compõem a parte pictórica constituem uma crônica visual dos costumes da época em que foram confeccionados. Também Pessôa (2001, p. 17), referindo-se ao conjunto de tabuinhas preservadas na região de Angra dos Reis, vê, nessa espécie de ex-voto, o caráter informativo da vida, dos costumes, dos vestuários de outras eras, mas também podem ser apreciadas pelas suas qualidades expressivas pictóricas e artísticas.

As tabuinhas, no Brasil, conheceram o ápice da popularidade e do apreço no decorrer dos séculos XVIII, XIX e inícios do XX. Nos tempos que correm, no entanto, é bastante rara a sua confecção e alguns fatores agenciaram o seu desuso. Scarano (2003, p. 81) enxerga em fatores econômicos e sociais possíveis causas que puseram este tipo de prática em extinção. Segundo a autora, o material mais pobre, como a cartolina e o papel, passou a ser usado com relativa freqüência, uma vez que um pedaço de madeira para pintura começou a escassear. Também o lápis, o papel e outros instrumentos de teor semelhante passaram para o uso comum. Um outro motivo para o escasseamento dos quadrinhos pintados encontra motivação no diminuto quadro de profissionais que se dedicam ao ofício. Não se pode esquecer também que, como responsáveis pela improdutividade de tábuas votivas, estão o advento da fotografia e a confecção padronizada de peças em gesso a ocuparem o lugar que, antes, era dos quadrinhos. Além disso, sublinha Scarano, mencionada acima, que uma crescente alfabetização instou muitos fiéis a apelarem apenas para a escrita.

2 AS TÁBUAS VOTIVAS: MODOS DE SER, MODOS DE TER, MODOS DE FAZER

Na verdade, o tema a ser contemplado nos próximos itens – estudar as características lingüísticas peculiares aos quadros pintados e, ao mesmo tempo,

rastrear, através dessa manifestação votiva, as pegadas do português popular brasileiro de épocas passadas – começará a ser explorado neste tópico, uma vez que se pensa ser quase obrigatório um olhar vertical para novas variáveis sociais que agenciaram e que estão envolvidas na feitura dos quadrinhos pintados, ou seja, esse olhar, mesmo que ainda se apresente focado, principalmente, em aspectos exteriores à parte escrita das tabuinhas, já começa a delineá-las como fontes proveitosas para o estudo do português popular brasileiro em perspectiva histórica. Tentar-se-á, desse modo, estampar, para as tábuas votivas, os seus modos de ser, os seus modos de ter, os seus modos de fazer.

Mesmo que, na contemporaneidade, o binômio cultura popular/cultura erudita esteja enredado em questionamentos, a bibliografia sobre o objeto aqui tomado para análise é uníssona em enquadrá-lo no primeiro constituinte da dicotomia referida. A seguir, expõem-se algumas manifestações sobre o que dizem alguns estudiosos que se debruçaram sobre o tema.

Valadares (1967, p. 18) vai definir o conceito de arte *primitiva*, que difere da *primitivista*. O primitivo envolve o artista genuíno e desprovido da habilitação e do discernimento, convocados pela civilização, no preparo dos objetos destinados ao consumo e ao deleite dos estratos sociais elevados; de sua parte, a arte primitivista assimila as características estilísticas do primeiro e as aplica na execução de objetos apropriados e destinados ao consumo – investimento e prazer – de uma classe social mais elevada. As tabuinhas, portanto, inserem-se na modalidade de arte primitiva. Como acréscimo à determinação de que as tábuas votivas são produtos da cultura popular, esse mesmo autor (1967, p. 96-97) utiliza os critérios do desconhecimento da representação em perspectiva do corpo humano e dos seres vivos e, ainda, da deficiência artesanal no preparo dos quadros, como parâmetros que os invalidam de serem considerados arte sob o critério tradicional. Abreu (2005, p. 203), por sua vez, apropria-se dos conceitos de *pequena* e *grande tradição*, como definidos por Peter Burke. As tabuinhas, segundo Abreu, podem ser associadas à *pequena tradição*, que se caracteriza pelas suas feições de tradição popular, "transmitida informalmente" e, muitas vezes, à margem dos cânones estabelecidos pelas elites. Contrariamente aos movimentos artísticos associados a

uma escola ou estilo específico, a *pequena tradição* traz em si a característica de possuir longa duração, isto é, "a persistência de códigos e padrões de representação". A designada *grande tradição*, por seu turno, identifica-se com a alta cultura e, quanto ao seu processo de transmissão, encarregam-se os liceus, escolas e outras instituições, por assim dizer, formais.

No que diz respeito aos "riscadores de milagres", guardem-se as palavras de Scarano (2003, p. 101):

> Presença invisível, mas significativa, é aquela do pintor. É ele quem reproduz os fatos, os acontecimentos e mesmo os dizeres da legenda. É o transmissor das fórmulas consagradas que sabe o modo correto de pagar uma graça recebida, tornar alguém capaz de receber outros favores do Alto. Profissional ou curioso, o artista tem a função de manifestar, perpetuar a feliz cura e mostrar o poder do orago.

Quando o assunto deriva para o perfil socioeconômico dos executores dos quadrinhos pintados, a bibliografia consultada aponta as seguintes e relevantes informações. No Estado de Minas Gerais, Frota (1981, p. 45) assinala que a maior parte dos artífices coloniais a serviço das irmandades era composta por negros e mestiços, que viam nos ofícios mecânicos, desprezados pela elite, uma possibilidade de ascensão social. Dessa maneira, não é de estranhar, ainda consoante a autora, que muitos dos ex-votos pintados fossem recomendados a artífices mais modestos das corporações ou, ainda, a populares curiosos, aprendizes informais das técnicas artísticas através do acompanhamento dos trabalhos de ornamentação corrente nas várias igrejas erguidas nas Minas Gerais durante o ciclo aurífero. Trabalhando com os ex-votos mineiros, mas também se referindo aos do Estado de São Paulo, Scarano (2003, p. 73) comunga da mesma opinião de Frota, no sentido de delinear, como riscadores de milagres, profissionais que decoravam as igrejas da região ou as suas capelas. Acrescenta ainda Scarano, que, em muitos casos, a feitura das tabuinhas era labor,

Figura 03 - Tábua votiva / Igreja do Sr. do Bomfim Salvador / BA

principalmente, de artistas amadores. Quanto ao parecer de Castro (1979, p. 112), a observação da perspectiva e da ortografia, que, geralmente, se apresentam "erradas", já é o bastante para a construção da imagem do riscador de milagres como um "curioso", pintor de ocasião, que reside sempre às margens, e procurado apenas em casos de necessidade.

É possível flagrar também notícias sobre como se davam as relações dos executores dos quadrinhos pintados com o processo que envolve a confecção desse tipo de ex-voto.

Valladares (1967, p. 22), a esse respeito, reconhece os autores dos quadros como indivíduos anônimos e que nem sempre assinam o que produziram. Desenha um percurso na confecção das tabuinhas assim descrito: "primeiro o devoto cria o objeto através de sua narração, segundo o artista (curioso, ingênuo, primitivo, habilitado, profissional, erudito etc), esboça-o e o realiza. No caso de o artista não ser letrado, uma outra pessoa é solicitada para descrever bonito com palavras de evocação e de gratidão". Essa assertiva, de certo modo, encontra eco no que diz Pessôa (2001, p. 18-19), quando narra, tendo como lastro o suporte material das tábuas votivas, que o emprego de papel colado para a confecção das legendas remete a uma produção separada da pintura e do texto. Ainda conforme o autor, os artistas pintores provavelmente não tinham a posse das letras e, assim sendo, ficaria a legenda a cargo de outro responsável por traduzir na escrita a imagem do milagre. Como critério a mais para a pertinência do seu argumento, convoca a existência de legendas escritas diretamente na pintura a partir do século XX, fato esse que está a revelar aumentos dos índices de alfabetização na região.

Questões e palavras de Abreu (2005, p. 204):

> Quem eram os produtores das tábuas votivas? Tratava-se de especialistas e de artífices reconhecidos? Não é fácil responder a essa questão, já que não se dispõe de uma documentação que traga tais informações. **Além de as pinturas serem anônimas, não há registros de contratos entre aquele que encomendava a imagem e o artífice que a confeccionava**. Apesar das dificuldades em avançar nesse problema, algumas hipóteses têm sido esboçadas por alguns autores no sentido de esclarecer a questão da produção dos ex-votos pintados (nossos o negrito).

Há em torno dos riscadores de milagres, como se nota na citação acima, toda uma discussão que atravessa a sua aparição na feitura dos quadrinhos

pintados. Mesmo que, consoante Giffoni (1980, p. 31), a fama dos executores de milagres alcançasse limites para além de sua residência, tornando-se conhecidos e solicitados por indivíduos vindos de longe, são raros os que se dedicavam ao ofício, os que tinham a habilidade necessária. Contudo, apesar de a literatura sobre o tema ser unânime em relação ao fato de serem as tabuinhas uma arte anônima, esse quesito – a especialização ou não de indivíduos empenhados apenas na feitura dos ex-votos pintados – não encontra, entre os estudiosos do tema, postura consensual. Silva (1981, p. 59) informa que, seguramente, existiram artistas que se dedicaram de forma exclusiva ou esporádica à confecção das tabuinhas; para Frota (1981, p. 25), tudo leva a crer que não existiram, por assim dizer, indivíduos especializados apenas em riscar milagres, mas sim que alternavam essa tarefa com outras; já Castro (1994, p. 19) noticia que o autor do quadro votivo era geralmente um "curioso", ou pintor eventual que atendia a encomendas; era, provavelmente, um autodidata jeitoso que reforçava o seu orçamento com esses biscates, ou seja, produzindo quadrinhos pintados, conservando-se, porém, sempre anônimo. É no lastro dessas manifestações que Abreu (2005, p. 205) esteia a sua posição em relação ao tema. Suas palavras são assim expostas:

> Tendemos a concordar com os autores que defendem uma não especialização da pintura de ex-votos. Considerando que esses objetos integravam o universo do trabalho artesanal na sociedade mineira do século XVIII, é legítimo supor que os artífices responsáveis por eles teriam aprendido as técnicas gerais de pintura em uma oficina, habilitando-se a pintar desde ex-votos a retábulos, passando pelo preparo de painéis ou confecção de santinhos. Não se tratava, portanto, de especialistas em ex-votos, já que suas habilidades podiam ser utilizadas para outros trabalhos associados ao fazer artístico da sociedade colonial.

Já se disse, com todas as letras, que os executores dos ex-votos pintados permanecem, em sua grande maioria, no anonimato, isto é, não existe, por parte do milagreiro, a preocupação em assiná-los. Às vezes, no entanto, as tábuas votivas permitem, através do estilo, da coloração ou temas preferidos, filiá-las a um mesmo autor (GIFFONI, 1980, p. 32). Só ocasionalmente o riscador de milagre assina a sua obra, mas, mesmo assim, os passos da sua trajetória enquanto tal são, na maioria dos casos, irreconstituíveis. Há, no entanto, alguns poucos casos bem

sucedidos: Em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, Pessôa (2001: 30) cita, como pintores de ex-votos, os artistas da família Pimenta, ativos em Angra dos Reis no século XX, Antônio José Moreira, Geraldo Pedro Fernandes, Henrique Carlos da Silva Sarmento e seu filho João Carlos da Silva Sarmento, Carlos Freitas Bastos, Antônio Simão dos Reis e seu filho Benedito Laurentino dos Reis. No Estado da Bahia, Valladares (1967, p. 16) recuperou a biografia de quatro desses profissionais: Joaquim Gomes Tourinho da Silva, pintor baiano do século XIX, que fez, além dos quadros pintados, o retrato do Conde da Ponte, tela em que se representa D. Pedro e D. Thereza recebendo as chaves de Salvador, em 1859, e o retrato de José dos Santos Barreto, autor do Hino da Independência; Agripino Barros, pernambucano, que exerceu a profissão de desenhista, músico, arquiteto e professor, tendo lecionado as disciplinas Desenho Linear, Geometria Descritivista, Desenho Figurado e Elementos de música na Escola de Belas-Artes da Bahia; J. C. Queiroz, rubrica de João Chrysostomo de Queiroz, autor da tela do ex-voto da Igreja do Senhor do Bomfim referente à cólera-morbo, datado de 1855, segundo informa Manoel Querino (*apud* VALLADARES, 1967, p. 16), faleceu em 6 de janeiro de 1878 com mais de 60 anos. Exerceu, sobretudo, a pintura de imagens (*estofador de imagens*), granjeando fama entre os santeiros baianos, fez pintura sobre vidro, obtendo o prêmio "Medalha de ouro" na exposição do Liceu de Artes e Ofícios, produziu cenografia e dirigiu bailes pastoris, escreveu e pôs em música alguns desses bailes, conforme informa seu mencionado biógrafo, destacando-se suas composições musicais denominadas *A Luz* e *Adônis*.

Figura 04 - Tábua votiva
Catálogo Castro (1994, p. 55)

Não parece, entretanto, que o perfil de Joaquim Tourinho da Silva, de Agripino Barros e de João Chrysostomo de Queiroz tenha sido o geral para o Brasil; essas personagens, como se pode extrair das informações dadas por

Valladares, se identificam com uma imagem de profissionais mais requintados e a serviço das elites, mas João Duarte da Silva, que se utilizava do pseudônimo *Toilette de Flora*, esse, sim, parece apresentar, no seu percurso profissional, um perfil que pode encontrar réplicas em outras áreas brasileiras. Foi o riscador mais requisitado para milagres coletivos dos trabalhadores da estiva e da pequena cabotagem, por todo o arco temporal que se estendeu durante o período de 1890 até 1935, ano em que morreu. Como artista profissional, João Duarte produziu muitas armações de presépios, quadros religiosos, desenhos e pinturas de milagres, a maior parte para as igrejas do Bomfim e das Candeias; produziu também figuras obscenas para a sua "marmota" que se pensa ter sido o primeiro "cinema" da Bahia; pintou, por vezes, também cruzes de madeira para sepulturas de pobres, com caveira, fêmur e pequenas flores (VALLADARES, 1967, p. 93). Outros riscadores – R. Fraga, O. Lessa, Lauro, C. Dantas, Passu, Theotonio E. Lia, Marcolino Nery de Assis, J. Gomes, J. Nogueira, Waldir –, no entanto, talvez continuarão a "dormir profundamente".

3 AS TÁBUAS VOTIVAS: UMA POSSÍVEL FONTE PARA A HISTÓRIA DO NOSSO "LATIM VULGAR"

Julga-se ter já descrito as tábuas votivas quanto ao seu contexto de produção, difusão e consumo, discussão imprescindível, na medida em que, colocando em cena esses aspectos, têm-se em mãos elementos suficientes para enquadrar os ex-votos pintados no âmbito de uma cultura popular. Além disso, apresentaram-se as aparências de um quadro pintado no que diz respeito aos elementos que o constituem e, a partir de agora, o olhar se dirigirá para um desses elementos: a parte escrita das tabuinhas, ou seja, as legendas.

De forma categórica, a legenda sempre ocupa o terço inferior na composição dos quadrinhos pintados e pode ser escrita no próprio suporte ou em tira de papel colocada em local previamente preparado; muitíssimos raros são os exemplares que não contêm legenda. É considerada, por assim dizer, uma legenda 'ideal' aquela que, a princípio, contasse daquele que suplica, do miraculado, da situação aflitiva, do orago a que se recorreu, do local e data dos acontecimentos e,

ainda, ofertar um pequeno resumo dos fatos. Sendo assim, toda razão tem Scarano (2003, p. 101) quando diz que a legenda pode ser vista como "uma reiteração da parte iconográfica, uma repetição, uma reafirmação, 'em outras palavras' ou em 'um diferente dizer'". Aliás, essa mesma autora (2003, p. 101) se manifestou no sentido de tornar evidente que, nesses quadros desenhados, a escrita é preterida em relação à pintura, ou seja, o executor deixava um espaço para que se fizesse a legenda, porém era, geralmente, um *locus* diminuto, o que o tornava insuficiente para escrever o que se desejava narrar. Como conseqüência desse proceder, assiste-se ao acúmulo de palavras e letras e numerosas simplificações de vocábulos, o que faz supor que as tabuinhas eram confeccionadas de modo a ter, prioritariamente, uma orientação visual, porque, no mais das vezes, eram dirigidas, além do orago, a uma população predominantemente analfabeta. É tamanha a clareza do vocabulário visual desse tipo de ex-voto, para os fins a que se destina, que poderia ser, em alguns casos, anepígrafos, ou seja, incarecentes de legendas ou qualquer outra inscrição (FROTA, 1981, p. 45). Isso explica, de certa maneira, a existência de tábuas votivas com desenhos solitários ou com legendas que pouco informam sobre o milagre acontecido. Cabe aqui um exemplo retirado de Valladares (1967, p. 63): trata-se de uma tabuinha, já desaparecida, em cuja legenda se pode ler: "Milagre feito por Senhor do Bomfim a uma senhora no mez de Março de 1930". Será a descrição dada pelo autor, referido acima, que colocará o observador de frente com o acontecido:

> Vê-se, no quadro grotescamente desenhado a lápis de cor, um quadro muito simples. Doente deitado em decúbito lateral. De pé, aos pés da cama, um senhor em atitude desolada; no centro do quarto, uma senhora encaminhando-se, chorosa, para o médico que, vestido de avental e gorro, tem a atitude de quem nada mais pode fazer. Ao lado, uma mesinha com frascos, copo e colher. Salienta-se neste quadro uma cruz, da qual se desprendem raios.

Seguem abaixo algumas legendas redigidas ao longo do século XVIII até o XX e, ainda, outras cuja datação não é marcada:

- Século XVIII

Milagre q̃ fes S^{ta} Anna a Maria Joaq.^{na} de Menezes q̃ estando grave m^{te} perigosa de hum parto e já hungida e sem esperança de vida e apegandoce Com fe viva Com ad^{ta} S^{ra} logo esprimentou milhoras 1701.

Milagre q̃ fez o Snr̃ do Mattoz Zinho daz Congonhaz do Campo a Joze Antunez q eztando 1 annoz etantoz mezes aVexado Com maleficioz e illuzoens e em tentaçoenz dodemonio eporSever tam perceguido peg[ilegível] Com o mezmo Senhor permetemdolhe hum Cavallo Cellado eenfreyado e hir lhoLevar eemtregar ao ditto Senhor propia mente o Cavallo easin aLcançou Logo aLivioz que deZejava elhepasou hum Creditto de que ficou namão do seu Seu procurador easin ficou logo aLterado Com perfeita Saude e [ilegível] perfeitta m^{te} que opoder de Ds. he maiz deque nada eoSeu Creditto Valioso Foi feitto em 17 de Mayo de 1776 annos.

- Século XIX

O S^{or} de Matto Zinho, fez Merce a Luis de França de JESUS, q̃. estando embarbando hum Caibro, na obra do R^{do}. Miguel de Noronha Peres, na Rua pordetras da Intendencia da V^{a}. de S. João de ElRei, subindo p^{a} o Bom fim, escapulio omachado, q̃. lhe tirou hua naca de osso na Canella do pé esquerdo, egolpe feissimo, egritando pelo m^{mo}. Senhor e comelle se apegou; ficou bom em o anno de 1822.

M^{ce}. q fez o S^{r}. dobom Mato Zinho a João das Neves Alves Fr^{a}. da Cin^{ca}. Estando Gr^{e}m^{e}. procidido de huma Constipação, lheveio hũ incaio m^{to} forte q̃ p^{r}. 3 Vezes chegou afazer termo p^{a} morrer com todos os signaes da m^{e}. perdio afalla eficou Como q̃' ja estava morto tornando asi disce 3 Vezes Vaia misinhor do Mato Z^{o} econtinuava com estas palavas todas vezes q̃ tornava a si Vaio mi S^{r}. dobom J^{s}. do mato Zinho no fim de des dias ficou livre do d^{o} incaio Constipando o Sup^{e} e seg^{a} vez lheveio hum rematismo em todo Corpo a Companha^{do} com 2 tomores pabaxo dabarba, outro do lado isquerdo a pegando com om^{e} S^{r}. ficou bom ditoda enfirmidade p^{a} mimoria mandou pintar este Milagre Em 1841.

- Século XX

Milagre que fez o Snr do Bomfim aos seguintes estivadores: Manoel dos Passos Pa., Franca Lima da Rosa Vital, Manoel do E. S., Avelino Barros Leite, João Marques, Agostinho Affonso de Jesus, Francisco de Assis Dias, Joventino, Amancio Moura da

Silva, Sabino de Sá Barreto, Hermenegildo Felipe da Costa, Angelo Luz Paulino, Francisco de Sá Bandeira, Demetrio, Ramiro Francisco Meirelles, na ocasião em que iam para bordo foram abalroados pela lancha a vapor Barbosa de Souza cortando o saveiro ao meio caindo todos ao mar falecendo somente 3 – 1 Junho de 1901.

6 de 7BRO 1921
Milagre que fez a Santa Virgem de Nazareth estando gravemente o S. Anselmo sofrendo acesços que estava bem dificil de se obter o seu estado Normal, mais na hóra em que deu um dos aceços, sua mae vendo estes sofrementos, D. Lina de Jesus, apegou-se com N. S. Nazareth prostada, de julho, que curaçe o seu filho José Amselmo da Costa, que amiudas vezes precisava seu irmão Antonio, lhe segurar emsima da casa, mais graças a N. S. de Nazareth, e seus rógos foram attendidos, mandou pintar este quadro. 1921.

- Sem data

Ei o grande Milagre que fes o Senhor Bom Jesus estando o doente e de Cama com uma infermidade Cruel que não havia remedio que não fosse inperimentado nunca eu tinha tido melhóra fiquei tão mal ja em estado de morto os meu paes vendo que eu Morria Pedio Socorro ao N. Snr. Bom Jesus pedindo que me desse vida por grande mizericordia [ilegível] fui atendido [ilegível] com a graça.
Maria Joana do Passo Oliveira.

Milagre que fes o N. Sr. bom Jesus para Maria da gloría estando Com oseu filhinho doente já dezenganado dos medicos, estando ella m^{to}. agunhado e trist de ver seu filho doente e não poder dar remedio lembros-se do milaglozo bom jesus a elle que oseu fi^{o} sarrassi da quelles em como -do efelism^{te} logo foi desapareçido
Maria da gloria.

Mesmo que a literatura sobre o tema só ligeiramente toque no aspecto, será ele o principal 'trunfo' a depor sobre a possibilidade de mais uma fonte de estudo para o português popular brasileiro em perspectiva histórica: refere-se, neste instante, à linguagem estampada nas legendas das tábuas votivas.

Na descrição efetuada por Valladares (1967, p. 45-85) sobre as tábuas votivas remanescentes e pertencentes à Igreja do Senhor do Bomfim, desfilam dizeres como: "A legenda foi feita a pincel, em escrita rude e numa redação que não informa o fato", "quadro grotescamente desenhado", "conhecimento

rudimentar de pintura", mas, vez por outra, aparece um "qualidade de desenhista habilitado" e "a legenda destaca-se por sua qualidade redacional". Giffoni (1980, p. 51), meio que deslumbrada, anuncia ser a legenda crivada de erros, mas que, no entanto, acolhe o encanto do inédito, da simplicidade, da inocência. Refere-se, ainda, ao emprego inadequado das letras maiúsculas, aos tempos verbais mal colocados, às palavras que são escritas como se ouvem e que não atendem, dessa maneira, à grafia exata, constituindo-se ela própria um elemento de curiosidade e é nesta forma de expressão, considerada pela autora como estranha e inusitada, que as mensagens se apresentam. É ainda Giffoni (1981, p. 52) que, a partir das suas observações sobre a linguagem inscrita nas tabuinhas, propõe um estudo mais verticalizado sobre o tema. Busca argumento em um ex-voto pintado e localizado na antiga Matriz de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida (SP), em que viu pintura descrevendo milagre alcançado por caçador ameaçado por uma onça, em que o texto fornecia, como nos demais exemplares, oportunidade para estudos da linguagem escrita dos ex-votos e da caligrafia neles usada (GIFFONI, 1980, p. 51).

Figura 05 – Legenda com letras capitais
Coleção Angra dos Reis

Castro (1994, p. 18) revela ter, sobre a língua estampada nos quadrinhos votivos, a mesma impressão de Giffoni. Segundo a autora, o pitoresco descortinado na caligrafia, na ortografia e na sintaxe faz com que esses dizeres mereçam um estudo especial. Do mesmo modo manifesta-se Silva (1981, p. 61), destacando que, ao ir se separando da característica de complementação da cena que narra a existência do milagre, aparece a forma letrada do ex-voto e, começando essa linguagem por ser epigráfica, a narrativa ali exposta constitui um excelente subsídio para o estudo da evolução da língua, ortografia e regionalismos.

Deixou-se por último o que tem a falar sobre o aspecto Scarano (2003), porque, dentre os vários autores consultados, será ela quem se deterá de forma um pouco mais alongada sobre o assunto. Para Scarano (2003, p. 103-104), embora a legenda, em maior ou menor dimensão, esteja quase sempre presente nas tábuas votivas, ela demonstra, para muitos casos, a dificuldade de sua execução por pessoas de poucas letras: os erros de ortografia, os problemas de ocupação do espaço, a grafia, as letras desenhadas, enfim, tudo contribui, consoante a autora, para chamar a atenção do leitor para as dificuldades contidas na sua feitura e o que se nota é a pouca familiaridade do executante com a escrita. Nas regiões brasileiras em que residem os quadrinhos votivos estudados por Scarano (2003, p. 113) – Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo –, encontram-se, nas legendas, muitos erros de grafia e de concordância, o que aponta para a existência de um número escasso de alfabetizados, de pessoas com precário conhecimento formal da escrita e, assim sendo, o linguajar inscrito nas tábuas votivas não mostra preocupação com a língua formal e escrita, ela obedece, ainda consoante Scarano (2003, p. 113-114), aos padrões da linguagem usual e corriqueira: são vocábulos comuns ao linguajar do dia-a-dia, do cotidiano. A autora continua, quanto à linguagem contida nas tábuas votivas, tecendo comentários sobre as abreviaturas como elemento constitutivo dessa linguagem, contudo, para outros traços, sob uma perspectiva lingüística, não soube "dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César", como se observa abaixo:

> Muitos numerosos são os erros de grafia, o que mostra a pouca familiaridade com a linguagem culta. Temos, por exemplo, "hungido" por "ungido"; "preceguida", por "perseguida"; "milhoras", por "melhoras", "ganguenou" por "gangrenou", além de "apegandoce" ou "apegou-ce" e inúmeros outros casos. (SCARANO, 2003, p. 114)

Alude ainda Scarano, no mesmo local de onde se retirou a citação acima, a inúmeras palavras que foram unidas, ou por falta de conhecimento, ou por problema de espaço, e cita, como exemplos, 'pormorto', 'porintercessão', 'dehum' e, ainda, 'Domatosinho'. Depois ver-se-á que a justificativa da autora é uma possibilidade entre outras que podem ser aventadas. Scarano (2003, p. 105) chamou a atenção também para um aspecto de extrema importância no que diz respeito à redação das legendas: o fato de que, de modo geral, se caracterizam por

serem fórmulas narrativas estereotipadas e repetitivas, porém esse traço merece que, para ele, se destinem algumas linhas a mais.

Barbosa (2006, p. 762), quando o assunto é a formação de *corpora* em função de uma história lingüística do português brasileiro, assim se manifesta:

> Alguns dentre eles [os *corpora*] são mais que *significativos*, são *representativos*, pois apresentam a qualidade de escrita de um grupo sociocultural de determinada época – seja escrita cotidiana ou especial. Dessa forma, o texto de um negro alfabetizado no século XVIII é significativo por conta da quase impossibilidade de ser encontrado material como esse. Contudo, mesmo que achado, esse material não representaria, necessariamente, a linguagem de negros da época: poderia estar repleto de fórmulas e padrões lusos. Em contrapartida, textos de uma tradição discursiva européia de contornos bem fixados, como os de *atas*, podem ser representativos de uma dada comunidade de negros se eles reúnem aspectos do contexto de vida dessa mesma comunidade que os produziu com regularidade. **Mapeando-se as fórmulas lusas repetidas pela mão do negro alfabetizado, separamos os trechos de escrita cotidiana onde marcas da linguagem do grupo desse redator podem transparecer**. (nosso o negrito)

Como se pode notar nas entrelinhas desse excerto de autoria de Barbosa, as fórmulas constituiriam um lugar de resistência à aparição de traços lingüísticos transportados da língua oral e, por conseguinte, devem ser postas de lado. Contudo, para contrapor essa opinião, vai-se dar um "pulinho" no português arcaico e observar o que Martins (2001, p. 30) revela sobre o seu estudo a respeito da sintaxe dos clíticos em *Documentos portugueses do noroeste e da região de Lisboa – da produção primitiva ao século XVI*:

> ...ao arrepio da idéia de que os textos não-literários, nomeadamente notariais, são discursivamente pobres, caracteristicamente repetitivos e carregados de fórmulas e construções cristalizadas, o estudo que realizei [sobre a sintaxe dos clíticos] mostrou que a cristalização sintáctica destes textos é apenas aparente. Neles a colocação dos clíticos muda até em fórmulas que "não mudam".
>
> Tomemos um exemplo que mostra bem o carácter variável da fórmula legal no discurso notarial. As donas do mosteiro de Chelas usavam reunir-se na sala do cabido para outorgar contratos de diversos tipos. Ao longo de dois séculos não mudam este procedimento, tornado requisito legal, nem os tabeliães encarregados de formalizar os actos mudam no essencial a forma de dele dar testemunho escrito. No entanto, a partir de meados do século XV, tendo em conta os documentos que edito, as donas de Chelas deixam de reunir-se 'ao som de campa tan**juda**', passando a fazê-lo 'ao som de campa tan**jida**'; a cláusula jurídico-literária mantém-se, mas muda a forma do particípio passado. (da autora o negrito)

Toma-se, depois de colocadas as formulações dos dois autores sobre a relevância ou não de fórmulas como fonte de pesquisa lingüística, o partido de

Martins, o que significa dizer que, mesmo que a parte escrita das tabuinhas apresente, na maioria esmagadora dos casos, uma estrutura formular, pode ser de grande serventia para se colherem dados da linguagem oral desta e de outras sincronias. Há ainda que ser levado em consideração que, além das aparências de estrutura formular dos quadrinhos pintados, o espaço reservado à confecção das legendas é, como já se anunciou anteriormente, mínimo, o que implica em um número de linhas escritas bem limitado, mas, mesmo assim, continua-se firme na postura de que as tábuas votivas podem, de fato, se reverter em fontes proveitosas para a história do "latim vulgar". É claro que, tendo os ex-votos pintados a estrutura mencionada e número reduzido de linhas de texto, talvez não se prestem à análise de alguns níveis lingüísticos; para outros, contudo, podem constituir base empírica a apontar, com dados reais, indícios que testemunhem as feições do português popular brasileiro em perspectiva histórica. Acontece que as tabuinhas também possuem características lingüísticas que lhes são próprias e que não estão, necessariamente, a depor sobre fenômenos atinentes ao português popular, mas essas questões, todas elas, serão trazidas à baila quando se discutir a linguagem dos quadros pintados.

Figura 06 – Legenda em letra cursiva
Coleção Angra dos Reis

4 O AJUNTAMENTO DAS TÁBUAS VOTIVAS: AMORES, DESAMORES E OUTRAS ESPÉCIES DE DORES

Obstáculos é o que não faltam quando se tenta formar uma série composta de ex-votos pintados para estudos de naturezas várias; as dificuldades aumentam, no entanto, quando o foco do estudo é de caráter lingüístico, porque, neste caso, só as legendas são de serventia. Essa parte constitutiva das tabuinhas, de modo geral, se perdeu no tempo por várias razões. Em primeiro lugar, ressalta-se que exemplares de tábuas votivas que antecedem o século XVIII são raros. Segundo Castro (1979, p. 111), tanto no Brasil quanto em Portugal, os estragos do tempo contribuíram para seu desaparecimento. Em alguns casos, o modo de produção da

legenda também deu a sua parte para que se desgastasse com o devir do tempo: confeccionadas em papel e coladas sobre os quadrinhos pintados, na parte inferior, a fragilidade do material só fez acelerar o seu apagamento. Cabe aqui um exemplo: Pessôa (2001, p. 41-141) reuniu em um catálogo 117 tábuas votivas que, hoje, pertencem ao acervo do Museu de Arte Sacra de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, no entanto apenas 34, o que representa 29.0% do total geral, apresentam a parte escrita e, mesmo assim, há exemplares que exibem longos trechos ilegíveis. Em segundo lugar, entra em cena a própria orientação da Igreja Católica que, considerando os quadros pintados produtos imperfeitos e, conseqüentemente, condenando que a eles se reservasse um espaço em recintos sagrados, os levou a se constituir em material merecedor de queimas. Não se pode deixar de lado, como mais uma causa para a escassez das tabuinhas, o advento da fotografia e da produção industrial de peças de gesso. Desse último aspecto deriva o fato de que, ao andarem juntos a raridade da confecção desse tipo de prática votiva e o valor comercial que por conta disso foi adquirindo, muitos dos quadrinhos pintados foram parar em mãos de colecionadores.

Figura 07 - Tábua votiva com legenda apagada
Coleção Angra dos Reis

Contadas acima as intempéries que podem agenciar o desânimo na formação de uma série de ex-votos para o entendimento do linguajar estampado nas legendas, mesmo assim amealharam-se 183 exemplares, provenientes de vários acervos para os quais segue uma breve descrição.

Como já dito anteriormente, retiraram-se 34 tábuas votivas, dentre as 117, organizadas por Pessôa (2001) e apresentadas no catálogo intitulado *Milagres: os ex-votos de Angra dos Reis*. Segundo Pessôa (2001, p. 28), os milagres pintados em Angra dos Reis são procedentes das igrejas históricas de Santa Luzia, edificada em 1632 como pagamento de promessa, Nossa Senhora da Conceição, erguida em

1771, e do convento de São Bernardino de Sena; esses quadrinhos foram depositados ao longo do século XVIII até o início do XX. Do catálogo *Promessa e milagre no santuário do Bom Jesus de Matosinhos – Congonhas do Campo/Minas Gerais*, recolheram-se 68 tábuas votivas, provenientes, como informa Frota (1981, p. 32), da capela da Sala dos Milagres do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campos, no Estado de Minas Gerais. O catálogo organizado por Castro (1994) – *Ex-votos mineiros: as tábuas votivas no ciclo do ouro* – contribuiu com 20 quadrinhos, localizados em diversas cidades no Estado de Minas Gerais: Diamantina, Milho Verde, Sete Lagoas, Sabará, Itabirito, Ouro Preto, Congonhas, Oliveira, Alto Maranhão, São João Del Rey e Tiradentes. O antropólogo Luiz Mott permitiu o acesso à sua coleção particular e, dela, colheram-se 7 tábuas. O acervo pertencente à igreja do Senhor do Bomfim, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, merece um parágrafo exclusivo para a sua descrição.

Na década de 30 do século XX, Valladares (1967), pesquisando os ex-votos pertencentes ao acervo da referida igreja para a sua tese de doutorado, fez a descrição dos seus suportes, oferecendo, ainda, a transcrição da porção escrita. Resultado dessa investigação é o livro *Riscadores de milagres*, onde se conta em mais de uma centena os ex-votos descritos pelo autor, relevando-se, inclusive, a generosa quantidade numérica de tábuas votivas. Mais de meio século depois, retornou-se à igreja do Senhor do Bomfim e as tabuinhas estavam reduzidas a um número que ultrapassava um pouco mais de uma dezena. Como se verificou que a transcrição de Valladares foi fiel ao texto das legendas e não havendo divergências entre as leituras feitas, resolveu-se incorporar as legendas de algumas dúzias dos quadrinhos pintados por ele expostas no livro, o que resultou num total de 54 tábuas votivas[4].

Apresenta-se, abaixo, uma imagem que revela a proveniência e a quantidade das tabuinhas articuladas no presente texto:

[4] O autor faz a descrição de ex-votos materializados em variadas formas: fotografias, cartas ou bilhetes avulsos etc, mas só interessam para este trabalho transcrições relativas às legendas de ex-voto do tipo tábua votiva.

ACERVO	NÚMERO	%
Coleção do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos / MG	68	37.2
Coleção da igreja do Sr. do Bomfim / BA	54	29.5
Museu de Arte Sacra de Angra dos Reis	34	18.6
Catálogo de Castro	20	10.9
Coleção particular de Luiz Mott	07	3.8
TOTAL	**183**	**100**

Tabela 1 – Acervos tábuas votivas

O acervo de onde provém a maior quantidade de tábuas votivas é aquele localizado no Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, no Estado de Minas Gerais, mas a situação poderia ser diferente caso todas as legendas dos quadrinhos pintados – 117 –, reunidos por Pessôa (2001, p. 41-141), não tivessem, na sua maior parte, sido atingidas pela ação do tempo. Nada custa em, novamente, fazer uma reverência ao trabalho de Valladares (1967), que, através da descrição das tábuas votivas pertencentes à igreja do Senhor do Bomfim, no Estado da Bahia, colocou o acervo do local em segundo lugar em número de exemplares.

5 AS REVELAÇÕES DAS TÁBUAS VOTIVAS

Quanto ao arco temporal em que se inserem os ex-votos pintados, estende-se do século XVIII ao XX. É, contudo, o século XIX aquele que possui o maior número de exemplares. A coleção reúne também quadrinhos pintados que não trazem na sua legenda a data explícita de sua confecção; é bem verdade que localizá-los no tempo poderia até ser possível, levando-se em conta outros elementos como o vestuário e o mobiliário representados na parte pictórica. Preferiu-se, no entanto, a fuga dessa metodologia, tendo em conta que pode ela fazer com que se incorra em enganos.

SÉCULOS	NÚMERO	%
Século XVIII	39	21.3
Século XIX	60	32.8
Século XX	41	22.4
Sem data	43	23.5
TOTAL	**183**	**100**

Tabela 2 – Datação das tábuas votivas

Quando o olhar se dirige para os oragos mais conclamados nas tábuas votivas, tem-se a seguinte imagem:

ORAGO	NÚMERO	%
Senhor do Bomfim ~ Senhor Bom Jesus do Bomfim	51	28.0
Senhor Jesus de Matosinhos ~ Nosso Senhor de Matosinhos ~ Senhor do Matosinhos	35	19.2
Santa Luzia	18	9.9
Bom Jesus ~ Senhor Bom Jesus ~ Senhor Bão Jesus	15	8.2
Virgem de Nazaré ~ Nossa Senhora de Nazaré	14	7.7
São Benedito	10	5.5
Senhor Bom Jesus de Congonhas	05	2.8
Santana ~ Senhora Santana	05	2.8
Nossa Senhora do Monte do Carmo ~ Nossa Senhora do Carmo	05	2.8
Nossa Senhora Conceição da Ribeira	04	2.2
Nossa Senhora de Lourdes	02	1.2
São Vicente Ferrer	01	0.5
São José / Senhor Bom Jesus de Congonhas	01	0.5
São Francisco das Chagas	01	0.5
Santo Antônio	01	0.5
Santo Anastácio	01	0.5
Santíssima Trindade	01	0.5
Santa Quitéria	01	0.5
Santa Efigênia	01	0.5
Nossa Senhora dos Remédios	01	0.5
Nossa Senhora do Livramento	01	0.5
Nossa Senhora do Bom Despacho	01	0.5
Nossa Senhora do Alívio	01	0.5
Nossa Senhora da Saúde	01	0.5
Nossa Senhora da Oliveira	01	0.5
Divino Espírito Santo / Senhora das Mercês / Santo Brás	01	0.5
Sem indicação de orago	04	2.2
TOTAL	**183**	**100**

Tabela 3 – Oragos conclamados nas tábuas votivas

Os seguintes santos lideram o *ranking*: Senhor do Bomfim, com 51 pedidos; Senhor Jesus de Matosinhos, com 35; Santa Luzia, com 18; Senhor Bom Jesus, com 15; Nossa Senhora de Nazaré, com 14 e São Benedito, com 10. Por outro lado, a tabela aponta oragos aos quais pouco se recorreu e, para muitos deles, o acervo reunido nomeia santos que não encontram réplicas em outros quadrinhos, como é o caso de Santa Efigênia, São Francisco das Chagas, Santo Antônio, Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora do Livramento e Santo Anastácio.

Percebeu-se que, para determinados oragos, se direcionam pedidos específicos, demonstrando uma associação entre santos e certos temas; ilustra

bem o que se diz as doenças referentes aos olhos, sempre a pedir a intercessão de Santa Luzia[5]. Convém ainda dar destaque a uma curiosidade encontrada nas tábuas: é que dois suplicantes não se contentaram com apenas um orago; o primeiro recorreu, simultaneamente, ao Divino Espírito Santo, à Senhora das Mercês e a Santo Brás; já o segundo, a São José e ao Senhor Bom Jesus de Congonhas.

Para as próximas informações, observe-se a tabela abaixo:

TEMAS	NÚMERO	%
Doenças	109	59.7
Acidentes	64	35.0
Parto	05	2.7
Aquisição de casa própria	01	0.5
Reforma de casa própria	01	0.5
Tentação do demônio	01	0.5
Tema não identificado	02	1.1
TOTAL	**183**	**100**

Tabela 4 – Temas retratados nas tábuas votivas

No que diz respeito ao conteúdo ou temas estampados nos quadros pintados, não foi encontrado nenhum que se refira à proteção, assim, todos podem ser enquadrados na categoria de cura. Os eixos temáticos são bem abrangentes e acolhem as situações aflitivas do ser humano em vários aspectos da sua vivência. É bem verdade que aqueles referentes a doenças saem à frente, seguidos por outros que, genericamente, se podem incluir na categoria de acidentes. Os acidentes relatados nas tábuas comportam: traição com tiro, descarrilhamento de trem, ataque de animais, assaltos, tempestades no mar, naufrágios, encalhamento de navios, quedas de lugares altos, atropelamentos, envenenamentos, queimaduras e outros. Para apenas 2 desses quadrinhos não se conseguiu identificar a natureza da súplica e, quanto aos demais, inserem-se no âmbito das

[5] Segundo Giffoni (1980, p. 33-34), há santos protetores especificamente determinados para certos casos. Além de Santa Luzia, encarregada de curar as doenças dos olhos, cita: São Sebastião, para fome, guerra e moléstias contagiosas; São Bento, para cobras e bichos peçonhentos; São Brás, para os males da garganta; São Benedito, para dar fartura e evitar chuva nos dias de procissão; Santo Antônio, além de casamenteiro, faz com que se localizem coisas perdidas, assim como São Longuinho em relação a esta última providência; São Jerônimo e Santa Bárbara, convocados contra raios e tempestades; Santo Onofre, para a cura do alcoolismo e pagamento de dívidas; São Cosme e São Damião, para casos de doenças; São Roque, para cura específica de feridas; Santa Rita, que protege as viúvas e se incumbe das causas impossíveis; São Gonçalo, para mediar casamentos, sobretudo de solteironas e viúvas e considerado, nos dias atuais, como patrono das ligações ilícitas.

dificuldades na hora do parto, à aquisição ou reforma de casa própria e, por fim, sem muitos detalhes, um quadrinho expõe a vontade de um suplicante em se ver livre das tentações do demônio.

6 A LINGUAGEM DAS TÁBUAS VOTIVAS: DESCRIÇÕES, INTERPRETAÇÕES E OUTRAS DIREÇÕES

A paleografia italiana, em um artigo clássico de Petrucci (1978), reconhece, para qualquer tempo histórico, a imersão de um indivíduo na cultura escrita através de uma visão tripartida quanto às características físicas da execução caligráfica. Os escreventes com competência gráfica elementar ou de base se manifestam por apresentarem traçado muito descuidado, incapacidade de alinear perfeitamente as letras num regramento ideal, tendência a dar às letras um aspecto desenquadrado, uso de módulos grandes, emprego de letras maiúsculas do alfabeto mesmo no meio da palavra, abreviaturas escassas, bem como a falta de ligação entre os caracteres das palavras e, por fim, rigidez e falta de leveza ao conjunto do texto.

Figura 08 – Legenda escrita por mão com competência gráfica elementar
Catálogo Castro (1994, p. 42)

Concorda-se, entretanto, com Marquilhas (2000, p. 238-239), quando diz que as características supracitadas não precisam, necessariamente, ser cumulativas ou equilibradas e, também, quando afirma que a presença rara ou não de abreviaturas e o emprego de letras maiúsculas ou minúsculas se inserem em outro nível de análise que em nada tem a ver com as propriedades físicas do objeto escrito e, desse modo, não se relacionam com maior ou menor destreza no processo de execução caligráfica.

Do lado oposto às mãos com competência gráfica elementar, estão as 'in pura', no dizer de Petrucci (1978), recolhecendo-lhes as seguintes características: escrita tecnicamente bem executada, cercada de detalhes, identificáveis, sobretudo,

em filetes enfeitados junto às letras; módulo pequeno, produzido com muita segurança e perícia, respeitando a relação entre o corpo da letra e as hastes, sejam elas descendentes ou ascendentes. Distinguem-se ainda pelo limitado número de abreviações e, quanto aos ligamentos entre letras, prezam pela espontaneidade, fruto de uma escolha estética. Entre esses extremos – mãos com competência gráfica elementar ou de base e mãos 'in pura' –, assentam-se as 'in usual' que registram maior fluidez na escrita, traçado mais regular do que os do primeiro grupo, módulo menor da letra e melhor alinhada, uso de abreviações e de ligamentos. De modo geral, é uma escrita de quem não ficou relegado ao nível elementar, mas que é usada por necessidades de trabalho ou, então, por quem, tendo um bom modelo, o repete de maneira diligente sem necessariamente precisar de um exercício constante. Esse grupo se destaca pela heterogeneidade, abraçando, por vezes, características afetas tanto à primeira quanto à terceira facção.

As tabuinhas têm representantes nesses 3 níveis de competência gráfica: elementar, 'in pura' e usual, como demonstram, respectivamente, as *figura 8, 9* e *10*, contudo tem-se a impressão – o flagrante das características afetas a cada um dos níveis envolve, em alguma medida, um quê de subjetividade – de que, na maioria esmagadora dos casos, os executores dos quadrinhos pintados estavam estacionados no nível de competência gráfica usual, proporcionado, talvez, pela repetição e treino caligráfico constantes, exigidos para a escrita dos dizeres a serem colocados nas legendas.

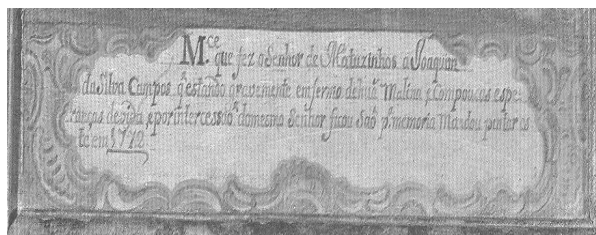



Figura 09 – Legenda escrita por mão 'in pura'
Catálogo Castro (1994, p. 41)

Manifestação de Scarano (2003, p. 114) quanto à linguagem desvelada nos quadros votivos:

> Outros tipos de abreviaturas são óbvias, no sentido de que parecem ser o modo mais lógico de resumir uma palavra, tais como "q" por "que" e outras de teor semelhante. As mais usadas são "Mce" (mercê); "Sra" (senhora); "pa" (para); "Pera" (Pereira, nome de alguém); "Franco" (Francisco); "Joaqm" (Joaquim ou Joaquina); "do" (dito);

"da" (dita), e inúmeras palavras com a terminação "-mente", que são resumidas colocando-se o "m" e o "te" apenas; e assim por diante.

A autora descortinou, com essa citação, a característica mais marcante na linguagem das legendas: a recorrência à abreviatura de vocábulos, talvez para economizar espaço, talvez por ser, de fato, recurso intrínseco a essa linguagem. Contam-se 592 ocorrências residindo nas 183 tabuinhas e, quanto aos processos abreviativos, 3 saltam aos olhos: por suspensão ou apócope, em que se omite o final da palavra – *B.* (Bom), *C.* (Cristo), *D.* (dona), *Loc.* (locomotiva), *S.* (Senhor), *E.* (Espírito), *Jez.* (Jesus), *M.* (mercê), *Cap.* (capitão), *P.* (palácio); por contração ou síncope, quando se omitem letras no meio do vocábulo – *Mel.* (Manuel), *Pra.* (Pereira), *Rdo.* (reverendo), *Senra.* (senhora), *Snr.* (senhor), *Sta.* (Santa), *Sto.* (Santo) e, finalmente, com letras superpostas, processo pelo qual, "em geral, é colocada a letra inicial ou prefixo da palavra e, em suspensão, a última ou as últimas letras da palavra" (FLEXOR, 1991, p. xii) – *cam*^{o}. (caminho), *Carv*^{o}. (Carvalho), *comp*^{a}. (companhia), *D*^{or}. (doutor), *enferm*^{de} (enfermidade), *felism*^{te}. (felizmente), *Ferr*^{a}. (Ferreira), *Fran*^{co}. (Francisco), *gravem*^{e}. (gravemente), *M*^{ce}. (mercê).

Figura 10 – Legenda escrita por mão 'in usual'
Coleção Angra dos Reis

Esse acúmulo de vocábulos abreviados tem ainda, como razão de ser, a recorrência freqüente a algumas formas que, como alertou Scarano, acima referida, são utilizadas com bastante generosidade em detrimento de outras. Nos quadrinhos aqui em análise, as mãos se valeram para mais das seguintes formas: *q̃* (que, 56), *N.* (Nossa, 25), *m*^{to}. (muito, 19), *Sr.* (Senhor, 23), *M*^{ce}. (Mercê, 15), *p*^{a}. (para, 15), *D.* (Dona, 14), *Dr.* (doutor, 12), *S*^{ta}. (Santa, 12), *d*^{o}. (dito, 10), e, para menos, destas: *d*^{ta}. (dita, 2), *f*^{a}. (filha, 2), *Fran*^{ca}. (Francisca, 2), *Almd.* (Almeida, 1), *desp*^{o}. (despacho, 1), *est*^{o}. (estando, 1), *fevr.* (fevereiro, 1), *g*^{des}. (grandes, 1), *P.* (palácio, 1), *Pe.* (padre, 1). Ainda sobre as abreviaturas, há de se expor o expediente de uma forma acolher variações e bastam 2 exemplos para ilustrá-lo: *senhor* (Snr, Sñr, SNR,

Snr̃., Sn$^{\tilde{r}}$., S$^{n\tilde{r}}$., Snr., Snr^{e}., S^{o}., S^{or}., S$^{\tilde{r}}$., SR., S^{r}., Sr.) e *gravemente* (grave m^{te}., gravem^{e}., gravem^{te}, Gravemte., Gr^{e}m^{e}.).

Já se fez uma alusão ligeira ao fato de Scarano (2003, p. 114) atribuir as inúmeras palavras que foram grafadas com contigüidade, ou seja, sem um marcador formal, que é o espaço em branco, à falta de conhecimento e à topografia mínima reservada ao escrever. Esse tópico pode também abarcar uma outra justificativa, isto é, trechos como *ensima* (em cima), *eLogo* (e logo), *dosprofeçores* (dos professores), *debixigas* (de bexigas), *eoSeu* (e o seu), *dehumas* (de umas), *conodito* (com o dito), *aoSenhor* (ao Senhor), *pordetras* (por detrás), *noarayal* (no arraial), *comrisco* (com risco), *eporSever* (e por se ver), *arespiração* (a respiração), *comomesmo* (com o mesmo), *comelle* (com ele), *comdores* (com dores), *elhepassou* (e lhe passou), *epormemoria* (e por memória), *desurgiões* (de cirurgiões), *eporintercessaõ* (e por intercessão), *Daoliveira* (da Oliveira), *duAmaro* (do Amaro), *cinegou* (se negou), entre outros, podem estar revelando, da parte do executor dos quadrinhos, a percepção da fala como um contínuo fônico que se refletiu na escrita. Tem esse fenômeno um nome específico na literatura especializada: hipossegmentação. Do lado oposto, ou seja, colocar um espaço em branco no meio de vocábulos – as hipersegmentações – são raras, mas existem[6]: *a Chou* (achou), *em fermo* (enfermo), *mato Zinh*o (Matosinhos), *Mattoz Zinho* (Matosinhos), *a os* (aos), *a manham* (amanhã), *a Companha^{do}* (acompanhado), *grave mente* (gravemente) e *a pegando* (apegando). A explicação para dar conta do aspecto deve conjugar o indivíduo que escreve, mas que, também, é leitor. Observe-se a semelhança entre partes do vocábulo e palavras autônomas na escrita – *a*, *em*, *grave*, *mato*, *os*; é na interação com o objeto escrito e, conseqüentemente, na representação de palavra que se constrói a partir dele que parecem estar alicerçadas essas grafias. O branco, então, quer cumprir a função de dar a uma das porções isoladas aquilo que lhe é de direito em outros contextos, 'vida própria'.

Outro traço que marca fortemente a sua presença nos quadros é o acúmulo de grafias etimologizantes. Não é esse, contudo, um assunto que se aborde com ligeireza.

---

[6] Estudos sobre segmentação gráfica não canônica mostram que as hipossegmentações são bastante mais recorrentes que hipersegmentações: Abaurre, 1991; Oliveira, 2005; Silva, 1994.

Consoante Barbosa (2006, p. 761-780), até as bases da ortografia de 1885, de Gonçalves Viana e Vasconcellos Abreu, as grafias etimológicas e pseudo-etimológicas dominaram o cenário da escrita em língua portuguesa; no que tem toda razão o autor, bastam algumas páginas de jornais, cartas ou quaisquer outras tradições discursivas para vê-las "gargalhando às escâncaras". Era um tal de <h> para assinalar hiatos ou para iniciar algumas formas conjugadas do verbo *ser*, consoantes geminadas a não mais poder e coisas que tais. Ainda segundo o autor, o século XIX, considerado como o período pseudo-etimológico, é marcado pela relatinização, às vezes de maneira errada, de vários vocábulos portugueses, pois se está numa época em que prestígio e erudição significavam, no âmbito da cultura escrita, grafar os itens lexicais sem as oscilações fonéticas, ainda caracterizadoras do século XVIII; mais que isso, de acordo com Barbosa (2006, p. 767), "seria um valor geral de prestígio imbuir a grafia dos textos das grafações latinizadas".

A presença de grafias etimologizantes no material em estudo é bastante volumosa, pois se exibe em 350 ocorrências, para as quais se segue uma pequena antologia: *A**ff**onso* (Afonso), *assi**gn**ado* (assinado), *a**th**e* (até), *bo**cc**a* (boca), *ca**h**ido* (caído), *desa**cc**ordada* (desacordada), *de**sz**a**pp**arecido* (desaparecido), *Duro**th**eia* (Dorotéia), *er**y**sipela* (erisipela), *flage**ll**o* (flagelo), *fo**y*** (foi), ***H**espanha* (Espanha), ***Ign**acia* (Inácia), *i**mm**enso* (imenso), *jane**ll**a* (janela), *ma**y*** (mãe), *O**mn**ipotencia* (onipotência), *pe**ll**o* (pelo), *prome**tt**eo* (prometeu), *sa**h**indo* (saindo). É necessária, porém, a lembrança de que "nem tudo o que reluz é ouro", ou seja, pode-se valer, ainda, de um novo critério para julgar a imersão dos riscadores de milagres na cultura escrita, verificando se as grafias etimologizantes encontram fundamento histórico, o que quer dizer, em outras palavras, que se colocarão, de um lado, as etimologizações verdadeiras e, de outro, as falsas; alguns dicionários etimológicos da língua portuguesa é que lastrearão esse procedimento (Nascentes, 1952; Machado, 2003; Cunha, 2007) e o método consiste no seguinte: o vocábulo *ab**y**smo*, com o <y>, está corretamente etimologizado, pois provém do latim médio *ab**y**smus*; já o mesmo não se pode dizer em relação à palavra *fa**ll**a*, em que a geminação do <l> não encontra fundamento histórico, porque o verbo deriva do latim *fabŭlāre*. Poder-se-ia contra-argumentar, por exemplo, que os jornais, vistos

como um possível divulgador de uma suposta norma culta, sobretudo no século XIX, estampavam o verbo referido com a geminação do grafema <l>. Isso em nada desfaz o que foi dito: a etimologização do vocábulo continua a carecer de justificativa que a abalize. Retiradas da análise 29 formas, seja porque sua etimologia não foi localizada – *co**mm**andatuba* (comandatuba), *e**mm**ediatamente* (imediatamente), *Gabrie**ll**a* (Gabriela), *Made**ll**a* (Madela), *Va**ll**adão* (Valadão) – ou é de origem incerta – *ara**y**al* (arraial), *Ar**ch**anjo* (Arcanjo), *Ar**th**ur* (Artur), *paragua**y*** (Paraguai), *Sa**ll**es* (Sales), restam 321.

Separando as latinizações ou helenizações verdadeiras: *aco**mm**etido* (acometido, do latim *co**mm**ĕttĕre*), *A**pp**arece* (aparece, do latim *a**pp**arēscĕre*), *aque**ll**es* (aqueles, do latim *eccu ĭ**ll**e*), *Bar**th**olomeu* (Bartolomeu, do sírio-hebráico *Bar **Th**olmai*), *co**ll**ocar* (colocar, do latim *co**ll**ocāre*), *co**mm**emorar* (comemorar, do latim *co**mm**emorāre*), *e**ll**e* (ele, do latim *ĭ**ll**e*), *i**ll**uzoens* (ilusões, do latim *i**ll**ūsĭō -ōnis*), *i**nn**ocente* (inocente, do latim *i**nn**ocens -entis*), *mart**y**rio* (martírio, do latim *mart**y**rĭum*), das falsas: *A**ll**emão* (alemão, do latim tardio *alemannus*), *A**th**ayde* (Ataíde, do germânico *atta*, pai e *hildes*, luta), *ca**h**indo* (caindo, do latim *cadĕre*), *di**tt**o* (dito, do latim *dictus*), *fa**ll**a* (fala, do latim *fabŭlāre*), *fei**tt**o* (feito, do latim *făctum*), ***ff**ez* (fez, do latim *facĕre*), *fr**y**o* (frio, do latim *frīgĭdus*), ***h**ir* (ir, do latim *ĭre*), *Ma**y**or* (maior, do latim *mājor -oris*), os resultados demonstram que houve uma vitória do sim contra o não: é que as grafias etimologizantes que encontram fundamento histórico – 220 casos – se sobrepõem àquelas que não o encontram – 101. Diante desse panorama, há para observar que os índices referentes às grafias vestidas com etimologizações falsas não são desprezíveis, o que licencia a constatação de que muitos dos executores dos quadrinhos pintados "pesaram a mão" e, conseqüentemente, erravam ao manipular com o expediente da latinização ou helenização a grafia de inúmeros vocábulos, como revela o gráfico a seguir:

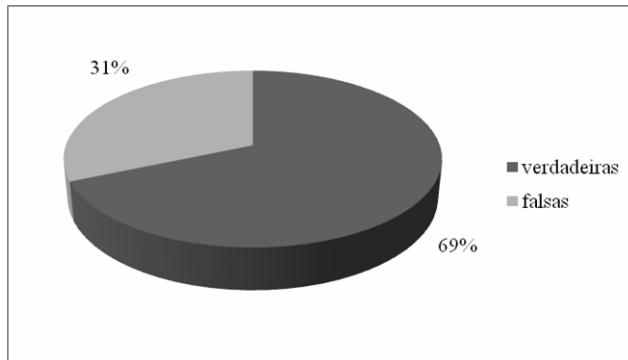



Gráfico 1 – Etimologizações gráficas

Ao longo deste texto, fizeram-se constantes referências ao fato de que as tabuinhas votivas podem dar indícios sobre o português popular brasileiro em perspectiva histórica. O uso da expressão "indícios" já explicita que, quanto a esse objetivo, o trabalho assume um caráter mais qualitativo que quantitativo. Falou-se ainda que as legendas, por seu aspecto formular e pelo diminuto número de linhas, não seriam de serventia para análise de todos os níveis lingüísticos. De fato, lendo-as, parece que o proveito mais significativo vai para o plano da fonética/fonologia. Desse modo, objetiva-se, com as palavras e os números que estão por vir, chamar a atenção e, ao mesmo tempo, demonstrar que, para o nível lingüístico mencionado, há flagrantes de fenômenos fônicos que, da fala, se transpuseram para a escrita. Seguem, abaixo, os fenômenos garimpados nas tábuas votivas, localizando-os quanto ao século.

Século XVIII:

- **aférese**: *fermidade* (enfermidade, 1)[7], *pustema* (apostema, 1)
- **prótese**: ***a****suçedida* (sucedida, 1)
- **síncope**: *espranças* (esperanças, 1), *esprimentou* (experimentou, 1), *nehua* (nenhuma, 1)[8], *propia mente* (propriamente, 1), *Serugões* (cirurgião, 1), *surgiõens* (cirurgiões, 1)
- **apócope**: *Matozinho* (Matosinhos, 2), *Matozinhô* (Matosinhos, 1)
- **metátese**: *pe**r**metendo* (prometendo, 1), *p**r**eceguida* (perseguida, 1)

[7] A apresentação dos dados referentes a marcas da oralidade assim foi feita: colocou-se em evidência o vocábulo atingido pelo fenômeno em questão e, dentro dos parênteses, a forma canônica e o número de ocorrência nas tábuas votivas.

[8] Neste vocábulo, a presença do grafema <h> não representa a vogal palatal [ɲ], mas assinala uma estratégia de grafia etimologizante que consiste em colocar o <h> entre hiatos.

- **elevação de vogais médias pretônicas**: *bixigas* (bexigas, 1), *diclinou* (declinou, 1), *disgracia* (desgraça, 1), *inferma* (enferma, 2), *Matuzinhos* (Matosinhos, 3), *milhor* (melhor, 1), *milhora* (melhora, 1), *milhoras* (melhoras, 3)
- **elevação de vogais médias em monossílabos**: *Du* (do, 1), *mai* (mãe, 2)
- **abaixamento de vogais altas pretônicas**: *desparou* (disparou, 1), *devino* (divino, 1), *emplorando* (implorando, 1), *emtera mte* (inteiramente, 1), *entercessâo* (intercessão, 1), *molher* (mulher, 1), *parentersessão* (por intersessão, 1), *Serugões* (cirurgiões, 1), *sofocação* (sufocação, 1), *Syrorgião* (cirurgião, 1)
- **anteriorização de vogais**: *permetemdo* (prometendo, 1)
- **centralização de vogais**: *parentersesão* (por intersessão, 1)
- **monotongação**: *axose* (achou-se, 1), *apegose* (apegou-se, 1), *debaxo* (debaixo, 1), *diareas* (diaréias, 1), *emtera mte* (inteiramente, 1), *fico* (ficou, 1)
- **ditongação**: *coixa* (coxa, 1), deyn^{bro}. (dezembro, 1), *disgracia* (desgraça, 1), *enfreyado* (enfreado, 1), *Sylvia* (Silva, 1)
- **despalatalização**: *le* (lhe, 1)
- **desnasalização**: *hu* (um, 1), *hua* (uma, 4), *mai* (mãe, 2)

Século XIX:

- **aférese**: *Parecida* (Aparecida, 1), *pifano* (Epifânio, 1), *tê* (até, 1)
- **apócope**: *Mathosinho* (Matosinhos, 1), *Matuzinho* (Matosinhos, 1), *Mato Zinho* (Matosinhos, 1), *Matto Zinho* (Matosinhos, 1), *Matozinho* (Matosinhos, 4)
- **síncope**: *pa* (para, 2)
- **metátese**: *granguenou* (gangrenou, 1), *porcedido* (procedido, 1)
- **elevação de vogais médias pretônicas**: *carriando* (carreando, 1), *dizinganou* (desenganou, 1), *duente* (doente, 1), *Durotheia* (Dorotéia, 1), *enfirmidade* (enfermidade, 1), *Filisberto* (Felisberto, 1), *Furtunato* (Fortunato, 1), *gravimente* (gravemente, 1), *incaio* (encalho, 2), *Infermo* (enfermo, 1), *Injenho* (engenho, 1), *iscrotos* (escrotos, 1), *isquerdo* (esquerdo, 1), *Matuzinho* (Matosinhos, 1), *milhor* (melhor, 1), *Milhor* (melhor, 1), *milhoras* (melhoras, 5), *mimoria* (memória, 2), *procidido* (procedido, 1), *pustema* (apostema, 1), *sintidos* (sentidos, 1)
- **elevação de vogais médias postônicas**: *dantis* (dantes, 1), *quazi* (quase, 1)
- **elevação de vogais médias em monossílabos**: *au* (ao, 1), *ci* (se, 1), *di* (de, 1), *mãi* (mãe, 1), *mi* (me, 1), *nu* (no, 1)
- **abaixamento de vogais altas pretônicas**: *desenteria* (disenteria, 1), *Molher* (mulher, 1), *tomores* (tumores, 1)
- **anteriorização de vogais**: *secorrendo* (socorrendo, 1)

- **monotongação**: *andame* (andaime, 1), *abaxo* (abaixo, 2), *baxo* (baixo, 1), *debaxo* (debaixo, 1), *Dotor* (doutor, 1), *Ozébia* (Eusébia, 1), *pifano* (Epifânio, 1), *rematismo* (reumatismo, 1), *saverista* (saveirista, 1), *torno-lhe* (tornou-lhe, 1), *typhode* (tifóide, 1)
- **ditongação**: *Bão* (bom, 1), *pescouço* (pescoço, 1)
- **desnasalização**: *co* (com, 1), *hua* (uma, 4), *nao* (não, 1)
- **iotização**: *incaio* (encalho, 2), *Vaia* (valha, 1)

Século XX:

- **síncope**: *prostada* (prostrada, 1)
- **paragoge**: *amiudas* (amiúde, 1)
- **elevação de vogais médias pretônicas**: *juelho* (joelho, 1)
- **abaixamento de vogais altas pretônicas**: *ourina* (urina, 1), *sofrementos* (sofrimentos, 1)
- **centralização de vogais**: *amiudas* (amiúde, 1)
- **monotongação**: *nafrago* (naufrágio, 1)[9]
- **ditongação**: *poude* (pode, 1), *ourina* (urina, 1), *mais* (mas, 1), *feis* (fez, 1), *Olavio* (Olavo, 1)
- **desnasalização**: mae (mãe, 1)

Sem datação:

- **síncope**: *inperimentado* (experimentado, 1)
- **epêntese**: *gragrena* (gangrena, 1)
- **apócope**: *Alcanca* (alcançar, 1), *Ei* (eis, 1)
- **elevação de vogais médias pretônicas**: *agunhado* (agoniado, 1), *Explusão* (explosão, 1), *infermidade* (enfermidade, 1), *Istupor* (estupor, 1), *milhor* (melhor, 1), *milhora* (melhora, 2)
- **elevação de vogais médias postônicas**: *quasi* (quase, 1), *sarassi* (sarasse, 1)
- **elevação de vogais médias em monossílabos**: *au* (ao, 1)
- **abaixamento de vogais altas pretônicas**: *comprir* (cumprir, 1), *emcomo-do* (incômodo, 1), *enflamada* (inflamada, 1), *encomo-do* (incômodo, 1), *emmediatamente* (imediatamente, 1), *infenita* (infinita, 1),
- **anteriorização de vogais**: *diente* (diante, 1), *rezão* (razão, 1)
- **monotongação**: *Aura* (Áurea, 1), *lembros-se* (lembrou-se, 1), *pegoce* (pegou-se, 1), *perfeta* (perfeita, 1)
- **ditongação**: *feiz* (fez, 2), *meis* (mês, 1)
- **rotacismo**: *Grorioso* (glorioso, 1)
- **lambdacismo**: *milaglozo* (milagroso, 1)
- **palatalização**: *agunhado* (agoniado, 1)

[9] Repare-se que o vocábulo *naufrágio* acolhe duas monotongações.

- **nasalização**: ***in**perimentado* (experimentado, 1)
- **desnasalização**: ***hu*** (um, 1)

Removendo os índices referentes aos fenômenos fônicos para uma tabela, tem-se a seguinte imagem:

FENÔMENO	SÉC. XVIII	SÉC. XIX	SÉC. XX	S/ DATA	TOTAL
Aférese	02	03			**05**
Prótese	01				**01**
Síncope	06	02	01	01	**10**
Epêntese				01	**01**
Apócope	03	08		02	**13**
Paragoge			01		**01**
Metátese	02	02			**04**
Elevação de vogais médias pretônicas	13	27	01	07	**48**
Elevação de vogais médias postônicas		02		02	**04**
Elevação de vogais médias em monossílabos	03	06		01	**10**
Abaixamento de vogais altas pretônicas	10	03	02	06	**21**
Anteriorização de vogais	01	01		02	**04**
Centralização de vogais	01		01		**02**
Monotongação	06	12	02	04	**24**
Ditongação	05	02	05	03	**15**
Rotacismo				01	**01**
Lambdacismo				01	**01**
Palatalização				01	**01**
Despalatalização	01				**01**
Nasalização				01	**01**
Desnasalização	07	06	01	01	**15**
Iotização		03			**03**
TOTAL	**61**	**77**	**14**	**34**	**186**

Tabela 5 – Fenômenos fônicos

A colheita dos fenômenos fônicos, 186 casos, licencia uma série de constatações. Em primeiro lugar, confirma-se a hipótese de que, para o nível de análise lingüístico relativo à fonética/fonologia, as tabuinhas, de fato, estão dando a sua contribuição, contudo, ao lado de traços com mais probabilidade de ocorrerem nas normas populares – aféreses (*fermidade*, *pífano*), próteses (***a**suçedida*), anteriorização de vogais (*p**e**rmetendo*, *r**e**zão*), metátese (*po**r**cedido*, *g**r**anguenou*), rotacismo (*G**r**orioso*) –, há outros que já se despiram de estigmas e são flagrados também nas normas cultas, como, por exemplo, a apócope de /r/ em final de palavras (*Alcanca*), elevação de vogais médias pretônicas (***i**nferma*, *grav**i**mente*), elevação de vogais média postônicas (*dant**i**s*, *quaz**i***), elevação de vogais médias em

monossílabos (*Du*, *di*), monotongação (*fico*, *baxo*). Quanto aos fenômenos mais bem representados quantitativamente, destacam-se a elevação de vogais médias pretônicas, com 48 ocorrências, a monotongação, com 24, o abaixamento de vogais altas pretônicas, com 21, a desnasalização, com 15 e, por fim, a ditongação, também com 15; no extremo oposto, são parcamente anotados, com apenas 1 ocorrência, a prótese, a epêntese, a paragoge, o rotacismo, o lambdacismo, a palatalização, a despalatalização e a nasalização.

Partindo para uma leitura horizontal da *Tabela 5*, são os seguintes fenômenos que encontram representantes em todos os séculos, inclusive em tabuinhas que não indicam a data da sua confecção: síncope, elevação de vogais médias pretônicas, abaixamento de vogais altas pretônicas, monotongação e ditongação. E já que se referiu a tabuinhas sem data, algumas delas acolhem fenômenos fônicos com ocorrência solitária: epêntese, rotacismo, lambdacismo, palatalização e nasalização; visualizam-se, ainda, dados que não se reduplificam para além de um século, como é o caso da prótese e da despalatalização, localizados apenas no século XVIII e a paragoge, no XX. Que é o século XIX, seguido pelo XVIII, a abrigar o maior número de formas acolhedoras de fenômenos fônicos representativos para o objetivo que se pretende é outra informação a ser destacada.

Cabem ainda, quanto aos traços emoldurados como fenômenos que, da fala, se transpuseram para a escrita, duas observações:

As primeiras indicações sobre a emergência do apagamento de /R/ em coda silábica interna, no português brasileiro, datam da década de 20 do século XX. Oliveira (2006, p. 469-494) recuou o traço, com base em textos escritos por africanos e afro-descendentes, para o século XIX. Será que o vocábulo *serugões* (cirurgiões) está querendo confidenciar que o apagamento referido pode ser recuado para o século XVIII?

No que se refere ao segundo aviso, avistem-se as seguintes palavras de Simões (2003, p. 64) sobre a representação gráfica da nasalidade entre os alfabetizandos:

> Considerando que a nasalidade é uma situação de maior complexidade, concluímos que, no plano fônico, ela não atordoa o alfabetizando, pois, captando-a ou não, a criança resolve sua grafia de forma sistêmica e estruturada: ou ignora e, portanto, não usa marcas, ou a percebe e elege uma marcação uniforme: põe travador (consoante nasal após a vogal fechando sílaba) ou til em todas as sílabas que apresentem qualquer vestígio de som nasal (nasaladas e nasalizadas).

É por isso que certos vocábulos acima oferecidos – *co*, *hu*, *hua*, *mai*, *nao*, – devem ser vistos com cautela, porque, talvez, não estejam encenando desnasalizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de ex-votos do tipo tábuas votivas revelou, primeiramente, que a linguagem ali expressa tem características que lhes são constitutivas e, conseqüentemente, as individualizam perante outras modalidades de agradecer a um orago pelo milagre obtido. No plano da linguagem, essas características se traduzem no excesso de abreviaturas, no acúmulo de grafias hipo- e hipersegmentadas, na sobrecarga de vocábulos etimologizados, legitimamente ou não. Contudo, operando-se no campo das legendas que descrevem os milagres feitos em situações aflitivas, o ganho mais importante diz respeito ao fato de que, pelo menos no nível da fonética/fonologia, as tabuinhas se constituem, de fato, em mais uma fonte para o conhecimento do percurso histórico do nosso "latim vulgar".

REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Bernadete Marques (1991). A relevância dos critérios prosódicos e semânticos na elaboração de hipóteses sobre segmentação na escrita inicial. *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*, n. 11, jun., p. 203-217.

ABREU, Jean Luiz Neves (2005). Difusão, produção e consumo das imagens visuais: o caso dos ex-votos mineiros do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, v. XXV, n. 49, p. 197-214.

ALKMIM, Tânia Maria (2001). A variedade lingüística de negros e escravos: um tópico da história social do português no Brasil. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). *Para a história do português brasileiro. Volume II: primeiros estudos,* t. II. São Paulo: Humanitas. p. 317-335.

ALKMIM, Tânia Maria (2002). Estereótipos lingüísticos: negros em charges do séc. XIX. In: ALKMIM, Tânia Maria. (Org.). *Para a história do português brasileiro. Volume III: novos estudos.* São Paulo: Humanitas. p. 383-402.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves (2006). Tratamento dos *corpora* de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e lingüísticos. In: LOBO *et al.* (Orgs.). *Para a história do português brasileiro. Volume VI: novos dados, novas análises*, t. II. São Paulo: Humanitas. p. 761-780.

CASTRO, Márcia de Moura (1979). O ex-voto em Minas Gerais e suas origens. *Cultura*, n. 31, p. 100-112.

CASTRO, Márcia de Moura (1994). *Ex-votos mineiros: as tábuas votivas no ciclo do ouro*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

CUNHA, Antônio Geraldo da (2007). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital.

FAUSTO, Boris (1994). *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/FDE.

FLEXOR, Maria Helena Ochi (1991). *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Editora UNESP/Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo do Estado de São Paulo.

FROTA, Leila Coelho (1981). Promessa e milagre nas representações coletivas de ritual católico, com ênfase sobre as tábuas pintadas de Congonhas do Campo, Minas Gerais. In: *PROMESSA e milagre no santuário do Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas – Minas Gerais.* Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória. p. 17-53.

GIFFONI, Maria Amélia Corrêa (1980). Ex-votos, promessas ou milagres. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, s/n, p. 27-53.

LUCCHESI, Dante (1994). Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português no Brasil. *Revista Internacional de língua portuguesa*, Lisboa, n. 12, dez., p. 17-28.

MACHADO, José Pedro (2003). *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Livros Horizontes. 3 v.

MARQUILHAS, Rita (2000). *A faculdade das letras. Leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Lisboa: Impressa Nacional – Casa da Moeda.

MARTINS, Ana Maria (2001). *Documentos portugueses do noroeste e da região de Lisboa – da produção primitiva ao século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1998). Sobre desencontros e reencontros: Filologia e Lingüística no Brasil no século XX. *Estudos Lingüísticos e Literários*, n. 21/22, p. 97-108.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2002). Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIN, Tânia Maria. (Org.). *Para a história do português brasileiro. Volume III: novos estudos*. São Paulo: Humanitas. p. 443-464.

NASCENTES, Antenor (1952). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

OLIVEIRA, Klebson (2005). O lugar do branco na escrita de negros. Notas sobre segmentação gráfica em textos de africanos e afro-descendentes no Brasil do século XIX. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, n. 6, p. 153-170.

OLIVEIRA, Klebson (2006). Aquisição da escrita em textos de africanos e afro-descendentes no Brasil do século XIX: grafias para sílabas complexas, por exemplo. In: LOBO, Tânia *et al.* (Orgs.). *Para a história do português brasileiro. Volume VI: Novos dados, novas análises*, t. I. São Paulo: Humanitas. p. 469-494.

PESSÔA, José (2001). *Milagres: os ex-votos de Angra dos Reis*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

PETRUCCI, Armando (1978). Scrittura, alfabetismo ed educazione grafica nella Roma del primo cinquecento. Da um libretto di conti di Maddalena Pizzicarola in Trastevere. *Scrittura e Civiltá*, n. 3, p. 163-207.

PROMESSA e milagre no santuário do Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas – Minas Gerais. (1981). Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória.

SCARANO, Julita (2003). *Fé e milagre: ex-votos pintados em madeira, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: EDUSP.

SILVA, Ademar da (1994). *Alfabetização: a escrita espontânea*. São Paulo: Contexto.

SILVA, Maria Augusta Machado da (1981). *Ex-votos e orantes no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional.

SIMÕES, Darcília (2003). *Fonologia em nova chave: considerações sobre a fala e a escrita*. Rio de janeiro: HP Comunicações.

VALLADARES, Clarival do Prado (1967). *Riscadores de milagres*. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

USO DE ESTRUTURAS RELATIVAS EM TEXTOS DE ESCRITORES PORTUGUESES E BRASILEIROS DOS SÉCULOS XIX E XX

Emília Helena Portella Monteiro de SOUZA
(UFBA/PROHPOR)
Therezinha Maria Mello BARRETO
(UFBA/PROHPOR)

INTRODUÇÃO

O século XIX se constitui num período histórico de afirmação da identidade brasileira. Do ponto de vista lingüístico, alguns assuntos fazem parte da agenda de discussões, entre eles, a questão da fixação de uma norma culta escrita, de um lado, e de outro, a língua falada, isto é, o português geral brasileiro que se difundia, com aspectos bem diferenciados do português escrito de inspiração lusitana, principalmente na sintaxe. Essa realidade lingüística do português do Brasil torna-se mais delineada na segunda metade do século XIX, e vai se estender pelos princípios do século XX.

1 A LÍNGUA CULTA ESCRITA, NO BRASIL, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Pesquisas desenvolvidas sobre esse período histórico são reveladoras desta realidade: até o século XVIII, Portugal tinha como norma o português clássico, e é nesse modelo de língua que muitos textos foram escritos, aqui no Brasil, a exemplo da Constituição de 1824, conforme os referidos estudos empreendidos por Pagotto. Se na primeira metade do século XIX ainda era vigente essa norma para os textos escritos, já não é a realidade que se configura na segunda metade do século. Mudanças no português europeu, conjugadas com o aparecimento de um novo leitor, advindo de um estrato social emergente, a burguesia, fez com que muitas variantes do português falado passassem a figurar nos textos da literatura romântica portuguesa. O objetivo dessa inserção era atingir um público maior, da nova classe social, considerando-se que, até então, a literatura era voltada para os nobres (PAGOTTO, 1998; FARACO, 2008).

Esse português moderno escrito, vigente na segunda metade do século XIX, passou a servir de modelo para os nossos intelectuais da época, mesmo que se identificasse aqui, como norma, certos traços estruturais característicos do português clássico. Essa evidência fica demonstrada, conforme estudos de Pagotto (idem), na comparação dos textos das duas constituições brasileiras, a do Império (1824) e a da República (1891), em que esse autor observa diferenças no uso dos clíticos e no uso das estruturas relativas, dentre outros fenômenos. Como síntese, pode-se dizer que a Constituição de 24 apresenta usos do português clássico, e a Constituição de 91, do português moderno. Também esse modelo de norma culta é seguido em textos escritos da época, como os literários. Embora o Romantismo aqui no Brasil tenha se revestido de características bem peculiares, pelo compromisso com a afirmação da nacionalidade, pela busca de uma identidade cultural, e isso tenha se refletido nos textos, principalmente no uso do léxico, e mesmo na sintaxe, revelando, em alguns autores, as tendências do português brasileiro (Pinto, 1986), a elite letrada não se afasta do padrão europeu, recém-constituído. Assim diz Pagotto (1998, p. 56): "Terminamos o século XIX com a norma culta mais européia do que nunca".

A contradição que transparece no posicionamento desses escritores brasileiros, que exaltam a nacionalidade e a cultura brasileira, de um lado, e, de outro, demonstram uma ligação atávica a uma variedade de língua do português europeu, na realidade, vai ser percebida através de posturas que se evidenciam mais conservadoras, mais puristas, que vão se delineando, desde a década de 1870 (FARACO, 2008 p.124), e posturas mais libertárias. Os mais conservadores estão representados pelos intelectuais, políticos, como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa; os mais inovadores são referidos pelo autor acima citado como defensores da absorção, na escrita, de características próprias do modo brasileiro culto de falar a língua. Nesse grupo está José de Alencar, "que apresenta um discurso mais nacionalista", Gonçalves Dias, dentre outros.

Essa elite de escritores, representada por José de Alencar, embora expressando o desejo de tornar a língua culta escrita com mais características da variedade brasileira, esbarra também no desejo de manter essa mesma língua mais

afastada do português comum falado, com traços do português popular. Há, no imaginário desses letrados, uma visão da língua portuguesa culta européia como representativa de superioridade cultural, de índice de civilização. Portanto, um estilo brasileiro não se imporia sem limites, considerando-se uma sintaxe desse português já tão diferenciada do português europeu. Uma clara evidência de um preconceito lingüístico, que vai, também, se consolidando, e que, ainda no século XXI, permanece em vários contextos sociais. Faraco (ibid., p. 83) atribui os movimentos de padronização lingüística no Brasil, na segunda metade do século XIX, a uma forma de combater as variedades do português popular, o que se torna bem evidente.

Voltando ao cenário das discussões sobre a língua culta escrita, no impasse de se decidir pelo modelo do português europeu moderno, ou do português culto brasileiro, que se esboçava, mas já era olhado com restrições, surge a figura de Machado de Assis, escritor realista, primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras, criada na década final do século XIX. A respeito desse escritor, considerado como um "conservador flexível", a partir de seus posicionamentos, já no texto de 1873, *Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade* (Obra Completa – III, p. 801-809), Faraco assim se pronuncia: "Pode-se dizer, então, que esse texto de Machado de Assis é o momento de síntese do raciocínio conservador flexível que pode ser resumido no lema 'mudanças sim, mas com limites' [...]". (p. 127).

Diz esse autor em relação a Machado de Assis:

> Podemos dizer que Machado de Assis - por não estar diretamente envolvido com as polêmicas da década de 1870, por ser figura de especial destaque cultural no final do século XIX e, principalmente, por praticar uma prosa moderna (conservadora, mas não purista; sem os "excessos de lusitanismo" de que falara Gonçalves Dias) – é quem melhor sintetiza uma postura de compromisso nas guerras em torno da língua. (p. 129).

Completa o autor:

> A ironia de tudo isso, porém, é que essa postura de compromisso, da qual Machado de Assis é um emblema, não conseguiu vencer de todo, no plano ideológico, a perspectiva purista e normativista. Essa postura de compromisso não conseguiu se estabelecer hegemonicamente no nosso modo de compreender e dizer a questão da língua portuguesa no Brasil. (p. 129).

Teyssier (2004, p. 111), entretanto, após referir-se à querela em torno de José de Alencar, quando o escritor português Pinheiro Chagas e "outros censores dos dois países" o acusaram de escrever numa língua incorreta, cita contistas regionalistas do final do século XIX e inícios do século XX, cujas obras contêm falas do povo e estão repletas de brasileirismos, não sendo o caso dos grandes escritores, "que são puristas em matéria de língua" como Machado de Assis (1839-1908). Também como purista refere-se ao "estadista" Rui Barbosa (1849-1923), (p. 112).

A literatura regionalista brasileira do último decênio do século XIX já rompe com esse ideal lusitano de língua, seja com a introdução de traços do uso regional brasileiro no plano da personagem, seja apresentando traços de oralidade no plano da narrativa, isso ao lado de uma literatura que se mantém fiel a esse ideal lusitano, pautado numa norma culta escrita que diferia do estilo brasileiro. O fato é que só com o Modernismo, que tem como marco de seu início a Semana de Arte Moderna de 1922, é que se vai buscar a expressão de uma língua brasileira, e muito claramente os escritores demonstram uma oposição ao purismo lusitano, se inserindo contra certas prescrições gramaticais. Essas posturas estão bem transparentes, principalmente, nos textos da primeira fase dessa corrente literária (PINTO, 1986; TEYSSIER, 2004; FARACO, 2008).

2 OS ESTUDOS EMPREENDIDOS POR TARALLO: EVIDÊNCIAS DE UMA GRAMÁTICA BRASILEIRA

No século XX, estudos empreendidos por Tarallo (1996), sobre o português do Brasil, do ponto de vista diacrônico, revelam traços de uma gramática do português brasileiro que se diferencia do português de Portugal. Essa pesquisa se deu a partir de cartas, diários e peças teatrais, escritos por brasileiros, entre os séculos XVIII e XIX (de 1725 a 1880 - divididos em quatro períodos de 50 anos). Tarallo conclui pela emergência de uma gramática brasileira que, ao final do século XIX, mostrava claras diferenças estruturais em relação à gramática portuguesa[1]. Pesquisas realizadas, posteriormente, por esse autor e por outros

[1] Gramática no sentido chomskyano

lingüistas, demonstram que essas diferenças se tornam mais acentuadas no final do século XX. São palavras do autor: "[...] mudanças dramáticas aconteceram na passagem do século XIX para o atual" (TARALLO, 1996, p. 99). Mattos e Silva (2004, p. 41 e 64), contudo, considera que o resgate de uma documentação, como cartas particulares inéditas de brasileiros anteriores à primeira metade do século XVIII, "poderão fazer recuar a definição dessa 'gramática' para antes do momento proposto"; acredita que essa gramática brasileira não se definiu na transição do século XIX para o XX, como propõe Tarallo, mas antes.

Quatro foram as mudanças identificadas por Tarallo, no português do Brasil, mas será apenas focalizada a mudança sintática ocorrida nas estratégias de relativização, em função da natureza deste trabalho. Essa mudança, nas estratégias de relativização, são vistas como uma consequência direta da mudança no sistema pronominal.

Tarallo identifica, no português brasileiro moderno, três estratégias típicas de relativização:

1º tipo - idêntico às encontradas na norma padrão, é a denominada pelo autor de *relativa com lacuna*, que apresenta uma lacuna na posição original do sintagma – QU. Só ocorre na posição de sujeito e objeto. O autor dá como exemplo:

(1) *Tem as que (**e**) não estão nem aí, não é?*

O 2º tipo é *a estratégia com o pronome lembrete*[2], que não apresenta lacuna, e essa posição é preenchida por uma forma pronominal co-referente com o sintagma nominal cabeça da relativa. Este tipo contempla todas as funções sintáticas. O autor assim exemplifica:

(2) *Você acredita que um dia teve uma mulher **que ela** queria que a gente entrevistasse ela pelo interfone?*

Para as posições mais baixas (objetos indiretos, oblíquos e genitivos), a norma padrão prescreve o uso de *piedpiping*.[3] Tarallo (idem p. 86) apresenta um

[2] Também recebe as seguintes denominações: relativa com pronome resumptivo e copiadora. Neste texto, vai-se utilizar essa última denominação.
[3] Relativa padrão com o uso da preposição pedida pela função que o relativo exerce na sentença.

exemplo com o uso do pronome lembrete (exemplo 3) e a versão *piedpiping* (exemplo 4) a partir desse exemplo. Chama atenção para o fato de essa versão praticamente não existir nos dados de 1981. Seguem os exemplos:

(3) *E um deles foi esse fulano aí, que **eu** nunca tive aula com **ele**.*

(4) *E um deles foi esse fulano aí **com quem** eu nunca tive aula (e).*

O 3º tipo é a denominada *relativa cortadora*. Ocorre quando o sintagma nominal relativizado é objeto de preposição. Tanto a preposição governante, quanto o sintagma relativizado estão ausentes. Trata-se também, nesse caso, de uma relativa com lacuna.

O autor dá como exemplo:

(5) *E uma pessoa que essas besteiras **que** a gente fica se preocupando (**com**) (**e**), ela não fica esquentando a cabeça.*

Essas duas últimas estratégias, a do *pronome lembrete* e a *cortadora*, são derivadas por apagamento do sintagma –QU *in situ*, e entraram no sistema em substituição à "moribunda estratégia *piedpiping*". Esse autor diz que, pelos dados demonstrados em tabelas, "por volta de 1880, a relativa cortadora já havia iniciado seu papel sintático no sistema: competir contra a estratégia do pronome lembrete em substituição à relativa *piedpiping*."

Segundo Tarallo, o relativo *que***,** quando ocorre nessas estruturas com *pronome lembrete*, e nas *estruturas cortadoras*, assemelha-se a um *que* complementizador, idêntico ao *que* integrante, que introduz orações subordinadas substantivas, análise também ratificada por outros lingüistas; nesse caso, o *que* ocuparia uma posição de adjunção à sentença, como as conjunções integrantes *que* ou *se*, sendo, pois, uma conjunção, uma vez que na cadeia em que ocorre, não há a relação operador-variável.

No que diz respeito à *relativa cortadora*, interessante é observar que essa é uma das marcas gramaticais que Pagotto (1998, p. 52) identifica, no texto da constituição do império. Assim esse autor se expressa: "A constituição do império apresenta pelo menos duas sentenças relativas cortadoras (cf. Tarallo, 1983), construção evidentemente evitada na constituição republicana." Mais adiante, esse autor, fazendo referência às marcas formais da constituição de 24, diz que: "[...]

muitas delas vieram a ser consideradas no Brasil como formas populares, fora daquilo que é prescrito pela norma culta moderna".

3 METODOLOGIA

Pode-se sintetizar a realidade lingüística brasileira da segunda metade do século XIX, como se apresentando dicotomizada. De um lado, uma norma culta escrita rígida, bem nos padrões lusitanos, de outro lado, uma norma culta urbana falada, nos padrões de uma gramática brasileira, diferenciada, principalmente do ponto de vista sintático, como já foi explicitado anteriormente. É interessante perceber que o ano de 1880, iniciando uma nova década, é significativo para marcar as duas posições. Assim diz Faraco (2008, p. 126):

> A década de 1880 será o momento do mais significativo avanço da lusitanização da norma escrita. Como destaca Guimarães (1996), é a década em que se intensifica o processo de gramatização brasileira do português com a multiplicação das gramáticas. E, particularmente, é a década em que se faz um esforço de definição das 'estruturas corretas' da língua.

Por outro lado, Tarallo (1996**,** p. 88) afirma que a estratégia cortadora começa a florescer precisamente por volta de 1880, momento em que também as estratégias de pronominalização estavam revertendo a hierarquia de uso válida até então, significando que a gramática do português brasileiro, nesse período histórico, já se evidenciava com traços próprios, diferenciando-se da gramática do português lusitano. Ao tratar das mudanças identificadas no português do Brasil, esse autor, em seus comentários finais,afirma: "Fica claro a partir do retrato oferecido que um novo sistema gramatical [...] emergiu ao final do século XIX, estabelecendo uma nova gramática diferente da modalidade lusitana [...]". (p. 99).

A motivação para este trabalho surgiu da evidência dessa dupla realidade lingüística brasileira. Pretendeu-se, portanto, verificar em textos de autores portugueses e brasileiros do século XIX e XX, o uso de estruturas relativas. Foram escolhidos dois escritores do século XIX: Eça de Queirós (1845 – 1900) e Machado de Assis (1839-1908); e dois escritores do século XX, Fernando Pessoa (1888 – 1935) e Clarice Lispector (1920 – 1977). Desses autores, fez-se o levantamento das estruturas relativas em contos e em cartas pessoais. A escolha de gêneros textuais

diversificados teve o objetivo de verificar se esses dois gêneros se constituiriam numa variável a ser considerada: as cartas pessoais, provavelmente, pela situação mais íntima e mais próxima, poderiam revelar-se com um estilo mais informal, mais distenso, apresentando uma diferença em relação aos contos. Isso como hipótese.

Para a análise, seguiram-se estes procedimentos: tomou-se por base o número estimado entre 200 e 300 linhas para cada um dos textos. Foram selecionados os seguintes contos: dos escritores portugueses, *No moinho*, de Eça de Queirós (EQ) e *O banqueiro anarquista*, de Fernando Pessoa (FP); dos escritores brasileiros, *A cartomante*, de Machado de Assis (MA) e *Uma esperança, Macacos* e *Felicidade Clandestina*, de Clarice Lispector (CL). Foram escolhidas cartas de Eça de Queirós (1885); de Fernando Pessoa (1915 a 1935); de Machado de Assis (1862 a 1868) e de Clarice Lispector (1944 a 1976).

Para observar as estruturas relativas, tomou-se a classificação de Tarallo: estruturas *relativas com lacuna*, estrutura *piedpiping*, relativa *copiadora* (relativa com pronome lembrete) e *cortadora*. O objetivo foi verificar quais estruturas eram mais freqüentes, em quais autores, e em que gênero textual, levando-se em conta o cenário lingüístico da segunda metade do século XIX e inícios do século XX.

4 ANÁLISE DOS DADOS

As tabelas a seguir expõem os resultados encontrados no que se refere ao uso das estratégias das relativas, conforme Tarallo (1996), nos contos e, em seguida, nas cartas.

Ocorrências das relativas em contos de autores portugueses e brasileiros

	CONTOS			
Escritor	**Lacuna**	**Piedpiping**	**Cortadora**	**Copiadora**
Eça de Queirós	57	13	03	00
Fernando Pessoa	24	01	00	00
Machado de Assis	20	04	00	00
Clarice Lispector	20	02	00	00
TOTAL	121	20	03	00

Tabela 1

Ocorrências das relativas em cartas de autores portugueses e brasileiros

	CARTAS			
Escritor	**Lacuna**	**Piedpiping**	**Cortadora**	**Copiadora**
Eça de Queirós	22	08	00	00
Fernando Pessoa	53	08	00	00
Machado de Assis	41	06	00	00
Clarice Lispector	29	07	00	00
TOTAL	145	29	00	00

Tabela 2

O resultado das ocorrências das relativas nos contos aponta que as *relativas com lacuna* apresentam a maior freqüência de uso, totalizando 121 ocorrências. As *piedpipings* vêm em segundo lugar em freqüência, totalizando 20 ocorrências; as *cortadoras* são apenas três, de um único autor, Eça de Queirós. Não há usos de estruturas *copiadoras*.

Nas cartas, também são as *relativas com lacuna* as que têm maior freqüência de uso, são 145 ocorrências; em seguida vêm as *piedpiping*, com 29 ocorrências; só há um uso da *cortadora*, em texto de Clarice Lispector, e a *copiadora*, também, não ocorre.

As *relativas com lacuna* são as que se apresentam nas posições de sujeito e objeto direto e as que oferecem um mínimo de dificuldade de processamento, são denominadas, também, de relativas vernaculares, por estarem presentes desde a infância (cf. PERRONI, 2001).

Exemplos de *relativas com lacuna*:

(1) "Calcula o prazer *que* tive, como as li, reli e beijei!" (M.A. – conto)

(2) "E um ar de imigrante *que* ainda desembarca com o traje típico de sua terra." (CL – carta).

As *piedpiping,* por serem estruturas mais complexas, são normalmente adquiridas via escolarização (cf. Corrêa, 1998), são realizadas em estilos mais formais, mais monitorados. Essas possuem, no *corpus*, uma freqüência de uso bem abaixo das *relativas com lacuna*, mas são significativas, principalmente quando se verifica que no gênero carta há um maior número de ocorrências comparando-se

ao conto; e quando, por outro lado, se verifica a baixa freqüência das *cortadoras*, também nas cartas (apenas um uso).

Exemplos de *piedpipings*:

(3) "Às vezes quando olho certas coisas passadas *a que* dei tanta importância e que não têm mais nenhuma, fico chateada" (CL – carta)

(4) " [...] as mesmas flores *com que* ela (no seu arranjo e no seu gosto da frescura), ornava as mesas [...]" (EQ – conto)

Quanto à *relativa cortadora*, surpreendente é o total de três usos no conto de Eça de Queirós, ao lado do maior número de ocorrências de *piedpipings*, no texto desse mesmo autor. Observem-se os exemplos:

(5) "[...] sempre bêbado os dias *que* aparecia em casa passava-os à lareira, [...]" (EQ – conto)

(6) " [...] e a primeira vez *que* veio jantar [...]" (EQ – conto)

(7) "Este amor latente invadiu-a, apoderou-se dela uma noite, *que* lhe apareceu esta idéia, esta visão: [...]" (EQ - conto)

Esses três usos do *que* indicam circunstâncias de tempo, e não apresentam a preposição diante do relativo (*em que*), como requer a norma culta escrita. Haveria uma expectativa em relação ao uso de *piedpipings*, considerando-se as questões lingüísticas que predominaram na segunda metade do século XIX, em Portugal, em relação à norma culta escrita; corrobora para essa expectativa, um uso elevado de estruturas *piedpipings*, nos textos do autor.

Pinto (1986, p. 27), referindo-se aos escritores realistas, naturalistas, parnasianos e simbolistas diz que esses "dificilmente deixam margem, no plano do autor, para a infiltração da oralidade. Bem ao contrário, ostentam no vocabulário e na sintaxe, um discurso extremamente elaborado". Em outro trecho, Pinto (p. 31) afirma:

> Assim como no léxico, no plano sintático também predomina o gosto português, variando apenas o modelo: para os mais inclinados à retórica, entre outros, Vieira e Herculano; para os mais desejosos de atualização, Eça de Queirós – acusado pelos puristas de incorreto e afrancesado.

Representariam esses três usos de estruturas cortadoras no conto de Eça, um exemplo de falta de maior rigor na escrita, o que se poderia entender por "incorreções"? Observe-se que em suas cartas (vide tabela 2) não há sequer um uso de estrutura cortadora.

Quanto à *estrutura copiadora*, não há um único uso, nem nos contos, nem nas cartas dos autores analisados, portugueses e brasileiros. Essa estrutura não é aceita pela tradição gramatical; existe uma certa estigmatização em relação a seu uso, sendo pouco produtiva no português do Brasil (PB) e no de Portugal (PE) (ARIM et al., 2004), embora seja mais antiga na língua do que a estrutura cortadora.

A título de síntese, vai-se retomar o que se distinguiu como variáveis observadas: escritor português *x* escritor brasileiro; século XIX *x* século XX e gênero conto *x* gênero carta.

Pode-se afirmar que, quanto à variável escritor português *x* escritor brasileiro, tanto os escritores portugueses quanto os brasileiros seguem, de modo geral, o padrão culto escrito, considerando-se a alta freqüência de estruturas *piedpipings*, em face à baixa freqüência da *estrutura cortadora* e à ausência da *estrutura copiadora*.

Quanto à variável século XIX *x* século XX, chama atenção o fato da ocorrência de três estruturas cortadoras em texto de um escritor português do século XIX. Essas ocorrências, chama-se atenção, evidenciam que são estruturas legítimas do português e que já existiam no PE, haja vista os estudos de Pagotto (1998) que demonstram que as cortadoras são um dos traços gramaticais do português clássico, e que estão presentes na constituição do Império de 1824. Daí a possibilidade da presença dessa estrutura no texto de Eça de Queirós, embora num período histórico em que a norma prescrevia, nesse caso, o uso de *piedpipings*.

Em relação à variável gênero conto *x* gênero carta, os dados demonstram que as diferenças foram neutralizadas, considerando-se o uso das estruturas relativas. O gênero carta, por suas características, deveria possibilitar uma linguagem mais distensa, menos monitorada, em comparação ao conto, mas os autores preservaram os princípios da norma culta escrita, também nesse gênero, embora

as cartas fossem endereçadas a pessoas muito próximas (às noivas), como são as de Eça de Queirós, de Machado de Assis e de Fernando Pessoa.

Conclui-se que não há praticamente diferenças no uso das estruturas relativas, considerando-se as variáveis observadas. O uso tende ao padrão.

O levantamento das estratégias de relativização, segundo estudos de Tarallo, em textos de autores portugueses e brasileiros do século XIX e XX, objeto deste trabalho, permitiu que se visualizassem outras realizações, que serão aqui apresentadas. A abordagem dessas realizações vêm se constituir numa ampliação da análise feita, e, de certa forma, contribuir para a discussão dos resultados acima encontrados.

Foram observados os tipos de orações relativas e, também, outras estruturas com o *que*, as quais, segundo alguns posicionamentos teóricos, fazem parte do escopo das relativas.

1 TIPOS DE ORAÇÕES RELATIVAS

Quanto ao tipo de orações relativas empregadas, os dados comprovam o resultado obtido por Perroni (1997), na sua pesquisa com crianças de 2 a 5 anos e por Kato et al. (1996), com base em dados do Projeto NURC: o uso mais frequente das restritivas em relação às apositivas/explicativas, como se pode observar na tabela abaixo:

Ocorrências de orações restritivas e explicativas em textos de autores portugueses e brasileiros do séc. XIX e XX

Escritores	Restritivas	Explicativas
Eça de Queirós	99	03
Fernando Pessoa	85	05
Machado de Assis	67	04
Clarice Lispector	51	02
TOTAL	302	14

Tabela 3

Como explica Perroni (idem), as relativas restritivas modificam um nome, introduzindo informação nova, um ponto em comum com as sentenças clivadas que são um exemplo de focalização. Também, fato curioso, é que do século XIX para o século XX, o número de restritivas nos textos analisados diminuiu, o que se

pode explicar, talvez, pela preferência do Modernismo por períodos curtos e frases nominais.

2 **OUTRAS ESTRUTURAS COM O *QUE*, NO *CORPUS* ANALISADO**

Ao lado das estruturas relativas estudadas por Tarallo (1996), duas outras estruturas foram detectadas no *corpus*: estruturas transpostas e estruturas clivadas, que serão apresentadas a seguir.

2.1 - **ESTRUTURAS TRANSPOSTAS**

Estruturas transpostas são estruturas em que o artigo, precedendo o relativo (*o que*) funciona como transpositor e, recategorizando a oração adjetiva, torna-a uma oração substantiva, como explica Bechara:

> Também conhece esse expediente de substantivação a oração transposta adjetiva mediante o apagamento do antecedente dos relativos *quem* e *que* e a presença do artigo, se o antecedente, pela situação do discurso, é conhecido dos interlocutores ou se lhe quer dar certo ar de generalização:
> O homem que cala e ouve não *dissipa o que sabe*, e aprende *o que ignora* (MM) (Bechara, 2001, p. 468)

Alguns autores, como Ribeiro e Figueiredo (2008), entretanto, incluem a forma *o que* no rol dos pronomes relativos, com ocorrência usual em orações relativas livres, entendidas como aquelas que "funcionam como um sintagma nominal independente, ou seja, não há um antecedente nominal referencial ao qual vincular o pronome relativo" (p. 2). Para efeito deste trabalho, optou-se por considerar a proposta de Bechara (2001), explicitada acima.

Observem-se os exemplos abaixo extraídos do *corpus*:

Nos períodos abaixo, as orações transpostas exercem a função de predicativo (ex. 8), objeto direto (ex. 9,10) e complemento relativo (ex.11)

(8) "E *o que* ela é" (EQ – conto)

(9) "Mantenho *o que* creio que lhe disse na minha carta anterior" (FP – carta)

(10) "Como contar *o que* se seguir?" (CL – conto)

(11) "É doce ao espírito saber que um eco responde *ao que* ele pensou [...]" (MA –conto)

É interessante observar, contudo, que mesmo admitindo a transposição de oração adjetiva para substantiva, a forma *que* conserva resquícios do pronome relativo no seu conteúdo semântico, razão pela qual alguns autores consideram o *o* como demonstrativo, representado na oração adjetiva pelo pronome relativo *que*.

Foram encontradas 45 orações transpostas assim distribuídas nos textos dos autores consultados:

Estruturas transpostas em textos de autores portugueses e brasileiros, séc. XIX e XX

Estruturas Transpostas / Autores	CONTOS	CARTAS
Eça de Queirós	02	03
Fernando Pessoa	05	05
Machado de Assis	02	03
Clarice Lispector	04	19
TOTAL	13	30

Quadro 1

Estruturas transpostas em textos de autores portugueses e brasileiros, séc. XIX e XX

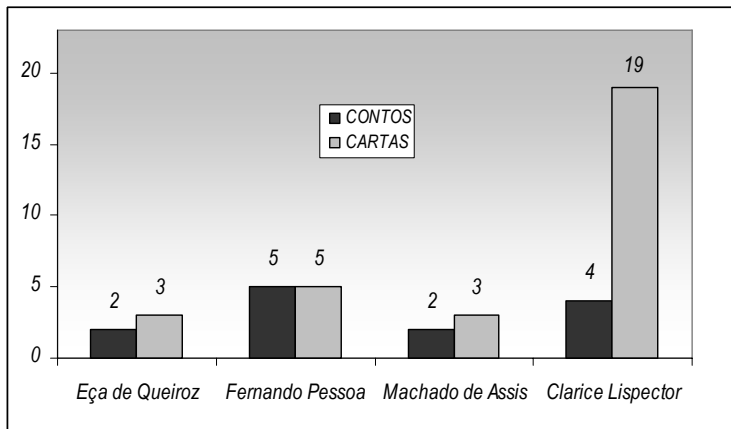



Gráfico 1

Com base nos textos analisados, pode-se observar ser esse tipo de oração mais comum no Brasil do que em Portugal, sendo mais freqüente em textos menos formais. Por outro lado, parece ter havido um crescimento no emprego desse tipo de estrutura, tanto no Brasil como em Portugal, tendo sido bem mais acentuado no Brasil.

Como se pode observar, essas estruturas transpostas ocorrem com mais frequência em textos do século XX, sendo altamente relevante o número de ocorrências nas cartas de Clarice Lispector. Também os textos de Fernando Pessoa, considerando o conto e as cartas, apresentam uma freqüência de uso dessas orações superior a dos autores do século XIX. Esses dados levam à hipótese de que seu uso se tornou mais acentuado no século XX, principalmente nos textos brasileiros.

Seguem outros exemplos do *corpus*:

(12) "*O que* eu sinto não seria para si uma cousa nova de que necessitasse uma clara afirmação [...]" (EQ – carta)

(13) "Tenho lido *o que* me cai nas mãos." (CL – carta)

2.2 - **ESTRUTURAS CLIVADAS**

Estruturas clivadas, de forma geral, são estruturas usadas para salientar um determinado constituinte da sentença. Kato e Ribeiro (2006), em estudo diacrônico, distinguem as sentenças clivadas das pseudo-clivadas, quanto a sua estrutura e quanto ao seu aparecimento na língua. As sentenças clivadas são definidas como sentenças marcadas e geralmente vistas como um tipo de focalização, em que X é o foco nas estruturas "é/foi X que..."/ "X é/foi que".

As autoras distinguem, portanto, quatro tipos considerados mais básicos de realização focal no PB contemporâneo: a *clivada* (It-cleft), (ex: **Foi** o JOÃO **que** Maria encontrou); a *clivada invertida* (ex: O JOÃO **é que** Maria encontrou); a *pseudo-clivada* (Wh-cleft) (ex: **Quem** Maria encontrou **foi** JOÃO; **O que** João quer comprar **é** ESSE CD); a *pseudo-clivada invertida* (ex: JOÃO **foi quem** Maria encontrou; ESSE CD **é o que** o João comprou). São apresentadas outras possibilidades de clivagem no PB (idem p. 168): a *pseudo-clivada extraposta* (ex: **É** a SUZANITA **quem** quer casar (Modesto, 2001)); a *pseudo-clivada-reduzida* (ex: Quero **é que** VOCÊ VÁ PRA CASA (Kato et alii 1996)); e a *clivada sem cópula* (MARIA **que** chegou (Kato, 1989)).

Quanto ao aparecimento dessas estruturas na língua, as autoras dão os seguintes períodos: as *clivadas* (não-inversas) começam a ser atestadas no século XVIII, quando todos os quatro tipos, apresentados acima, tornam-se frequentes

(p.178); as *clivadas invertidas* são atestadas com mais freqüência, tanto em declarativas, quanto em interrogativas, no final do período V2[4]. "A partir do século XVII, as interrogativas são atestadas com a forma expletiva *é que*" (p.177); as *pseudo-clivadas* e as *pseudo-clivadas invertidas* são atestadas a partir do período V2 da língua, isto, é em dados do português arcaico.

As sentenças *clivadas*, identificadas por Kato e Ribeiro como do português moderno, se caracterizam por ocorrerem com o *que* sem o determinante *o*. Segundo as autoras, as encontradas nas interrogativas por Mattos e Silva (1991) e Lopes Rossi, (1993) aparecem com o determinante *o*, o que as leva a analisá-las como *pseudo-clivadas* (p. 171).

Observe-se o quadro a seguir de ocorrências das sentenças clivadas nos textos dos autores analisados, tomando por base a classificação de Kato e Ribeiro (2006):

Sentenças clivadas nos textos de autores portugueses e brasileiros do séc. XIX e XX

Estruturas Clivadas / Autores	CONTOS		CARTAS	
	Pseudo - clivada	Clivada (It-cleft)	Pseudo-clivada	Clivada (It-cleft)
Eça de Queirós	03	01	01	01
Fernando Pessoa	03	00	00	01
Machado de Assis	00	00	03	00
Clarice Lispector	00	00	03	00
TOTAL	06	01	07	02

Quadro 2

[4] Kato e Ribeiro (ibid., p. 171) dão a seguinte nota: "Ribeiro (1995) mostra que o PA (Português Arcaico) tinha características de uma língua V2"

Sentenças clivadas nos textos de autores portugueses e brasileiros do séc. XIX e XX

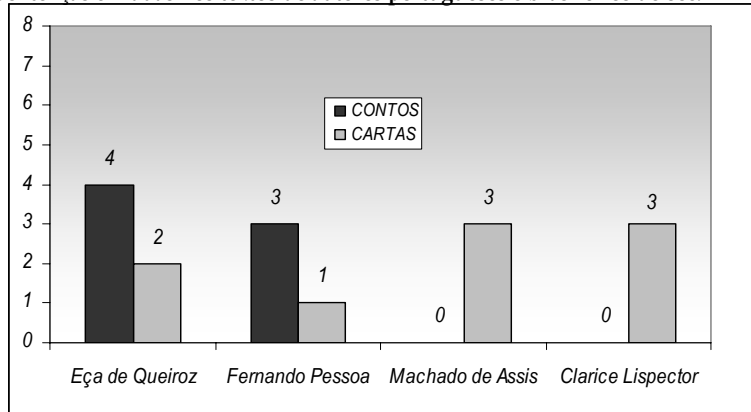



Gráfico 2

De acordo com os resultados do Quadro 2, apresentado anteriormente, tanto os autores portugueses como os brasileiros usam as estruturas *pseudo-clivadas* - total de 13 ocorrências. Nos textos portugueses, as *pseudo-clivadas* ocorrem em contos e cartas; nos textos brasileiros, só nas cartas. Apenas os textos portugueses apresentam as estruturas clivadas (It-cleft), em número de 3 ocorrências (observadas em contos e cartas). Nos textos de Eça de Queirós encontra-se a maior quantidade de ocorrências de estruturas clivadas. Conclui-se que o predomínio das pseudo-clivadas demonstra a preferência por estruturas mais antigas, uma vez que já ocorrem no português arcaico.

As sentenças clivadas (tomando de forma geral), que são exemplos de focalização, põem em relevo uma informação nova, nesse sentido se coadunam com as orações restritivas, como visto anteriormente. Mas as clivadas têm uso reduzido, no *corpus*, comparando-se com as relativas restritivas.

Seguem exemplos de sentenças *pseudo-clivadas* encontradas no *corpus*:

(14) "E *o que* ele desejava *era* vendê-la" (EQ – conto)

(15) "*O que* eu quero dizer *é* que [...]" (FP –conto)

(16) "*O que* te afirmo *é* que dos dois o mais amado foi o segundo". (MA – carta)

(17) "Mas *o que* eu queria dizer *é* que a gente é muito preciosa". (CL – carta)

Exemplos de sentenças clivadas encontradas nos autores portugueses:

(18)" [...] e *é* a mon coeur défendant *que* digo ainda: minha senhora" (EQ – conto)

(19) [...] e assim *era* ela *que* administrava agora a casa do marido (EQ –carta)

(20) Não *é* a isto *que* me quero referir (FP –conto)

3 EMPREGO DOS RELATIVOS *CUJO*, *ONDE*, *EM QUE*

Merece ainda destaque o emprego do relativo *cujo*, e do *onde* em relação ao emprego do *que* precedido da preposição *em*, no *corpus* em estudo.

No que se refere ao *cujo*, pode-se supor já não ser o seu emprego tão frequente, no século XIX, no Brasil e em Portugal, uma vez que não ocorre nos textos consultados de Eça de Queirós e de Machado de Assis. Nos textos analisados de autores do século XX, ocorre, na flexão feminina, em uma carta e em um conto de Clarice Lispector, possivelmente como reflexo do seu nível de escolaridade e, conseqüentemente, do seu conhecimento e domínio das normas gramaticais.

(21) "Na verdade quando eu escrevo carta eu estou com um anzol compridíssimo *cuja* isca bate no Rio de Janeiro para pescar resposta." (CL – carta)

(22) "Mais oxigênio e dessa vez uma injeção de soro a *cuja* picada ela reagiu com um tapinha colérico, de pulseira tilintando." (CL – conto)

Quanto ao *onde*, como se pode observar no quadro a seguir, os dados obtidos demonstram ser o seu emprego eminentemente locativo, podendo também referir-se a um espaço nocional, tanto no século XIX, como no século XX, em Portugal e no Brasil, contrastando com o *em que* empregado, quase sempre, para referir-se a espaços temporais ou nocionais:

Emprego do *onde* e do *em que* em textos de autores portugueses e brasileiros do séc. XIX e XX

Autores / Onde x Em que	Eça de Queirós	Fernando Pessoa	Machado de Assis	Clarice Lispector
Onde				
Locativo	02	01	05	05
Nocional	01	02	02	01
Em que				
Locativo	00	00	00	00
Temporal	06	02	02	02
Nocional	07	04	03	02

Quadro 3

São exemplos do *onde* se referindo a espaço físico:

(23) "[...] sob aquele aspecto de sua casa, *onde* se encontrava sempre agarrado [...]" (EQ – conto)

(24) "Espero da lealdade jornalística de V. Exª a inserção desta carta em lugar *onde* pelo menos os jornalistas a leiam" (FP - carta)

(25) "A mim este lugar para *onde* fui cadavérico há uns dezessete anos, e *donde* saí gordo [...]" (MA – carta)

(26) "[...] e, agora, não só dos Estados Unidos, como também do Brasil, para *onde* haviam apelado"... (CL – carta)

O *onde* ocorre também se referindo a espaço nocional, como em:

(27) "[...] e depôs enfim os seus lábios numa face *onde* não houvesse [...]" (EQ - conto)

(28) "Repontar com isso seria, além de absurdo, indício de um grave desconhecimento da história literária, *onde* os génios inovadores foram sempre"... (FP - carta)

(29) "Tenho ido sempre à Revista, *onde* o nosso Paulo [Tavares] continua a receber com aquela equanimidade e bom humor [...]"[5] (MA - carta)

(30) "Subia pela roupa estendida na corda, de *onde* dava gritos de marinheiro [...]" (CL - conto)

Contrastando com o *onde*, o *que* precedido da preposição *em* é sempre empregado referindo-se a espaços temporais ou nocionais:

(31) "No dia *em que* deixou cair toda essa vegetação parasita". (MA - conto)

(32) "[...] esta carta é apenas um primeiro encontro, um d'esses primeiros encontros, encantadoramente embaraçados, *em que* o muito que se sente é sobretudo expresso pelo pouco que se diz [...] (EQ-carta)

(33) "[...] antes que os outros aprendam a língua *em que* fala." (FP- carta)

(34) "Já uma crítica benévola e carinhosa *em que* tomaste parte" (MA - carta)

(35) "[...] tiramos um retrato *em que* sorri para vocês." (CL - carta)

(36) "A velha caleça de praça em que pela primeira vez passeaste com a mulher amada [...]"[6] (MA -conto)

---

[5] Nesse exemplo, tem-se uma metonímia: emprego de um produto pelo local em que é produzido.

[6] Pode-se, entretanto, admitir tratar-se também de um espaço físico, levando em consideração o fato de ser um espaço em que um ser humano pode ocupar um lugar. Nesse caso ter-se-ia:
1) espaço físico: a) local físico, real ou fictício, que pode ser habitado, a que seres humanos ou não podem se dirigir; b) espaço físico estendido – espaço menor, fechado; algo em que seres humanos ou não podem ocupar um lugar.

O que se observa nos dados em relação ao uso dos pronomes *cujo*, *onde* e *em que* é que refletem uma realidade lingüística bem próxima a este estágio sincrônico da língua: séculos XX/XXI. Em relação ao *cujo*, é baixa a frequência de uso nos textos escritos do século XIX e XX, apenas se destacam as duas ocorrências em textos de Clarice Lispector. Como um adendo, registra-se o quase desaparecimento, na língua falada, desse pronome, tanto em Portugal (cf. ARIM et al. 2004), como no Brasil, conforme atestam inúmeras pesquisas.

Quanto ao *onde*, o uso referente a espaço físico é o canônico, que apresenta, no *corpus*, um número maior de ocorrências em relação ao uso nocional (13 ocorrências para 5). No entanto, o uso nocional é bastante significativo, haja vista que esse uso do *onde*, embora não reconhecido pela tradição gramatical, já está registrado na língua desde o português arcaico (cf. MATTOS e SILVA, 1989) e (SOUZA, 2003), e se confirma nesses textos de reconhecidos escritores brasileiros e portugueses.

Com referência ao *em que,* os escritores portugueses e brasileiros seguem a norma gramatical, empregando-o com referência à noção e ao tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vai-se retomar a motivação para este trabalho, que surgiu da evidência da dupla realidade lingüística brasileira, do final do século XIX e inícios do século XX. De um lado, a norma culta escrita, de caráter lusitanizante, prestigiada pela elite letrada; de outro, uma norma culta falada bem ao modo brasileiro, reflexo de uma gramática que se evidenciava com características sintáticas, diversificadas da de Portugal. Pretendeu-se, portanto, com a escolha de renomados escritores portugueses e brasileiros, dos séculos XIX e XX, numa pequena amostra, verificar que realidade lingüística esses textos refletiam, se havia diferenças entre os escritos de autores portugueses e brasileiros, e também, se os gêneros textuais escolhidos, como *corpus*, se constituiriam em variáveis em termos de escolhas lingüísticas. Do ponto de vista do fato lingüístico, a escolha recaiu nas estruturas relativas, com base nos estudos empreendidos por Tarallo (1996), e apresentados neste texto.

As observações feitas, a partir do *corpus*, acabaram por ampliar o objetivo inicial da pesquisa. Além de se verificarem as estratégias da relativização apresentadas por Tarallo, foram observados tipos de relativas; outras estruturas com o *que*; e foi feito um levantamento de alguns dos relativos presentes no *corpus*.

Portanto, vão-se apresentar os resultados obtidos a respeito do uso das estratégias da relativização, e também o que as outras observações podem informar sobre esses textos.

As primeiras conclusões são as obtidas com as estratégias da relativa, já apresentadas, anteriormente: os usos tendem ao padrão, refletem o ideal normativo, em se tratando de estratégias de relativização. Apenas três estruturas cortadoras foram identificadas em contos do escritor português Eça de Queirós.

Em relação aos tipos de relativas, observe-se que o número de restritivas, como já verificado em pesquisas realizadas por lingüistas como Perroni, Kato et al. é superior ao de explicativas/apositivas no *corpus*. O fato curioso é que do século XIX para o século XX, o número de restritivas nos textos analisados diminuiu, o que se pode explicar, talvez, pela preferência do Modernismo por períodos curtos e frases nominais.

As estruturas transpostas ocorrem com mais frequência em textos do século XX, sendo altamente relevante o número de ocorrências nas cartas de Clarice Lispector. Também os textos de Fernando Pessoa, considerando o conto e as cartas, apresentam uma freqüência de uso dessas orações superior ao dos autores do século XIX. Esses dados levam à hipótese de que o uso dessas estruturas se tornou mais acentuado no século XX, principalmente nos textos brasileiros.

Em referência às estruturas clivadas, conclui-se que o predomínio é do mais canônico: são as *pseudo-clivadas*, as mais freqüentes, no *corpus*. Mas as clivadas (tomando de forma geral), que são exemplos de focalização, põem em relevo uma informação nova, nesse sentido se coadunam com as orações restritivas, como visto anteriormente. Comparando-se com essas relativas, as clivadas têm uso reduzido no *corpus*, talvez por essas representarem estruturas mais simples, mais fluidas, e, por isso mesmo, mais vernaculares, como salienta Perroni. O fato é que, pode-se concluir, ao lado da manutenção da norma gramatical, do ideal

normativo, que emana dos textos escritos analisados, há fatos lingüísticos que prenunciam a emergência de uma nova gramática, no século XX.

REFERÊNCIAS

ARIM, Eva; RAMILO, Maria Celeste & FREITAS, Tiago. Estratégias de relativização nos meios de comunicação social portugueses. ILTEC. Disponível em: <www.iltec.pt/pdf/wpapers/2005-redip-relativas.pdf>.

ASSIS, J. M. Machado de (1979). *Contos*. Seleção de Deomira Stefani. 7. ed. São Paulo: Ática.

ASSIS, J. M. Machado de (1973). *Obra completa III.* Rio de Janeiro: José Aguilar Editora.

CORRÊA, Vilma Reche (1998). *Oração relativa: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

QUEIROZ, J. M. Eça de (s/d). No moinho. In: *OBRAS de Eça de Queiroz,* v. I. Porto: Lello e Irmãos Editores. p. 734-742.

FARACO, Carlos Alberto (2008). *Norma culta brasileira*: *desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial.

KATO, Mary *et al* (1996). As construções - Q no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas. In: KOCH, Ingedore Vilaça. (Org.). *Gramática do português falado, volume VI: desenvolvimentos.* Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP.

KATO, Mary; RIBEIRO, Ilza (2006). A evolução das estruturas clivadas no português: o período V2. In: LOBO *et al.* (Orgs.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises,* v. VI. Salvador: EDUFBA.

LISPECTOR, Clarice (1981). *Felicidade clandestina: contos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004). *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.

PAGOTTO, Emílio Gozze (1998). Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, São Paulo, Pontes Editores, n. 2, jul./dez., p. 49-68.

PERRONI, Maria Cecília (2001). As relativas que são fáceis na aquisição do português brasileiro. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 59-79.

PESSOA, Fernando (1986). *O banqueiro anarquista.* 2. ed. Lisboa: Edições Antígona.

PINTO, Edith P. (1986). *A língua escrita no Brasil.* São Paulo: Ática.

QUADROS, Antonio. *Obra em prosa de Fernando Pessoa*. Portugal: Publicações Europa-América Ltda.

QUEIROZ, Maria e Antonio d' Eça. *Eça de Queiroz entre os seus: cartas íntimas*. Porto: Livraria Lello & Irmãos; Lisboa: Aillaud e Lellos Ltda.

RIBEIRO, Ilza; FIGUEIREDO, Maria Cristina (no prelo). *As sentenças relativas em atas escritas por africanos no Brasil oitocentista (1832-1842).*

SOUZA, Emília Helena Portella Monteiro de (2003). *A multifuncionalidade do ONDE na fala de Salvador*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

TARALLO, Fernando (1996). Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. (Orgs.). *Português brasileiro*: *uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 69-105.

TEYSSIER, Paul (2004). *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.

ANÚNCIOS DE JORNAIS CARIOCAS DO SÉCULO XIX: O APAGAMENTO DE PRONOMES CLÍTICOS DE FORMA REFLEXIVA E OUTROS FENÔMENOS LINGÜÍSTICOS

Regina Lúcia BITTENCOURT
(UFBA/PROHPOR)

APRESENTAÇÃO[1]

O presente trabalho analisa a supressão de clíticos, imprecisamente identificados como de forma reflexiva, sobretudo na forma dita de terceira pessoa (se), bem como busca caracterizar fatores condicionantes do apagamento. O *corpus* de pesquisa compõe-se de um conjunto de anúncios de jornais cariocas, escritos no século XIX.

Partimos inicialmente de duas hipóteses: 1) supomos que a diminuição e/ou perda de traços, em particular de pessoa e número, e/ou propriedades sintáticas e semânticas e a mudança progressiva da referência estejam latentes na base da hierarquia do apagamento; 2) o enfraquecimento do sentido passivo e aumento do sentido impessoal nas construções em que o *se* acompanha verbos transitivos diretos (VTD) e a conseqüente reinterpretação das passivas como voz ativa impessoal podem representar uma das etapas do processo que leva ao apagamento do clítico *se*; 3) a hierarquia do apagamento é a seguinte:

a) função indeterminadora; b) função passiva; c) função reflexiva; d) função recíproca.

Um dos fatores para a escolha do *corpus* é que ele constitui-se de textos redigidos em um período importante da história do Brasil, em que houve uma revolução cultural, com implantação de universidades, constituição de uma norma culta, e vinda maciça de imigrantes europeus, em particular portugueses, que confluíram com as mais diferentes classes socioculturais, incluindo escravos, forros e afro-descendentes, num fluxo crescente e convergente para a capital do Rio de Janeiro. Esse perfil demográfico e a interação entre esses diferentes

---

[1] Esse estudo é parte constitutiva da Dissertação de Mestrado intitulada *No rastro do apagamento: pronomes clíticos nas funções recíproca, reflexiva, apassivadora e indeterminadora*, defendida em 2008 no Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia e orientada pela Prof^a^. Dr^a^. Sônia Bastos Borba Costa.

segmentos sociais e regionais favoreceram a infiltração de alguns fenômenos lingüísticos comuns às normas populares nas comunidades lingüísticas mais próximas do padrão normativo da época, o que buscamos averiguar nos anúncios, que, muitas vezes, eram "escritos por pessoas de diferente grau cultural e social" (MORAIS, 2002).

Além disso, o século XIX se caracteriza pela emergência de uma gramática própria do português brasileiro (PB); e também é o momento em que, como observado por Nunes (1991, p. 37), construções com concordância (*se-apassivador*) entram em franca decadência e, segundo Cavalcante (1999, p. 21), a supressão do clítico *se* também se torna evidente.

Buscamos inspiração na abordagem funcionalista, por considerar a língua como atividade social, contextualizando-a socioculturalmente e por ser uma teoria integrativa no sentido de contemplar diferentes níveis gramaticais, bem como analisar itens a partir da predicação (um dos pontos básicos do modelo de gramática funcional de dik, 1985 (*apud* NEVES, 1997 p. 82). Ademais, o apagamento do clítico pode ser reconhecido como um processo de gramaticalização, com base na proposta funcionalista, para a qual o apagamento é um dos estágios (estágio *zero*) do processo de gramaticalização de elementos de caráter menos gramatical a mais gramatical, como se verifica no percurso proposto por Givón (1979):

discurso > *sintaxe* > *morfologia* > *morfofonêmica* > *zero.*

A classificação que utilizamos dos clíticos[2] considera a macro-função CAUSA, que abriga papéis como *agente, causa*, entre outros, e a macro-função OBJETO AFETADO, constituída de *paciente, tema*, entre outros. As noções de macro-função CAUSA e OBJETO AFETADO baseiam-se em Cançado (2003).

Essa proposta, que considera as propriedades que compõem os papéis temáticos (agentividade e afetação, por exemplo) e os agrupa em macro-funções, é interessante para a classificação dos clíticos, uma vez que não se pode prever o

[2] A proposta de classificação dos clíticos encontra-se em Bittencourt (2008).

papel temático assumido pelos argumentos nas diversas predicações; pode-se, considerando as propriedades e traços, agrupá-los em uma das macro-funções.

Nas análises dos dados, apresentamos um estudo pormenorizado a fim de identificar quantitativamente a variação presença/ausência de clíticos de forma reflexiva e, a partir desse resultado, verificar quais os fatores favorecem o apagamento dos clíticos, bem como as funções exercidas por estes mais propensas ao apagamento.

1 **ANÁLISE DOS DADOS**

Para as análises em questão, selecionamos como relevantes os seguintes fatores lingüísticos (variáveis explanatórias independentes): 1) predicação verbal (abordagem sintática e semântica); 2) concordância entre verbo e argumento interno; 3) tipo de clítico; 4) grau de referência dos argumentos representados pelo clítico.

Concentramos nossa análise na variação presença/ausência (apagamento) desses clíticos, o que constitui a variável dependente, a fim de identificar que fatores - variáveis explanatórias independentes - se revelam favorecedores do apagamento.

Para a consecução das análises, utilizamos uma metodologia de tratamento dos dados de natureza descritivo-quantitativa. A quantificação de dados e a classificação dos fatores foram inspiradas na sociolingüística variacionista.

Analisamos 167 anúncios de jornais do Rio de Janeiro[3] e mantivemos os períodos de tempo estabelecidos pelos editores e organizadores desses documentos[4], em "fases que se espelham na divisão geracional de 30 anos" Fase I (1808-1840); Fase II (1841 – 1870) e Fase III (1871 -1900).

[3] A descrição completa de nomes e abreviaturas dos jornais, bem como as fases em que se enquadram, encontram-se após Referências.
[4] BARBOSA, Afrânio; LOPES, Célia. (2006, p.07)

1.1 VARIAÇÃO PRESENÇA/AUSÊNCIA (APAGAMENTO) DO CLÍTICO

Foram encontradas 201 ocorrências de predicações que incluem verbos plenos e locuções verbais, em que se pode prever o uso do clítico, sendo a distribuição da variação encontrada a seguinte:

Variação presença/ausência do clítico

Presença	%	**Ausência**	%	**Total**
195	97,0	**6**	3,0	**201**

Tabela 01

Confiram-se exemplos da variação presença/ausência do clítico:

(1) **cura-se** em pouco tempo qualquer das molestias mencionadas (AN.8,III)

(2) **Cura ø** inflamação de garganta (AN.8,III)

Para a Fase I, foram identificadas 66 ocorrências com presença de clítico e apenas uma ocorrência de apagamento:

(3) Joaquim José Pereira noticia saber cura Herneas no escroto com toda a perfeição sem que fique defeituoso, nem **ø passe pelo menor risco** de vida o que dellas se curar, como tem se verificado por este continente: toda pessoa, que se quizer se servir do seu prestimo, o pode procurar na Rua dos Ferrasores na casa número 175. (*GA*, 31 de abril de 1809)

Para a Fase II, foram identificadas apenas 14 ocorrências com presença de clítico e nenhuma ocorrência de apagamento.

Para a Fase III, foram identificadas 115 ocorrências com presença de clítico e cinco (05) ocorrências de apagamento.

Observe-se a tabela abaixo que revela um discreto crescimento do número de apagamentos ao longo do período.

Presença/ausência *vs.* período de tempo

Período	**Presença**	**Apagamento**	**Porcentagem**
Fase I	66	01	**1,51**%
Fase II	14	0	-
Fase III	115	05	**4,35**%

Tabela 02

Observamos que, nos anúncios, a Fase II não revelou apagamento, confirmando os estudos de Pagotto (1998) sobre o período de constituição da

norma lingüística no Brasil e, principalmente, de maior pressão normativa, além da possível correlação com a estabilização do império (de 1840 até 1870[5]). Duarte e Lopes (2002, p.161), embora não tenham analisado o apagamento dos clíticos, observaram que a Fase II (1840-1870) foi a que menos favoreceu a não-concordância nas construções com *se*, em relação às fases extremas.

Pode-se conjecturar que as ocorrências de apagamento são motivadas por fatores de ordem semântico-discursiva, uma vez que estruturas com presença e ausência do clítico funcionavam para indeterminar o sujeito, logo o falante faz escolha entre uma outra forma a fim de, por exemplo, ampliar a referência indeterminada.

1.2 **FATORES LINGÜÍSTICOS**

1.2.1 **PREDICAÇÃO VERBAL (ABORDAGEM SEMÂNTICA)**

Dos 6 casos de apagamentos, 05 foram com verbos de ação:

(4) **Cura ø** inflamação de garganta (AN.8,III)

(5) Modas, Chapeos | A irmã de Madame Valle tem sempre chapéos modernos(...) | **Lava ø, enforma ø e enfeita ø** á moda (JC. 26,III)

(6) Leques | Concertão-se com perfeição e **vende ø** a preços baratíssimos (JC. 26,III)

Antes de fazermos a análise semântica, fazem-se necessários alguns comentários e esclarecimentos a respeito das ocorrências. O exemplo (4) trata do uso do medicamento *Prompto Allivio de Radway* e foi considerado o apagamento devido ao emprego, no mesmo anúncio, do uso do clítico com o mesmo verbo:

(7) Com a applicação do Prompto Allivio **cura-se** em pouco tempo qualquer das molestias mencionadas. (AN.8,III)

O exemplo (5) poderia ser considerado como um caso ambíguo, devido à presença do sintagma nominal "A irmã de Madame Valle", mas note-se que, além de estar no mesmo anúncio que o exemplo (6), também tem, assim como este, um sintagma topicalizado (Chapeos).

---

[5] Segundo Fausto (2006, p.217), a partir de 1870, "começam a surgir uma série de sintomas de crise do Segundo Reinado". Vale esclarecer que se trata de crises políticas e sociais.

O exemplo (6) está em estrutura coordenada e note-se que o primeiro verbo (com o clítico) está em concordância com o argumento (Leques), o que não acontece com o verbo *vender* sem o uso do clítico.

No cômputo geral, foram encontrados os seguintes valores:

Variação presença/ausência do clítico em relação ao tipo semântico de predicado

Tipo semântico de predicado	**Presença**	%	**Ausência**	%	**Total**
Ação/Atividade	116	57,7	**05**	2,5	**121**
Estado	13	6,5	-	0	13
Posição	02	1,0	-	0	02
Processo	64	31,8	**01**	0,5	**65**
Total	195	97	6	3	201

Tabela 03

A partir desses valores, nota-se que os verbos de ação são favorecedores do apagamento do clítico, principalmente em contextos em que o traço das propriedades [+agentividade] e [+controle] é positivo. Nesses contextos, a macro-função CAUSA também está presente, seja para o *agente* indeterminado da voz passiva ou para o sujeito indeterminado da voz ativa.

Ainda houve uma ocorrência com verbo considerado como de processo em que uma entidade muda de estado ou condição e recebe a macro-função

OBJETO AFETADO:

(8) Joaquim José Pereira noticia saber cura Herneas no escroto com toda a perfeição sem que fique defeituoso, nem **ø passe pelo menor risco** de vida. (GA.26,I)

Nesse exemplo, o papel temático do sujeito é Experienciador e a propriedade de controle tem traço negativo [-controle]. Para esse tipo semântico de verbo, de experiência psicológica, o sujeito não é considerado *agente* por não ter nenhum papel no desencadeamento do processo e experiência um novo estado, havendo, pois, mudança de estado, característica dos processos. Os traços categoriais são [-pessoa], [-número], uma vez que não há concordância entre verbo e argumento (oblíquo – complemento relativo).

1.2.2 **ABORDAGEM SINTÁTICA**

No que se refere à classificação sintática do verbo, das 06 ocorrências de apagamento, 05 foram com verbo transitivo direto:

(9) **Cura ø** inflamação de garganta (AN.8,III)

(10) Modas, Chapeos | A irmã de Madame Valle tem sempre chapéos modernos (...) | **Lava ø, enforma ø e enfeita ø á moda** (JC. 26,III)

(11) Leques | Concertão-se com perfeição e **vende ø a preços baratíssimos** (JC. 26,III)

Os verbos *lavar*, *enformar*, e *vender*, bem como o verbo *enfeitar*, não empregados no sentido pronominal, apresentam normalmente transitividade alta e selecionam, na voz ativa, dois argumentos, um externo com macro-função CAUSA e outro interno [-animado].

Confiram-se os números de ocorrências encontradas para os tipos sintáticos:

Variação presença/ausência do clítico em relação ao tipo sintático de predicado

Tipo sintático de predicado	**Presença**	%	**Ausência**	%	**Total**
Cópula	14	7,0	-	-	14
Pronominal	55	27,4	-	-	55
Simétrico	01	0,5	-	-	01
Alternância Causativa	01	0,5	-	-	01
Transitivo direto	105	52,1	**05**	2,5	110
Causativo	0	0	-	-	0
Transitivo direto e indireto	07	3,5	-	-	07
Transitivo indireto	**04**	2,0	**01**	0,5	**05**
Intransitivo	08	4,0	-	-	08
Total	195	97,0	06	3,0	201

Tabela 04

Foi observado um aumento da freqüência de uso de verbos transitivos ao longo das fases, sendo que os transitivos indiretos aparecem com maior freqüência na Fase III.

O aumento da freqüência de uso do *se* com verbos transitivos e conseqüente processo de reanálise, via enfraquecimento do sentido passivo e aumento do sentido impessoal, está de acordo com o que se prevê no processo de gramaticalização, para o qual o uso freqüente leva ao enfraquecimento semântico e ao emprego do item em outros contextos com o novo valor semântico.

1.3 **FENÔMENOS INCIDENTES**

1.3.1 **APAGAMENTO COM VERBO TRANSITIVO INDIRETO**

Para os verbos transitivos indiretos[6], houve um caso de apagamento (cf. 8), num total de 05 ocorrências em que se prevê o uso do clítico.

Confiram-se as 04 ocorrências com presença de clítico e verbo transitivo indireto:

(12) **Precisa-se** de huma mulher para huma Senhora Ingleza (GA.12,I)
(13) **Precisa-se** de meninos (DN.1,II)
(14) **Precisa-se** de uma casa (JB.7,III)
(15) onde **se informa** acerca das condições (JC.2,III)

A não ocorrência de apagamento de clítico com os intransitivos não invalida nossa hipótese de que esses verbos, juntamente com os transitivos, são os que mais favorecem o apagamento. Devemos considerar que os verbos intransitivos só começam a ser empregados com clítico *indeterminador*, no *corpus*, a partir das duas últimas décadas do século XIX. Ou seja, a freqüência de uso do clítico *indeterminador* para esse tipo sintático de verbo ainda era muito baixa. Essa ocorrência tardia do uso do clítico com os transitivos indiretos e intransitivos parece estar de acordo com os resultados de Nunes (1991, p.45) que observou "uma expansão do emprego de *se indeterminador*", dos transitivos diretos para os transitivos indiretos e daí para os intransitivos.

Um outro destaque a ser dado aos verbos intransitivos é que apresentaram um total de 08 ocorrências de presença de clítico, todos na Fase III (1871 – 1900). Destas ocorrências, 04 foram de verbos transitivos indiretos empregados intransitivamente, confronte-se o exemplo (16) com os demais:

(16) onde **se informa** acerca das condições (JC.2,III)
(17) **informa-se** por favor, á rua Luiz de Camões (JC.15,III)
(18) **informa-se** por favor na rua Bragança (JC.17,III)
(19) **trata-se** na mesma rua do Araújo (JC.19,III)

---

[6] Vale relembrar que estamos considerando que os verbos transitivos indiretos têm como argumento interno um complemento preposicionado que pode ser: um complemento circunstancial (como o do exemplo 8), um objeto indireto ou ainda um complemento relativo.

(20) **Trata-se** na redacção (OJ.1,III)

Pode-se supor, então, que o maior número de ocorrências para os transitivos indiretos e intransitivos deve-se, na verdade, a expansão gradativa do uso do *se* com diferentes tipos de verbo, sendo que, para estes, a larga ocorrência foi posterior ao uso do clítico com verbo transitivo direto, de acordo com Nunes (1991).

Desta forma, percebemos que a ocorrência de clíticos com verbos dessa transitividade é mais recente que com os demais tipos de verbo e, muito provavelmente, essa etapa do processo de gramaticalização, no período analisado, ainda estava em curso, como se verificou nos dados analisados.

1.3.2 **TOPICALIZAÇÃO DO ARGUMENTO**

Apesar de não ter havido ocorrência de apagamento na Fase II, um outro fenômeno mostrou-se crescente a partir desse período, a topicalização do argumento de construções com *se* e verbo transitivo direto[7]. Um outro critério importante que se faz para distinguir tópicos é que geralmente estes são definidos. Confiram-se alguns dos exemplos encontrados:

(21) a <u>LEGITIMA tinta extra-fina Monteiro</u>.|**Vende-se** em todas as livrarias da corte. (DN.7,II)

(22) <u>OS LEGITIMOS REMEDIOS</u> DO DoutoR AYER ||**Vendem-se** á Rua Sete de Setembro 15. (DN.9,II)

(23) <u>Uma brochura</u> contendo 100 róes, **vende-se** por 1$000 (DN.12,II)

(24) Leques|**Concertão-se** com perfeição (JC.26,III)

Ao analisar o *pseudo-apassivador,* Raposo e Uriagereka (1996 apud MARTINS, 2003, p. 5) consideram que, no português moderno, o argumento de tais estruturas, consideradas por estes autores como estruturas ativas com concordância entre o verbo e o seu argumento interno, não é o sujeito. Um dos testes aplicados por eles para confirmar que o argumento interno não é o sujeito,

[7] Em construções consideradas como de voz passiva, este argumento é analisado pela gramática normativa como sujeito da passiva.

como nas verdadeiras passivas, é a topicalização deste sintagma. Confiram-se os exemplos dados pelos autores:

(25) Salsichas, o Nestor compra no talho Sanzot.

(26) Salsichas, vendem-se no talho Sanzot.

Para um melhor esclarecimento, observe-se que, enquanto nas construções de tópico com deslocamento à esquerda de sujeito ou de objeto direto, há retomada do tópico:

(27) **Recuperação**, **isso** não existe[8]

(28) **Planos**, eu não faço **planos**

nas construções de topicalização do objeto, não há retomada:

(29) **Os problemas da cidade**, ninguém resolve ___ minha filha

Em ambas construções de tópico há algum tipo de vínculo de ordem sintática entre tópico e algum elemento no comentário, mas na topicalização há movimento de um elemento interno à oração para uma posição inicial, externa, restando uma posição vazia no lugar de origem (VASCO, 2006, p. 76).

Poder-se-ia questionar que se trata de posição vazia do sujeito, mas devemos lembrar alguns trabalhos sobre retenção pronominal em posição sujeito e objeto, (DUARTE, 1993; TARALLO, 1993) que revelaram para este período, segunda metade do século XIX, uma crescente tendência ao preenchimento da posição de sujeito e menor preenchimento da posição objeto. Ou seja, nesse período, caracterizador de uma emergência do PB, também começa a haver um privilégio da retomada dos sujeitos por SNs idênticos, por expressões anafóricas ou pronomes demonstrativos (cf. 27) e para os objetos diretos, o apagamento (cf. 29).

[8] Exemplos (27 – 29) extraídos de Vasco (2006).

1.3.3 POSIÇÃO DO ARGUMENTO [-ANIMADO] DE VERBOS TRANSITIVOS DIRETOS AO LONGO DO SÉCULO XIX NOS ANÚNCIOS

Embora não tenha sido um dos fatores selecionados como condicionantes do apagamento do clítico, a **posição do argumento [-animado] de verbos transitivos diretos** mostrou-se variável ao longo desse século e reforça a suposição de que o clítico, nos contextos de verbos transitivos diretos e concordância com argumento interno, poderia ser considerado como *pseudo-apassivador*[9].

Vejam-se os valores encontrados em cada fase:

Posição do argumento [-animado] de verbos de ação ao longo do século XIX

Posição do argumento	Fase I	%	Fase II	%	Fase III	%	
Anteposto	05	26,3	01	10,0	04	6,7	
Posposto	11	**57,9**	02	20,0	38	**63,3**	
Topicalizado	03	15,8	07	**70,0**	18	30,0	
Total	**19**	**100**	**10**	100	**60**	100	**89**

Tabela 05

Vale lembrar que nem todos os verbos transitivos diretos eram de ação, pois alguns foram classificados como de processo (cf. 30) e que não foram computadas as ocorrências dos argumentos modificados por cláusulas relativas introduzidas pelo pronome *que*:

(30) em todos os casos que **se sente** dor (AN.8,III)

(31) a immensa multidão de tintas **que** por ahi **se vendem** (DN.7,II)

O percentual de ocorrências de <u>anteposição</u> do argumento, aproximadamente 26% do total computado para Fase I, foi menor que o das ocorrências de <u>topicalização</u> do objeto, na Fase II, e suplantado pelo percentual de <u>posposição</u> do argumento interno na Fase III, respectivamente:

(32) A obra já annunciada(...)**vende-se** a 640 reis (GA.6,I)

(33) a LEGITIMA tinta extra-fina Monteiro.|**Vende-se** em todas as livrarias da corte (DN.7,II)

(34) **vende-se** todo o grande sortimento de roupas (DN.11,III)

[9] O clítico foi classificado como *pseudo-apassivador* para as ocorrências sem concordância explícita com argumento interno singular, como em (32).

O aumento progessivo da topicalização e das ocorrências de posposição do argumento nos leva a considerá-los como consequências da reanálise do que seria o sujeito da passiva como objeto de voz ativa impessoal:

(35) Pannos para lustre, **compra-se** na rua Sete de Setembro, (JC.9,III)

(36) **Aluga-se** um commodo mobiliado (JC.18,III)

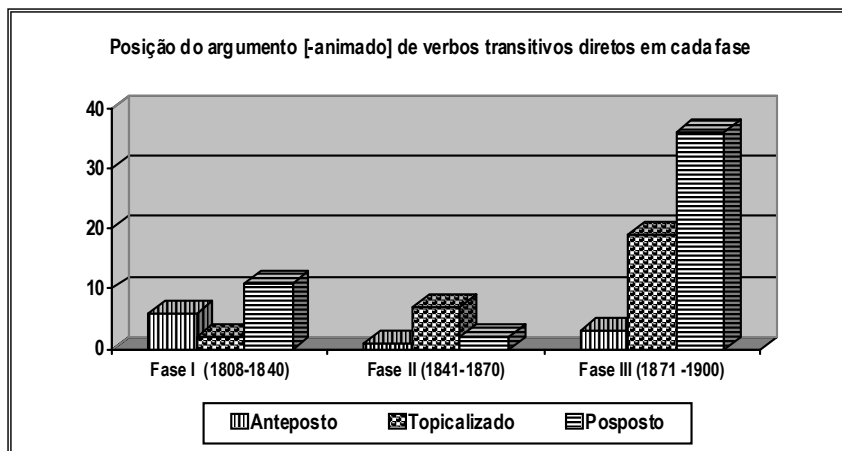



Gráfico 1

Observe-se, no gráfico acima, que, no período de constituição de uma nova norma culta para o português do Brasil, certamente de maior pressão normativa, houve maior número de ocorrências de topicalização do argumento (objeto), período também que precede o maior número de posposição do argumento. A topicalização do argumento nesses anúncios pode também ser vista como recurso (pragmático/discursivo) para atrair a atenção do leitor para o objeto anunciado, predominante em textos com função conativa. Isto nos leva a pensar na importância de considerar não somente o nível de escolaridade e de aquisição da língua por parte dos falantes, mas também o gênero e o nível do registro do documento, quando da análise de determinados fatos lingüísticos.

1.4 VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA

Analisamos a variação na concordância entre verbo e argumento interno plural em presença (60) e ausência de clítico (04). Das 60 ocorrências de presença

de clítico, 14 (23,3%) não exibiram concordância entre verbo e argumento. Nas ocorrências sem clítico, nenhuma exibiu concordância. No cômputo geral, foram 18 casos de não-concordância, perfazendo um total de 28,1%. Como se pode verificar na tabela a seguir:

Variação na concordância verbo-argumento interno plural

Concordância com clítico	%	**Não-concordância** com clítico	%	**Total**
46	**76,7**	14	**23,3**	60
Concordância sem clítico	%	**Não-concordância** sem clítico	%	Total
0	-	04	**100**	04
Concordância		**Não-concordância**		
				Total
46	**71,9**	18	**28,1**	64

Tabela 06

A partir desses percentuais, percebe-se que todos os clíticos apagados foram das estruturas sem concordância entre verbo e argumento interno plural. Quando da análise dos tipos de clítico, veremos qual foi o mais propenso ao apagamento.

O percentual de 28,1% foi um dos mais baixos dentre os anúncios, de outros estados, analisados, para o mesmo período, por Duarte (2002, p. 163), porém praticamente igual ao percentual para as cartas de leitores de vários estados (29%) (DUARTE e LOPES, 2002, p. 161), e está acima dos encontrados para editoriais e artigos de opinião (12%) (CAVALCANTE, 2002, p. 208) e abaixo dos 55% para as cartas pessoais analisada por Nunes (1991, p.41). Esta comparação revela que os anúncios apresentam uma norma muito próxima das cartas de leitores de jornais da época, menos conservadora que a dos textos mais formais (editoriais).

Assim sendo, apesar do aumento da posposição e das construções de tópico do argumento interno, o clítico será classificado como *apassivador*, para os casos de argumento plural com concordância (cf.37), para os casos sem concordância (cf. 38), o clítico será classificado como *indeterminador* (tipo 2)[10]:

[10] Essa classificação foi por nós proposta em Bittencourt (2008), de forma resumida seria: **Se-indeterminador (tipo 2) -** para esse tipo de clítico a referência é *indeterminada* [+genérica]; grau de indeterminação que aciona uma interpretação semântico-discursiva, mas não inclui a 1ª. pessoa do discurso na referência : [-Eu]; traços categoriais [-pessoa], [-número]. **Se-indeterminador (tipo 1) -** a referência é *indeterminada* [+arbitrária]; grau máximo de indeterminação podendo acionar uma

(37) **se vendem folhinhas** para este anno de 1809 (GA.19,I)

(38) **deve-se exigir os dous** carimbos juntos. (JC.21,III)

1.5 **TIPO DE CLÍTICO**

No que se refere ao tipo de clítico, das 06 ocorrências de apagamento, houve 01 para o clítico *pseudo-apassivador* e 05 para o *se-indeterminador* (tipo 2). A ocorrência para o *pseudo-apassivador* deu-se com verbo classificado como de ação, transitivo direto com argumento [-animado] posposto:

(39) **Cura ø** inflamação de garganta (AN.8,III)

Das 05 ocorrências de *indeterminador* (tipo 2), 04 foram com verbo transitivo direto e argumento plural topicalizado e 01 com verbo classificado como transitivo indireto com complemento oblíquo, respectivamente:

(40) Modas, Chapeos | A irmã de Madame Valle tem sempre chapéos modernos (...) | **Lava ø, enforma ø e enfeita ø á moda** (JC. 26,III)

(41) Leques | Concertão-se com perfeição e **vende ø a preços baratíssimos** (JC. 26,III)

(42) Joaquim José Pereira noticia saber cura Herneas no escroto com toda a perfeição sem que fique defeituoso, nem **ø passe pelo menor risco** de vida (GA.26,I)

Dentre as ocorrências de presença de clítico *apassivador* uma merece destaque:

(43) **acha-se** á venda | por | José da Silva Costa (...). | 1 volume nitidamente impresso (JB.5,III)

Esse foi o único caso de verbo transitivo com argumento interno singular em que o clítico foi considerado como *apassivador* devido à presença do sintagma agentivo. Mas esse caso isolado não chega a invalidar a hipótese de que o processo de reanálise de clítico *apassivador* como *indeterminador* estivesse em curso. Vejam-se

---

interpretação semântico-discursiva que inclua a 1ª. pessoa do discurso na referência : [+Eu]; a perda dos traços categoriais chegaria ao ponto de esse tipo de clítico ter traços de valor não variável [Φ pessoa] [Φ número]; estaria relacionado, pois, apenas a verbos intransitivos ou transitivos usados intransitivamente.

abaixo os exemplos extraídos de um mesmo jornal da Fase III. Os exemplos revelam a variação do tipo de clítico com verbos de mesma transitividade, bem como a variação da posição do argumento [-animado]:

(44) **Paga-se** no New London and Brasilian Bank Limited os juros vencidos. (JC.3,III)
(*se-indeterminador* (tipo 2)- argumento posposto)

(45) Ama de leite | **Aluga-se** uma, de côr branca, na ladeira do Seminário (JC.4,III)
(*pseudo-apassivador* com argumento topicalizado)

(46) **Aluga-se** ou **vende-se**, por modico preço, o chalet (JC.5,III)
(*pseudo-apassivador* com argumento posposto)

(47) **Vendem-se** machinas de costura Singer (JC.7,III)
(*apassivador* com argumento posposto)

Veja-se a tabela abaixo:

Variação presença/ausência do clítico em relação ao tipo de clítico

Tipo de clítico	Presença	%	Ausência	%
Recíproco	01	0,5	-	-
Reflexivo	0	0	-	-
Inerente	66	32,8	-	-
Pseudo-reflexivo	03	1,5	-	-
Médio	01	0,5	-	-
Apassivador	47	23,4	-	-
Pseudo-apassivador	52	25,9	**01**	0,5
Indeterminador (tipo2)	17	8,4	**05**	2,5
Indeterminador (tipo1)	08	4,0	-	-
Total	195	97	06	3,0

Tabela 07

Observe-se que o número de ocorrências de *apassivador* foi um pouco menor do que de *pseudo-apassivador*, o que pode significar um processo de reanálise em curso.

O apagamento com verbos transitivos ocorreu em maioria com argumento interno plural, sem concordância explícita, nítida reinterpretação do clítico como *indeterminador*. Não houve ocorrência de apagamento com concordância entre verbo e argumento interno plural. Isto significa que realmente o *indeterminador* era o mais passível de apagamento e que o clítico, que classificamos como *pseudo-apassivador* (01 ocorrência), poderia estar em vias de reanálise para *indeterminador*.

De qualquer sorte, os dados parecem confirmar nossa hipótese de que os clíticos *indeterminadores* seriam os mais propensos ao apagamento, seguido do *pseudo-apassivador*.

1.6 GRAUS DE REFERÊNCIA

O total da classificação dos graus de referência foi a seguinte:

Grau de referência dos argumentos representados pelos clíticos que foram apagados

Grau de Referência	Oc.	%
[11]**determinada** $_1$	-	-
determinada $_2$	-	-
indeterminada		
[+genérica]	**06**	-
[+arbitrária]	-	-
Total	06	100

Tabela 08

As 06 ocorrências de referência indeterminada [+genérica] correspondem aos apagamentos dos clíticos (01) *pseudo-apassivador* e (05) *indeterminador* (tipo 2).

Todas as 06 ocorrências para a referência indeterminada [+genérica] foram assim classificadas devido ao fato de o verbo estar na 3ª pessoa do singular sem referente expresso sintaticamente, note-se um dos exemplos:

(48) Joaquim José Pereira noticia saber cura Herneas no escroto com toda a perfeição sem que fique defeituoso, nem **ø passe pelo menor risco** de vida. (GA.26,I)

A ocorrência da referência indeterminada [+genérica] para os casos de apagamento está de acordo com a hipótese 3, para a qual a maior supressão se dá nos contextos em que o clítico desempenha função indeterminadora e/ou cuja referência seja indeterminada genérica ou arbitrária.

1.7 FATORES QUE MAIS FAVORECERAM O APAGAMENTO

Diante dos valores encontrados, podemos afirmar que, para os anúncios analisados, os fatores que se revelaram favorecedores do apagamento foram:

[11] Para maiores esclarecimentos sobre a distinção entre **determinada** $_1$ e **determinada** $_2$, consultar Bittencourt (2008).

- Quanto ao tipo semântico de predicado: verbos de ação.
- Quanto ao tipo sintático de predicado: verbos transitivos diretos.
- Quanto ao tipo de clítico: o indeterminador (tipo 2), que ocorre com verbos transitivos diretos e transitivos indiretos.
- Quanto ao grau de referência: a indeterminada [+genérica].

CONCLUSÃO

Além das ocorrências de apagamento, revelaram-se outros fenômenos lingüísticos que confirmam algumas de nossas hipóteses, tais como: mudança da posição do argumento interno, ao longo do período; aumento progressivo das estruturas de tópico, ambos caracterizando um processo de reanálise da estrutura e, consequentemente, do tipo de clítico e apagamento com verbo transitivo indireto, confirmando a hipótese 2.

O maior número de ocorrências de apagamento deu-se em maioria para verbos transitivos diretos de ação com clítico reinterpretado como *indeterminador* (tipo 2), confirmando as hipóteses de que: i) o enfraquecimento do sentido passivo também concorre para o apagamento do clítico; ii) a hierarquia do apagamento, para a qual é mais freqüente para o *se- indeterminador,* cuja referência é genérica ou arbitrária. Ou seja, o apagamento se dá com maior frequência para os clíticos caracterizados por perda de traços categoriais e alteração na referência, podendo caracterizá-lo como um processo de gramaticalização.

Os resultados mostraram que propriedades semântico-discursivas, como a referência, são importantes para a classificação do tipo de clítico e também para a análise do apagamento, uma vez que, quanto mais abrangente a referência, mais há o favorecimento do apagamento do clítico.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Afrânio; LOPES, Célia (2006). (Orgs.). *Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: carta de leitores*. Rio de Janeiro: UFRJ; Pós-Graduação em Letras Vernáculas: FAPERJ.

BITTENCOURT, Regina Lúcia C. L. (2008). *No rastro do apagamento: pronomes clíticos nas funções recíproca, reflexiva, apassivadora e indeterminadora*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CANÇADO, Márcia (2003). Hierarquia temática: uma proposta para o PB. *Revista Letras*, Curitiba, n. 6, especial, p. 17-43.

CAVALCANTE, Silvia R. (1999). *A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca dos séculos XIX e XX*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CAVALCANTE, Silvia R. (2002). O sujeito indeterminado na escrita dos séculos XIX e XX: uma mudança encaixada? In: MATTOS E SILVA, RosaVirgínia. (Org.). *Para a história do português brasileiro.Volume II: Primeiros estudos*, t. I. São Paulo: Humanitas. p. 233-249.

DUARTE, Maria Eugênia L. (1993). Do pronome nulo ao pronome pleno. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica.* Campinas: Editora da UNICAMP. p. 107-128.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; LOPES, Célia Regina dos Santos (2002). Realizaram, realizou-se ou realizamos…? As formas de indeterminação do sujeito em cartas de jornais do século XIX. In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; CALLOU, Dinah. (Orgs.). *Para a história do português brasileiro. Volume IV: Notícias de* corpora *e outros estudos*. Rio de janeiro: FAPERJ. p. 155-165.

FAUSTO, Boris (2006). *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: EDUSP.

GIVÓN, T. (1979). *On understanding grammar*. Nova York: Academic Press.

MARTINS, Ana Maria (2003). Construções com *se*: mudança e variação no português europeu. In: RAZÕES e emoção: Miscelânea de estudos em Homenagem a Maria Helena Mateus, v. II. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. p. 163-178.

NEVES, Maria Helena de Moura (1997). *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.

NUNES, Jairo (1991). *Se* apassivador e *se* indeterminador: o percurso diacrônico no português Brasileiro. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 20, jan./jun., p. 33-58.

PAGOTTO, Emílio (1998). Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, n. 2, p. 49-68.

VASCO, Sérgio Leitão (2006). *Construções de tópico na fala popular*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. (Orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp. p. 69-105.

MORAIS, Maria Aparecida C. R. Torres (2002). Rastreando aspectos gramaticais e sócio-históricos do português brasileiro em anúncios de jornais do século XIX. In: ALKMIN,

Tânia Maria. (Org.). *Para a história do português brasileiro. Volume III: novos estudos*. São Paulo: Humanitas. p. 69-126.

Nomes e abreviaturas dos jornais de onde foram coletados os anúncios

Fase I

Sigla	Jornal	Data
GA	Gazeta Do Rio De Janeiro	1808 a 1821
JC	Jornal Do Commercio	1827

Fase II

Sigla	Jornal	Data
DN	Diario De Notícias	julho de 1869

Fase III

Sigla	Jornal	Data
NA	A Nação	março de 1873
AF	Atirador Franco	1881
JB	Jornal Do Brazil	junho de 1881; julho e setembro de 1891
JC	Jornal Do Commercio	1881
OCc	O Cacete	1881
DN	Diario De Noticias	1885 e 1889
VE	Vespa	1885
AB	A Bomba	setembro e outubro de 1894
OJ	O Jacobino	outubro de 1894; agosto de 1896; abril de 1897
Oca	O Caixeiro	abril de 1899
OL	O Liberalista	dezembro de 1899

A ESCRITA QUE MASCARA E DESMASCARA: ALTEAMENTO DE VOGAIS ÁTONAS EM TEXTOS BRASILEIROS OITOCENTISTAS

Klebson OLIVEIRA
(UFBA/PROHPOR – CAPES/PRODOC)

INTRODUÇÃO

Os textos brasileiros a que se faz referência no título deste trabalho foram escritos por africanos e afro-descendentes, ao longo do século XIX na cidade de Salvador, e estão preservados no acervo da irmandade negra chamada Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), fundada em 1832 pelo africano Manoel Vítor Serra.

290 documentos, principalmente atas, foram editados do acervo documental referido e compõem a parte filológica da tese de doutorado de Oliveira (2006)[1], que, também, lhe dedicou uma parte voltada para um extenso estudo lingüístico, abraçando os seguintes tópicos: segmentação gráfica, grafias para sílabas complexas, fenômenos meramente gráficos e marcas da oralidade na escrita, porque esses aspectos nomeados, todos eles, são carentes de atenção em perspectiva histórica. Há para sublinhar que, dentro deste último rótulo, a análise se restringiu a aspectos fônicos que, da fala, se transpuseram para a escrita, com destaque para vários fenômenos, inclusive um minucioso estudo sobre a elevação das vogais médias átonas, tanto pretônicas como postônicas. O que moverá o presente texto, dessa forma, serão as conclusões mais relevantes a que se chegou sobre esse assunto.

1 VOGAIS PRETÔNICAS

As orientações teóricas não coincidem, mas os trabalhos sobre a variação entre [e] e [i] e [o] e [u] pretônicos[2] no português brasileiro parecem guardar de

---

[1] A tese referida intitula-se *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Defendida no ano de 2006 no Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, foi orientada pela Prof[a]. Dr[a]. Rosa Virgínia Mattos e Silva.
[2] Utilizar-se-ão o [e] e o [o] para representar as duas possíveis realizações, a aberta e a fechada, da vogal anterior e da posterior, respectivamente.

semelhante a busca pelo que a condiciona. Segundo Bortoni, Gomes e Malvar (1992, p. 12-13), a tradição filológica explica a variação das pretônicas em português através da regra de harmonização vocálica, em que a vogal média pretônica é assimilada à alta da sílaba tônica. É, portanto, um fenômeno de assimilação regressiva. Também Câmara Jr. (1996, p. 44-45) postula esse como o principal fator para que as médias [e] e [o] pretônicas se alteem, mas aponta um outro contexto, a sua presença em hiato com um [a] tônico. Além desses, Faraco (2000, p. 36) menciona as palavras iniciadas por "|es|".

A Sociolingüística Quantitativa, nas análises realizadas em alguns dialetos brasileiros, confirma a presença de uma vogal alta na sílaba subseqüente, tônica ou não, como condicionante da variação, embora haja uma assimetria no comportamento das vogais [i] e [u] como propulsoras do processo de alteamento (Leite, Moraes e Callou, 2002), ou seja, a vogal alta anterior é mais favorável ao fenômeno do que a vogal alta posterior. Mas as consoantes adjacentes, também elas se mostram relevantes: "A lateral palatal, grafada *lh*, tem o efeito de altear a vogal (c[*u*]lher e m[*i*]lhor). As consoantes labiais (*p/b*, *f/v*, *m*) provocam a elevação apenas de *o*, como em *m*[*u*]*leque*, *b*[*u*]*neca*, apesar da presença em sílaba tônica de uma vogal aberta" (Leite e Callou, 2002, p. 41). O alteamento presente em palavras como [*i*]*special*, *d*[*i*]*sfile*, *d*[*u*]*ença* e *rech*[*i*]*ado*, por sua vez, revela a variação sensível ainda ao padrão silábico: sílabas iniciais travadas por /S/ e em hiatos (Leite, Moraes e Callou, 2002).

Os estudos mostram, portanto, que a presença de vogal alta na sílaba seguinte ou na sílaba tônica, que o efeito de consoantes adjacentes e que certos padrões silábicos são contextos favoráveis ao alteamento de vogais médias pretônicas. Mas não é da sincronia presente o privilégio da variação entre [e] e [i] e entre [o] e [u], em posição pretônica na língua portuguesa, e trabalhos descritivos sobre textos do período arcaico já registram os fatores acima mencionados, em termos de ambientes favorecedores, como condicionantes da elevação (Mattos e Silva, 1989, p. 71-77). É bem assim: se o **e** se encontra em posição inicial, ou se avizinha de um som palatal, ou forma hiato ou é seguido de vogal alta na sílaba seguinte, a grafia do **i** reflete a elevação condicionada por esses contextos. Do

mesmo modo, a elevação do **o** a **u** é favorecida nos mesmos ambientes, mas também quando precedido ou seguido de consoante labial. As exceções, aqueles casos em que se detecta a variação para além dos contextos nomeados, também elas são anotadas.

Aqui estão os mesmos fatores motivando a variação fônico-ortográfica no passado e a variação fônica no presente e aqui estão, ainda, os estudos histórico-diacrônicos a permitirem a descrição do fenômeno, nos textos escritos, em termos de ambientes favorecedores. É assim que se descreverá também esse que foi um dos aspectos mais marcados nos documentos dos sócios da SPD: a elevação das vogais médias pretônicas.

A elevação de [e] > [i] comparece no *corpus* em 1.904 casos. **A presença de uma vogal alta na sílaba seguinte** explica mais da metade delas, exatamente 1.255 (65.9%), pelo que parece ser esse o ambiente mais favorável à elevação. Observa-se, porém, que é bastante mais significativa para o fenômeno a presença do [i] na sílaba seguinte, uma vez que casos em que se conta o [u] são infreqüentes. Aquela assimetria no comportamento das vogais, referida pela Sociolingüística (Leite, Moraes e Callou, 2002), já se insinuava no século XIX. Vejam-se alguns exemplos: *ant**i**cipado* (antecipado)[3], *B**i**n**i**dito* (Benedito), *comv**i**niente* (conveniente), *d**i**missaõ* (demissão), *d**i**ssidido* (decidido), *fal**i**cimento* (falecimento), *Int**i**ligençia* (inteligência), *m**i**dida* (medida), *p**i**dio* (pediu), *proc**i**dimento* (procedimento).

Os dados permitem ainda a menção a outros ambientes favorecedores à elevação, quais sejam: **[e] em posição inicial, nas seqüências [es] e [des], seguido ou não de vogal alta** – ***I**screver* (escrever), ***i**sta* (estar), ***i**stando* (estando), ***i**statuto* (estatuto), ***i**stremados* (extremados), ***i**leisaõ* (eleição), ***I**lias* (Elias), ***i**mmenda* (emenda), ***i**zaminar* (examinar), *d**i**scaregará* (descarregará), *d**i**scontado* (descontado), *d**i**slexo* (desleixo), *d**i**spaxo* (despacho), *d**i**speza* (despesa), *D**i**svalidos* (Desvalidos); **em hiato** – *cart**i**ado* (carteado), *conpr**i**endidos* (compreendidos), *J**i**ográfico* (Geográfico), *L**i**andro* (Leandro), *L**i**onardo* (Leonardo), *nom**i**acão* (nomeação), *nom**i**ada* (nomeada), *num**i**asse* (nomeasse), *pr**i**enxe* (preenche), *rial* (real); **seguido de consoantes**

---

[3] Os dados serão apresentados da seguinte forma: mostra-se o vocábulo atingido pelo fenômeno e, dentro dos parênteses, se colocará a sua forma canônica.

alveolares ou palatais – *agrad**i**cer* (agradecer), *Apar**i**cendo* (aparecendo), *compar**i**çer* (comparecer), *ex th**i**zoreiro* (ex tesoureiro), *Sol**i**dade* (Soledade), *Th**i**zorero* (tesoureiro), *pr**i**zente* (presente), *R**i**s**i**b**i**doria* (recebedoria), *S**i**não* (senão), *Al**i**chandri* (Alexandre), *m**i**lhor* (melhor), *p**i**nhores* (penhores). Os contextos referidos até aqui englobam 1.888 das 1.904 ocorrências e é justo que se assinalem algumas das 16 que neles não se enquadram: *D**i**positado* (depositado), *End**i**coroso* (indecoroso), *Entr**i**valo* (intervalo), *G**i**raldo* (Geraldo), *M**i**mora* (memória).

Quanto à elevação de [ẽ] pretônico > [ĩ], os testemunhos, 42, são bem mais modestos se comparados aos da elevação de sua correspondente oral, mas suficientes para a verificação de que o fenômeno do alteamento se estendia também para o [ẽ], que encontrou em <in> e em <im> a sua tradução alfabética. 8 dados (19.0%) incluem uma vogal alta na sílaba seguinte e em 31 (81.0%) a nasal ocupa a posição primeira da sílaba. A comparação, em termos numéricos, é desleal, mas cumpre registrar um comportamento desigual em relação ao [e]: **para o alteamento da nasal, é a sua presença no início da palavra o ambiente que se mostra mais favorável**. Alguns exemplos: *att**in**dido* (atendido), *Cunpr**in**dido* (compreendido), ***im**blemas* (emblemas), ***im**firmidade* (emfermidade), ***im**prestada* (emprestada), ***im**taõ* (então), ***in**fermo* (enfermo), ***im**prestimo* (empréstimo), ***in**pocado* (empossado), *s**in**timentos* (sentimentos). Nas três palavras seguintes, nem um nem outro ambiente justifica o fenômeno: *diss**in**cerraõ* (desencerram), *diz**in**penho* (desempenhou) e *sunp**in**saõ* (suspensão).

Para a elevação de [o] a [u], os documentos registram 332 ocorrências. De novo, é **a presença de uma vogal alta na sílaba seguinte o ambiente mais favorável**, porque a sua detecção atravessa 216 casos, ou seja, 65.1% dos dados gerais. Quanto a isso, outro aspecto semelhante ao alçamento do [e] também se anota aqui, uma vez que é a presença do [i] na sílaba seguinte, muito mais que a do [u], que parece propulsionar o fenômeno: *abs**u**luta* (absoluta), *Ag**u**stinho* (Agostinho), *aut**u**rizada* (autorizada), *c**u**stume* (costume), *disp**u**zicoens* (disposições), *D**u**mingo* (Domingos), *hot**u**rizada* (autorizada), *Leorp**u**dino* (Leopoldino), *pr**u**vincia* (província), *P**u**rtugal* (Portugal), *R**u**drige* (Rodrigues), *sec**u**rido* (socorrido), *S**u**liçitador* (solicitador), *Vit**u**rino* (Vitorino). Para as ocorrências restantes, também

para elas é possível a detecção de ambientes favorecedores. Ei-los: **em hiatos** – *cuhicimento*[4] (conhecimento), *Cuelho* (Coelho), *duaçaõ* (doação), *duente* (doente), *Juaquim* (Joaquim), *muedas* (moedas), *perduados* (perdoados), *Suares* (Soares), *Padrueira* (padroeira); **antecedido ou seguido de consoantes labiais** – *descuberto* (descoberto), *enputecada* (hipotecada), *furtaleiça* (fortaleça), *guverno* (governo), *mudello* (modelo), *mulestia* (moléstia), *numeie* (nomeie), *propurcão* (proporção), *puder* (poder), *Ruberto* (Roberto). O elenco dos contextos acima traduz os mais produtivos. Vejam-se algumas das únicas ocorrências do alteamento de [o] > [u] pretônico que não se incluem nos referidos contextos, embora se entreveja, na maior parte dos exemplos dados, o segmento alteado precedido por consoantes velares e alveolares: *concurrencia* (concorrência), *lutaria* (loteria), *pudunor* (pundonor), *reculher* (recolher), *Ruzario* (Rosário), *ruzario* (Rosário), *Sudre* (Sodré).

Que há o registro do alçamento de [õ] pretônico > [ũ] é só o que se pode afirmar, porque os dados, exíguos que são, não autorizam nem mesmo alguma menção provável ao que os condiciona, uma vez que as 7 ocorrências se concentram em poucos itens lexicais e saem de três mãos apenas. Desse modo, há de contentar-se apenas com a antologia que se segue: *Cunprendido* (compreendido), *Cunprindido* (compreendido), *descuntado* (descontado), *punderação* (ponderação), *punderacoẽs* (ponderacões).

2 VOGAIS POSTÔNICAS NÃO-FINAIS

Falar em vogais postônicas não-finais, na língua portuguesa, remete imediatamente aos vocábulos proparoxítonos. Segundo Cristófaro-Silva (1999, p. 90), alteiam-se o [e] e o [o] também em posição postônica medial, em palavras com esse padrão. Desse modo, vocábulos como *pérola*, *Pécora*, *tráfego*, *número*, *parênteses* e *agrícola* podem ser pronunciadas, ainda conforme a autora, como *pér*[*u*]*la*, *Péc*[*u*]*ra*, *tráf*[*i*]*go*, *núm*[*i*]*ro*, *parênt*[*i*]*ses* e *agríc*[*u*]*la*, que dependerá do dialeto em análise e, ainda, do estilo de fala.

[4] Atenta-se para o fato de que o <h>, neste vocábulo, é sinal de escrita etimologizante para marcar hiatos.

A ocorrência de vocábulos proparoxítonos no *corpus* não é abundante, mesmo assim, algumas mãos registraram fenômenos que têm a ver com esse padrão silábico. 2 dados estampam o alteamento de vogais médias não-finais: *Ang**i**lo* (Ângelo) e *Conn**i**go* (cônego); já outros 2 também dizem respeito à elevação de vogais átonas mediais em proparoxítonas, mas, agora, é a vogal baixa que se alteia: *escand**i**lo* (escândalo) e *Lamp**i**da* (lâmpada). Faz-se notar, porém, que o traço mais marcante no que respeita à vogal em posição silábica postônica não-final será, geralmente, a sua síncope, juntamente com segmentos consonânticos. A análise dos dados flagrou 16 ocorrências que depõem a favor do que se narra[5]. São elas: *capitto* (capítulo), *Cunpres* (cúmplice), *cunpres* (cúmplice), *devo* (débito), *devos* (débitos), *Esprito* (Espírito), *esprito* (Espírito), *Martes* (Mártires), *Martis* (Mártires), *parago* (parágrafo), *Parcho* (pároco), *Tiophe* (Teófilo) e *Tihophos* (Teófilo).

3 **VOGAIS POSTÔNICAS FINAIS**

Em posição postônica final, a ocorrência das vogais médias [e] e [o] é particularidade dialetal. Predomina, na maior parte do Brasil, a realização exclusiva das variantes altas, que, consoante Câmara Jr. (1976, p. 45), muito cedo substituem as médias. De sua parte, a escrita reserva, quase sempre, um <o> e um <e> gráficos para representar os segmentos altos nessa posição. Se era essa a pronúncia generalizada no século XIX, os documentos revelam que a prática grafológica referida também o era e que, aliás, estava já bastante assimilada pelos negros oitocentistas, porque a constante foi o [i] e o [u] se traduzirem pelo <e> e pelo <o>, respectivamente. Mas há os casos em que grafia e fala não se desencontraram.

Fazendo referência à elevação de [e] postônico final > [i], as 590 ocorrências constantes do *corpus* fazem conhecer que a elevação do [e] postônico final foi documentada sobejamente na escrita dos negros do século XIX. Mas os números despistam, se a atenção não busca amparo na sua distribuição entre os autores. 491

[5] Segundo Amaral (2002, p. 103), a síncope em palavras proparoxítonas é bastante antiga em português e é fenômeno difundido em todo o território brasileiro, não só na fala normal dos menos escolarizados, como na fala espontânea dos mais escolarizados, em determinadas situações. Ainda de acordo com a autora, a síncope em proparoxítonas é previsível, uma vez que o falante tem consciência das regras fonotáticas da língua ao reduzir sílabas, apagar segmentos ou inserir outros.

dados, ou seja, 83.2% saem de uma mesma mão, a de Júlio Capitolino da Boa Morte, e Luciano da Silva Serra estampa o fenômeno em 61 ocorrências, o que equivale a 10.3% do total geral. Os dados restantes, os 38 (6.5%), são provenientes de redatores diversos. A inferência imediata a que conduz essa alínea é que quase todos os autores foram diligentes à prática grafológica que traduz o [i] postônico final como <e> e os dados copiosos permitem a verificação de que o encontro entre fala e escrita foi bastante mais proporcionado por mãos localizadas: Luciano da Silva Serra e, sobretudo, Júlio Capitolino da Boa Morte, que fez corresponder, quase que sistematicamente, o [i] a <i>. Uma pequena amostra, a seguir: *Alv**i**s* (Alves), *Borg**i**s* (Borges), *Cosm**i*** (Cosme), *diss**i*** (disse), *est**i*** (este), *nobr**i*** (nobre), *Noit**i*** (noite), *present**i**s* (presentes), *Prizident**i*** (presidente), *quaz**i*** (quase), *Senhor**i**s* (senhores), *Tel**i**s* (Teles), *virtud**i*** (virtude) e *Vint**i*** (vinte).

Já estava também bastante assimilada a transcrição do [u] como <o>, até mesmo para Luciano da Silva Serra e Júlio Capitolino da Boa Morte; o fenômeno, aliás, não 'passou em branco', porque esses dois autores, com poucos dados, 8, o marcaram: *Azil**u*** (asilo), *Dinhor**u*** (dinheiro), *Estatut**u*** (estatuto), *Estatut**u**s* (estatutos), *titul**u*** (título), *tumurt**u*** (tumulto), *Vei**u*** (veio), *ve**u*** (veio).

4 ELEVAÇÕES DE VOGAIS MÉDIAS ÁTONAS: O QUADRO FINAL

Guardem-se os números contidos na tabela seguinte:

Alçamento de vogais médias – sílabas átonas

	PRETÔNICA	POSTÔNICA MEDIAL	POSTÔNICA FINAL	TOTAL
[e] > [i]	1.904	02	590	2.496
[ẽ] > [ĩ]	42	00	00	42
TOTAL	**1.946**	**02**	**590**	**2.538**
[o] > [u]	332	00	08	340
[õ] > [ũ]	07	00	00	07
TOTAL	**339**	**00**	**08**	**347**
TOTAL	**2.285**	**02**	**598**	**2.885**

Tabela 01

Deixa bem explícito a leitura horizontal dos números que o desacerto no registro ortográfico é mais provável de ocorrer com as médias anteriores, porque

2.538 dados, 88.0% de todas as ocorrências, contam sobre elas, ao passo que 347 (12.0%) aludem às posteriores. Uma outra constatação, dessa vez consentida pela leitura vertical, é que, de longe, fala e escrita se ajustam bem mais em posição pretônica – 2.285 (79.1%) dados, do que em postônica, quer medial – 02 (0.1%) , ou final – 598 (20.8%).

A aquisição do registro ortográfico das vogais médias átonas por crianças em fase de alfabetização foi sistematicamente investigada por Lemos (2001, p. 179), que chegou, dentre outras, às seguintes conclusões:

> Durante o processo de alfabetização, as crianças solucionam primeiramente o problema do registro ortográfico das vogais (e) e (o) na posição postônica final, pois, nessa posição, o aluno é capaz de elaborar uma regra que o auxilia na superação do problema ortográfico. Neste contexto, a criança adquire primeiramente o registro ortográfico do (o) postônico final. Em segundo lugar, a criança adquire o registro ortográfico do (e) postônico final.
>
> Os alunos terão maior dificuldade para o registro das vogais (e) e (o) nas sílabas pretônica e postônica medial. Essa dificuldade está relacionada ao fato de não haver possibilidade de depreensão de uma regra que possa auxiliar o aprendiz nessas posições. A aquisição ortográfica das vogais médias átonas nessas posições ocorre palavra por palavra.

A regra a que se refere o autor é aquela segundo a qual todo som [i] e [u], com raríssimas exceções, em posição postônica final, corresponderá, respectivamente, a um <e> e a um <o> gráficos.

Não é que as 2 ocorrências, nos dados aqui analisados, queiram dizer que as postônicas mediais não levassem a desencontros ortográficos; mas, possíveis apenas em palavras proparoxítonas, elas espelham uma tendência geral do *corpus*: a raridade de vocábulos com esse padrão. Fora isso, a tabela anterior reflete exatamente a mesma ordem de dificuldade detectada por Lemos (2001, p. 172) na aquisição do registro escrito das vogais átonas. O problema era bem mais solucionado em posição postônica final do que em pretônica. E o cotejo com o que concluiu Lemos, referido acima, pode ir para mais, na medida em que os dados apontam, primeiramente, para a aquisição do registro ortográfico do <o> e, depois, do <e>. Quanto à solução bem mais imediata e prematura em posição postônica final, a lembrança da anotação do registro gráfico do alteamento de vogais finais como traço quase que exclusivo de duas mãos – a de Luciano da Silva

Serra e a de Júlio Capitolino da Boa Morte – é acréscimo ao que se observa, porque, se não fossem elas, a desproporção das ocorrências em posição pretônica e postônica seria muito mais acentuada. É por isso a afirmação feita em momento anterior de que a 'regra' que faz corresponder [i] e [u] finais a <e> e <o> estava já bastante assimilada pelos irmãos da SPD.

Alguns vestígios a mais dessa apreensão.

Na listagem referente às grafias que denunciam embaraços ortográficos com os designados grupos consonantais de origem erudita, a epêntese do <i> é o recurso mais notável: *ob**i**ter* por *obter*, *sub**i**vençaõ* por *subvenção*, *ad**i**mitido* por *admitido*... Compreende-se bem a razão do expediente: [i] na fala, <i> na escrita. Mas quando um espaço em branco acompanhou a epêntese, marcando a fronteira entre dois vocábulos, Feliciano Primo Ferreira e Manuel do Espírito Santo fizeram outra correspondência: [i] na fala e <e> na escrita: <e> na escrita da vogal alta em posição final, esse é o detalhe relevante, esse é o sinal de que os autores tinham se apropriado do hábito ortográfico mencionado: *sub**e** escrivir* por *subscrevi*, *sub**e** escrevi* por *subscrevi*. E na redução do ditongo nasal [ãw̃], dessa vez registrada por vários autores, em que a semivogal desnasalizada é convocada à vogal, não foi o <u> o símbolo gráfico a traduzi-la e sim o <o>: *dexar**o*** por *deixaram*, *gastar**o*** por *gastaram*, *Votar**o*** por *votaram*.

As anteriorizações e posteriorizações também têm algo a declarar e basta um pequeno índice de palavras, em que se apanham os fenômenos em lugar final, para que se aprecie a coerência das mãos que respondem por ele, porque se, de um lado, a representação ortográfica se apoiou na fala, de outro, se ajustou à escrita, se conformou ao que já se sabia ter ela de mais ou menos regular: [i] e [u] finais como <e> e <o> – *estej**e*** por *esteja*, *Seij**e*** por *Seja*, *feit**e*** por *feito*, *Leonard**e*** por *Leonardo*, *pezam**o*** por *pêsames*, *Rezend**o*** por Resende...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das vogais átonas, tanto em posição pretônica quanto postônica, revelou importantes considerações sobre o seu comportamento em textos redigidos por africanos e afro-descendentes na Salvador de oitocentos.

Em primeiro lugar, destacam-se as numerosas ocorrências que, em posição pretônica, exibem o alteamento/alçamento das vogais [e], [o], [ẽ] e [õ] para, respectivamente, [i], [u], [ĩ] e [ũ]. Contudo o mais importante a ser notado é que a variação de que se fala não acontece ao acaso e o estudo depõe, primeiramente, que existem contextos a condicioná-la e, ainda, que as vogais anteriores são as mais suscetíveis ao fenômeno.

Em segundo lugar e no que diz respeito às vogais postônicas não-finais, percebeu-se que, possível apenas em vocábulos proparoxítonos, o expediente mais utilizado pelas mãos foi não representá-las graficamente, ou seja, houve a síncope da vogal, juntamente com segmentos consonânticos.

Por fim, a escrita mascara a realização fonográfica das vogais postônicas finais, uma vez que as mãos estavam conscientes, em sua grande maioria, de que a um [i] e [u] fônicos correspondem, respectivamente, um <e> e <o> gráficos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Porto do (2002). A síncope em proparoxítonas: uma regra variável. In: BISOL, Leda; BRESCANCINI, Cláudia. (Orgs.). *Fonologia e variação. Recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS. p. 99-126.

BORTONI, Stela; GOMES, Christina & MALVAR, Elisabete (1992). A variação das vogais médias pretônicas no português de Brasília: um fenômeno neogramático ou de difusão lexical? *Revista Estudos Lingüísticos*, Belo Horizonte, a. I, v. I, jul./dez., p. 9-30.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso (1996). *Estrutura da língua portuguesa*. 24. ed. Petropólis: Vozes.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso (1976). *História e estrutura da língua língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão.

CRISTÓFARO-SILVA, Thaïs (1999). *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudo e guia de exercícios*. 4. ed. São Paulo: Contexto.

FARACO, Carlos Alberto (2000). *Escrita e alfabetização*. 4. ed. São Paulo: Contexto.

LEITE, Yone; CALLOU, Dinah (2002). *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LEITE, Yone; MORAES, João & CALLOU, Dinah (2002). A elevação das vogais pretônicas no português do Brasil: processo(s) de variação estável. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v. XXVII, p. 1-24.

LEMOS, Fernando A. Perreira (2001). *Interferência da oralidade na escrita: o caso do registro ortográfico do 'e, i, o, u' átonos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

OLIVEIRA, Klebson (2006). *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 3 v.

CONTRIBUIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E FILOLÓGICAS ACERCA DA HISTÓRIA DA ESCOLARIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL: NOTAS SOBRE O MÉTODO LANCASTERIANO

Hirão Fernandes CUNHA E SOUZA
(PPGLL/UFBA/PROHPOR)
Luís GOMES
(PPGLL/UFBA/PROHPOR)
Ricardo Nascimento ABREU
(UNIT/PPGLL-UFBA)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Paralelamente aos estudos de Lingüística Histórica e de Filologia, sempre houve, ao longo dos tempos, por parte de um grupo de estudiosos do fenômeno lingüístico uma clareza de que seus objetos de estudos mantinham fortes relações fronteiriças, principalmente com os objetos da Sociologia e da História. Burke (1997) nos conta que foram bastante intensos, nos anos iniciais do século XX, os diálogos entre os Lucien Febvre, um dos fundadores do movimento historiográfico conhecido como o grupo dos Annales, o sociólogo Emile Durkheim e o lingüista Antoine Meillet. De acordo com Burke, Febvre e Meillet mantiveram intensos diálogos acerca da história social das línguas e as relações deste estudo com análises filológicas. Grande parte destes estudos está registrado na *Revue de Syntèse Historique*, organizada por Henri Berr.

Durante o século XX ocorreu um movimento de relativo distanciamento dos estudos lingüísticos em relação a alguns campos das ciências humanas e sociais. Este movimento, em grande parte provocado pela febre estruturalista na Lingüística, afugentou a possibilidade de envolvimento dos estudos lingüísticos num projeto maior que consistiria na formulação de uma Teoria Social, proposta atualmente por Burke (2004), através da qual as conexões entre as Ciências Sociais seriam objeto de profundas análises.

Dentro da própria trajetória dos processos de desvendamento da constituição histórica do português brasileiro, os estudos lingüísticos recentes buscam, cada vez mais, a complementação das análises da história interna da língua portuguesa através das análises da história social da linguagem. Neste sentido, avolumam-se,

de forma considerável, os estudos pelos quais os aspectos sócio-históricos do português servem de subsídios para a interpretação dos cenários lingüísticos que se formaram no Brasil e que foram responsáveis pela fisionomia que a língua portuguesa hoje apresenta.

Podemos afirmar que modernamente, ao menos três vertentes destacam-se nesse cenário de leituras sócio-históricas do português. A primeira delas diz respeito às interpretações e inferências diretas que os lingüistas fazem dos trabalhos dos historiadores *tout court.* Um segundo e mais recente viés vem desenvolvendo-se através de uma leitura baseada na Análise do discurso e que tem como forte núcleo os trabalhos desenvolvidos em torno do Grupo História das idéias lingüísticas, sediado na UNICAMP e liderado pelo pesquisador Eduardo Guimarães. Uma terceira vertente considera a aproximação entre os estudos lingüísticos e a história cultural e tem representantes de ambos os lados, destacando-se, entre os historiadores, os nomes de Roger Chartier e Peter Burke, e entre os lingüistas as pesquisadoras Leonor Lopes Fávero (PUC-SP) e Rosa Virginia Mattos e Silva (UFBA).

Esses dois últimos vieses de análise ganharam força no cenário dos estudos lingüísticos, posto que, cada vez mais, se requerem leituras específicas acerca dos cenários sócio-históricos nos quais a língua portuguesa e os debates sobre seus usos e usuários foram protagonizados. Isso porque, no entender de Porter (1993, p. 13), "*A linguagem é tão intima da existência que tem sido há muito negligenciada pelos historiadores [...]*".

Em consonância com a visão de Porter, Orlandi (2006) compreende que paira sobre os estudiosos da linguagem uma responsabilidade e uma legitimidade no que diz respeito ao estudo da História das Idéias Lingüísticas, pois somente este é dotado de um repertório[1] conceitual que o capacita a analisar fenômenos

[1] Estamos considerando neste texto que: "Um repertório é o conjunto de recursos intelectuais disponível numa dada sociedade em certo tempo. É composto de padrões analíticos; noções; argumentos; teorias; conceitos; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagem; metáforas. Funcionam como "caixas de ferramentas" às quais os agentes recorrem seletivamente, conforme suas necessidades de compreender certas situações e definir linhas de ação". (ALONSO; 2002, p. 40)

lingüísticos em sua complexidade, que certamente fazem falta ao historiador comum.

> Fazer história das idéias nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil, mesmo antes da Lingüística se instalar em sua forma definida; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem, tomando posição a partir dos nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem. Isto significa que não tomamos o olhar externo, o do historiador, mas falamos como especialistas de linguagem, a propósito da história do conhecimento sobre a linguagem. (...) portanto, capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas conseqüências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua. (ORLANDI, 2006, p. 16).

Fávero e Mollina (2006) reforçam o pensamento de Orlandi (2006) e Porter (1992), ao passo que fornecem mais um argumento em prol da viabilidade deste estudo quando pontuam que:

> [...] a História das idéias lingüísticas contempla o estudo das Instituições onde, por exemplo, no século XIX, tais saberes eram discutidos, alargados, disseminados, os veículos por onde circulavam e as polêmicas que suscitavam. (FAVERO E MOLLINA, 2006, p. 25)

No seu livro E*nsaios para uma sócio-história do português brasileiro,* Mattos e Silva (2004) aponta "*algumas idéias para a concretização de uma história do português brasileiro*" indicando os caminhos pelos quais a lingüística brasileira necessita operar, no sentido de desenvolver um programa que consiga dar conta de mapear a constituição histórica do português do Brasil. Segundo Mattos e Silva estes campos, interligados por suas nuances características, poderão, na prática, ser desenvolvidos de forma autônoma, posto que envolvem metodologias próprias e, seguramente, interfaces com outras ciências que darão o suporte para análise dos dados.

Desta forma, estes campos de pesquisa, na visão da pesquisadora, podem ser assim descritos:

(a) O campo que se moverá na reconstrução de uma história social lingüística do Brasil;

(b) O campo que se moverá na reconstrução de uma sócio-história lingüística ou de uma sociolingüística histórica;

(c) O campo que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro;

(d) O campo que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro.

Levando-se em consideração os campos propostos por Mattos e Silva, este trabalho se debruçará nas discussões que envolvem a primeira proposta, buscando estabelecer relações entre a Lingüística e a História Cultural, com o fito de conceber a possibilidade de fomentar a construção de uma história social da língua portuguesa no Brasil, através da análise (ou da re-análise) de fontes já exploradas, pouco exploradas ou inéditas sobre o Português do Brasil.

> O campo (a) se moverá fundado na história social do Brasil. Dos quatro, será aquele em que o historiador da língua estará mais próximo do historiador *tout court*. Entrevejo duas vertentes nessa reconstrução. Aproveitando a formulação de Antônio Houaiss, são elas: uma referente à recuperação da articulação entre fatos de ocupação territorial, fatos das sucessivas distribuições demográfico-lingüísticas e fatos das prevalências e desaparecimento das línguas que prevêem, ainda segundo Houaiss, a via do levantamento diretos e indiretos sobre todos os processos linguageiros havidos a partir (e mesmo antes para os indígenas e negros) dos inícios da colonização.
> A outra será a reconstrução da história da escolarização no Brasil, que Houaiss formula como a penetração da língua escrita, fator fundamental para a compreensão da polarização entre normas vernáculas e normas cultas do português brasileiro. Essa segunda vertente prevê a recuperação de políticas lingüísticas havidas ao longo da história do Brasil [...] (MATTOS E SILVA, 2004, p. 59).

Fica, então, deveras esclarecido que os trabalhos destes lingüistas–historiadores revestem-se de características muito próprias, operando às vezes com categorias concretas de análise, a exemplo de dados demográficos e documentos escritos, mas também levando, quando necessário, em consideração categorias abstratas de outras ciências, a exemplo do conceito de civilização proposto por Elias (1994) e já experimentado pelo lingüista Lorenzo Vitral (2001) num artigo intitulado "*Língua geral versus língua portuguesa: a influência do processo civilizatório*", ou o conceito de representações proposto por Chartier (1999) e Chartier (2003), ou ainda os conceitos de documento/monumento de Le Goff (2003), isto para citar somente alguns.

Especificamente, esta segunda vertente proposta por Mattos e Silva, contempla a possibilidade de analise de múltiplos objetos que se referem ao ensino

da língua portuguesa no Brasil, a exemplo, no plano macroscópico, das políticas lingüísticas e as ações do Estado na tentativa de impor um modelo lingüístico aos brasileiros, a construção das gramáticas da língua portuguesa nos séculos XIX e XX e os métodos de ensino da língua, implantados nos *loci* reservados para tal fim. Há, dentre os trabalhos produzidos nesta linha, os livros organizados por Bastos e Palma nos quais são analisadas as gramáticas e o ensino da língua portuguesa dos séculos XVI à primeira metade do século XX.

Esta pesquisa, cujo objeto encontra-se alinhado à proposta de estudos do processo de escolarização em língua portuguesa no Brasil do século XIX, partirá da análise filológica de duas aulas de português ministradas através do método lancasteriano, que foi introduzido no Império brasileiro, através de decreto imperial publicado Diário do Governo[2] e datado de 09 de abril de 1823, e buscará compreender a proposta metodologia e a sua sistematização no que tange o ensino do português nas classes das escolas elementares.

1 **BREVE INCURSÃO SOBRE O MÉTODO LANCASTERIANO NO BRASIL**

Os estudos que se debruçaram sobre o método lancasteriano são unânimes em afirmar que suas origens remontam a um movimento de substituição do método individual que consistia na pedagogia do fazer ler, escrever e calcular, pelo atendimento individualizado do professor para cada aluno da classe, enquanto os alunos já atendidos realizavam silenciosamente as tarefas propostas.

Baseado no modelo criado por Jean Baptiste de La Salle, conhecido como método simultâneo, no qual o professor instrui simultaneamente a todos os alunos da classe, o médico e pastor anglicano A. Bell e o Quaker Joseph Lancaster desenvolveram, separadamente, bem como reivindicaram a autoria do que veio a ser conhecido através do nome de método mútuo.

Graças à publicação dos livros *Amélioration dans léducation des classes industrieuses; Improvements in education as it respects the industrious classes of the community containig, among other important particulars, na account os the instituition for the education os on thousant poor children* e, finalmente, seguido do *Manual of the*

[2] Fonte: Arquivo Nacional - Série guerra IG[3] (1823-1827) – Documentos de Sergipe – Ensino Mútuo.

lancasterian system, of teaching reading, writing, and needle-work, as practiced in the schools of the free-school society of New York, o modelo proposto por Lancaster popularizou-se em diversos Estados Nacionais que viam uma possibilidade de educar muita gente, num curto espaço de tempo e com um custo deveras reduzido.

Em Portugal, de acordo com Cardoso (1999), o ensino mútuo popularizou-se com o nome de método lancasteriano e foi introduzido em 1815 nas escolas militares de Lisboa. O mesmo modelo de aplicação através dos militares foi empregado no Brasil, ficando incumbida à Repartição dos Negócios da Guerra a disseminação do método no território do império, através da formação de instrutores, tipografia das apostilas e, juntamente com os presidentes das províncias, a formação de turmas que contemplassem simultaneamente militares e civis.

No que tange à formação de docentes para a aplicação do método lancasteriano nas províncias do império brasileiro, houve uma predileção inicial pelos militares que perdurou por algumas décadas, variando em cada província. Abreu (2006) constata que, no caso da Província de Sergipe, o sistema de recrutamento forçado que era adotado pelas tropas de linha atuava como medida de afugentamento dos jovens, obrigando o presidente da província a enviar ao Rio de Janeiro professores civis com o fito de implantar escolas nas quais o método fosse aplicado separadamente dos militares.

Um fato de extrema importância para a compreensão do método lancasteriano no Brasil está diretamente vinculado a análise das apostilas utilizadas no ensino das habilidades de ler, escrever e contar. Ao realizar uma pesquisa no Arquivo Nacional, acerca das trajetórias dos oficiais militares sergipanos no século XIX, Abreu (2006) declara ter encontrado uma coleção de apostilas contendo aulas de gramática, através das quais se buscava consolidar e padronizar os fundamentos da norma lingüística do português lusitano em território brasileiro.

Este material, aparentemente inédito para a historiografia da escolarização em língua portuguesa, pode dar pistas para uma melhor compreensão das idéias

lingüísticas que circulavam no território brasileiro, bem como elucidar com melhor clareza as estratégias adotadas pelo império na tentativa de implementação de uma educação que privilegiasse os usos da Lingua portuguesa, em detrimento aos diversos falares indígenas e africanos que coexistiram durante séculos.

Nesta pesquisa, por conta da formatação do texto que nos imprime uma limitação de espaço, realizaremos a edição paleográfica de uma pequena amostra das aulas de gramática através do método de Lancaster, visto que a totalidade dos documentos serão analisados na tese de doutoramento de Ricardo Nascimento Abreu, intitulada - *A educação como processo de civilização: o ensino de Língua Portuguesa na Província de Sergipe, no século XIX, através do método lancasteriano*, o*rientada pela* Profª Drª Emília Helena Portella Monteiro de Souza e vinculada ao PROHPOR (Programa para a história da língua portuguesa).

2 INCURSÃO NA TRADIÇÃO FILOLÓGICA BRASILEIRA E CRITÉRIOS EDITORIAIS

Os estudos filológicos no Brasil tiveram início no começo do século XX e eram realizados por profissionais e eruditos com formações divergentes da área de letras. Os principais estudiosos e editores eram historiadores, sendo assim, foram numerosos os trabalhos de edição de textos voltados para um público-alvo de historiadores, obviamente não preocupados com questões atinentes à análise lingüística propriamente dita, que irá eclodir no Brasil somente por volta dos anos 60. Entretanto, segundo Telles (1998), esses historiadores desenvolveram inúmeros trabalhos filológicos, conforme trecho abaixo:

> Joram Pinto de Lima ressalta o fato de os primeiros trabalhos de crítica textual no Brasil serem devidos a historiadores como Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia, Eugênio de Castro e José Honório Rodrigues.

Dessa forma, percebe-se que, nos inícios do século XX, os trabalhos voltados para a edição crítica de textos se desenvolveram no campo das ciências sociais e, por volta da década de 20, ainda segundo Telles (1998), a crítica textual se concentrou em reproduções de edições anteriores. Percebe-se, então, diante da quantidade de reprodução de edições de obras literárias, que os trabalhos filológicos estavam diretamente ligados à divulgação literária e de obras de cunho

religioso, como, por exemplo, as edições das obras completas de Castro Alves e as edições do Padre Augusto Magne da *Demanda do Santo Graal* e de *O Livro de Vita Christi* em língua portuguesa.

A partir de 1940, Telles (1998) sugere um período de formação acadêmica dos nossos primeiros filólogos. Esse período foi denominado de *período de formação acadêmica*, caracterizando-se pela formação de pesquisadores nas Faculdades de Filosofia, ainda que de maneira incipiente e deficiente, consoante o filólogo Sílvio Elia. Observa-se, nesse *período acadêmico*, uma série de edições literárias e uma inclusão de diversos trabalhos voltados para a crítica textual nos cursos de Mestrado e Doutorado nos Programas de Pós-gradução em algumas instituições de ensino superior do Brasil.

Assim, surge uma tradição, ou, melhor dizendo, uma *genealogia de editores*, especificamente ligada à Universidade de São Paulo, que tem como expoente Segismundo Spina, sendo seu seguidor Heitor Megale, que editou *O Pentateuco da Bíblia medieval portuguesa* em 1992. Ainda sobre essa *genealogia de editores*, constatam-se duas vertentes na Universidade Federal da Bahia. Uma voltada para o trabalho com manuscritos medievais portugueses, coordenada por Nelson Rosi, tendo como principal expoente o trabalho de edição do *Livro das Aves*, a edição dos *Diálogos de São Gregório*, elaborada por Rosa Virgínia Mattos e Silva, e a edição do *Flos Sanctorum*, feita por Américo Venâncio Lopes Machado Filho. Esses manuscritos pertenciam à coleção de documentos medievais de Serafim da Silva Neto. A outra vertente voltou-se para os estudos dos textos e manuscritos do poeta baiano Arthur de Sales, coordenada pelo Professor Nilton Vasco da Gama. Ambos os grupos foram muito felizes na "procriação" de filólogos na terra de *todos os santos*.

Um terceiro período analisado por Telles (1998) segue-se após a criação do *Curso Superior Livre de Crítica Textual* da Biblioteca Nacional. Os trabalhos de crítica textual se voltarão para a edição de textos de autores modernos, eclodindo numa seqüência de edições das obras de Machado de Assis. A partir disso, é criada a *Comissão Machado de Assis*, que estabeleceu critérios comuns para a edição de textos desse autor. Observa-se, então, uma tendência, a partir dessa comissão, à

formação de grupos de editores com critérios comumente estabelecidos para a edição do conjunto de obras que os grupos pretendiam realizar.

Quanto a grupos de pesquisa que estabeleceram critérios comuns para as suas edições, pode-se citar o PHPB – Projeto Nacional *Para História do Português Brasileiro*, coordenado por Ataliba de Castilho, da Universidade de São Paulo. Gomes (2007) comenta esses critérios de edição em seu Projeto de Mestrado para ingresso no Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia:

> Os critérios inicialmente selecionados baseiam-se no conjunto de normas discutidas e estipuladas no II Seminário para história do português brasileiro, realizado em Campos do Jordão, em 1998. As dezesseis normas foram idealizadas e discutidas pelos professores César Nardelli Cambraia (USP), Gilvan Müller de Oliveira (UFSC), Heitor Megale (USP), Marcelo Módolo (Mestrando-USP), Permínio Souza Ferreira (UFBA), Sílvio de Almeida Toledo Neto (USP), Tânia Conceição Freire Lobo (UFBA) e Valdemir Klamt (UFSC) e afinal estabelecidas em plenária sob a coordenação dos professores Heitor Megale da USP (Universidade de São Paulo) e César Cambraia da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Resumidamente, definem-se por um prisma conservador que possibilite a segurança de um estudo lingüístico coerente e fidedigno. Esses critérios podem ser definidos, *grosso modo*, em, apenas, editar o texto original, respeitando ao máximo as características lingüísticas de quem escrevia e abrindo apenas as abreviaturas, ou seja, o tipo de edição é a semidiplomática.

Dessa forma, constata-se uma tendência de determinados grupos estabelecerem critérios pré-definidos para a elaboração de suas edições. Todavia, uma pergunta paira no ar: o texto e o suporte utilizado não reclamam os seus critérios? Essa pergunta gera outros tópicos que fogem do escopo desse artigo.

O quarto e último período destacado por Telles (1998) são as novas perspectivas da crítica textual aliada à crítica genética, que consiste na comparação de diversas versões de uma mesma obra com a finalidade de resgatar o processo criativo de um determinado escritor. Essa nova tendência domina os campos da edição de textos em diversos grupos de pesquisa no país.

Contudo, devemos dar destaque aos novos suportes para edição de textos: os suportes eletrônicos, que, ainda hoje, são vistos com certo preconceito por filólogos mais tradicionais. Para alguns desses filólogos tradicionais, o processamento das edições eletrônicas de texto estaria tirando o papel primordial do editor, pois eles acreditam que os procedimentos automáticos irão substituir o

labor científico da editoração de manuscritos, datiloscritos e impressos, quando, em verdade, esses procedimentos facilitarão a vida de filólogos e de outros estudiosos da língua. Esse tópico será discutido na próxima seção.

Assim, percebe-se que Telles (1998) traçou bem as diretrizes da periodização da história dos trabalhos filológicos no Brasil, levantando quatro períodos essenciais, que são: 1) os estudos filológicos e as primeiras edições, 2) o período acadêmico, 3) a edição crítica de textos modernos e 4) a perspectiva da crítica textual nos dias atuais. Esses quatro períodos foram bem articulados e delineados pela autora, entretanto, com as novas perspectivas de suporte técnico disponíveis para o processo de editoração de textos, percebe-se a necessidade de uma reorganização dessa periodização com a inclusão de um quinto período, que daria ênfase aos processos de editoração de textos com suportes digitais, tendência bastante crescente nos grupos de pesquisas de diversas universidades brasileiras, como, por exemplo, a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Federal da Bahia.

A partir disso, torna-se válido para o estudo de métodos de ensino de língua portuguesa a edição desse material para que os pesquisadores possam entender um dos métodos normativos de ensino da língua portuguesa. Assim, a edição das cartilhas do método Lancaster representam uma fonte para estudo da história externa da língua portuguesa, bem como da história interna. Para tanto, buscou-se utilizar os seguintes critérios de orientação conservadora para a transcrição de uma amostra de 2 (duas) cartilhas para este estudo preliminar, visando uma descrição próxima a de uma edição semidiplomática. Os critérios utilizados foram consoantes aos critérios utilizados do projeto PHPB – *Para a História do Português Brasileirol*, que são:

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios:

- respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “munto”, que leva a abreviatura “m.^{to}” a ser transcrita “munto”;
- no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual, ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrência “Deos” e “Deus”, que levam a abreviatura “D.^{s}” a ser transcrita “Deus”.

3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: “epor ser” [sic]; “aellas”; “daPiedade”; “omninino”; “dosertaõ”; “mostrandoselhe”; “achandose”; “sesegue”.
4. A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado: [espaço]. Exemplo: “que podem perjudicar. [espaço] Osdias passaõ eninguem comparece”.
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: “aRepublica”; “docommercio”; “edemarcando tambem lugar”; “Rey D. Jose”; “oRio Pirahý”; “oexercicio”; “que hé munto conveniente”.
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
7. Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo: “nota 1. Pirassocunda por Pirassonunga”; “nota 2. deligoncia por deligencia”; “nota 3. adverdinto por advertindo”.
8. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: <fica definido que olugar convencionado acasa dePedro nolargo damatriz>.

9. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplo: “todos ~~ninguem d~~ospresentes assignarom; sahiram ~~sahiram~~ aspressas para oadro”. No caso de repetição que o escriba ou copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: fugi[[gi]]ram correndo [[correndo]] emdireçaõ opaço.
10. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer no final do documento, informando-se a localização.
11. Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: “naõ deixe passar neste [registo] de Areas”
12. Letra ou palavra não legível por determinação justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível]
13. Trecho de maior extensão não legível por deterioração receberá a indicação [corroídas + 5 linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
14. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical entre as linhas. A mudança de fólios receberá a marcação com o respectivo número na seqüência de duas barras verticais: || 1v. || 2r. || 2v. || 3r.
15. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.
16. As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas. Os sinais públicos serão indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples: Bernardo Jose de Lorena; sinal público: [Bernardo Jose de Lorena].

3 **BREVE DESCRIÇÃO PALEOGRÁFICA DAS CARTILHAS**

Para a realização adequada de uma edição é importante observar o material que se tem à disposição, já que, para cada tipo de edição a ser aplicado a um texto com o intuito de reproduzi-lo, exige-se uma cuidadosa reflexão por parte do filólogo. Como um dos objetivos desse artigo é apresentar uma edição semidiplomática, pretendeu-se analisar as cartilhas de forma criteriosa, a fim de garantir o caráter fidedigno do manuscrito e evitar possíveis distorções que possam comprometer o registro adequado dos fatos históricos. Por conta disso, nesse tipo de edição, o grau de intervenção do filólogo deve ser mínimo, as modificações devem ser restritas a apenas tornarem o texto mais acessível para um determinado público que, provavelmente, teria dificuldade em decodificar certas características do manuscrito, a exemplo do desenvolvimento das abreviaturas.

A edição será de duas aulas de português, produzidas através do Método Lancaster, visando uma descrição próxima a de uma edição semidiplomática.

Essas aulas, ministradas através desse método, foram escritas no século XIX, mais especificamente em 1823, reproduzidas no Rio de Janeiro, no quartel do exército. As duas aulas que serão aqui transcritas foram manuscritas por um possível instrutor do Método Lancaster que, na provável falta das cartilhas tipografadas, reproduziu manualmente as aulas, para que fossem distribuídas aos alunos, na província de Sergipe. As cartilhas tinham como objetivo, através desse método criado pelo inglês Joseph Lancaster, facilitar o ensino da língua portuguesa no Brasil, através da memorização e da repetição de letras, sílabas e palavras, no intuito de domesticar a massa populacional que era retida nos quartéis do Império, a fim de que se mantivesse o sistema político-econômico vigente, no caso do Brasil, a monarquia absolutista.

Numa análise mais profunda dessas duas lições, observa-se, por meio dos exemplos, uma tendência a reforçar os ideais católicos e monárquicos. Dessa forma, a filologia ajuda a compreender os aspectos sociais e políticos da Educação no Brasil do século XIX.

Por meio de uma breve descrição paleográfica das aulas, fólios (1r,1v, 2r), constatou-se o seguinte: o suporte material dos fólios é o papel, cuja coloração encontra-se amarelada; cada fólio possui o seguinte número de linhas, numeradas a partir da quinta: 1r – 44 linhas, 1v – 8 linhas, 2r – 49 linhas; a dimensão da mancha escrita é de, aproximadamente, 594 mm de altura e 420 mm de largura; a letra é cursiva, inclinada para a direita em tinta de cor escura. E por falar em letras, destacam-se duas pela forma: o d cuja haste finaliza-se com a envergadura descendente à esquerda; o *f* cuja morfologia aproxima-se do *t*.

Em linhas gerais, os fólios encontram-se em bons estados de conservação, apesar de o suporte apresentar-se amarelado pelo tempo. Além disso, apresentam algumas manchas, provavelmente de tinta, que dificultam o reconhecimento das letras e, conseqüentemente, das palavras e frases. A região central dos fólios encontra-se bastante danificada, com dobras, dificultando, de forma considerável, a leitura e compreensão do texto. O fólio 1r possui um carimbo oval em tinta azul, na parte superior e central do documento, com os seguintes dizeres "archivo público nacional".

É importante ressaltar que, para o presente artigo, serão apresentados apenas os fólios (1r, 1v e 2r), das aulas de português com base no Método Lancaster, devido à impossibilidade de inclusão das diversas lições que foram produzidas com esse propósito.

| | 1r. | |

N° 1. Primeira classe. **escolas elementares**

Da gramatica em geral.
A grammatica é uma arte que nos ensina a exprimir nossas idéas com facilidade, à
fallar puramente, e escrever com correção.
5 Para fallar nas usamos de sons, que sam as differentes maneiras de articular as palavras.
Para escrever usamos de letras, que, juntas, formam, as syllabas, as syllabas formam
as palavras; e as palavras, a oração.
Há duas sortes de lettras: as vogais, e as consoantes.
As vogaes sam: a, e, i o, u e y grego, que se emprega em lugar d'o i simples n'as pala
10 vras derivadas d'o grego.
Chamam se vogaes, por que por si' só, e sem so corro d'as consoantes, podem fazer um
som perfeito.
Chamamos vogal nasal à um som simples pronunciado d'o nariz. Este som é pro-
duzido pelo encontro d'uma vogal com m ou n: como v*erbi gratia* bom, som, tambor, cantar,
15 bem, sem, um, nenhum, et*ecetera*

As consoantes sam: b, c, d, t, g, h, i[3], j, k, l, m, n, p, q, r, s, t, v, x, z; e nh, lh, cujos caracteres faltam para exprimir a articulação com uma só letra.

Chamam se consoantes, porque ellas não pódem fazer um som perfeito sem o soccorro d'as vogaes.

20 Quando uma palavra consta d'uma syllaba só, como v*erbi gratia* não, ar, ví, rei, et*cetera* chamam[4] se lhe monosyllabo: equando consta de mais de uma syllaba . como se [dobra + 3 palavras][5] já-nella, caldeira, celeridade, cobertura, agricultura, et*cetera*; chama se lhi [ilegível].

Dos accentos.

A língua brasileira tem três accentos: 1º o agudo, (´) que se poem sobre as vogais agudas;
25 como v*erbi gratia* Alvará, Pará, avó, só, mó, jacaré, pé, sé, dirá, verá, et*cetera*

Chama se agudo, porque elle dá à vogal, sobre que esttá, o som agudo; e se escreve dá direita para a esquerda.

2º O acento circumflexo (^) colloca se sobre asvogaes longas não agudas, como v*erbi gratia* cadêa, expôr, balêa, canôa, arêa, sêda, avô, et*cetera*; e se forma subindo e descendo.

30 3º O acento grave (`) colloca se sobre a prepsição à, para a distinguir de a artigo, e de a pronome; e sobre os adverbios là, jà, et*cetera*; e se forma d'a esquerda para a direita.

Chamam se longas as vogaes sobre que a voz se demora mais para as pronunciar: como v*erbi gratia* filhó, náo, jacarandá, canôa, capitaõ, suppôr, constituição; et*cetera*

35 Chamam se breves aquellas sobre as quaes passamos mais rapidamente: como v*erbi gratia* cabeça, variedade, celeridade, general, et(eceter)a

Quando a ultima syllaba d'uma palavra é longa, a penúltima sempre é breve: v*erbi gratia* capitaõ, pedirá, entrarám, petimétro, alvará, et*cetera*

D'aqui resulta que a língua brasileira tem quatro espécies de vogaes: as mudas,
40 que pouco se fazem perceber; as medianas, que nem sam longas, nem breves; as longas

| | 1v. | |

naõ agudas; e as longas agudas.

Que é gramática?	Quantos accentos há?	Onde se poem o accento agudo?
Quantas sortes de letras há?	Que é o accento agudo?	Onde se poem o accento grave?
Que é consoante?	Como se forma?	Onde se põem o accento circunflexo?
45 Que é vogal?	Que é o accento circumflexo?	Que é vogal longa?
Que é vogal nasal?	Como se forma?	Que é vogal breve?
Que é monosyllabo?	Que é o accento grave?	Que é vogal muda?
Que é polisyllabo?	Como se forma?	Que é vogal mediana?

| | 2r. | |

escolas elementares

50 Nº 2. Primeira Classe

Dós Dittiongos e trithóngos.

Hum dithongo é o ajuntamento de duas voaes pronunciadas em uma mesma emissão de voz
55 como v*erbi gratia* rei, pai, não, soa, tiu, cuidar, mau, et*cetera*

Para duas vogaes tornarem ditongo, é necessario, 1º que sejam pronunciadas com uma mesma voz; porque se formassem duas syllabas, já não seria dithongo, mas duas vogaes pronunciadas separadamente. 2ª que o ouvido perceba bem os doces sons unidos, porque de outro modo seria uma vogal simples representada por dois caracteres.

60 Os dittongos sam:

---

[3] Provável erro do copista por automatismo, ao inserir a vogal *i* entre as consoantes.
[4] Dobra do papel
[5] Por inferência ao critério número 13.

	ao: náo, páo, bacalháo	eo: mereceo, acconteceo, deo.	oi: comboi, foi, noite.
	ao, capitaõ, aldeaõ, alemaõ	ei: rei, lei, feira.	oa: bôa, canôa, sôa.
	aens: capitaens, aldeaens, allemaens.	eu: meu, teu, seu.	oe: moeda, lençoes, sóes.
	au: causa, autor, pausa.	io: abrío, dividio, saio	oen: divisoens, porçoens, meloens
65	ai: pai, mai, painel.	ia: saía, devía, podía	ou: vou, dou, doutor.
	aa: maçaã, irmaã, laã.	ie: especie, progenie	ui: fui, cuidar,
	ua: equador, quatro	uin: quinquagesima	ua: lua, nua, [ilegível]

Um tritongo é o ajuntamento de tres vogaes que fazem perceber tres sons unidos em uma mesma voz: como v*erbi gratia* fieis, quais, quieterno, [ilegível] et*ecetera*

70 Há poucos tritongos n'a lingua brasileira, porque para um tritongo é necessario que as tres vogaes sejam pronunciadascom uma mesma voz; sem que seriam ou três syllabas compostas cada uma de uma vogal, ou duas syllabas, compostas, uma de uma vogal,

D'a pontuação:

Há varios sinaes proprios à determinar a oração brasileira. 1º a virgula, (,) que
75 serve de separar vários substantivos, ou varios adjetivos, ou et*ecetera* que se seguem, ou ainda varios membros d'uma frase: A doçura, a obediencia, a castidade, e a humildade sam virtudes da infancia. Os Romanos, os Gregos, os Persas, os Arabes, fóram grandes devastadores. O nosso Imperador é magnifico, justo, pio, prudente, liber [ilegível]issimo; à todos ouve, attende,e satisfaz, quanto permitte uma sabia economia.
80 O bom conselho, o discernimento prudente, e util execução, sam qualidades d'os velhos não velhos por idade, mas por maduro juizo.

2º O ponto e virgula, (;) que serve de separar uma frase d'um membro de frase, que lhe dá mais estenção: O estudo faz os sabios; mas a reflexão, os prudentes. Muitos desejam ser santos; mas tem horror ào exercício d'as virtudes.

85 3 º Os dois pontos (:) indicam que o que se segue é a prova d'o que precede; ou sam palavra d'aquele de quem trata o discurso: Todos os homens devem ter um predomina[nte] cuidado em conseguir a vida eterna; porque diz o evangelho: muitos sam chamados poucos escolhidos.

4º O ponto final, (.) que serve de determinar o fim d'uma frase: Senhor, mando
90 à execução o que V-ª Excell*enci*a me ordenou. Este negocio depende de mais tempo, e isso não pude servir a V-ª Ex*cellenci*a como desejava. Até sexta feira poderei satisfazer à minha obrigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto nas seções anteriores, convém ressaltar a importância dos estudos filológicos para a construção do que uns preferem chamar de sócio-história, outros, história cultural e, ainda outros, história das idéias lingüísticas.

Pelo cerne da filologia *stricto sensu*, chega-se às primeiras conclusões, com base na edição preliminar de dois fólios das cartilhas de Lancaster utilizadas em Sergipe do século XIX, de que o material fora elaborado no sentido de fornecer aos setores menores da população um nível de aprendizado dogmático, tendo em

vista a memorização de regras simples, com base em exemplos da ideologia católica e do ideal imperial:

(1) Todos os homens devem ter um predomina[nte] cuidado em conseguir vida eterna (l. 43/2r.)
(2) O nosso Imperador é magnifico, justo, pio, prudente (...) (l. 35/2r.)

Logo, observa-se que a filologia, centrando-se no trabalho de edição de textos, forneceu informações que podem revelar o caminho histórico e social dos documentos, oferecendo informações para devastar os terrenos da história social do português no Brasil.

No que diz respeito às informações relativas a aspectos linguísticos dessas duas lições editadas, observa-se que, apesar de o autor da cartilha ressaltar aspectos fonológicos sobre as vogais, principalmente no âmbito da abertura vocálica, se restringe apenas à escrita, tentando associar a forma de falar e dos acentos à grafia de algumas palavras, para utilizá-las por técnicas de memorização. O que se pode observar sobre a pontuação é que essa se presta a organizar as idéias, logo desempenha um papel fundamental na sintaxe, para, desse modo, passar aos alunos a idéia de estruturação textual de maneira simples e incipiente, apenas com o propósito de passar parcos conhecimentos à massa populacional.

Em suma, a análise filológica e a editoração de textos são as principais ferramentas de que o pesquisador dispõe para reconstituir a história lingüística e social do português do Brasil ou, melhor dizendo, do português no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ricardo Nascimento (2006). *Os Oficiais do Exército Brasileiro e a formação da elite intelectual sergipana no século XIX (1822-1889).* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

ALONSO, Ângela (2002). *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Império.* São Paulo: Paz e terra.

BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes (1999). *A escola elementar no século XIX: O método monitorial/mútuo.* Passo fundo: Ediupf.

BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Versaro (2004). *História Entrelaçada: a construção de gramáticas e o Ensino da Língua Portuguesa no Brasil do século XVI ao XIX.* Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Versaro (2006). *História Entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino da Língua Portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

BURKE, Peter (1992). *A escrita da História: novas perspectivas.* São Paulo: Editora da UNESP.

BURKE, Peter (1997). *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

BURKE, Peter (2000). *Variedades de História Cultural.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BURKE, Peter (2005). *O que é História cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editorial.

BURKE, Peter; PORTER, Roy (1997). *História social da linguagem*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

BURKE, Peter; PORTER, Roy (1993). *Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem.* São Paulo: UNESP.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. (2006). *As concepções lingüísticas no século XIX: a gramática no Brasil.* Rio de Janeiro: Lucerna.

LE GOFF, Jacques (2003). *História e memória.* Campinas: Editora UNICAMP.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004). *Ensaios para uma Sócio-História do Português Brasileiro.* São Paulo: Parábola.

NEVES, Maria de Fátima (2003). *O Método Lancasteriano e o projeto de formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808–1889).* Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Assis.

ORLANDI, Eni Puccinelli (2001). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da Língua Nacional.* Cáceres: UNEMAT Editora.

TELLES, Célia Marques (1998). A crítica textual no Brasil: um esboço historiográfico. *Estudos lingüísticos e literários*, Salvador, n. 21/22, jun./dez., p. 39-58.

VITRAL, Lorenzo (2001). Língua geral *versus* língua portuguesa: a influência do processo civilizatório. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). *Para a história do português brasileiro. Volume I: primeiros estudos*, t. II. São Paulo: Humanitas. p. 303-315.

N.º 1. Primeira Classe. escolas elementares.

Da Grammatica em geral.

A grammatica é uma arte que nos ensina a exprimir nossas ideas com facilidade, à fallar puramente, e escrever com correcção.

Para fallarmos usamos de sons, que sam as differentes maneiras de articular as palavras.

Para escrever usamos de letras, que, juntas, formam as syllabas; as syllabas formam as palavras; e as palavras, a oração.

Ha duas sortes de lettras: as vogaes, e as consoantes.

As vogaes sam: a, e, i, o, u e y grego, que se emprega em lugar d'o i simples n'as palavras derivadas d'o grego.

Chamam se vogaes, porque por si só, e sem soccorro d'as consoantes, podem fazer um som perfeito.

Chamamos vogal nazal à um som simples pronunciado d'o nariz. Este som é produzido pelo encontro d'uma vogal com m ou n: como v. g. bom, som, tambor, cantar, bem, sem, um, nenhum, &c.ª

As consoantes sam: b, c, d, f, g, h, j, k, l, m, n, p, q, r, s, t, v, x, z; e nh, lh, cujos caracteres faltam para exprimir a articulação com uma só letra.

Chamam se consoantes, porque ellas não pódem fazer um som perfeito sem o soccorro d'as vogaes.

Quando uma palavra consta d'uma syllaba só, como v. g. não, ar, vé, rei, &c.ª chama se lhe monosyllabo; e quando consta de mais d'uma syllaba, como v. g. casa, vidro, janella, caldeira, alacridade, cobertura, agricultura, &c.ª chama se lhe polysyllabo.

se lhe monosyllabo; e quando consta de mais d'uma syllaba, como v. g. casa, vidro, janella, caldeira, alacridade, cobertura, agricultura, &c.ª chama se lhe polysyllabo.

Dos accentos.

A lingua brazileira tem tres accentos: 1.º o agudo, (´) que se poem sobre as vogaes agudas; como v. g. Alvará, Pará, avó, só, mó, jacaré, pé, sé, dirá, verá, &c.ª

Chama se agudo, porque elle dá à vogal, sobre que está, o som agudo; e de escreve da direita para a esquerda.

2.º O accento circumflexo (^) colloca se sobre as vogaes longas não agudas, como v. g. cadêa, expôr, batêo, canôa, arêa, sêda, avô, &c.ª; e se forma subindo e descendo.

3.º O accento grave (`) colloca se sobre a preposição à, para a distinguir de a artigo, e de a pronome; e sobre os adverbios là, jà, &c.ª; e se forma d'a esquerda para a direita.

Chamam se longas as vogaes sobre que a voz se demora mais para as pronunciar: como v. g. filhó, nóo, jacarandá, canôa, capitão, suppor, constituição; &c.ª

Chamam se breves aquellas sobre as quaes passamos mais rapidamente: como v. g. cabeça, variedade, alacridade, general, &c.ª

Quando a ultima syllaba d'uma palavra é longa, a penultima sempre é breve: v. g. capitão, pedirá, entrarám, petimetra, alvará, &c.ª

D'aqui resulta que a lingua brazileira tem quatro especies de vogaes: as mudas, que pouco se fazem perceber; as medianas, que nem sam longas, nem breves; as longas

Figura 01 – Fac-símile 1r

escolas elementares

N.º 2. Primeira Classe.

Dos dithongos e trithongos.

Hum dithongo é o ajuntamento de duas vogaes pronunciadas em uma mesma emissão de voz; como v. g. rei, pai, nao, soa, fiu, cuidar, mau, &c.

Para duas vogaes formarem dithongo, é necessario, 1º que sejam pronunciadas com uma mesma voz, porque se formassem duas syllabas, já não seria dithongo, mas duas vogaes pronunciadas separadamente. 2º que o ouvido perceba bem os dois sons unidos, porque de outro modo seria uma vogal simples representada por dois caracteres.

Os dithongos sam:

ao: nao, pao, bacalhao. — eo: mereceo, aconteceo, deo. — oi: comboi, foi, noite.
ão: capitão, aldeão, allemão. — ei: rei, tei, feira. — oa: boa, canoa, soa.
ae: capitaens, aldeaens, allemaens. — eu: meu, teu, seu. — oe: moeda, lençoes, Soes.
au: causa, autor, pauta. — io: abrio, dividio, saio. — oen: divisoens, porçoens, meloens.
ai: pai, mai, painel. — ia: via, devia, podia. — ou: vou, dous, doutor.
aã: maçaã, irmaã, laã. — ie: especie, progenie. — ui: fui, cuidar,
ua: equador, quatro. — uin: quinquagesima. — ua: [illegible]

Um trithongo é o ajuntamento de tres vogaes que fazem perceber tres sons unidos em uma mesma voz: como v. g. fieis, quaes, quieterno, [illegible] &c.

Há poucos trithongos n'a lingua brazileira, porque para um trithongo é necessario que as tres vogaes sejam pronunciadas com uma mesma voz; sem que seriam ou tres syllabas, [illegible] porque do contrario seria um dithongo composto de tres caracteres.

Da pontuação.

Há varios sinaes proprios à determinar a oração brazileira. 1º a virgula, (,) que serve de separar varios substantivos, ou varios adjectivos, ou &c.ª que se seguem, ou ainda varios membros d'uma frase: A doçura, a obediencia, a castidade, e a humildade sam virtudes d'a infancia. Os Romanos, os Gregos, os Persas, os Arabes, foram grandes devastadores. O nosso Imperador é magnifico, justo, pio, prudente, liberalissimo; á todos ouve, attende, e satisfaz, quanto permitte uma sabia economia. O bom conselho, o discernimento prudente, e util execução, sam qualidades d'os velhos, não velhos por idade, mas por maduro juizo.

2º O ponto e virgula, (;) que serve de separar uma frase d'um membro da frase, que lhe dá mais extensão: O estudo faz os sabios; mas a reflexão, os prudentes. Muitos dezejam ser santos; mas tem horror ao exercicio d'as virtudes.

3º Os dois pontos (:) indicam que o que se segue é a prova d'o que precede; ou sam palavras d'aquelle de quem trata o discurso: Todos os homens devem ter um predominante cuidado em conseguir a vida eterna; porque diz o evangelho: muitos sam chamados, e poucos escolhidos.

4º O ponto final, (.) que serve de determinar o fim d'uma frase: Senhor, mandei à execução o que V.ª Excell.ª me ordenou. Este negocio depende de mais tempo, e por isso não pude servir a V.ª Ex.ª como dezejava. Até esta fôrma poderei satisfazer à minha obrigação.

Figura 02 - Fac-símile 2r

O DESENVOLVIMENTO DO PREFIXO *NÃO*[1]

Lucas CAMPOS
(UESB – UFBA/PROHPOR)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem como objetivo nuclear a indicação da perspectiva semântico-funcional do desenvolvimento do prefixo ***não-*** no português brasileiro contemporâneo. Como objetivo subjacente, o de reafirmar a tese de gramaticalização do item adverbial ***não*** em direção ao estatuto de prefixo (CAMPOS, 2001). O artigo constitui-se das seguintes partes: *Considerações iniciais*, momento em que informamos sobre os objetivos específicos do trabalho, a hipótese levantada, os procedimentos metodológicos adotados e o *corpus* utilizado; (1) *O Funcionalismo e o processo de gramaticalização*, seção em que apontamos os pressupostos teóricos, norteadores do estudo e apresentamos um breve comentário acerca do processo de gramaticalização; (2) *Os prefixos de negação no português brasileiro contemporâneo*, onde são apresentados os prefixos cristalizados como de negação, daqui para a frente (**PTNs**): ***a-***, ***des-*** e ***in-***; (3) *A palavra **não** no português brasileiro contemporâneo*, seção em que fazemos uma breve apresentação desse item que representa o alvo deste trabalho; (4) *Prefixóides e pseudoprefixos ante o processo de gramaticalização*, parte em que debatemos sobre o processo em que esses elementos encontram-se envolvidos; (5) *A trajetória de gramaticalização do **não** como prefixo no português brasileiro contemporâneo*, momento em que apresentamos, resumidamente, o percurso morfossintático percorrido pelo advérbio ***não*** em direção ao estatuto de prefixo; e (6), o cerne deste trabalho, o tópico intitulado *O desenvolvimento semântico do prefixo **não-***. Para encerrar o texto, tecemos as *Considerações finais* e, por fim, apresentamos as fontes que nos serviram de *Referências*.

Com base no postulado de Bolinger (1977, *apud* CUNHA, COSTA E CEZARIO, 2003, p. 31) de que a condição natural da língua é preservar uma forma

[1] Agradeço ao prof. Dr. Mário Eduardo Toscano Martellota e à Prof[a]. Dr[a]. Therezinha Maria Mello Barreto os comentários e sugestões apresentados. Ficam sob minha inteira responsabilidade, no entanto, os lapsos, deslizes, equívocos e inconsistências que, porventura, possam ser encontrados neste texto.

para um sentido e vice-versa, levantamos a hipótese de que, embora à primeira vista se possa considerar o prefixo ***não-*** como sinônimo dos **PTNs**, ele se apresenta com comportamento diferente, podendo assumir uma autonomia semântica, ou seja, o item gramatical ***não-*** pode emprestar uma acepção genuína às bases a que se adjunge. Para a comprovação dessa hipótese, lançamos mão de ocorrências de uso do ***não*** prefixal, recolhidas - durante os anos de 1999 e 2000 - em um jornal de grande circulação na cidade de Salvador, Bahia. Dados por nós recolhidos quando da realização de um estudo anterior (CAMPOS, 2001, v. II). Com esses contextos, em que aparecem formações prefixadas com o ***não***, desenvolvemos uma análise contrastiva, isto é, aplicamos um dos **PTNs** às bases que tinham recebido o ***não-*** como prefixo. Apenas por uma questão metodológica, esclarecemos que se trata de um estudo contrastivo, não de uma abordagem variacionista.

Mesmo com a ciência, emprestada por Martelotta (2003, p. 71), de que a comunicação parece ter um caráter elástico, por se adaptar a diferentes contextos, em função de necessidades comunicativas localizadas, tomamos um dos dicionários mais utilizados no país, o de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (ABHF), como ponto de apoio para a consulta sobre o raio de significação dos **PTNs**. Utilizamos a edição de 2000, apresentada com o título: "Novo Aurélio, século XXI".

Como suporte teórico, tomamos por base os pressupostos do Funcionalismo, especificamente aqueles da linha funcionalista norte-americana, nos termos de Heine (2003) e Hopper e Traugott (2003[1993]).

1 **O FUNCIONALISMO E O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO**

No panorama da ciência da língua(gem), o conceito de Funcionalismo encontra-se historicamente ligado à primeira Escola Lingüística de Praga, conjunto de autores, dentre eles, Jakobson e Trubetzkoy, que, entre os anos de 1929 e 1938, participaram do Círculo Lingüístico de Praga, tendo publicado seus trabalhos com o título *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*.

A rigor, os estudos sobre as funções da linguagem são oriundos do campo da psicologia, como aponta Câmara Jr. (1974, p. 17), ao indicar que, preocupado com

o estudo do pensamento humano, o psicólogo alemão Karl Bühler (1934) apontou três funções para a linguagem: (i) a representativa, ou de representação, cuja característica central seria a de analisar, ordenar e representar o espaço vital do homem: o ambiente em que ele vive; (ii) a de exteriorização psíquica, em que a linguagem estaria empenhada em exprimir as emoções humanas; (iii) a apelativa, em que a linguagem procuraria influenciar o receptor, com vistas à mudança do seu comportamento.

Jakobson adicionou outras três funções a essas, correlacionando-as a cada um dos componentes do processo de comunicação: (i) a função poética que, centrada na mensagem, reveste-a de um tratamento estético, procurando dotá-la de criatividade e/ou de subjetivismo; (ii) a função metalingüística que, centrada no próprio código, procura explicá-lo; e (iii) a função fática, que visa à manutenção do contacto entre o emissor e o receptor. Desse modo, Jakobson fixou seis funções para a linguagem, cada uma delas mais diretamente ligada a um dos fatores do ato de comunicação verbal: (i) ligada ao contexto – função referencial; (ii) ligada ao emissor – função emotiva; (iii) ligada ao destinatário – função conativa; (iv) ligada ao contato – função fática; (v) ligada ao código – função metalingüística; (vi) ligada à mensagem – função poética.

Partindo dessas bases, o Funcionalismo, no decorrer do tempo, vem trilhando um desenvolvimento próprio e diversificado, de modo que podemos encontrar uma série de modelos teóricos ligados a essa corrente de estudos linguísticos, caracterizados pelo interesse da investigação das línguas em seu contexto de uso. Dessa investigação subjaz a observação sobre a mudança linguística, estudos que, como afirma Martelotta (2003) estão "estreitamente associados à teoria da gramaticalização".

O processo de *gramaticalização* tem sido objeto de estudos variados e conceituações diversas, dentre elas a de Hopper e Traugott (2003[1993], p.1), que o definem como a parte do estudo da mudança linguística preocupado em analisar como itens lexicais e construções, em determinados contextos lingüísticos, passam a desempenhar funções gramaticais e/ou como itens gramaticais passam a desenvolver novas funções mais gramaticais ainda.

Os autores indicam que, em 1912, Meillet definiu esse tipo de mudança como a "atribuição de um caráter gramatical a uma forma anteriormente autônoma." Mas que os estudos sobre a gramaticalização, porém, estão originalmente ligados a Humboldt que, no trabalho intitulado *A respeito da gênese das formas gramaticais e de sua influência na evolução das ideias*[2], publicado em 1822, sugeriu que as estruturas gramaticais das línguas humanas são oriundas do processo de mudança em que itens usados para exprimir idéias concretas, aos poucos, vão sendo empregados para a expressão de conceitos abstratos e, nesse mesmo passo lento e gradual, vão atingindo um estágio de clítico, a partir do qual podem chegar ao ponto de se fundir com outras formas.

Com base nesses postulados, pois, é que passamos a descrever o desenvolvimento funcional do item ***não***, a sua trajetória do estatuto de advérbio ao de prefixo.

2 OS PREFIXOS DE NEGAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

No português brasileiro contemporâneo, destacam-se, alguns elementos prefixais com sentido de negação: ***a-***, ***des-***, ***in***, ***anti-***, ***contra-***, e ***sem-***, entre outros. Em função da natureza do presente trabalho e pelo fato de se apresentarem mais cristalizados como prefixos, apreciaremos apenas as formas ***a-***, ***des-*** **e** ***in-*** quanto à origem e ao valor semântico.

2.1 O PREFIXO *A-*

Dentre os autores consultados, Pereira (1926, p. 195-201), Sousa da Silveira (1952, p. 111-114), Coutinho (1958, p. 190-193), Bechara (1976, p. 68-112), Sacconi (1982, p. 208-231), Cunha (1986, p. 103-130), Rocha Lima (1992, p. 200-227), Cegalla (1995, p. 56-77) e Almeida (1999, p. 386-405) atribuem ao prefixo ***a-***, (***an-***, antes de vogal), a origem grega e o sentido de 'privação', 'negação', 'carência': *acatólico*, *acéfalo*, *apétala*, *afonia*, *apensia*, *áptero*, *átono*, *anervia*, *anemia*, *analfabeto*, *anarquia*, *anidro*, *ateu*, *apatia*, *anônimo*, *analgésico*, *anômalo*, *acromático*, *amorfo*, *abulia*, *anestesia*.

[2] Über das Entstehen der grammatikalischen Formen und ihren Einflub auf die Ideenentwicklüng.

Pereira (1926, p. 195-201), Cunha (1986, p. 103-130) e Cegalla (1995, p. 56-77) admitem para o ***a-*** também a origem latina, com o sentido de 'apartamento', 'separação' -: *aversão, abdicar, abjurar, abster, abstrair, amovível, aversão, abnegado, abster-se, abstêmio, afastar;* e com o sentido de 'aproximação', 'adicionamento', 'passagem para um estado' - Sousa da Silveira (1952, p.111-114), Coutinho (1958, p. 190-193) e ainda Cunha (1986, p.103-130) e Cegalla (1995, p.56-77): *amontoar, alinhar, avizinhar, acercar-se, abeirar-se, ajuntar, abeirar, adoçar, aquecer, adormecer, apodrecer, adquirir, adjunto, adjacência, aderir, adventício, admirar*.

Nesse caso, podemos afirmar que temos uma situação de homonímia, ou seja, dois prefixos ***a-***, um de origem latina e outro de origem grega.

2.2 **O PREFIXO *DES-***

Para o prefixo ***des-***, Sacconi (1982, p. 208-231), Cunha e Cintra (1985, p. 75-115), Rocha Lima (1992, p. 200-227), Cegalla (1995, p. 56-77) atribuem origem latina, com os sentidos de:

- Ação contrária – *desandar, desarrumar, desdizer, desenterrar, desfazer, desimpedir, deslembrar*;
- Separação – *desviar, desvio, descascar, descontar, desfolhar, deslocar, destacar, desterrar, dissentir, dissociar*;
- Privação, negação – *desamor, desarmonia, desculpa, desengano, desfazer, desgraça, desagradável, desolado, desleal, desonesto, desonra, desordem, desprotegido, desumano, decair*;
- Destruição: *desmantelar, desmontar, despedaçar;*
- Aumento, intensidade, valor expletivo – *desabusado, desbaratar, descomunal, descrever, desferir, desfear, desgastar, desinquietar, desinquieto, deslindar, desnudar, desnudez, despavorido, desperdiçar, despertar*.

Pereira (1926, p.195-201) destaca que ***des-*** é comumente anteposto a verbos; Sousa da Silveira (1952, p. 111-114) especifica as seguintes origens:

des- < dis-
     < de + ex-

Coutinho (1958, p. 190-93) lhe atribui uma única origem, ***des-*** < ***de*** + ***ex*** e admite também a forma **d*is-***: *dissentir*, *disseminar*, *dissidente*, *dissuadir,* ressaltando que alguns gramáticos consideram ***des-*** como derivado do prefixo *dis-*; Almeida (1999, p. 386-405) o apresenta como prefixo vernáculo, com origem nas formas latinas ***de*** + ***ex***.

Said Ali (1965, p. 249-253), contrariamente aos gramáticos já citados, pensa que esse prefixo não procede da junção das preposições latinas ***de*** e ***ex***, tendo em vista não se fazer semelhante operação no latim culto e o fato de ser improvável que o latim vulgar, no qual o emprego de *ex*, como preposição, tendia a desaparecer, sentisse a necessidade de agregá-la a outra partícula para constituir um prefixo duplo. Para o autor, ***des-***, como prefixo, usado com sentido negativo ou de contradição, é a romanização de ***dis-***, forma que se manteve inalterada em alguns vocábulos recebidos do latim, mas que, na língua portuguesa, teria tomado a forma ***des-***. A alteração fonética veio acompanhada de sensível diferenciação semântica: desenvolveu-se o sentido negativo que se começava a observar em palavras latinas como *dispar*, *dissimilis*, entre outras, e apagou-se, ao mesmo tempo, o sentido de separação ou divisão próprio do prefixo latino.

O autor assinala ainda que fenômeno linguístico de outra ordem é o emprego de ***des-*** com sentido positivo, ou pleonástico, resultante, não da fusão de elementos latinos, mas da *confusão* de elementos já romanizados; vocábulos dessa espécie, embora poucos, foram criados depois de constituído o idioma e são usados, quase todos, como meras variantes de outras formações: *desinquieto* e *inquieto*; *desaliviar* e *aliviar*; *desfarelar* e *esfarelar*; *descalvado* e *escalvado*; *descampado* e *escampado* e alguns mais. O autor acrescenta que, como sucessor do latim ***dis-***, o prefixo ***des-***:

(i) forma substantivos com os seguintes valores semânticos:

a) coisa contrária ou falta do que é denotado pelo termo primitivo: *desabrigo*, *desordem*, *desconfiança*, *desconforto*, *desprimor*, *desamparo*, *desacordo*, *desarmonia*,

desventura, *desonra*, *desavença*, *desatenção*, *desrespeito*, *desequilíbrio*, *desproporção*, *descaso*;

b) cessação de algum estado: *desengano*, *desilusão*, *desagravo*, *desuso*;

c) coisa mal feita: *desserviço*, *desgoverno*.

(ii) forma adjetivos com os quais se nega a qualidade primitiva: *descortês*, *desumano*, *desconexo*, *desconforme*, *desleal*, *desnatural*, *desigual*.

(iii) e, nos verbos, denota:

a) ato contrário ao expresso pelo verbo primitivo: *desenterrar*, *desfazer*, *desabotoar*, *desenrugar*, *desapertar*, *desentupir*, *desobedecer*, *desembrulhar*, *desatar*, *descoser*, *desembainhar*, *desembaraçar*;

b) cessação da situação primitiva: *desempatar*, *desoprimir*, *desmamar*, *desenganar*, *desimpedir*;

c) ato de tirar ou separar alguma cousa de outra: *descascar*, *desmascarar*, *descaroçar*, *desbarbar*, *desbarrar*, *desfolhar*, *desbarretar*.

d) destruição: *desmantelar, desmoronar;* separação: *descascar, destacar, deslocar, desterrar, desfolhar.*

2.3 **O PREFIXO *IN-***

Para a apreciação desse prefixo, é importante ter em mente a seguinte observação de Cunha e Cintra (1985, p. 86):

> As alterações sofridas pelos prefixos são provocadas quase sempre pelo fenômeno chamado *assimilação* que consiste em um fonema absorver as características de outro que lhe está contíguo. Pelo fato de a *assimilação* identificar dois fonemas, é comum o desaparecimento do primeiro deles: *in-legal* > *il-legal* > *ilegal*.

Os autores advertem também que a *assimilação* é um fato fonético e não deve ser confundida com as acomodações que, na escrita, sofrem certos prefixos por exigência do nosso sistema ortográfico. Assim, ***in-****fiel*, mas ***im-****produtivo*; ***i-****migrar*, mas ***ir-****romper*; etc.

Entre os diversos sentidos que o ***in-*** pode expressar, destacamos os seguintes:

- negação – *infeliz, incauto, indecente, indelicado, incapaz, incômodo, indigno, inativo, incerteza, independência, indispensável, inimigo, inútil, injusto, ilegal, ignóbil, impróprio, impermeável, impotente, imprestável, impuro, impenitente,*

imerecido, *imortal*, *impávido*, *imberbe*, *imbecil*, *imortal*, *imutável*, *imenso*, *imaterial ilegal*, *ilícito*, *irregular*, *irresoluto*, *irreal*;

- intensidade – *incriminar*, *ilustre*, *irrigar*, *implorar*, *irradiar*, *irromper*;
- superposição, aplicação em cima, colocação - *impor*, *instruir*, *inundar*, *incorrer*, *indigitar*, *imprensar*, *infração*, *insolar imprensar*, *incandescer*, *incinerar*, *inflamar*, *irradiar*;
- apelo de auxílio ou de favor – *invocar*, *implorar;*
- oposição – *impugnar*, *impelir*;
- movimento para dentro – *ingerir*, *inserir*, *influir*, *incrustar*, *importar*, *injetar*, *inspirar*, *impelir*, *imprimir*, *imergir*, *ilação*, *iludir*, *iluminar*, *inalar*, *imigrar*, *enamorar*, *engarrafar*, *enterrar*, *entesourar*, *entroncar*, *engolir*, *embeber*, *embarcar*;
- posição intermediária ou de repouso – *imerso*, *infixo*, *inscrever*, *insídia*, *insigne*, *ínsito*;
- privação – *ignorância;*
- direção, propensão, tendência: *inferir*, *indício*;
- mudança de estado – *emudecer*, *empalidecer*, *entristecer*, *engordar*.

Pereira (1926, p.195-201) admite o ***in-*** como prefixo vernáculo e ressalta que ele é anteposto em geral aos nomes: *injusto*, *incapaz*, *inábil*, *inóspito*, *inegável*, *inverdade*, *independência*, *inimigo*. Said Ali (1965, p. 249-253) comenta que esse prefixo é usado com dois valores semânticos, de acordo com a sua origem dupla: (a) prefixo negativo: *incompleto*, *inútil*[3], etc.; (b) advérbio-preposição latina ***in-*** com sentido diretivo: *inundar*, *implantar*, *inscrever, inspirar*, *insurgir*, *incorrer*, *imigrante*, etc., e acrescenta que não pode ser feita a análise semântica de muitos vocábulos dessa segunda espécie, sem remontar ao latim.

3 A PALAVRA *NÃO* NO PORTUGUÊS BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

A palavra ***não*** é classificada pelos gramáticos do português arcaico: Huber (1986 [1933], p. 260-261), Sousa da Silveira (1952, p. 304-306) e Coutinho (1958, p.

[3] Sobre o *in-* com valor negativo, Said Ali (1965, p. 229-230) defende que, tanto em latim, quanto em qualquer outra língua indo-européia, esse elemento ocorre sempre funcionando como prefixo.

294), entre outros, como advérbio de negação, com a função de modificar um adjetivo, um verbo ou outro advérbio. Essa mesma classificação é feita pelos gramáticos normativos do português contemporâneo, embora muitos deles já lhe atribuam o *status* de clítico, incluindo-o no rol dos prefixos de negação.

Com efeito, dada sua força de expressão, esse item tem sido empregado com grande freqüência, antes de particípios, adjetivos e, até mesmo, de substantivos. Nesse caso, alguns autores consideram-no um ***prefixóide*** ou ***pseudoprefixo***. A seguir, analisaremos esses conceitos ante o processo de gramaticalização.

4 PREFIXÓIDES E PSEUDOPREFIXOS ANTE O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO

Rocha Lima (1998, p.164) considera ***prefixóides***, os elementos prefixais que aparecem em uma só palavra. Ele os define como falsos prefixos, pelo fato de serem irrecorrentes, enquanto os prefixos são, por definição, recorrentes; apresenta as palavras *obter*, *supor*, *descrever*, *contracenar*, *resguardar* e *manter* como exemplos de palavras que contêm prefixóides e acrescenta que em *contracheque*, *contrabaixo* e *contradança* há três prefixóides distintos, pelo fato de cada um deles ter um sentido especial. "Trata-se, na verdade, de **prefixóides** homófonos", explica o autor.

Cunha e Cintra (1985, p. 111-113) conceituam os ***pseudoprefixos*** *ou* ***prefixóides*** como certos radicais latinos e gregos que adquiriram sentido especial nas línguas modernas, assumindo o sentido global dos vocábulos de que antes eram elementos componentes:

> Assim *auto*- (do grego *autós* = próprio, de si mesmo), que ainda se emprega com o valor originário em numerosos compostos (por exemplo: *autodidata* = que estudou por si mesmo; autógrafo = escrito pelo próprio autor), passou, com a vulgarização de *auto*, forma abreviada de *automóvel* (= veículo movido por si mesmo), a ter este significado em uma série de novos compostos: *auto-estrada, autódromo*, etc.

Os autores destacam que os ***prefixóides*** ou ***pseudoprefixos*** se caracterizam por: (a) apresentarem um acentuado grau de independência; (b) possuírem uma significação mais ou menos delimitada e presente à consciência dos falantes, de tal modo que o significado do todo a que pertencem se aproxima de um conceito

complexo e, portanto, de um sintagma; (c) terem, de um modo geral, menor rendimento do que os prefixos propriamente ditos.

Maurer Jr. (1951, p. 124) refere-se apenas ao termo ***pseudo-prefixo***[4]. Ao apresentar o prefixo *archi-*, comenta que lhe chamam alguns "pseudo-prefixo" e considera imprópria essa distinção por tratar-se de um "prefixo grego que acabou por naturalizar-se como verdadeiro prefixo modernamente nas línguas românicas..." No que se refere a ***bis***- (*bi-*), afirma tratar-se de um advérbio latino empregado, às vezes, como verdadeiro prefixo, mas que, por não apresentar grande vitalidade, pode ser considerado *simplesmente como* ***pseudo-prefixo***.

Para Sandmann (1996, p. 106), são prefixóides os elementos linguísticos que têm como correspondentes livres preposições e advérbios: *além (de)*, *bem*, *contra*, *mal*, *não*, *pró*, *sem*, *sobre*. O autor apresenta um quadro que mostra como Aurélio e alguns gramáticos[5] do português classificam esses elementos: se os consideram prefixos, membros de palavras compostas, ou não os enquadram nesses casos. Sandmann comenta que a respeito de ***mal***, ***não*** *e* ***sem*** *não há observações no Aurélio, mas o dicionarista apresenta diversas formações de palavras com os mesmos*: *mal-educado, não-alinhado, sem-vergonha*, etc..

Iorgu e Manoliu (1989, p. 37-49), considerando os prefixos face aos ***pseudoprefixos*** (ou ***prefixóides***), apontam, como semelhança entre ambos, o fato de serem antepostos às palavras, impondo-lhes um novo sentido. As diferenças são: (a) os prefixos procedem de advérbios e preposições, enquanto os pseudoprefixos ou prefixóides, além dessas categorias, procedem também de outras classes gramaticais; (b) os ***pseudoprefixos*** ou ***prefixóides*** são todos de origem grega ou latina e de formação relativamente recente em função das descobertas e inovações científicas; (c) os ***pseudoprefixos*** ou ***prefixóides*** não apresentam grande rendimento, por serem únicas as descobertas e inovações.

Como se pode observar, os autores utilizam-se dos termos ***pseudoprefixos*** *ou* ***prefixóides*** ora designando elementos linguísticos que têm como correspondentes livres advérbios ou preposições, ora designando radicais gregos ou latinos que

[4] *Pseudo-prefixo*. Grafia do autor.
[5] Dentre eles: BECHARA, Evanildo (1969). *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Nacional e CUNHA, Celso (1976). *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares.

adquiriram sentido especial nas línguas modernas, ou ainda elementos irrecorrentes ou sem grande produtividade. Consideramos ***pseudoprefixos*** elementos como *radio* e *auto* que assumem o conteúdo total da palavra em que se inserem e, com esse novo sentido, passam a funcionar como novos prefixos, dando origem a novas palavras, e ***prefixóides*** certos advérbios e preposições como ***sem***, ***não***, ***mal***, entre outros que, antepondo-se a nomes e adjetivos, conservam o significado original e contribuem para a formação de novos itens lexicais. Maiores detalhes a respeito desse assunto podem ser encontrados em Campos (2001).

Examinando o conceito de gramaticalização de Hopper e Traugott (2003[1993], p. 1) e de Heine (2003, p. 577), podemos definir que esse processo refere-se ao estudo voltado para os mecanismos de como os itens lexicais e construções passam por mudanças linguísticas, nas quais assumem funções gramaticais e/ou como itens gramaticais passam a desenvolver funções mais gramaticais ainda.

Heine (2003, p. 579) aponta quatro mecanismos inter-relacionados, envolvidos no processo de gramaticalização: (1) *Dessemantização*, (2) *Extensão*, ou seja, possibilidade de uso em novos contextos, (3) *Descategorização*, *cliticização* ou *afixação*, isto é, perda do estatuto de forma independente, (4) *Erosão* ou *redução fonética*, o que se traduz por perda de substância fonética.

À luz desses mecanismos, podemos identificar que itens lexicais como: *automóvel*, *fotografia*, entre outros, podem ter experimentado, inicialmente, uma erosão, ou seja, uma redução fonética: *fotografia* > *foto* e, ao mesmo tempo, uma decategorização: Nome > Clítico (prefixo).

Por outro lado, aplicando os princípios da gramaticalização descritos por Hopper (1991), podemos afirmar que esses elementos experimentaram: (1) a *estratificação*: uma nova camada emergiu, coexistindo com a camada mais antiga; (2) a *divergência*: a forma original permaneceu na língua, sujeita a outras transformações; (3) a *especialização*: as formas gramaticalizadas assumiram uma nova carga semântica, mais geral; (4) a *persistência*: as novas formas guardaram traços semânticos da forma original e (5) a *descategorização:* as formas, uma vez gramaticalizadas como prefixo, perderam as suas marcas morfológicas e

propriedades sintáticas da categoria plena *nome* e passaram a se comportar como prefixo.

Assim, os itens anteriormente citados resultaram em: *foto-* (*foto*novela); *auto-* (*auto*pista). Portanto, elementos prefixais, oriundos do grego ou do latim, que entram em formações relativamente recentes, por nós considerados ***pseudoprefixos***, parecem ser, de fato, resultantes de um processo de gramaticalização. Se aplicarmos os mesmos princípios anteriormente descritos aos elementos linguísticos apresentados por Sandmann (1996, p. 108): *além (de)*, *bem*, *contra*, *mal*, *não*, *pró*, *sem* e *sobre*, por nós denominados ***prefixóides***, verificaremos que esses apresentam-se em diversas fases de gramaticalização.

Podemos, então, concluir que elementos denominados prefixóides ou pseudoprefixos por alguns gramáticos normativos e lingüistas têm caráter diverso e podem ser considerados itens que se encontram em diferentes fases, etapas ou estágios do processo de gramaticalização. O ***não***, por exemplo, atuando junto a nomes (substantivos e adjetivos), recategoriza-se: muda de categoria sintática; deixa de ser uma forma livre. Os princípios da *estratificação* e da *divergência* explicam a manutenção do advérbio ***não*** coexistindo com o elemento prefixal ***não-***, do qual apresentaremos, na seção 5, a seguir, a trajetória de gramaticalização como prefixo, no português brasileiro contemporâneo.

5 **A TRAJETÓRIA DE GRAMATICALIZAÇÃO DO NÃO COMO PREFIXO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO**

Atuando ao lado de verbos, a palavra ***não*** se apresenta desempenhando a sua tradicional função de advérbio de negação. Anteposta a substantivos, adjetivos e particípios empregados como adjetivos, porém, podemos observar que esse item desempenha uma função diversa da que lhe é atribuída pela tradição gramatical, a de advérbio de negação. Essa observação nos levou a realizar uma pesquisa que culminou com a análise e explicitação da trajetória de gramaticalização do item ***não***, do seu tradicional *status* de advérbio para o estatuto de prefixo, o que será indicado a seguir.

Realizamos a análise de classes gramaticais (exceto a de verbo pleno) das formas base, às quais o ***não***- prefixal vem se adjungindo com certa frequência. Esse estudo representou um aspecto crucial para a compreensão da trajetória de gramaticalização do item ***não*** em direção ao estatuto de prefixo.

Detectamos o termo ***não***, empregado junto a: (i) substantivos: (1) Os inspetores constataram a NÃO-*EXECUÇÃO* de serviços; (ii) adjetivos: (2) (...) cada pessoa leve um quilo de alimento NÃO-*PERECÍVEL* e (iii) particípios empregados como adjetivos: (3) As inscrições de textos (...) NÃO-*EDITADOS* (...) poderão ser feitas até o dia 15.

Detectamos a base do processo de gramaticalização desse item, já gramatical, para mais gramatical ainda, a partir do seu emprego como advérbio, normalmente em orações subordinadas adjetivas desenvolvidas, como ilustrado no exemplo que segue: (10) *veículo era dirigido por pessoa QUE NÃO ERA HABILITADA.*

Entendemos que o passo inicial (e talvez decisivo) dessa trajetória se consubstancia com a forma reduzida dessas orações, elaborada a partir da forma verbal do particípio, nos moldes do exemplo (4): O veículo era dirigido por pessoa NÃO-HABILITADA.

Nesse estágio crucial, em virtude do caráter híbrido do particípio, qual seja *verbal* e *nominal*, podemos observar que se enfraquecem os limites entre a forma livre do advérbio e a forma presa do prefixo, elementos representados pelo item léxico-gramatical ***não***, dando origem a um contexto de intersecção entre as duas categorias propostas. Na seqüência desse *continuum*, a situação que se segue está representada pela extensão do emprego do ***não*** como uma partícula anteposta a adjetivos, isto é, como um **prefixóide**, como exemplificado em (5): NÃO SATISFEITOS, alguns fiscais investiram contra os estudantes.[6]

Neste ensejo, apresentamos também ocorrências semelhantes que tivemos a oportunidade de encontrar em dois documentos do século XVI, a Gramática de João de Barros (GJB) e a Crônica de D. Pedro (CDP):

---

[6] Registramos aqui a oportuna observação do prof. Dr. Mário Eduardo Martelotta de que, nesse exemplo, se o constituinte *satisfeitos* for interpretado como um particípio, temos, então, uma oração subordinada adverbial causal, não adjetiva.

Ao derradeiro e quinto módo chamam *infinitivo*, que quer dizer NAM ACABÁDO, porque, além de careçer de números e pessoas, nam determina nem per si acába cousa algũa, como se verá neste exemplo...” (GJB – 330, l. 16).

E no módo infinitivo NAM ACABÁDO, por nam termos tempo passádo e vindoiro, ambos simples, sinificamos per rodeo o passádo, dizendo...(GJB – p. 340, l. 7).

...que os sogeitos am de fazer, e som chamadas principe NOM ANIMADO: e o rrei he principe animado, porque elas rrepresentam com vozes mortas o que o rrei diz per sua voz viva. (CDP - P.38).[7]

Mesmo os constituintes *satisfeitos, acabado e animado*, sendo interpretados como adjetivos, como o estamos fazendo aqui, o ***não*** ainda pode ser analisado como um advérbio, já que a essa categoria gramatical se atribui também a função de modificar o sentido de um adjetivo. Chamamos a atenção, contudo, para o fato de que, embora a gramática tradicional estabeleça que o advérbio *seja a palavra que modifica o verbo, o adjetivo ou o próprio advérbio*, em se tratando do advérbio de negação, a incidência sempre se dá sobre o verbo da oração. Podemos então considerar que, no caso em análise, o ***não*** já pode ser interpretado como um elemento prefixal, embora essa análise possa provocar algum desconforto, dado o contexto fronteiriço aqui explicitado.

Quando, porém, se verifica a ocorrência da extensão do emprego do ***não*** com os substantivos, como em: (6) A NÃO-OCORRÊNCIA de acidentes pode ser creditada à sorte, não podemos sustentar mais a análise tradicional do ***não*** como advérbio, já que, normalmente, o escopo de atuação dessa categoria não inclui os substantivos.

Pudemos comprovar, assim, a gramaticalização do *não* como prefixo, indicando a origem do processo com o seu emprego nas cláusulas reduzidas de particípio (contexto em que o item representa claramente um advérbio), seguindo-

[7] É digno de nota o fato de que as ocorrências encontradas no texto do gramático João de Barros referem-se ao seu discurso enquanto usuário da língua. O autor emprega as formas em questão para explicar um dado fenômeno gramatical. Consideramos, assim, esse fator de suma importância para essa análise de natureza funcional.

se do uso desse elemento anteposto a uma forma híbrida ***particípio/adjetivo*** (ponto de intersecção entre o estágio do advérbio e o estatuto de prefixo), consumando-se o processo com o emprego do ***não*** anteposto a substantivos (estágio em que o **não** assume o *status* de prefixo).

Podemos representar esse caso de mudança linguística, lançando mão do esquema postulado por Hopper e Traugott ([1993] 2003, p. 49). Ao apresentar a instigante questão: "When can we say that a change has taken place?" - Em uma tradução livre: Quando é que podemos atestar a consolidação de uma mudança? - os autores propõem o seguinte esquema:

$$A > \left\{ \begin{array}{c} A \\ B \end{array} \right\} > B \quad \text{ou} \quad A > A \sim B > B$$

Nesse esquema, temos um estágio que pode ser considerado primitivo "A". Em seguida, um momento de coexistência, ou seja, um ponto de intersecção "A - B" e, finalmente, encontramos contextos em que se registra o item na sua nova função "B".

No caso em estudo, o estágio "A" refere-se ao emprego do ***não*** com valor adverbial. O estágio "A - B", ou seja, a situação de coexistência, ambiguidade ou intersecção ocorre com o emprego do ***não*** adjungido a adjetivos participiais. A resposta para a questão crucial levantada por Hopper e Traugott - "When can we say that a change has taken place?" – surge quando se verifica o emprego do item ***não*** anteposto a substantivos, estágio "B".

Em consonância com Cunha, Costa e Cezario (2003, p. 29), podemos afirmar que o Funcionalismo linguístico, dentre outras especificidades, se caracteriza por conceber a linguagem como um instrumento de interação social. Com efeito, seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical. Isso significa que a análise de um fenômeno, baseada apenas no ponto de vista da estrutura linguística se afigura demasiadamente mecânica. Antes, uma análise funcionalista deve buscar, no contexto discursivo, a motivação para os fatos da língua. Com esse ponto de vista, pois, lançamos um olhar para contextos em que

se registram fatos de desenvolvimento do prefixo ***não*** na linguagem corrente, aspecto motriz do presente trabalho, que será a seguir apresentado.

6 O DESENVOLVIMENTO SEMÂNTICO DO PREFIXO *NÃO-*

Conforme esclarecido nas *Considerações iniciais*, realizamos uma análise contrastiva, isto é, nos contextos analisados, aplicamos, às mesmas bases, um dos **PTNs** (***a-***, ***des-***, ***in-***), paralelamente ao ***não-***, a fim de testarmos seu desempenho semântico.

Consideramos o contraste entre:

- O grau de expressividade dos itens, em função da frequência de uso;
- Contraste entre as acepções "Qualidade/estado situacional (idéia de condição transitória)" e "Qualidade/estado essencial (idéia de condição permanente);
- Contraste entre as significações de "Falta de início" e "Abandono ou exclusão de uma prática ou ato";
- Valor semântico das formas em face da restrição ou generalização de sentido;
- As acepções "Falta de início de um ato" e "Danificação (de algo)".

Passemos, pois, à análise das ocorrências e dos seus respectivos contextos de uso.

Contraste entre o grau de expressividade dos itens, em função da freqüência de uso

Não-tóxico	Atóxico
Não oficiais	Inoficiais
Não-confiável	Inconfiável
Não remunerada	Irremunerada
Não justificados	Injustificados

Quadro 01

Em consulta a ABHF encontramos:

Atóxico (cs) [De *a-*[3] + *tóxico*.]. Adjetivo. 1.Não tóxico. 2.Que não tem veneno.

Desigual [De *des-* + *igual*.]. Adjetivo de dois gêneros. 1.Não igual; diferente, diverso. 2.Variável, mutável, mudável; incerto: *tempo desigual*. 3.Inconstante, instável, volúvel,

voltário: *temperamento, caráter, índole desigual*. 4.Não uniforme; irregular: *pulsações desiguais*. 5.Em que não há equilíbrio de forças; desproporcional: *combate desigual*. 6.Parcial; injusto. 7.Acidentado, irregular: *terreno desigual*. 8.P. us. extravagante, extraordinário, singular. 9.Ant. desconforme, impróprio. ~ V. *temperamento*.

Inoficial [De in-[2] + *oficial* (1 a 5).]. Adjetivo de dois gêneros. Não oficial.

Inconfiável [De *in-*[2] + *confiável*.]. Adjetivo de dois gêneros. 1.Não confiável; em que não se pode ou em que não se deve confiar. [Pl.: *inconfiáveis*.]

Irremunerado [Do lat. tard. *irremuneratu*.]. Adjetivo. 1.Não remunerado; sem recompensa.

Injustificável [De *in-*[2] + *justificável*.]. Adjetivo de dois gêneros. 1.Não justificável. [Pl.: *injustificáveis*.]

Como podemos observar, a descrição das palavras formadas pelos PTNs se dá através do emprego do ***não*** como prefixo. A partir desse fato, poderíamos encarar cada par desses itens como sinônimos. Tomando por base, contudo, o postulado de Bolinger (1977, *apud* CUNHA, COSTA e CEZARIO, 2003, p. 31) de que a condição natural da língua é preservar uma forma para um sentido e vice-versa, buscaremos, a partir de contextos de uso do prefixo ***não-***, indicar a diferença de sentido entre cada par de formas em questão.

(7) ...veículo movido a gás natural NÃO-TÓXICO.
(8) ...enviados NÃO OFICIAIS estariam negociando com o abbu...
(9) ...sob alegação de ser lento NÃO -CONFIÁVEL e parcial
(10) ...na reserva NÃO REMUNERADA.
(11) ...ou subsidios socialmente NÃO JUSTIFICADOS

Em primeira mão, podemos admitir um aspecto pragmático que diz respeito à relação do usuário com as formas da língua. Nesse caso, vamos considerar que o prefixo ***a-***, com valor negativo, talvez por ser pouco produtivo, ou seja, de emprego raro, não causa no ouvinte ou leitor o mesmo impacto que o ***não-***. O ***in-***, embora um pouco mais produtivo que o ***a-***, segue seus passos. Essa realidade faz com que a significação desses itens se torne cada vez mais distante da realidade do

usuário da língua. Corrobora essa idéia uma informação de Alves (1987, p. 1027), a de que Li Ching, num trabalho sobre palavras formadas por prefixação, usando um *corpus* constituído por revistas e jornais portugueses de 1966 a 1969, afirma que, entre os prefixos negativos e privativos do português, o ***não-*** é o mais atual, o que contém a ideia negativa mais pura. O aspecto "valor ou grau de expressividade" pode, pois, quebrar a suposta sinonímia entre os pares das formas do quadro 01. A seguir, veremos o contraste "Qualidade/estado essencial X Qualidade/estado situacional".

Contraste entre as acepções "Qualidade/estado situacional (idéia de condição transitória)" e "Qualidade/estado essencial (idéia de condição permanente)

Qualidade/estado situacional (idéia de condição transitória)	**Qualidade/estado essencial (idéia de condição permanente)**
Não alfabetizada	Analfabeta
Não-perecível	Imperecível
Não satisfeitos	Insatisfeitos
Não-realizadas	Irrealizadas
Não-Execução	Inexecução
Não-idôneas	Inidôneas
Não-habilitada	Desabilitada
Não concluídas	Inconclusas
Não submissa	Insubmissa
Não aplicabilidade	Inaplicabilidade
Não-engajado	Desengajado

Quadro 02

Podemos apontar que existe alguma diferença – embora muito discreta – de valor semântico entre as formações geradas a partir do emprego do prefixo ***não-*** e dos **PTNs**. Indicamos aqui que as expressões geradas a partir da aposição desses prefixos dão ideia de condição permanente, ao passo que aquelas nascidas por interferência do ***não-*** apontam para uma condição transitória. O ***não-***, a despeito de indicar 'ausência de', traz no seu significado uma sugestão de movimento, sugere a possibilidade de uma dinâmica em direção à suplantação da falta indicada. Os **PTNs**, ao contrário, tendem a indicar um estado absoluto. Podemos comprovar isso, através de um exame aos seguintes contextos:

(12) ...NÃO SATISFEITOS, os fiscais investiram contra os estudantes...

(13) ...pagamentos ... por obras NÃO –REALIZADAS.

(14) ...os inspetores constataram a NÃO -EXECUÇÃO de serviços.

(15) ...envolve as distribuidoras NÃO-IDÔNEAS.

(16) ...o veiculo era dirijido por pessoa NÃO –HABILITADA.

(17) ...pelas investigações NÃO CONCLUÍDAS.

(18) ...uma justica NÃO SUBMISSA aos interesses.

(19) ...e a NÃO APLICABILIDADE no processo do trabalho.

(20)...um tipo de teatro e literatura NÃO -ENGAJADOS ideologicamente.

Sobre os contextos:

(21)...pessoas NÃO ALFABETIZADAS como poderiam se orientar? - e (29)...cada pessoa leve um quilo de alimento NÃO –PERECÍVEL.

Podemos adicionar os seguintes comentários:

(i) O *status* de *alfabetizado(a)* está previsto na organização social e política do país, desse modo, pessoas NÃO ALFABETIZADAS são aquelas que ainda não atingiram essa condição.

(ii) Observando o verbete *imperecível*, descrito por ABHF:

Imperecível [De *im-*[2] + *perecível*.]. Adjetivo de dois gêneros. 1.Que não há de perecer; que não pode perecer; perdurável, imorredouro, imperecedouro, eterno: "O *Novum Organum* [de Francis Bacon] é um dos monumentos imperecíveis da cultura e do progresso da ciência." (Austregésilo de Ataíde, *Conversas na Barbearia Sol*, p. 27.).

Através dessa descrição, podemos depreender que essa formação adjetival refere-se, preferencialmente, a predicativos espirituais e culturais, ou seja, valores que, quando não encarados como eternos, possuem uma durabilidade estimada em séculos. A forma *não-perecível*, por seu turno, traz consigo duas particularidades ao menos: a primeira, a de que se trata de um adjetivo aplicado a um elemento que nomeia um bem material e a segunda, subjacente a essa, a de que o falante tem conhecimento de que esse bem virá a perecer em curto prazo, pelo menos em um prazo inferior a séculos ou décadas. A segunda refere-se ao fato de que o dicionarista realiza a descrição do item *imperecível* sem lançar mão do emprego do ***não***- prefixal.

Analisemos, agora, o contraste entre "falta de início" e "abandono de uma prática ou ato".

Contraste entre as expressões de "Falta de início" e "Abandono ou exclusão de uma prática ou ato"

Falta de início de uma prática/ato	Abandono de uma prática/ato
Não autorizado Não-convocação	Desautorizado Desconvocação

Quadro 03

Apreciemos as seguintes ocorrências:

(22) ...uso NÃO AUTORIZADO e indevido do meu nome.

(23) ...sua NÃO -CONVOCAÇÃO naquela oportunidade...provocou...

Nesses contextos, as mensagens são naturalmente interpretadas como: 'Não houve autorização de uso do meu nome' e 'A sua convocação não ocorreu' Em uma situação em que o prefixo ***des-*** venha a ser associado às mesmas bases, nos mesmos contextos, as ideias expressas passam a ser: 'havia uma autorização prévia que foi suspensa ou retirada'; e 'teria sido desfeita uma convocação realizada anteriormente'.

A seguir, veremos o contraste, ligado ao funcionamento do ***não*** prefixal, como um instrumento de restrição de uma base com sentido genérico.

Contraste entre o "Valor semântico das formas em face da restrição ou generalização de sentido"

Qualidade/estado situacional (idéia de condição transitória)	Sentido genérico
Não-editado	Inédito

Quadro 04

Para demonstrarmos com maior clareza a função especificadora e/ou restritiva do prefixo ***não-***, nesse contexto, vamos, inicialmente, observar a descrição de sentido da palavra *inédito* por ABHF:

> Inédito [Do lat. *ineditu*.]. Adjetivo. 1.Não publicado ou não impresso: *livro inédito*. 2.Fig. Nunca visto; original; incomum: "Todos os acepipes raros, todos os vinhos inéditos, todas as esquisitas gulodices" (Fialho d'Almeida, *Pasquinadas*, p. 339). Substantivo masculino. 3.Obra que ainda não foi publicada: *Anunciam-se novos inéditos de Guimarães Rosa.*

Essa observação nos revela que o termo inédito, na condição de adjetivo, possui como significado de base a acepção de 'não publicado' ou 'não impresso' e, como sentido figurativo, algo: 'nunca visto'; 'original'; 'incomum', o que

representa a generalização do seu valor semântico. Vejamos, pois, duas interpretações mais salientes dessa ocorrência:

(24) ...inscrições de textos NÃO -EDITADOS e não-encenados.

- A subtração do valor figurativo do termo *inédito.* Essa forma pode apresentar um significado mais abrangente, qual seja: 'nunca visto' ou 'original' ou 'incomum', ao passo que o termo ***não-****editado* apresentará normalmente uma significação mais restrita, ou seja, 'ainda não foi dado a público'.
- A ideia de condição transitória emprestada pelo ***não*** à base *editado*: os textos poderão vir a ser editados.

Vejamos, agora, um caso em que a prefixação de uma mesma base com o ***não-*** e com o prefixo ***in-*** resulta em itens lexicais com sentidos completamente diferentes:

Contraste entre as acepções "Falta de início de um ato" e "Danificação (de algo)"

Falta de início de um ato	**Idéia de destruição de algo**
Não-utilização	Inutilização

Quadro 05

Entre os casos em que se pode perceber a não-sinonímia entre as formas construídas a partir dos elementos prefixais em análise, talvez esse seja o mais evidente. Ao considerar a ocorrência:

(25) ...cobram a postura ... em relação à NÃO-UTILIZAÇÃO.

É possível perceber que *não-utilização* significa a 'falta de utilização', ao passo que, se nesse mesmo contexto for empregado o item *inutilização*, a idéia será de 'danificação de algo, a ponto de impedir a sua utilização'.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo sobre o desenvolvimento do prefixo ***não-***, pudemos observar que:

- em alguns contextos, é muito sutil a diferença de significado entre formações geradas com o uso do prefixo ***não*** ou dos **PTNs**.
- em outros, como, por exemplo, naqueles em que o ***não*** prefixal indica 'Falta de início de uma prática ou ato': *não-autorizado*, *não convocação*; 'restrição de sentido': *não-editado*, podemos enxergar claramente a autonomia funcional do prefixo ***não-***. Nesses casos, sem dúvida, a semente de gramaticalização desse item encontrou um terreno mais fértil e propício.

Por se encontrar o processo ainda em um estágio relativamente inicial, é natural que surjam situações de uma aparente sinonímia, a ponto de, como foi visto em alguns casos, se tornar difícil estabelecermos alguma diferença de valor semântico entre as formações construídas a partir do uso de um dos **PTNs** e do ***não-***, antepostos à mesma base, o que caracteriza o estágio intermediário "A ~ B".

Assim, em consonância com Martelotta (2003, p. 69), admitindo a mudança como um fenômeno tridimensional, no qual estão envolvidos os fatores *cognição*, *uso* e *tempo*, ao considerar o fenômeno aqui interpretado, podemos perceber a ação do elemento ***cognição***, quando o usuário da língua vai lançando mão de novos ***usos*** do elemento prefixal ***não-***. Resta, então aguardarmos a ação do fator ***tempo,*** para que possamos apreciar uma plena consolidação do fenômeno, ou seja, o estágio "B".

Acreditamos que, assim como o fizemos no desenvolvimento morfossintático, também no estudo do desempenho semântico podemos empregar, a título de ilustração, o esquema proposto por Hopper e Traugott, anteriormente apresentado e a seguir repetido, a título de elucidação:

$$A > \left\{ \begin{matrix} A \\ B \end{matrix} \right\} > B \quad \text{ou} \quad A > A \sim B > B$$

Norteados por esse diagrama, em resposta à questão: "Quando é que podemos atestar a consolidação de uma mudança?" apontamos a situação "A" em que o usuário da língua lança mão apenas dos **PTNs** para expressar a negação

prefixal. Com a escalada de gramaticalização do advérbio ***não*** em direção ao estatuto de prefixo, ele passa gradativamente a contar com mais um recurso linguístico para essa função, ou seja, o emprego do prefixo ***não-*** empresta uma acepção genuína às bases a que se adjunge.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de (1999). *Gramática metódica da língua portuguesa*. 43. ed. São Paulo: Saraiva.

ALVES, Ieda Maria (1987). A produtividade do prefixo não- no português contemporâneo. *SBPC, Ciência e Cultura*, v. XXXIX, n. 11, p. 1026-1028.

ALVES, Ieda Maria (1990). *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática.

BECHARA, Evanildo (1976). *Moderna gramática portuguesa: cursos de 1º e 2º graus*. 20. ed. São Paulo: Nacional.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1974). *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.

CAMPOS, Lucas Santos (2001). *A gramaticalização do não como prefixo no português brasileiro contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2 v.

CEGALLA, Domingos Paschoal (1995). *Novíssima gramática da língua portuguesa.* 38. ed. São Paulo: Nacional.

COUTINHO, Ismael de Lima (1958). *Gramática histórica*. 4. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Acadêmica.

CUNHA, Celso Ferreira da (1986). *Gramática da língua portuguesa*. 11. ed. Rio de Janeiro: FAE.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindlley (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CUNHA, Maria Angélica; COSTA, Marcos Antônio & CEZARIO, Maria Maura (2003). Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariângela & MARTELOTTA, Mário. (Orgs.). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP & A. p. 29-55.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira (1999). *A formação de palavras por prefixo em português*. Fortaleza: EUFC.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira (1998). O prefixo segundo o critério da produtividade. *Revista de Letras*, v. I/II, n. 20, p. 81-85.

FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda (2000). *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

GUIRAUD, Pierre (1989). *A semântica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand.

HEINE, Bernd (2003). Grammaticalization. In: JOSEPH, Brian; JANDA, Richard. (Orgs.). *The handbook of historical linguistics.* Oxford: Blackwell. p. 575-601.

HOPPER, Paul (1991). On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Orgs.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth (2003[1993]). *Grammaticalization*. Cambridge: Syndicate of The University of Cambridge.

HUBER, Joseph (1986). *Gramática do português antigo.* Lisboa: Calouste Gulbenkian.

IORGU, Iordan; MANOLIU, Maria (1989). *Manual de lingüística románica.* (Revisión, reelaboración parcial y notas por Manuel Alvar). Madrid: Gredos. v. II.

JAKOBSON, Roman (1969). Lingüística e poética. In: *Lingüística e comunicação*. Trad. Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix/USP. p. 118-162.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião & CEZARIO, Maria Maura (1995). (Orgs.). *Gramaticalização e desgramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: UFRJ.

MARTELOTTA, Mário (2003). A mudança lingüística. In: CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariângela & MARTELOTTA, Mário. (Orgs.). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP & A. p. 57-71.

MARTELOTTA, Mário; AREAS, Eduardo (2003). A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariângela & MARTELOTTA, Mário. (Orgs.). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP & A. p. 17-28.

MAURER JR., Theodoro Henrique (1951). A unidade da România Ocidental. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, (Boletim 126, Filologia Românica, n. 2).

PEREIRA, Eduardo Carlos (1926). *Gramática expositiva curso superior*. 84. ed. São Paulo: Nacional.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da (1998). *Gramática normativa da língua portuguesa.* 31. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio.

SACCONI, Luiz Antonio (1982). *Nossa gramática: teoria e prática*. São Paulo: Atual.

SAID ALI, M. (1965). *Gramática histórica da língua portuguêsa*. 5. ed. melhorada e aumentada em Lexeologia e Formação de palavras e Sintaxe do Português Histórico. São Paulo: Melhoramentos.

SANDMANN, Antônio José (1996). *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. 2. ed. Curitiba: UFPR.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte (1994). Reflexões sobre a pesquisa em mudança lingüística. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. X.

SOUSA DA SILVEIRA, Álvaro Ferdinando (1952). *Lições de português*. 5. ed. melhorada. Rio de Janeiro/Coimbra: Livros de Portugal/Atlântica.

TRAUGOTT, Elizabeth; DASHER, Richard (2003). *Regularity in semantic change*. Cambridge: Syndicate of The University of Cambridge.

TRÊS HIPÓTESES E ALGUNS CAMINHOS PARA MELHOR COMPREENDER O PROCESSO CONSTITUTIVO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Alex Batista LINS
(PPGLL/UFBA/PROHPOR)

INTRODUÇÃO

Após cinco séculos de contato entre línguas de diferentes povos em terras brasileiras, das relações firmadas entre essas línguas e das inúmeras contribuições que forneceram para a formação dos multifacetados aspectos do português no Brasil, uma apurada reflexão dos processos e fatos históricos – e até à margem da história –, que direta ou indiretamente colaboraram para a coetânea diversidade lingüística neste país vem se ensaiando com ingente empenho por parte de abalizados estudiosos.

Pesquisadores e teóricos, a exemplo de Mateus (2006), Mattos e Silva (2004, 2006), Castro (2006), Lobo (1994, 1996, 2003, 2006), Machado Filho (2007), Naro (1981), Scherre (1988), Naro e Scherre (1993, 2003, 2007), Baxter (1995), Lucchesi (1999, 2003), Baxter e Lucchesi (1997, 2006), só para relacionar alguns dos mais recentes, têm, com esmero científico, debruçado-se sobre a língua portuguesa sem desprezar as contribuições das línguas indígenas e africanas sobre o português do Brasil. Um elenco comprometido não apenas com o registro das características que distanciam o Português Brasileiro (PB) do Português Europeu (PE), ou com sinalizações para estudos – como se verifica em trabalhos das últimas décadas – criteriosos de outros autores com relação ao português em terras africanas, mas, de modo particular, com a coleta e resenha dos fatos históricos e lingüísticos que atuaram na formatação do PB, depreendendo e analisando as características próprias dessa língua, relacionando-as às demais vertentes da língua portuguesa no mundo.

Mattos e Silva (2006, p. 222-223) em artigo intitulado *Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas repensados*, após abordar a diferença entre a Lingüística Histórica no sentido lato e no sentido estrito, e organizando, à luz desta última, a tessitura de suas argumentações, parece tentar responder, de

certa forma, a indagação levantada por Teyssier (1997, p. 97) no livro *História da Língua Portuguesa*, "Como explicar as particularidades do português do Brasil?" – indagação caracterizada por Machado Filho (2007, p. 2) como um dos problemas cruciais entre o "trabalho da Lingüística Histórica e [os] resultados empíricos que essa ciência pretende alcançar no conhecimento da formação do [...] mundo da lusofonia".

Analisando as disposições da autora, percebe-se que um dos possíveis caminhos para tentar explicar os aspectos do PB consiste, antes de qualquer coisa, em reconhecer que a "história brasileira é muito recente e a consciência da *transplantação* do português europeu para o que veio a ser Brasil está presente por muitos lados" (MATTOS E SILVA, 2006, p. 222). Outro aspecto a ser considerado é o de focalizar não somente o horizonte comparativo entre o PB e o PE, "mas também as variantes do português brasileiro conviventes em nosso território nacional", variantes sobretudo de ordem sócio-histórica e lingüística.

Os fatores mobilidade demográfica e escolarização no Brasil colonial e pós-colonial também são considerados pela autora, sem perder de vista uma rápida compreensão sobre os aspectos condicionantes da mudança lingüística em Lass (1997) e Lightfoot (1999) – abordagem destinada a melhor fundamentar os aspectos intralingüísticos e externos à língua, mas que também servem à elaboração de predições sobre a mudança das línguas – que fornecem instrumentalização teórica consistente no levantamento de hipóteses capazes de contemplar toda a diversidade de contingentes, ou quem sabe de "motivos" que confluíram para a formação do PB.

Em síntese, a proposta de Mattos e Silva (2006, p. 233) de desvelar as particularidades do PB em sua "heterogeneidade complexa dos usos populares e cultos" por meio de uma "perspectiva histórica", considerando os "fatores sócio-históricos", dentre os quais "a dinâmica da demografia histórica do Brasil" e o "precário processo de escolarização na história da sociedade no espaço que veio a ser definido como brasileiro", sem perder de vista as diferenças entre o PB e o PE, nos níveis lingüísticos – como bem lembra a autora, numa taxonomia estruturalista: fonética/fonologia, morfologia, sintaxe e léxico –, fornece elementos

para uma atitude crítico-reflexiva diante das disposições pontuadas/propostas "à sombra de diferentes motivações interpretativas, que se têm debatido, com vistas a procurar promover uma explicação científica para o formato lingüístico que veio a língua portuguesa a assumir na América meridional" (MACHADO FILHO, 2007, p. 2).

Todo esse cenário, atrelado ainda à necessidade de se discutir a questão da influência das línguas africanas no português europeu e ao fato de que essa influência se dá com intensidade no Brasil sobre "uma matriz indígena" aqui "preexistente e mais localizada" (CASTRO, 2006, p. 111), levam a uma análise das hipóteses interpretativas[1] da constituição do PB de maneira mais refinada.

Mattos e Silva (2006, p. 232-233) e Machado Filho (2007, p. 10-15) fazem uma rápida revisita as hipóteses interpretativas para a formação do português popular brasileiro: (a) a crioulização prévia, (b) a transmissão lingüística irregular e (c) a deriva secular e a confluência de motivos. Dessas três, a última parece abarcar um maior conjunto de fatores na tentativa de interpretar a origem e o processo de formação do PB, embora apresente lacunas, as quais mais adiante serão pontuadas.

O presente artigo, portanto, possui por eixo maior a retomada do debate contemporâneo sobre a constituição histórica do Português Brasileiro, partindo-se de uma reflexão crítica dos principais aspectos concernentes às três hipóteses interpretativas em questão, com vistas a um delineamento e interpretação mais apurados dessas, com destaque em Naro e Scherre (2007) para o entendimento do que denominam e se constitui como "confluência de motivos", de que maneira esta se coaduna à deriva secular – vez que a abordagem da confluência, nos moldes em que é apresentada, tem gerado inúmeros questionamentos –, proposta em suas bases por Sapir ([1921] 1949) e reafirmada por esses autores; e, ainda, a discussão de alguns possíveis caminhos que podem servir para melhor compreender o processo de conformação histórica do PB.

[1] Prefere-se neste trabalho usar a expressão "hipóteses interpretativas" a "hipóteses explicativas" por se entender que em termos de estudo do passado ou de constituição de uma língua não se promovem explicações, mas interpretações.

A contribuição para este tema, já tão amplamente tratado, situa-se em abordá-lo a partir da afirmação de que as três hipóteses interpretativas existentes não conseguem, de modo pleno e satisfatório, dar conta da interpretação dos processos imbricados na formação do PB – fato que se comprova pelas lacunas que apresentam, dúvidas que suscitam e pelos acirrados e acalorados debates alimentados, em congressos nacionais e internacionais, entre lingüistas e estudiosos da história do português em território brasileiro.

Pontue-se que em função dos fatores tempo e limite de espaço, que norteiam a apresentação deste trabalho, as considerações transcorrerão com maior objetividade. Vale ressaltar que não se tem aqui a intenção de desenvolver uma nova hipótese interpretativa para a formação do PB, apenas a tessitura de algumas considerações que, como todo trabalho científico, estão sujeitas a "críticas, revisões, complementações e recusas" (MATTOS E SILVA, 2006, p. 249).

1 UM OLHAR SOBRE AS HIPÓTESES

Como já exposto, três hipóteses ou três posicionamentos teóricos tentam desvelar/interpretar o passado da língua portuguesa, notadamente "das origens e formação do português brasileiro" (MATTOS E SILVA, 2006, p. 232). Uma tarefa considerada por Machado Filho (2007, p.10) como, sem dúvida, uma das mais pretensiosas disputas. De maneira geral, tem-se uma corrente a favor da chamada crioulização prévia, com posterior descrioulização quando tomado rumo ao português lusitano; uma segunda corrente que reconhece a formação do PB como fruto de um processo de transmissão lingüística irregular, em que o contato do PE com línguas africanas no Brasil, permitiu o surgimento de uma variedade da língua portuguesa; e a deriva secular e a confluência de motivos, que considera serem as modificações pelas quais o PE passou no Brasil já previstas no sistema, ou seja, a mudança reside na freqüência dos usos, pois a gramática da língua já a pressupunha.

Considere-se a seguir uma rápida explanação sobre cada uma dessas correntes.

1.1 DA CRIOULIZAÇÃO PRÉVIA

Tem como figura mais expoente Gregory Riordan Guy, que acredita ser o português popular brasileiro (PPB) marcado por tendências presentes nas línguas crioulizadas, dentre elas: "na morfologia, redução de vários tipos, perda de pronomes átonos; na sintaxe, falta de concordância; na fonologia, redução de codas" (GUY, 2005, p. 22). O autor aponta como um dos pontos basilares de sua hipótese a falta de concordância no sintagma nominal e no sintagma verbal. Aborda, portanto, muitos dos fenômenos presentes no PPB como conseqüência de reduções, sobretudo nos aspectos morfológicos (eliminação da segunda pessoa verbal nas formas *-s/-ste*; substituição do pronome plural de segunda pessoa "vós", por "vocês"; substituição de "nós" por "a gente"; desuso das formas mesoclíticas; e substituição de formas flexionadas do verbo por construções perifrásticas) e fonológicos (apagamento de consoantes, a exemplo de */s/* e */r/* em final de sílaba; vocalização do */l/* em sílaba final; desnasalização das vogais nasais).

Guy apóia-se, desse modo, em evidências lingüísticas, mas não põe de lado os fatos históricos que julga pertinentes para a defesa da hipótese da crioulização prévia no Brasil. O enorme contingente de escravos vindos para essa terra corresponde a um desses fatos. Algo que decisivamente marcou a história social e econômica nos períodos colonial e imperial no País. Esse estudioso atenta para a consideração de que

> a distribuição dos vários grupos lingüísticos dos africanos não foi uniforme por todo o Brasil [...] havia muitos iorubá na Bahia e mais kimbundu na área do Rio de Janeiro. Evidentemente, isso possibilitou a criação de pequenas comunidades-de-fala temporárias que mantiveram o uso dessas línguas africanas no Brasil por um certo prazo. (p. 31).

Guy também sinaliza outros aspectos relevantes à crioulização, os fatores demográficos, geográficos e sociais. Toma ainda duas indicações para argumentar a favor de evidências históricas para a possível existência de um crioulo no Brasil colonial. A primeira se dá com a emigração para o Brasil de fazendeiros de cana-de-açúcar da ilha de São Tomé (HOLM, 1987 apud GUY, 2005, p. 32). Boa parte desses fazendeiros trouxe seus escravos africanos para os trabalhos nas fazendas.

> Então como sabemos que em São Tomé falava-se (e ainda se fala) uma língua crioula de base lexical portuguesa, podemos concluir que havia falantes desse crioulo residentes no Brasil no início do século XVII. (GUY, 2005, p. 32).

A segunda evidência estaria na história do Papiamento, "a língua crioula falada nas ilhas holandesas do Caribe: Aruba e Curaçao" (p. 33). Essa língua teria sido levada pelos holandeses para os domínios antilhanos da Holanda quando da expulsão desses povos do Nordeste Brasileiro, levando seus escravos brasileiros, no século XVII.

Holm (1992), por sua vez, relacionou alguns dos traços fonológicos, sintáticos e lexicais que ligam o crioulo de São Tomé ao PB, enquanto Goodman (1987 apud GUY, 2005, p. 33) se encarregou das pesquisas no âmbito da investigação sobre o Papiamento, considerado língua derivada de um possível crioulo brasileiro.

Em 1993, no entanto, Tarallo – retomando um artigo publicado em 1986, intitulado *Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro* – rebateu duramente os argumentos de Guy (1981). Esse estudioso, respaldado nos resultados dos trabalhos que desenvolveu sobre a sintaxe falada do português de São Paulo e sobre "os padrões de redundância em línguas crioulas", sobretudo "a redundância pronominal em cláusulas relativas atestadas por Tok Pisin", afirma que a hipótese crioula do PB não é "crucial", ou seja

> a crioulização pode muito bem ser colocada entre os processos de contato lingüístico que ocorreram no Brasil Colonial. [...] mais importante ainda, a história do PB não é assim tão clara e transparente, como quer Guy. [...] concentrarei meus esforços na apresentação de evidências de que seria muito improvável e nada natural que o PE e o PB viessem a se encontrar de novo sintaticamente. (p. 39).

Apesar das críticas, Guy continua reiterando a hipótese da crioulização prévia, a partir da coleta de dados em suas periódicas visitas ao Brasil – como bem lembra Machado Filho (2007, p.11). As pesquisas desenvolvidas por Guy (2005) evidenciam a crioulização como algo realmente acontecido no Brasil.

> A evidência sócio-histórica indica a entrada e a saída de falantes de crioulos e as condições suficientes para a crioulização, e a evidência interna do PPB indicam vários traços mais de acordo com uma história de crioulização do que com qualquer outra explicação. (p. 33).

Mattos e Silva (2006, p. 232) considera a hipótese de Guy muito generalizante para fornecer uma compreensão delineada das origens e da formação do PB. Essa autora, ao contrário de Tarallo, posiciona-se, entretanto, de maneira moderada diante das argumentações de Gregory Guy no que tange à crioulização prévia. Ela não considera "de forma nenhuma", fora da agenda de pesquisa, como fez Fernando Tarallo, as postulações de Guy.

Naro e Scherre (2003) atentam para o fato da difícil delimitação do conceito de "crioulização" que acaba muitas vezes se confundindo com o de "pidginização". A partir de uma reflexão objetiva das condições sociais e comunicativas propícias à formação de crioulos e de pidgins, esses autores mostram a impossibilidade de se falar em crioulização no Brasil. Esse posicionamento fica mais nítido a partir da argumentação que esses teóricos desenvolvem no livro *Origens do Português Brasileiro*, de 2007.

> Embora as circunstâncias de uso de um pidgin/crioulo sejam tipicamente consideradas como envolvendo simplificação de estrutura gramatical [...], é difícil identificar a origem ou causa desse fenômeno, ou mesmo atestar que gramática sofreu simplificação, porque, durante o estágio pidgin, a língua de base fornece o vocabulário, mas não necessariamente a gramática. (p. 52).

Nessa concepção, Naro e Scherre ainda trazem ao palco da questão o fato de que pode haver a estabilização de um pidgin sem necessariamente se dar a ocorrência de crioulização, o que acarreta "perda do conteúdo lingüístico" do próprio conceito do que vem sendo veiculado e interpretado como "crioulização".

Outro questionamento é o de se houve realmente uma língua crioula no Brasil, respaldada no léxico português e na gramática africana, onde estariam as provas documentais para tal fato? De certo, se tivesse existido, tal crioulo seria, conforme Naro e Scherre, "indistinguível da de outros eventuais pidgins ou crioulos de base não-européia" (p. 47).

Esses pontos, dentre outros que se poderiam relacionar, são suficientes para comprovar a idéia de que a hipótese da crioulização prévia não consegue realizar uma análise consistente de todos os fatos e processos correspondentes à constituição histórica do PB, embora, reitere-se, não se possa descartar seu valor enquanto arcabouço teórico.

1.2 **DA TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR**

Para facilitar o entendimento do próprio sentido da transmissão lingüística irregular – TLI, antes de qualquer consideração, convém explicitar em que consiste a transmissão lingüística regular – TLR. Por TLR entende-se a forma normal, natural de se adquirir a linguagem, por isso mesmo tem como agente do processo as crianças. É entre essas que se dá a aquisição "a partir da fase de socialização", ou seja, as crianças adquirem a língua de modo espontâneo na interação com o grupo familiar e social do qual fazem parte.

Naro e Scherre (2003, p. 286) consideram que esse processo natural pode ser evidenciado "na base de uma amostra de fala suscetível de uma análise ordenada". Partindo dessa compreensão, fica evidente que o processo de TLI, por oposição ao processo de TLR, deve ter por agente os adultos e se manifesta entre eles "com base em fala não susceptível de uma análise ordenada", talvez pela caoticidade ou, dentre razões outras, por se manifestar em "quantidade insuficiente" (idem).

Pode-se, portanto, constatar que na TLR a aquisição da linguagem se processa de maneira inconsciente nas crianças enquanto que, na TLI, a aquisição da língua pelos adultos – uma segunda língua – se manifesta de modo consciente. Daí a oposição processo inconsciente *versus* processo consciente.

No entanto, a transmissão lingüística, quer regular quer irregular, não é tão simples de se explicar como pode aparentar à primeira vista. Cada uma apresenta aspectos susceptíveis a análises e a ponderações. Nesta seção, entretanto, apenas a TLI será abordada. Para tanto, levar-se-ão em conta as disposições de Baxter (1995), de Lucchesi (1999, 2003) e de Baxter e Lucchesi (1993, 1997, 2006).

Em artigo intitulado *A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso*, 1999, Lucchesi postula que o conceito de TLI é muito mais amplo do que o de pidginização/crioulização,

> pois engloba, tanto os processos de mudança provenientes de contato entre línguas através dos quais uma determinada língua sofre alterações muito profundas na sua estrutura, do que resulta o surgimento de uma outra entidade lingüística denominada pidgin ou crioulo, quanto os processos nos quais uma língua sofre contato com outras línguas, sem que essas

> alterações cheguem a configurar a emergência de uma nova entidade lingüística qualitativamente distinta. (p. 73).

Lucchesi alega, nesse sentido, que só um conceito amplo de TLI é capaz de abarcar e de interpretar determinados processos históricos em que uma dada língua sofre alterações significativas em decorrência de seus padrões de uso ao ser assimilada "por contingentes de falantes de outras línguas" (idem), sem que isso gere línguas pidgins e crioulas.

Isso se evidenciou com maior clareza no artigo *O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil*, que publicou em 2003, com vistas a "delinear os parâmetros sócio-históricos e lingüísticos" que possam subsidiar uma compreensão sistemática desses processos históricos.

A explicação para esses processos pode ser descrita com objetividade: um significativo contingente de falantes adultos – geralmente utentes de línguas distintas e incompreensíveis entre si – é forçado a adquirir uma segunda língua por pressões comerciais ou mesmo em decorrência de dominação política. A variedade da "língua alvo que se forma nessa situação apresenta uma forte redução/simplificação em sua estrutura gramatical" (p. 273), mantendo apenas os elementos essenciais ao estabelecimento das "funções comunicativas básicas". Tais reduções podem ser justificadas por três fatores elencados por Lucchesi (2003): (a) o difícil acesso dos falantes das outras línguas aos modelos da língua-alvo; (b) os falantes dessas outras línguas, por serem em sua maioria adultos, não mais dispõem de acesso aos dispositivos mentais da faculdade da linguagem; e (c) a ausência de ações normativizadoras.

Se o contato se prolonga, a variedade segunda da língua-alvo, por ser mais socialmente viável, assume de maneira gradativa novas funções, passando a modelo de língua materna a ser adquirida pelos descendentes dos falantes das outras línguas. No momento em que a língua de emergência/contato não atende à demanda comunicativa recorre-se a incrementos dos dispositivos da gramática das diversas línguas desses falantes ou da língua-alvo. Tem-se, portanto, uma relação dialética entre expansão funcional e expansão gramatical.

Tudo depende do acesso ou não dos falantes à língua-alvo. Quanto menor ele for, maior a possibilidade da formação de uma nova entidade lingüística, do contrário, maior a chance de se ter apenas uma variedade da língua-alvo.

No caso da constituição histórica da realidade lingüística brasileira, Baxter e Lucchesi (2006) acreditam que o contato entre as línguas dos numerosos contingentes de falantes africanos e indígenas em contato com o português pode ter gerado "diversas crioulizações leves em diferentes períodos de tempo, mas as suas inovações teriam sido absorvidas e diluídas" (p. 195). Para esses teóricos, não houve no Brasil "um crioulo de base portuguesa estável e amplamente difundido" (idem), mas uma crioulização leve, cujos traços podem ser identificados a partir da análise dos atuais dialetos rurais, preservados em virtude do distanciamento das comunidades rurais em relação aos grandes centros urbanos. No entanto, pontuam ainda os autores que as características desses dialetos rurais se originariam de um processo mais intenso de TLI "que teria afetado o antecedente histórico desses dialetos".

Nessa perspectiva, maior teria sido o processo de reestruturação gramatical que caracteriza a TLI, o qual seria marcado duplamente por uma "simplificação dos dispositivos morfossintáticos" e pela recomposição "da estrutura gramatical erodida". Ter-se-ia, então, conforme Lucchesi (2003, p. 275-276), três características fundamentais do processo de TLI: (a) perda, ou variação no uso, de morfologia flexional e palavras gramaticais; (b) alteração dos valores dos parâmetros sintáticos em função de valores não marcados; e (c) gramaticalização de itens lexicais para preencher as lacunas na estrutura lingüística.

Em um de seus mais recentes artigos, publicado em 2006, sob o título *Processos de crioulização na história sociolingüística do Brasil*, Baxter e Lucchesi afirmam categoricamente que processos de TLI mais leves "marcaram profundamente a história das variedades populares do português brasileiro" (p. 206). Os autores elencam sete traços resultantes desses processos que, ainda hoje, se conservam nos dialetos rurais e populares do país.

> (a) redução/eliminação de morfologia flexional do *verbo* e do *nome*, com conseqüências para os processos sintáticos a ela relacionados;

> (b) redução/eliminação de morfemas gramaticais livres, tais como *artigos*, *pronomes clíticos*, *conectivos preposicionais* etc.;
> (c) negação dupla contínua (*pré-verbal* + *final de oração*) e simples (*final de oração*);
> (d) oração relativa com *que* multifuncional e com cópia pronominal;
> (e) a seguinte estrutura argumental de verbos com dois complementos: *verbo* + *complemento indireto não preposicionado* + *complemento direto*;
> (f) a não inversão da ordem *sujeito-verbo* nas orações interrogativas;
> (g) a formação reduzida da estrutura passiva em construções do tipo sujeito + verbo *transitivo* em função de *paciente* + *ação*. (idem).

Lucchesi defende não apenas a heterogeneidade e a variabilidade do PB, como bem lembra Mattos e Silva (2006, p. 230), mas ainda a "pluralidade e a polarização, que designa de *normas vernáculas* e *normas cultas*". O pilar de sustentação de grande parte da argumentação desse estudioso encontra-se nos estudos lingüísticos que realizou sobre o dialeto falado em Helvécia, comunidade afro-brasileira localizada no extremo sul do Estado da Bahia. As análises desse dialeto têm comprovado, segundo Baxter e Lucchesi (2003), a existência de variantes cujas estruturas sintáticas podem aproximá-las de crioulos de base portuguesa.

A partir dessas pesquisas e de todo o exposto até aqui, novos dados foram arrolados e novas interpretações ganharam espaço somando-se aos diversos estudos dedicados à questão do contato entre línguas na história do PB, o que tem favorecido o desenvolvimento de uma compreensão mais alargada da configuração do cenário lingüístico brasileiro. No entanto, algumas ponderações devem ser registradas quanto ao processo de TLI.

Em certos momentos, num plano conceitual generalizado, a TLI parece se confundir com a crioulização, haja vista também se construir "num contínuo de níveis diferenciados de socialização/ nativização de uma língua segunda" que foi adquirida de forma massiva, "mais ou menos imperfeita, em contextos sócio-históricos específicos" (LUCCHESI, 2003, p. 274).

Considere-se ainda que, tomando-se, por exemplo, a questão do uso não freqüente da concordância verbal e nominal por Baxter e Lucchesi (1993, 1997) como uma constante em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, têm-se

verificado que esse fenômeno não é exclusivo desses contingentes, podendo ser "encontrado em todas as áreas rurais brasileiras", independentemente da origem étnica, quer seja pura ou miscigenada e também "independentemente de terem recebido, ou não, populações significativas de escravos" (NARO; SCHERRE, 2007, p. 66).

Tal afirmação serve não só para questionar a possível crioulização no Brasil, quanto o próprio processo de TLI na história da constituição lingüística neste País. Afinal, como explicar que fenômenos registrados em comunidades afro-descendentes também sejam registrados em comunidades não-afro-descendentes? Se houve mudanças, estas podem configurar uma nova gramática? E onde residiria essa gramática?

Talvez as respostas a tais indagações sejam mais ou tão difíceis de apresentar quanto têm sido atualmente as tentativas de definir, de forma conciliatória, à luz da ciência e da religião, o exato instante em que se pode atestar o surgimento da vida humana; e ainda o uso mais adequado das pesquisas em genética envolvendo células-tronco e embriões humanos.

Comprovar a existência no Brasil de um processo de TLI – Nativização, como preferem Naro e Scherre (2003, p. 287) –, não é tarefa das mais fáceis, diante da diversidade estrutural das línguas que se fizeram presentes ao longo do período da colonização brasileira.

> De fato, no Brasil, parece que não houve a formação de um pequeno número de grandes blocos étnico-lingüísticos, com línguas mutuamente inteligíveis dentro de cada bloco, o que teria favorecido a sobrevivência de interferências estruturais, como no início da fase de pidgin no Havaí. (NARO; SCHERRE, 2007, p. 143).

Diante dessa afirmativa, surgem alguns outros questionamentos: se houve realmente TLI no Brasil, quais teriam sido os efeitos estruturais na língua transmitida? Ora, conforme Rodrigues (2006), as duas línguas gerais faladas na época da colonização no Brasil – a paulista e a amazônica – preenchiam satisfatoriamente as necessidades comunicativas

> dos portugueses com os *tupinambá* e os *tupi* (a língua aprendida em um ponto da costa podia servir em quase todos os outros ao longo desta), mas também desfavoreceu a

> implantação da língua européia como meio geral de comunicação e não deu ocasião ao surgimento de pidgins e crioulos. (p. 145).

As análises dirigidas por Baxter e Lucchesi (2006) prendem-se a elementos da norma, como a eliminação de "dispositivos gramaticais da língua alvo – o português *standard*" (LUCCHESI, 2003, p. 279), variações na concordância verbo-nominal, a redução do sujeito nulo, perdas na morfologia flexional e "relações (inter)sintagmáticas e (inter)oracionais" (BAXTER; LUCCHESI, 2006, p. 199), mas onde estariam, efetivamente, os elementos de língua? Como o processo de TLI explicaria a diferença entre o PB e o PE? Se há diferenças entre estes, enfatize-se, há a existência de uma gramática particular a cada um, logo, como conceituar, caracterizar e apresentar uma gramática do PB?

Sem pretender entrar no mérito da existência ou não de um processo de TLI no Brasil, importa saber, diante dos questionamentos e reflexões expostos até aqui, que a hipótese em questão também não dá conta de interpretar a constituição histórica do PB, embora, de certo, não possa ser posta à revelia/à parte, por serem inegáveis os contributos de suas análises e de sua fundamentação teórica, e o quanto significam para o desvelamento do cortinado de fatores lingüísticos, históricos e sociais que potencializaram a configuração do PB.

1.3 **A DERIVA SECULAR E A CONFLUÊNCIA DE MOTIVOS**

A hipótese da deriva secular, apregoada por Naro e Scherre (2003, 2007), apresenta a idéia de que o português brasileiro é, na verdade, uma espécie de continuação do português arcaico, "com pequenas alterações", haja vista não se ter conseguido até hoje "identificar nenhuma característica do português do Brasil que não tenha um ancestral claro em Portugal" (2007, p. 13).

Para esses autores, o português brasileiro resultaria apenas de uma expansão de "estruturas e variações" presentes ao longo de todo o percurso histórico da língua. Expansão acelerada pela freqüência de uso advinda de uma "confluência de motivos".

Naro e Scherre, na verdade, retomam a noção de deriva nos termos de Edward Sapir (1921), um dos mais notáveis representantes dos estudos

lingüísticos nos Estados Unidos, na primeira metade do século XX. Em seu livro *Language – an introduction to the study of speech*, 1921 – traduzido por Joaquim Mattoso Câmara Júnior para o português em 1938 e publicado no Brasil, pela primeira vez, em 1954 e novamente no ano de 1969 –, "um pequeno tratado, que pretendia ser elementar e de divulgação" (p. 187), Sapir argumenta que a linguagem "não é apenas uma coisa que cresça no espaço [...], [mas] move-se pelo tempo em fora num curso que lhe é próprio. Tem uma deriva" (p. 121).

Esse estudioso, imerso numa concepção psicológica, "essencialmente mentalista" – relação linguagem-pensamento – em sua maneira de interpretar a "forma lingüística", mostra-se "muito sensível aos aspectos estéticos da linguagem humana" (p. 188) e sob essa orientação empreende esforços na tentativa de organizar uma classificação tipológica das línguas, dispondo-as em "bases sincrônicas e descritivas" (p. 190).

Sapir esboça que todas "as línguas geneticamente relacionadas" adviriam do "primitivo protótipo indo-europeu" (p. 123). Elas seriam fruto de um contínuo "processo de esgalhamento" sofrido ao longo do tempo por esse protótipo, o que poderia ser comprovado valendo-se de evidências documentais e do método de investigação "comparativo ou reconstrutivo". Método que esse autor acreditava ser capaz de tirar as interferências sobre tais línguas e de representar os laços que as unem em "linhas independentes de desenvolvimento", mostrando que essas línguas partem "de um remoto ponto em comum" (p. 122), daí serem resultantes de uma deriva secular.

Por isso mesmo reflete, numa base histórico-comparativa, sobre a possibilidade da existência "de uma lingüística geral, em que princípios permanentes se aplicam, no plano descritivo e no plano histórico, às línguas aparentemente mais diversas" (p. 192).

A deriva de uma língua, segundo Sapir, não é aleatória, tem um rumo e se dá num longo percurso, pois

> [...] consta da seleção inconsciente, feita pelos que a falam, das variações individuais que se acumulam numa dada direção especial. Pode inferir-se essa direção, grosso modo, por intermédio do passado histórico da língua [em que] cada traço característico da deriva torna-se parte integrante da fala comum; mas durante muito

> tempo pode suceder que exista como mera tendência na fala de alguns poucos [...] (p. 124).

Em síntese, Sapir observa que a língua não é um sistema fixo, sujeito a mudanças, ela não apresenta um declive como muitos pensavam, mas "as mudanças dos séculos próximos estão em certo sentido prefiguradas em algumas tendências obscuras do presente". Tais mudanças, uma vez realizadas, "provarão ser apenas continuações de outras mudanças que já se tinham verificado" (idem).

Naro e Scherre (2007) consideram essas postulações como essencialmente aplicáveis à interpretação do acontecido com o PB. Esses estudiosos não reconhecem "a influência gramatical específica de qualquer língua africana, ou de qualquer outra proveniência não portuguesa [...] durante a fase de aquisição da língua" (p. 182). Transpondo para a compreensão lingüística um dos pressupostos elementares da físico-química, Naro e Scherre asseveram que a relação PE - PB é marcada por uma *catálise*, ou seja, por uma modificação (em geral de aumento) de velocidade de uma reação provocada pela presença e atuação de um elemento que não sofre alteração ao longo do processo – leia-se tal elemento como o português lusitano.

Sob essa perspectiva, esses autores amplificam, de certo modo, a idéia de deriva secular em relação ao PB. Eles afirmam que a catálise na situação lingüística brasileira deve-se à indução de formas genéticas, "em outras palavras, uma confluência de motivações que agiram em momentos diferentes". (p. 182). As forças genéticas permitem provar, ou pelo menos supor, origem comum para línguas aparentemente sem semelhanças entre si. Mas quais seriam essas forças e como se confluiriam motivacionalmente?

Os autores não deixam claro. Apenas refletem sobre a proveniência de tais forças. Elas teriam "diversas origens – algumas oriundas da Europa; outras da América; outras, ainda da África" (p. 125). Juntas, teriam se reforçado, constituindo o português popular brasileiro – PPB.

Para comprovar essa tese, Naro e Scherre baseiam-se "no papel do PE não-padrão na gênese das mudanças" que configurariam o PB (p. 88). Esses estudiosos buscam evidências essencialmente em documentações/registros do português

arcaico, analisando as questões da concordância verbal e nominal, o preenchimento lexical dos pronomes na função de sujeito, a posição relativa do sujeito e a saliência fônica da oposição singular/plural. As análises que desenvolveram conduzem à conclusão – reafirmada com exaustividade ao longo dos sete capítulos que compõem o livro *Origens do português brasileiro*, mais recente trabalho de ambos – de que o português moderno do Brasil consiste no resultado natural "da deriva secular inerente na língua" trazida pelos portugueses e que aqui sofreu, primeiro a influência da "exuberância do contato de adultos, falantes de línguas das mais diversas origens, e depois a nativização dessa língua pelas comunidades formadas por esses falantes". (p. 69).

Como se percebe, os autores em questão não negam "a importância da influência africana e indígena para nossa cultura", apenas querem "identificar as raízes lingüísticas românicas e lusitanas" que se encontram hoje nas falas "dos brasileiros que tiveram pouco acesso aos bancos escolares ou que habitam as áreas rurais e as periferias das grandes cidades" (p. 17).

Também não desconsideram que PB e PE, apesar das semelhanças inquestionáveis, "trilharam, e ainda trilham" (p. 116) caminhos distintos. No entanto, retomam o princípio uniformitarista, nas disposições de Christy (1983, p. ix, apud LABOV, 1994, p. 21), para sustentar a idéia de que "o conhecimento de processos que operaram no passado pode ser inferido pela observação de processos em andamento no presente". Nesse sentido, Naro e Scherre (2003, 2007) pautam-se em dados do PE falado modernamente com todas as suas variações em Portugal, e em dados do PB, a fim de "projetar estruturas que certamente ocorreriam [...] no português europeu falado antigo" (2007, p. 115).

Diante do quadro até aqui esboçado, tomando-se como contraponto a leitura de Mattos e Silva (2006, p. 232) – embora essa autora não teça comentários sobre a "confluência de motivações" nesse trabalho – concorda-se aqui com a constatação da existência de generalizações nos dispositivos/idéias que sustentam a tentativa de interpretação do processo histórico constitutivo do PB sob o viés da hipótese da deriva secular – ou "deriva natural", nos termos usados pela autora. Para que a

hipótese em discussão pudesse ser sustentada, necessitar-se-ia que análises e prerrogativas suscitadas por Naro e Scherre fossem demonstradas

> [...] na sintaxe do português arcaico para o moderno, mas não apenas no que se refere à concordância, como também nas outras características sintáticas que distinguem o português brasileiro do europeu, por exemplo, os vários aspectos referentes ao sistema pronominal e à ordem sintática (MATTOS E SILVA, 2006, p. 233).

Ressalte-se que, Naro e Scherre (1993, 2003, 2007), e bem antes deles Silva Neto (1963 [1951]) e Câmara Jr. (1975), procuram sustentar que o contato entre línguas no Brasil se limitou a "acelerar tendências já prefiguradas no sistema lingüístico do português" (BAXTER; LUCCHESI, 2006, p. 171), no entanto, se houve deriva e se ela foi motivada por uma confluência de motivos impulsionados pelo caráter genético da língua, haveria a necessidade de se especificar quais aspectos genéticos estiveram presentes ou foram preponderantes nesse processo, uma vez que "confluência de motivos" abarca uma série de possibilidades de fatores que influiriam em determinada direção, podendo alterar o resultado do produto lingüístico.

Outra questão é que a documentação escrita, notadamente do português europeu arcaico, de que se vale Naro e Scherre (2003, 2007) para traçar suas análises, reflete apenas as tendências – conforme o princípio da deriva, as tendências foram readquiridas e potencializadas na língua em determinados momentos históricos – e não sinaliza para uma quantidade expressiva de ocorrências – ponto que tem provocado a discussão por parte de muitos teóricos. Daí o questionamento: a constatação do registro de uma única ocorrência no passado da língua posta em comparação com ocorrências no presente da língua seria o suficiente para assegurar que tenha havido prefiguração de mudanças?

Se se considera uma série de motivações e se não há o descarte da "influência africana e indígena" na constituição do PB, não se estaria abrindo espaço para a formação de uma nova gramática do português em terras brasileiras? Se assim o fosse, isso não feriria o princípio da deriva secular, base da hipótese de Naro e Scherre? E mais: de que maneira deriva e confluência de motivos se coadunam na formação do PB? Não seria o caso de se evidenciar essa relação, levando-se em

conta a própria história do Brasil, não totalmente – pelo que tem aparentado – contemplada por esses autores?

Mais uma ponderação se faz necessária, desta vez em relação ao mencionado princípio uniformitarista de Christy (1983), um dos sustentáculos da hipótese em questão. Ora, se Christy fala em observar "processos no presente" para compreender "processos do passado" da língua, por que Naro e Scherre (2007) restringem-se à análise lingüística da concordância nominal e verbal e do pronome em função de sujeito? Prendendo-se apenas a esses aspectos não seria incoerente fazer afirmações generalizantes como a de que quase todos os traços característicos do português do Brasil, "em suas variedades populares" faladas hoje no território brasileiro "têm sua origem comprovada na fala popular ou não-padrão de Portugal" (p. 118)?

2 AINDA SOBRE A CONFLUÊNCIA DE MOTIVOS

As respostas para os questionamentos acima expostos poderiam, se não por completo, pelo menos em parte ser esclarecidas a partir de um entendimento melhor do que se denomina sob o rótulo da expressão "confluência de motivos".

A primeira vez que esses termos foram introduzidos como argumento de sustentação, portanto favorável à reafirmação da deriva secular no tocante à configuração do PB, foi num artigo de Naro, publicado em 1981, quando o autor procurava discutir a questão da perda da concordância verbo-nominal e no sintagma nominal. Até então, a justificativa para a atuação dessa perda estaria numa "convergência de motivos". Scherre (1988, p. 43), em artigo publicado, retoma a discussão elencando três desses "motivos", relacionados por Naro (1981): (1) desenvolvimento interno natural da língua; (2) comportamento pidginizante da parte do europeu; e (3) aprendizagem imperfeita pelos falantes de diversas bagagens lingüísticas.

De "convergência", em 1981, para "confluência", em 2007, não se passaram apenas vinte seis anos no plano temporal, mas vinte seis anos de importantes investigações e avanços no âmbito da Lingüística Histórica no Brasil, com um crescimento significativo de trabalhos na linha da mudança lingüística e da

constituição do português em solo brasileiro. Confluir – correr para o mesmo ponto, unir de forma homogênea, conforme Ferreira (2004, p. 185) – parece abarcar mais que convergir – tender para o mesmo ponto. Por isso, Naro e Scherre (2007, p. 25) ampliam a interpretação sobre a formação do PB, à luz da "atração [de forças/fatores] de diversas origens", algo que "se resume na frase *confluência de motivos*". O que realmente precisa ficar mais delineado no trabalho desses estudiosos é o modo que esse "confluir de motivações" lida com a influência africana e indígena, e ainda com o multilinguismo, a mobilidade populacional, a "sociodemografia histórica" (BAXTER; LUCCHESI, 2006) e a presença e ausência da escolarização no Brasil, haja vista serem esses aspectos significativamente consideráveis na conformação do PB, consoante às argumentações de Mattos e Silva (2006).

3 ALGUNS POSSÍVEIS CAMINHOS

As três hipóteses interpretativas da constituição do PB precisam, longe de serem tomadas como verdades absolutas, incontestáveis ou contraditórias em seus fundamentos e análises, ser consideradas como "possíveis caminhos de estudo" para a compreensão do percurso do processo histórico – por vezes envolto na névoa do tempo – da formação e firmação do português em território brasileiro. Essas hipóteses não fecham a possibilidade de novas reflexões nessa área, pelo contrário, se bem analisadas em suas disposições teóricas, percebe-se que chegam a fornecer entradas para postulações futuras ainda mais abrangentes.

Postulações que poderiam vir a considerar a própria periodização da história lingüística no Brasil, sobretudo no que tange à passagem do "multilingüismo generalizado para um unilingüismo generalizado" e "de país rural a país urbano", conforme Lobo (2003), articulando fatores internos – mudanças estruturais, lingüísticas – e fatores externos – na tentativa de revelar, com maior aferro, as "muitas 'fotografias' da heterogeneidade dialetal do português brasileiro" (RIBEIRO, 2002, p. 359) –, tendo em vista sua realidade lingüística não apenas "variável e heterogênea, mas também plural" (LUCCHESI, 1994, p. 25).

Reassevere-se a necessidade de uma exposição planejada dos acontecimentos da história do Brasil que "influíram [na] vitória da língua portuguesa [no território nacional à luz] do chamado 'processo civilizatório'", conforme dispõe Vitral (2001, p. 303).

As deferências de Mussa (1991) e de Mingas (2000) no plano da interferência/ influência do papel das línguas africanas na história do português, notadamente do PB – conforme o trabalho de Mussa –, muito podem contribuir no tocante ao distanciamento PE – PB, levando-se em conta que aspectos do português falado em terras da África apresentam, em muito, semelhanças com nuances do português falado no Brasil. Sem dúvida, mais um elemento que pode ajudar na interpretação configurativa do PB e na discussão da hipótese de emergência de uma nova gramática do português no Brasil, sobretudo a partir do final da segunda metade do século XIX estendendo-se até a coetaneidade.

Quanto a essa questão da "influência" africana e indígena no PB, sustentada por Guy (1981, 2005), por Baxter e Lucchesi (1993, 1997, 2006) e reconhecida por Naro e Scherre (2006), as disposições e o termo em si deveriam ser superados, uma vez que se tenta buscar compreender o processo de compleição do PB, conforme Mattos e Silva (2004).

Essa autora declara que o termo influência envolve uma "perspectiva de natureza superficial, tópica, embora significativa e curiosa, mas de caráter aleatório" (p. 93). Melhor seria então, tomando por aporte fatores sócio-históricos brasileiros, falar em "voz africana e dos afro-descendentes". A pesquisadora ainda afirma ser possível que tal "voz" tenha adquirido o português, língua dos colonizadores, "como língua segunda, na oralidade do cotidiano diversificado e multifacetado" (idem) que imperava no Brasil Colonial. Durante esse processo de aquisição, sem a imposição do controle normativizador advindo da escolarização, a "voz africana e dos afro-descendentes [...] reestruturou o português europeu que, no Brasil, começa a chegar em 1500 e sucessivamente ao longo do período colonial" (idem), mas que ganha impulso no século XIX com os significativos contingentes de imigrantes portugueses que aqui chegaram e se fixaram.

Diante disso, seria consentâneo considerar também que os avanços nos estudos do PB promovidos pela Lingüística Histórica, principalmente na década de 90, se devem a nomes de reconhecido prestígio, a exemplo de "Rosa Virgínia Mattos e Silva, Fernando Tarallo, Carlos Alberto Faraco e Marco Antonio de Oliveira, dentre aqueles que têm como centro das suas atenções a história da língua portuguesa" (LOBO, 1994, p. 14). Esses autores, nas análises e reflexões científicas que desenvolveram até o presente, apontam para alguns possíveis caminhos de interpretação do fenômeno da mudança lingüística e da configuração do PB. Faraco (1991, p. 75) lança as três vias necessárias ao estudo histórico de uma língua. Para esse estudioso, o pesquisador deveria: (a) voltar ao passado e nele se concentrar; (b) voltar ao passado para iluminar o presente; e (c) estudar o presente para iluminar o passado.

Recorde-se que em Christy (1983) já se postulava que processos operados no passado de uma língua poderiam fornecer elementos para melhor apreensão de "processos em andamento no presente" dessa língua. Mas é em Mattos e Silva (2006, p. 225) que o direcionamento para pesquisas nesse âmbito ganha amplitude. Essa autora orienta que, para compreender o PB, convém ao estudioso/pesquisador partir de: (a) fatos e dados do presente para entrever o passado e (b) da interpretação de fatores históricos do passado para interpretar o presente. E conclui, citando Meillet (1928), que a história de uma língua se esclarece pela história social e política do povo que a usa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora se tenha procurado defender neste trabalho que as três hipóteses interpretativas para a constituição histórica do PB apresentam, sob uma observação apurada, lacunas consideráveis, a ponto de não conseguirem dar conta de todo o processo constitutivo do PB, reconhece-se que essas mesmas hipóteses não podem ser descartadas, postas à margem, pois elas reúnem dados, argumentos e análises que podem servir como instrumentos norteadores para a realização de novas pesquisas capazes de culminar, por sua vez, em novas

suposições, a partir do desvelamento da sócio-história brasileira, em seu percurso desde o período colonial.

Acredita-se, pois, que a análise de aspectos do PB – não apenas no campo da fonologia e da concordância verbal e nominal, mas em toda sintaxe dessa língua –, considerando-se fatores lingüísticos e de ordem sócio-histórica e demográfica, bem como fatores de naturezas outras, possibilitem a estruturação de um quadro constitutivo delineado da língua portuguesa nas terras brasileiras. Esses estudos, no entanto, não podem deixar de atentar para o fato sinalizado por Mateus (2006, p. 77) de que a "actividade lingüística de cada indivíduo [...] é um fator de identificação cultural, mas no uso, e pelo uso, que dela faz o indivíduo".

Ora, a "voz" de todos aqueles que estiveram em contato com o português durante a "constituição da variedade brasileira tem como corolário a interpenetração das referências culturais dos povos" (idem, p. 76) falantes das diversas línguas. Portanto, a configuração do PB requer também que se considere a diversidade cultural entre Portugal e Brasil.

Sob esse prisma, é possível alargar a noção de "confluência de motivos", e entender que a "voz africana e afro-descendente" sobre o português tem muito a contar na direção de novas proposições. O trabalho do pesquisador, pelo visto, deve ser o de perscrutação afinada com o requinte orquestral, de maneira a sair do módulo de estudos cromáticos para o de estudos diatônicos, ou seja, sair de uma escala semitonizada de espaço e tempo entre fatos lingüísticos registrados em períodos distintos da sócio-história brasileira, para montar uma escala capaz de reconstruir/esboçar numa ordem natural, portanto numa seqüência ordenada, os fatores lingüísticos e sócio-históricos do português brasileiro.

Mutatis mutandis, há muito por fazer, *opus est facto*!

REFERÊNCIAS

BAXTER, Alan (1995). Transmissão geracional irregular na história do português brasileiro: divergências nas vertentes afro-brasileiras. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, v. XIV, p. 79-90.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante (2006). Processos de crioulização na história sociolingüística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra & MATTOS E SILVA,

Rosa Virgínia. (Orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. p. 165-218.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante (1997). A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos lingüísticos e literários*, n. 19, p. 65-84.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante (1993). Processo de descrioulização no sistema verbal de um dialeto rural brasileiro. *Papia*, n. 2, p. 59-71.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1975). *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.

CHRISTY, C. (1983). *Uniformitarianism in linguistics*. Philadelphia: John Benjamins.

CASTRO, Yeda Pessoa de (2006). A matriz africana no português do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. p. 83-116.

FARACO, Carlos Alberto (1991). *Lingüística histórica*. São Paulo: Ática.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (2004). *Miniaurélio século XXI*: *o minidicionário da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

GUY, Gregory (2005). A questão da crioulização no português do Brasil. In: ZILLES, A. M. S. (Org.). *Estudos de variação lingüística e no Cone Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 15-38.

GUY, Gregory (1981). *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax and language history*. Dissertation. PH.D., Philadelphia.

HOLM, John (1992). Popular brazilian Portuguese: a semi-creole. In: ANDRADE, E.; KIHM, A. (Orgs.). *Actas do Colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa*. Lisboa: Colibri. p. 37-66.

LABOV, Willian (1994). *Language and society 20. Principles of linguistic change – internal factors*. Cambridge: Blackwell.

LASS, Roger (1999). *Historical linguistics and language change*. Cambridge: Cambridge University Press.

LIGHTFOOT, David (1999). *The development of language: acquisition, change and evolution*. Massachusetts/Oxford: Blackwel.

LOBO, Tânia (2003). A questão da periodização da história lingüística do Brasil. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês. (Orgs.). *Razões e emoção: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, v. I. Lisboa: IN-CM. p. 395-409.

LOBO, Tânia (1996). *A formação sócio-histórica do português brasileiro: o estado da questão*. In: IX CONGRESSO DA ALFAL, Gran Canária. Anais... Gran Canária.

LOBO, Tânia (1994). Variantes nacionais do português: sobre a questão da definição do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, v. XXII, p. 9-16.

LOBO, Tânia; MACHADO FILHO, Américo & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006). Indícios de 'língua geral' no sul da Bahia na segunda metade do século XVIII. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide & ALMEIDA, Norma. (Orgs.). *Para a história do português brasileiro. Volume VI: novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA. p. 609-630.

LUCCHESI, Dante (2003). O conceito de 'transmissão lingüística irregular' e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). *Português brasileiro: contacto lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras. p. 272-284.

LUCCHESI, Dante (1999). A questão da formação do português popular do Brasil: notícias de um estudo de caso. *A cor das letras*, n. 3, p. 73-100.

LUCCHESI, Dante (1994). Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n. 12, p. 17-28.

MACHADO FILHO, Américo (2007). A questão da constituição histórica do português brasileiro: revendo razões. *Biblos - Revista da Faculdade de Letras*, Coimbra, n. s. V, p. 187-206.

MATEUS, Maria Helena Mira (2006). Se a língua é um factor de identificação cultural, como se compreende que a mesma língua identifique culturas diferentes? In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. p. 65-80.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006). Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas repensados. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. p. 221-254.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004). *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

MEILLET, A. (1928). *Esquisse pour une histoire de la langue latine*. Paris: Hachette.

MUSSA, Alberto Baeta (1991). *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NARO, Anthony; SCHERRE, Maria Marta (2007). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

NARO, Anthony; SCHERRE, Maria Marta (2003). O conceito de transmissão lingüística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate. In:

RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). *Português brasileiro: contacto lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras. p. 285-302.

NARO, Anthony; SCHERRE, Maria Marta (1993). Sobre as origens do português popular brasileiro. *D.E.L.T.A.*, v. IX, número especial, p. 437-455.

NARO, Anthony (1981). The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*, 37–l, p. 63-98.

RIBEIRO, Ilza (2002). Quais as faces do português culto brasileiro? In: ALKMIN, Tânia Maria. (Org.). *Para a história do português brasileiro. Volume III: novos estudos*. São Paulo: Humanitas. p. 359-381.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (2006). As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. p. 145-161.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (1994). *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.

SAPIR, Edward (1949 [1921]). *Language – an introduction to the study of speech*. New York: Harcourt, Brace & World, Inc.

SCHERRE, Marta (1988). *Reanálise da concordância nominal em português*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2 v.

SILVA NETO, Serafim da (1963 [1951]). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: INL. p. 67-90.

SILVA NETO, Serafim da (1988 [1957]). *História da língua portuguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença.

TARALLO, Fernando (1993). Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 69-105.

TEYSSIER, Paul (1997). *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.

VITRAL, Lorenzo (2001). Língua geral *versus* língua portuguesa: a influência do 'processo civilizatório'. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). *Para a história do português brasileiro, v. II: primeiros estudos*, t. II. São Paulo: Humanitas. p. 305-315.

ENTRE DUAS DIÁSPORAS: O PORTUGUÊS E AS LÍNGUAS AFRICANAS NO BRASIL

Rosa Virgínia MATTOS E SILVA
(UFBA/PROHPOR/CNPQ)
Américo Venâncio Lopes MACHADO FILHO
(UFBA/PROHPOR)

INTRODUÇÃO

> Toda a terceira classe era negra, negra, viscosa e sufocante. Dava a sensação de mina em labuta, com ruído de ascensores, roldanas e longas galerias percorridas por sombras, onde os faróis vermelhos tinham sido substituídos por grandes pupilas de vidro fosco, encastoadas na parede (*Emigrantes*, FERREIRA DE CASTRO, 1949[1928], p. 91).

O olhar de um convés de terceira classe é como o olhar de alguém sobre o tempo passado: um vão absolutamente sombrio. Ferreira de Castro, ao tomar de empréstimo a vida a Manuel da Bouça e ao embarcá-la no ferro flutuante do "fosco" *Darro*, converte, aos poucos, sonho de ouro em distância, vontade em lamento, vida em incógnita, tempo em negrura. Quantos "famintos de pão e de futuro" não tiveram suas almas mordidas pela ambição de não se resignarem de ir, como um ser imolável, "do berço ao túmulo", incondicionalmente. Quantos não tiveram sua "carne humana, exausta, quase morta," devolvida da América à Europa, por "estarem a mais no Mundo", na dimensão do próprio sentimento que o personagem Manuel da Bouça representara.

Assim se fez, certamente, a vida real de muitos portugueses em sua diáspora pela Terra. Entretanto, muitos outros, ao longo dessa longa história de travessias, saborearam, no Brasil, "aqueles frutos de oiro" tão desejados e serviram, ao fim e ao cabo, para formar as bases de uma nação, cujo estandarte maior se tem pronunciado hoje, hegemonicamente, através da língua portuguesa, conquanto tenham podido a distância e a história social dilacerar, como diria Ferreira de Castro em seu romance, a "aspereza máscula do idioma falado na origem".

Se, por alguma razão, pudesse ser máscula a origem de uma língua, o certo é que a língua portuguesa no Brasil desconhece seu gênero. No obliterado trabalho de reconstrução da história lingüística de transplantação e fixação do português

nesse país, muitas facetas se apresentaram em torno de um cenário essencialmente plural, em que a noção de diáspora passa a ser, indissociavelmente, ambivalente e paradoxal, no sentido em que − em função da migração portuguesa, engendrada pela força do desejo e pela livre vontade de homens valerosos e de espírito, como celebraria Camões, − se fomentou outra situação de dispersão humana, desinteressada, de cor negra, emergida do poder da escravidão, a dos

> ancestrais esquecidos por excelência na genealogia das culturas na diáspora do Novo Mundo, pois a magnitude e ubiqüidade de suas contribuições até agora têm sido minimizadas ou negligenciadas a ponto de se tornarem quase invisíveis (VANSINA, 2008, p. 07).

Triste cenário de que se omitirá, aqui, obviamente, o extermínio em massa de milhões de índios de línguas do tronco tupi que se encontravam na costa na época do achamento do Brasil, e que, hoje, aos poucos milhares, se refugiam no Cerrado e na Amazônia.

Constitui-se, pois, objetivo deste trabalho discorrer sobre o perfil, dentro do possível reconstituível, do encontro dessas duas diásporas no Brasil, nomeadamente na perspectiva do contato lingüístico que se operou entre as línguas africanas e a língua portuguesa, na história, e os reflexos que possam ser recorrentemente observáveis, no presente, entre o português brasileiro e as variedades da língua portuguesa no espaço africano, sobretudo em Angola e Moçambique, pelo olhar de quem tem do passado apenas os poucos dados que a escrita pôde deixar de legado.

1 "(...) QUANTO DO TEU SAL / SÃO LÁGRIMAS DE PORTUGAL"

Dom João III, ao promover o início da colonização do Brasil, na década de 30 do século XVI, dispunha − como se sabe −, por herança muito antiga, do conhecimento do grande "proveito" que o regime da escravidão propiciava, já que, segundo Tinhorão (1997, p. 45) "havia desde os meados do século XIV postos de vendas de cativos na Rua Nova de Lisboa". Essa prática do comércio escravo permitiu com que milhões de negros fossem traficados para o Brasil, até a metade do século XIX, constituindo uma expressão demográfica tão significativa − em face da população de origem portuguesa − que chegou a suscitar uma longa e

interminável discussão se não seria o português brasileiro o resultado de um processo prévio de crioulização.

A par dessa hipótese, ecoam ainda as vozes dos que defendem que o formato que o português brasileiro apresenta contemporaneamente seria fruto de uma deriva secular prevista na própria estrutura da língua portuguesa, acelerada pela confluência de motivos sócio-históricos a que se submeteu no Brasil, ou as vozes dos que crêem se tratar do que se convencionou chamar de um processo de transmissão lingüística irregular, que, diferentemente da crioulização, não teria resultado em uma nova entidade lingüística, mas numa variedade da matriz original da língua, de que se afastara em alguns aspectos pontuais.

Sem prejuízo a esses pontos de vista, crê-se que se faz, há muito, necessário proceder ao resgate de uma questão de direito que é a de se dar às línguas africanas um papel de maior destaque na história da constituição do português brasileiro, não unicamente na perspectiva de considerá-las mero elemento de substrato na formação de prováveis crioulos que devem ter de fato setorizadamente existido em algumas regiões do Brasil, mas na dimensão de interferências advindas do contato efetivo e em algum grau prolongado que se deve ter operado entre o português e algumas línguas africanas na história, cujos falantes teriam funcionado como verdadeiros elementos formatadores de uma cultura emergente luso-africana, cristalizada posteriormente como afro-brasileira.

Sabe-se que, embora tenham chegado ao Brasil entre duzentas e trezentas línguas africanas durante todo o período do tráfico, a grande maioria delas, à exceção do hauçá − que só aportou a partir do século XIX e em número reduzido −, pertencia ao tronco Congo-Cordofaniano, a uma única família lingüística, isto é, a Níger-Congo, e, segundo Slenes (2008, p. 196-197), a povos que

> não só eram quase todos do grupo lingüístico banto, mas uma porcentagem substancial falava línguas que não eram mais distantes entre si do que as da família das românicas (...). Com relativamente pouco esforço poderiam se fazer entender (...).

Por ser o mais sensível nível da linguagem ao contato lingüístico, o léxico é sempre nessas situações bastante revelador. Para se ter uma noção mais clara sobre a questão da hegemonia *banto* em face de outros subgrupos lingüísticos que

chegaram ao Brasil, dos 159 itens lexicais registrados como "africanismos" no *Dicionário Aurélio*, por exemplo, 148 são, segundo Petter (2002, p. 137), do quimbundo. Independentemente de se poder atribuir indubitavelmente a essa língua em especial a origem desses elementos lexicais no português brasileiro − haja vista existirem muitos itens cognatos cuja etimologia real se torna difícil de precisar em comparação a outras línguas africanas, como têm apontado Angenot *et al*. (2008), em trabalho recente −, o certo é que o subgrupo banto sempre foi hegemônico no cenário de todas as línguas da África que atravessaram o sal do imenso oceano Atlântico em direção ao Brasil. Mussa (1991, p. 145) acredita que as línguas desse subgrupo representaram 35%, 65%, 64% e 50%, na composição de todas as línguas africanas nesse território, nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, respectivamente.

O prenúncio dessa realidade já se observara em Portugal muito antes do século XVI, que, embora nunca tenha tido, em seu território, durante toda sua história, um contingente tão amplo de africanos como o que conheceu o Brasil, construiu em sua variedade lingüística um inventário de empréstimos lexicais de línguas africanas, em que se evidenciam, ainda hoje, esmagadoramente, os elementos *banto*, pelo menos é o que revelam os dados apresentados por Tinhorão (1997), em sua pesquisa.

Se a influência das línguas desse subgrupo pode ser facilmente recuperada no léxico, no que concerne à morfossintaxe sua avaliação é, ao contrário, muito mais complexa. A falta de um acervo robusto de documentos históricos escritos por africanos ou afro-descendentes tem inviabilizado análises mais precisas sobre esse aspecto. Recentemente, porém, Negrão e Viotti (2008, p. 200), ao analisarem as estratégias de impessoalização no português brasileiro, concluíram que

> [n]a medida em que o quimbundo foi uma das línguas com as quais o português teve um grande contato durante o período de colonização, não podemos deixar de considerar a hipótese de que o contato com povos e línguas africanas tenha tido alguma função nesse processo de distanciamento entre o português brasileiro e as demais línguas românicas, em especial o português europeu.

Inobstante, se, em função desses poucos dados disponíveis, se revela o passado um tanto quanto sombrio, o presente, por seu turno, pode ser de grande

serventia, como o foi para o trabalho antes citado. Aliás, é o presente, segundo a ótica laboviana, como se sabe, a chave para o passado, e vice-versa. E é nesse sentido que a observação do contato que se opera entre a língua portuguesa e as línguas *banto* na África, nos tempos hodiernos, pode ser em algum grau reveladora para uma melhor avaliação da questão. Afinal, para Heywood (2008, p. 104):

> Por causa da superioridade demográfica da população africana e a tendência das culturas banto de se transformarem com o passar do tempo ao absorver elementos de fora, emergiu na colônia uma cultura lusitana, com elementos africanos dominantes em muitas áreas, de que a língua é certamente um grande espelho.

2 O QUE SE VÊ ATRAVÉS DO PRESENTE

Para demonstrar a viabilidade dessa proposição, utilizar-se-ão por base dois trabalhos relativamente recentes, produzidos sobre o continente africano, que procuraram identificar possíveis interferências do quimbundo na língua portuguesa em uso popular, que foram antes mais detidamente observados por Machado Filho (2006), mas que, aqui, serão brevemente resenhados.

Em Angola, a pesquisa de autoria de Amélia Mingas (2000), cuja publicação se intitulou *Interferências do kimbundu no português falado em Lwanda*, leva a autora a sinalizar ocorrências morfossintáticas, em que a esperada concordância interna entre os elementos do sintagma nominal e entre este e o sintagma verbal não se atualiza, a exemplo de construções como *umas caixaø* ou *As lavraø é nosso* (p. 67 e 74), que considera como decorrentes do fato de que, para os falantes do quimbundo, o morfema *-s* de número do português basta ser acrescentado ao determinante, para indicação da pluralização do nome (p. 67). Padrão esse facilmente identificado nas normas vernáculas do português brasileiro atual e bastante estigmatizado socialmente.

Diz ainda a autora, ao se referir a alterações no nível da proposição, que em quimbundo "nunca se diz *tenho fome* ou *tenho um problema* mas *eu estou com fome* (...) *nós estamos com um problema*" (MINGAS, 2000, p. 83), mas uma vez, estrutura perfeitamente análoga ao português brasileiro (PB). Curioso notar que, conquanto não o destaque em seu texto, demonstra, pelos exemplos apontados sobre essa

questão, a forte tendência de preenchimento do pronome-sujeito, que, diferentemente do português europeu contemporâneo – de gramática mais *pro-drop*, se manifesta em Luanda, preferencialmente. No Brasil, esse comportamento morfossintático de preenchimento lexical do sujeito, bastante comum, tem sido tema de diversas pesquisas.

Não obstante apresentar um leque de outras realizações que, segundo sua ótica, refletem um processo de adaptação de "estruturas das línguas bantu ao português" (p. 59) − sobretudo por grande parte da população analfabeta−, chamam a atenção, em especial, as estratégias de cliticização no uso da língua portuguesa em Angola. Sabe-se que a gramática do português europeu opera o clítico na direção da esquerda para a direita, o que possibilita que a Lei Tobler-Mussafia se mantenha produtiva nessa variedade da língua, isto é, a proibição de que um elemento clítico possa ocupar a posição inicial absoluta em uma sentença. Em Angola e no Brasil, entretanto, a cliticização se realiza no sentido inverso, ou seja, da direita para a esquerda, permitindo que construções idênticas a *Lhe vi ontem* sejam perfeitamente gramaticais. Exemplo interessante da preferência à próclise no português brasileiro é o que expressa Nunes (2007, p. 27), em um de seus trabalhos:

> Para mim, foi uma surpresa total descobrir via escrita que a caverna do Ali Babá se chamava *Sésamo* e não *Tisésamo* (...), o sistema proclítico do PB entrou em ação e fez com que o clítico (...) fosse reanalisado como parte da palavra seguinte.

Aliás, não passa despercebido, na frase *Lhe vi ontem*, antes referida, o emprego de vocábulos historicamente considerados dativos servirem de acusativos, ou mesmo se identificarem usos de formas nominativas, em função acusativa, nos dois lados do sul do Atlântico.

Se assim é em Angola e no Brasil, tão diferente não o é em Moçambique. Cuesta (1994), tendo por *corpus* a escrita de um dos maiores escritores contemporâneos de língua portuguesa na África, Mia Couto, enumera diversos pontos conflitantes entre seus usos e o uso que considera canônico para a língua portuguesa. Muitos dos quais apontados por Mingas (2000) para o português angolano, como anteriormente vistos, ou mesmo por Mateus (2006), para quem "a

face exposta da língua portuguesa" há muito permite "detectar as diferenças" entre suas variedades (p.74). São casos recorrentes de variação pronominal, entre *tu* e *você*, próclise em orações principais, dupla negação, "certa anarquia no uso ou omissão de preposições" (CUESTA, 1994, p. 641).

3 POR UMA PAUTA RENOVADA DE INVESTIGAÇÃO

> Manuel da Bouça cirandava de ouvido à escuta de idioma compreensível, em que ele pudesse comparticipar, eliminando o peso que tinha sobre o coração. Mas nada, nada! O raio daqueles fulanos falavam mais arrevesado do que os ingleses das minas de Nogueira de Cravo, e nem a ciganos, nem a homens de ursos e de macacos ele ouvira nunca uma algarraviada assim, que nem parecia de gente. (Castro, 1949[1928], p. 145).

Tem sido assim entre os homens desde que a alegada *panlíngua* se desfez em prol da diversidade, a ponto de despertar preconceito mesmo em quem se pronuncia apenas pela voz grafomecânica de um personagem romanesco. A língua portuguesa tem seguido seus desígnios em cada um dos espaços em que se manifestou na sua história de transplantação, revelando em seu esteio a verve da construção natural da diferença, conquanto se esforcem os homens para cercear essa inevitável dispersão, sob o rótulo de uma pretendida unidade político-econômica.

Entrementes, soam estranhamente uníssonas as vozes do presente no passado. Por coincidência ou não, o português africano e o português brasileiro comungam fenômenos de mudança que precisam ser melhor investigados, nomeadamente em função da presença constante de línguas do subgrupo banto em seu processo histórico de constituição.

É, pois, objetivo deste trabalho fomentar essa discussão, propor uma pauta de pesquisa e prometer algum lugar de destaque à maciça presença da população africana e dos afro-descendentes que perfizeram uma média de mais de 60% da população por todo o período colonial (MATTOS E SILVA, 2004, p. 90).

REFERÊNCIAS

ANGENOT, Jean-Pierre *et al*. *L'etat de la recherché etymologique des bantouismes afro-iberoamericains: bilan, diagnostic et perspectives offertes par le programme Unir-Alcala/AECI*. (inédito).

CASTRO, Ferreira de (1949[1928]). *Emigrantes*. Lisboa: Livraria Editora Guimarães.

CUESTA, Pilar V. (1994). Observações sobre o português de Mocambique. In: LORENZO, Ramón. (Org.). *Actas* do XIX Congresso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas. VI, sección VII. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

HEYWOOD, Linda (2008). De português a africano: a origem centro-africana das culturas atlânticas crioulas no século XVIII. In: HEYWOOD, Linda. (Org.). *Diáspora negra no Brasil*. Trad. de Ingrid Fregonez *et al*. São Paulo: Contexto. p. 101-124.

MACHADO FILHO, Américo (2007). A questão da constituição histórica do português brasileiro: revendo razões. *Biblos*, Coimbra, v. V, p. 187-206.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004). *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

MINGAS, Amélia (2000). *Interferência do kimbundo no português falado em Lwanda.* Porto: Campo das Letras.

NEGRÃO, Esmeralda; VIOTTI, Evani (2008). Estratégias de impessoalização no português brasileiro. In: FIORIN, José; PETTER, Margarida. *África no Brasil: a formação da língua*. São Paulo: Contexto. p. 179-203.

NUNES, Jairo (2007). Triangulismos e a sintaxe do português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba *et al*. (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: Fapesb/Pontes. p. 25-33.

VANSINA, Jan (2008). Prefácio. In: HEYWOOD, Linda. (Org.). *Diáspora negra no Brasil*. Trad. de Ingrid Fregonez *et al*. São Paulo: Contexto. p. 7-9.
SLENES, Robert (2008). A grande greve do crânio do tucuxi: espíritos das águas centro-africanas e identidade escrava no início do século XIX no Rio de Janeiro. In: HEYWOOD, Linda. (Org.). *Diáspora negra no Brasil*. Trad. de Ingrid Fregonez *et al*. São Paulo: Contexto. p. 193-217.

TINHORÃO, José Ramos (1997). *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa.* 2. ed. Lisboa: Caminho.

ARQUIVOS, ACERVOS E A RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Tânia Conceição Freire LOBO
(UFBA/PROHPOR)

INTRODUÇÃO

Em 1985 – no seu ensaio, hoje já clássico, *O português no Brasil*, como reflexo das duas décadas precedentes, marcadas pelo ostracismo da lingüística histórica nas universidades brasileiras –, o filólogo e lexicógrafo Antônio Houaiss afirmava:

> Não preenchemos ainda os requisitos da pesquisa e conhecimento com que se possa elaborar uma história da língua portuguesa no Brasil (...).

E, para a superação do quadro identificado, propunha "quatro vias" de investigação, assim delineadas:

> **1.** a do levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos linguageiros havidos a partir (e mesmo antes, para com os indígenas e negros) dos inícios da colonização, levantamentos já em curso assistemático desde os historiadores dos meados do século XIX para cá; **2.** o mapeamento confiável da dialectologia brasileira a exemplo do que sonhou Antenor Nascentes e realizou parcialmente Nelson Rossi com seus colaboradores – mapeamento do qual, pelas igualdades unitárias e globalizantes, será possível "recapitular" o processo passado que terá gerado o presente descrito por essa dialectologia; **3.** o incremento da dialectologia vertical em tantos quanto possíveis grandes centros urbanos e focos rurais antigos, a fim de se poder ver a interinfluência entre o rural e o urbano na transmissão adquirida e induzida; **4.** a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias, não numa leitura estética, que se vem tentando algo em vão, nem histórico-externa, nem sociológica, nem demográfica, nem demopsicológica, nem antropológica, nem política, mas essencialmente lingüística – que depois será um componente relevante das "histórias" parciais acima aludidas, cuja conjunção nos possa dar uma história – analítica e sintética – de que já nesta altura tanto necessitamos. Tudo isso parecerá algo mítico ou irrelevante para os que – metódica e filosofantemente – acham que só é história o que sobrenada e sobrevive do passado nos presentes. Ainda que fora assim, porém, o "presente" e os "presentes" brasileiros são tão carentes de compreensibilidade e inteligibilidade, que se pode querer penetrá-lo: e a via não é outra, senão a reconstrução dos passados.

As formas de implementação das "quatro vias" propostas, foram, posteriormente, objeto de exaustiva reflexão, como o demonstram, por exemplo, e não por acaso, os textos *Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior*, de Rosa Virgínia Mattos e Silva (1998), e *História social do português brasileiro: perspectivas*, de Jânia Ramos (1998), ambos apresentados e

discutidos no *I Seminário Para a História do Português Brasileiro*, realizado, por iniciativa do Professor Ataliba Teixeira de Castilho, na Universidade de São Paulo, no ano de 1997, cujo resultado mais significativo foi a formulação de um projeto de pesquisa de âmbito nacional, o *Projeto Para a História do Português Brasileiro – PHPB*.

De meados da década de 1980 – quando da publicação de *O português no Brasil* – a meados da década de 1990 – quando da realização do *I Seminário Para a História do Português Brasileiro* –, se é fato que ainda não se tinham preenchido "os requisitos da pesquisa e conhecimento com que se [pudesse] elaborar uma história da língua portuguesa no Brasil", criaram-se, indubitavelmente, as condições para tal: 1) quer através de projetos coletivos de envergadura nacional – dos quais se destacam o *Projeto do Atlas Lingüístico do Brasil – Projeto ALiB* (1996) e o próprio *Projeto Para a História do Português Brasileiro – Projeto PHPB* (1997); 2) quer de projetos coletivos de caráter local – dos quais, no âmbito da Universidade Federal da Bahia, se referem o *Programa para a História da Língua Portuguesa – PROHPOR* (1992) e o *Projeto Vestígios de Dialetos Crioulos em Comunidades Rurais Afro-Brasileiras Isoladas – Projeto Vestígios* (1993-1995); 3) quer, ainda, através do impacto da chamada Sociolingüística Paramétrica, que, a partir do pioneirismo de Fernando Tarallo e Mary Kato, na UNICAMP, desencadeou, de forma sistemática, investigações na esfera da sintaxe diacrônica, rompendo, assim, com uma longa tradição que sempre manifestou pouco interesse pelo estudo da mudança sintática na história da língua portuguesa.

Em 1997, portanto, com equipes regionais sediadas em universidades de sete estados[1], inicia-se o *PHPB*, definindo-se os três seguintes campos como os privilegiados para a atuação dos pesquisadores: a) constituição de *corpora* diacrônicos de documentos de natureza vária, escritos no Brasil, a partir do século XVI; b) estudos de mudanças lingüísticas depreendidas na análise dos *corpora* constituídos e c) reconstrução da história social lingüística do Brasil. Além disso, tornou-se patente a necessidade de superação de uma perspectiva generalizante

[1] Os sete estados iniciais foram Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Posteriormente, também se integrou ao *PHPB* a equipe da Paraíba.

na abordagem da história lingüística brasileira e de investimento nas histórias lingüísticas regionais e mesmo nas micro-histórias lingüísticas, a fim de abarcar aspectos diversos e particulares do multifacetado quadro lingüístico brasileiro, até para que as sínteses generalizantes pudessem, no futuro, ser mais solidamente construídas.

No ano comemorativo da primeira década do *PHPB*, realizou-se, na Universidade Federal de Londrina, o VII Seminário do Projeto, tendo-se decidido, então, pela elaboração de "uma" *História do Português Brasileiro*, com publicação prevista para o ano de 2012. Assim sendo, retorna-se à afirmação de Antônio Houaiss e pergunta-se, então, se, na década compreendida entre 1997 e 2007, afinal, se preencheram, no âmbito do *PHPB*, os requisitos de pesquisa e conhecimento para o cumprimento de uma tal tarefa.

O propósito, a seguir, não é o de responder a essa questão, que, para além de demandar uma apresentação sinóptica dos dez anos de pesquisa e produção bibliográfica do *PHPB*, também demandaria uma reflexão de natureza epistemológica sobre o que significa a reconstrução histórica de uma língua. Contudo, posto o limite de se publicar, no ano de 2012, "uma" *História do Português Brasileiro*, cabe, aqui, refletir sobre a contribuição, até o momento, dada pela equipe baiana de pesquisadores integrados ao *PHPB* e, posteriormente, indicar caminhos que podem ser trilhados no período correspondente ao triênio 2009-2010-2011. Tal reflexão, mais uma vez, não será de caráter abrangente, mas incidirá sobre um aspecto em particular – o trabalho de prospecção de arquivos e acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro.

1 *NO REINO DAS TRAÇAS* OU A EXPLORAÇÃO DOS ARQUIVOS BAIANOS

A segunda metade da década de 1990 inaugura, nos estudos histórico-diacrônicos do português brasileiro, uma fase que se caracterizará pela laboriosa tarefa de construção de uma filologia de textos escritos no Brasil, ponto de partida incontornável para a descrição e análise das mudanças lingüísticas que foram configurando o chamado português brasileiro. A inexistência de uma tradição

filológica relativa ao período compreendido entre o século XVII e o século XIX era, então, observável não apenas no Brasil, mas também em Portugal[2].

O fato de o português brasileiro ter-se formado em contexto de contato lingüístico aumentava a complexidade da tarefa, indicando que a arquitetura de um *corpus* lingüístico ideal deveria abranger não só textos de tipologia diversa, seriados cronologicamente, mas também integrantes de distintos sub-*corpora*, que permitissem conhecer: SUB-*CORPUS* 1: as variedades do português europeu transplantadas no período colonial e pós-colonial para o Brasil; SUB-*CORPUS* 2: as variedades do português falado como segunda língua pelos aloglotas – índios, africanos e imigrantes; SUB-*CORPUS* 3: as variedades do português brasileiro que se foram constituindo e configurando, nos termos propostos por Lucchesi (1994), a polarização e a pluralidade sociolingüística da realidade brasileira contemporânea; tais variedades definem, por um lado, o pólo das *normas cultas* – supostamente mais unitárias e descendentes diretas do português europeu – e, por outro, o pólo das *normas vernáculas ou populares* – supostamente mais diversificadas e descendentes diretas do português falado como segunda língua.

Uma análise da primeira década de exploração de arquivos na Bahia – ou o início do confronto com *o reino das traças* – permite identificar três momentos distintos, que se caracterizarão a seguir.

1.1 **A FASE *INGÊNUA***

Da primeira fase – que se pode definir como *ingênua*, em função de não se dispor de conhecimento prévio sobre os arquivos baianos – quer públicos, quer privados –, sobre os fundos documentais neles preservados e sequer sobre os documentos que deveriam ser disponibilizados a lingüistas interessados na

---

[2] Pela sua eloqüência, retoma-se aqui uma citação de Ivo Castro, extraída de texto datado de 1996 e, em outras ocasiões, já mencionada: “Em relação ao português clássico, em especial dos séculos XVII e XVIII (para não falar do desconhecidíssimo XIX), quem o quiser estudar tem de se resignar a fazer de cabouqueiro, desenterrando penosamente os seus documentos, peneirando os dados, organizando uma taxinomia inexistente e, se ainda tiver coragem e tempo de vida, formulando hipóteses interpretativas que ficarão à espera de um debate crítico só possível se outros investigadores se transviarem pelos mesmos terrenos. Dito de outro modo, tem de começar num ponto do itinerário de pesquisa que se situa muito antes do cais de embarque dos estudiosos que privilegiam outras épocas históricas ou que, pura e simplesmente, privilegiam outras lingüísticas, porventura menos dependentes de *corpora* textuais laboriosamente constituídos.”

reconstrução histórica do processo de formação do português brasileiro –, resultaram as *Cartas baianas setecentistas* (LOBO; FERREIRA; GONÇALVES; OLIVEIRA 2001), que constituem o volume III da *Série Diachronica: Fontes para a História da Língua Portuguesa*, dirigida pelo Prof. Heitor Megale, da Universidade de São Paulo. Correspondem a uma edição semidiplomática de 126 cartas oficiais, preservadas no Arquivo Público do Estado da Bahia e escritas por juízes ordinários ou juízes de instâncias superiores, vinculados a comarcas do Recôncavo da Bahia ou à Comarca dos Ilhéus. Sabendo-se, para o período em que foram escritas tais cartas, que os juízes ordinários eram também conhecidos como juízes da terra, por serem moradores das localidades onde exerciam a sua jurisdição e também que não eram obrigatoriamente formados em leis e, quanto aos juízes de instâncias superiores, que, além de obrigatoriamente formados em leis, eram, em princípio, portugueses (CARRILLO 1997), esboçou-se uma hipótese que se supõe plausível para a caracterização sociolingüística dos *informantes* que integram essa amostra lingüística: a hipótese de que as *Cartas baianas setecentistas* disponibilizam para o público de lingüistas uma amostra do português europeu culto – cartas escritas pelos juízes das instâncias superiores – e uma amostra do português brasileiro provavelmente popular – cartas escritas pelos juízes ordinários.

Todavia, o que, talvez, de mais relevante essas *Cartas* apresentem seja algo com que não se contava à partida, dada a precária catalogação dos textos que insistentemente remanescem no *reino das traças*. Dentre as 126 cartas editadas, uma, proveniente da Comarca dos Ilhéus e localizada por Permínio Ferreira, se destaca por fazer referência explícita a um aspecto relevante da história lingüística do Brasil, contribuindo, assim, para a implementação da primeira das "quatro vias" mencionadas por Houaiss, ou seja, a via do "levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos linguageiros havidos a partir (...) dos inícios da colonização". Nessa carta, datada do ano de 1794, oficiais da Câmara e repúblicos da Vila de Olivença, situada no Sul da Bahia, a 290 quilômetros da Vila de Porto Seguro, requereram a Antônio da Costa Camelo, ouvidor interino da Comarca dos Ilhéus, que provesse Manuel do Carmo de Jesus

no cargo de Diretor de Índios, alegando, como maior razão para tal, "ser [ele] criado naquela vila e saber a língua geral de índios para melhor saber ensinar."

Em texto apresentado no VI Seminário do *PHPB*, realizado na Ilha de Itaparica em 2004, Lobo, Machado Filho e Mattos e Silva discutiram a importância da localização desse documento para a reabertura da discussão sobre a posição hoje hegemônica, defendida por Aryon Dall'Igna Rodrigues (1996; 2006), de que, na área litorânea compreendida entre o Piauí e o Rio de Janeiro, não teria havido condições para a formação de uma língua geral nos termos por ele definidos, segundo os quais a expressão lexicalizada *língua geral* só deveria ser aplicada para denominar duas línguas de base indígena que emergiram entre populações mamelucas das áreas periféricas do Brasil colonial – São Paulo, no Sul, e Maranhão, no Norte. Portanto, como fruto significativo dessa fase *ingênua*, destaca-se o fato de que, assim como já se constatou para Helvécia, no que tange à reconstrução da história do contato entre o português e as línguas africanas, a Vila de Olivença talvez seja a ponta de mais um grande *iceberg* da história lingüística brasileira, o que diz respeito ao papel desempenhado pelas chamadas línguas gerais.

1.2 **A PROFISSIONALIZAÇÃO**

É sobejamente conhecida e citada a afirmação de Labov (1972) de que a lingüística histórica é "a arte de fazer o melhor uso de maus dados". Ainda segundo o mesmo autor (1994:11)[3]:

> Os documentos históricos sobrevivem por acaso, não por desígnio, e a seleção que se pode obter é produto de uma série de acidentes históricos impredizíveis.
>
> As formas lingüísticas em tais documentos são freqüentemente distintas das formas vernaculares dos seus escritores e, por isso, refletem esforços para dominar um dialeto normativo que jamais foi língua de nenhum falante nativo.
>
> Como resultado, muitos documentos estão crivados com os efeitos de hipercorreção, mistura dialetal e erro de escriba.
>
> Além disso, os documentos históricos apenas podem fornecer evidências positivas. Evidências negativas sobre o que é agramatical podem apenas ser inferidas das falhas

[3] Tradução feita pela autora deste texto.

óbvias na distribuição, e, quando os materiais remanescentes são fragmentários, essas falhas são muito provavelmente resultado do acaso.

Geralmente, sabe-se muito pouco sobre a posição social dos escritores e não muito mais sobre a estrutura social da comunidade.

Embora se saiba o que foi escrito, não se sabe nada sobre o que foi entendido e não há como realizar experimentos controlados sobre compreensão inter-dialetal.

O conhecimento do que era distintivo e do que não era é severamente limitado, uma vez que não se pode usar a intuição dos falantes nativos para diferenciar variantes não-distintivas de variantes distintivas.

O que desponta do conjunto de afirmações acima – em que os dados históricos são caracterizados como pobres em face dos dados sincrônicos de fala – é não só a idéia de que a lingüística deve ocupar-se primordialmente da fala, concebida como a manifestação, por excelência, da linguagem, como também a idéia de que, ao analisar a fala, o lingüista estaria acedendo, de forma mais direta, ao vernáculo. Sem dúvida, a uma tal visão, pode-se contrapor a idéia de que a escrita é, por si mesma, válida como objeto de investigação lingüística, e não apenas como meio de acesso à fala. Tal idéia, por outro lado, também não invalida quaisquer tentativas de aproximação da fala através dos textos escritos remanescentes. Afinal, aquilo a que aspiram os historiadores das línguas é, em última instância, fazer a escrita "falar".

Se ao lingüista – ou melhor, ao sociolingüista – interessa o conhecimento do vernáculo, o problema dos "filtros" aos quais os dados serão submetidos para se atingir este fim não se coloca exclusivamente na análise da escrita, mas coloca-se também na análise da fala, conforme já o demonstrou toda a discussão travada acerca do chamado *paradoxo do observador*. Se ao lingüista historiador da língua compete desenvolver métodos que permitam "limpar" os textos de problemas tais como hipercorreção, mistura dialetal e erros de escriba, também compete ao lingüista que analisa dados sincrônicos contemporâneos de fala lidar com hipercorreção, mistura dialetal e acidentes de *performance*. Portanto, o vernáculo *é* uma construção e a questão de saber que artifícios metodológicos devem ser utilizados para se chegar ao seu conhecimento se coloca tanto para o historiador

da língua, quanto para o lingüista interessado em analisar dados sincrônicos de fala.

Particularmente, um dos aspectos apontados por Labov, e anteriormente destacado em negrito, se tentou enfrentar nesta que está sendo considerada a fase de *profissionalização* da tarefa de construção de *corpora*. A edição de textos para integrar uma amostra lingüística de qualquer sincronia do passado não pode estar circunscrita aos limites da crítica textual *stricto sensu*, exigindo do lingüista-filólogo a reconstrução da estrutura social da comunidade "de fala" e a identificação da posição social dos que escreveram no passado. Em outros termos, não bastava editar textos escritos no Brasil e, desavisadamente, tomá-los como representativos de um português brasileiro, já que, no Brasil do passado, a pena esteve nas mãos de portugueses, "brancos" brasileiros[4], africanos, índios e imigrantes – todos, com maior ou menor perícia, escrevendo em português. Dentre as diversas questões a enfrentar, uma sobressaía-se: era preciso identificar, o mais precisamente possível, "quem" escreveu.

Em tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo, em 2001, intitulada *Para uma sociolingüística histórica do português no Brasil*, Lobo (2001) apresenta uma edição semidiplomática de 158 cartas particulares escritas no Recôncavo da Bahia no século XIX e preservadas no Arquivo do Convento de Santa Clara do Desterro, primeiro convento feminino brasileiro, fundado em Salvador, em 1677. Diferentemente dos arquivos públicos, os arquivos de instituições privadas têm a seu favor o fato de guardarem documentos que atestam a história da própria instituição em que se encontram. Além disso, em muitos casos, acontece de a história da instituição já ter sido investigada por historiadores, o que, na maior parte das vezes, coloca à disposição do lingüista-filólogo bibliografia de valor inestimável para a reconstrução da história do que talvez se possa chamar de micro-comunidades lingüísticas. No caso em questão, o trabalho de Anna Amélia Vieira Nascimento (1994), intitulado *Patriarcado e religião:*

---

[4] Darcy Ribeiro (1995) refere-se aos *brancos* nascidos no Brasil, utilizando sempre aspas, para indicar a sua origem desde sempre mestiça: até o século XVIII, seriam maioritariamente mamelucos e, a partir do século XIX, predominantemente pardos ou mulatos.

as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia, 1677-1890, foi fundamental, embora, para os fins da pesquisa em questão, ainda insuficiente.

Um périplo pelos arquivos baianos[5], irrealizável não fosse a colaboração incansável da historiadora baiana Déborah Kelmann, levou, através de um vasto conjunto de fontes primárias auxiliares – tais como registros de óbito, registros de enterramento, índices de sepulturas, testamentos e inventários, registro de matrícula de comerciantes no Tribunal do Comércio, registro de irmãos da Venerável Ordem Terceira Secular de São Francisco, registro de irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, livro de notas de entrada das noviças do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, processos *de Genere*, auto de qualificação de homicídio, termos de apresentação de estrangeiros etc – à identificação dos remetentes responsáveis pela escrita de 123 das 158 cartas editadas, demonstrando, assim, a possibilidade de uma reconstrução bastante aproximada "posição social dos escritores" e da "estrutura social da comunidade".

As duas conclusões fundamentais a que a esse respeito se chegou foram, portanto, as seguintes:

1. A da necessidade do diálogo do lingüista-filólogo com os historiadores da cultura escrita, que, segundo o paleógrafo italiano Armando Petrucci (2003:7-8), se ocupam

> de la historia de la producción, de las características formales y de los usos sociales de la escritura y de los testimonios escritos em uma sociedad determinada,

devendo, para tal, enfrentar as seguintes questões:

> *Qué*? En qué consiste el texto escrito, qué hace falta transferir al código gráfico habitual para nosotros, mediante la doble operación de lectura y transcripción.
> *Cuándo*? Época em que el texto en sí fue escrito en el testimonio que estamos estudiando.
> *Dónde*? Zona o lugar em que se llevó a cabo la obra de transcripción.
> *Cómo*? Com qué técnicas, com qué instrumentos, sobre qué materiales, según qué modelos fue escrito ese texto.

[5] Além do próprio Arquivo do Convento de Santa Clara do Desterro, o Arquivo Público do Estado da Bahia, o Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador, o Arquivo de Santa Casa da Misericórdia da Bahia, o Arquivo Novo do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, o Arquivo da Venerável Ordem Terceira Secular de São Francisco e, finalmente, o Memorial da Medicina Brasileira.

> *Quién lo realizo*? A qué ambiente sociocultural pertenecía el ejecutor y cuál era en su tiempo y ambiente la difusión social de la escritura.
> *Para qué fue escrito ese texto?* Cuál era la finalidad específica de ese testimonio en particular y, además, cuál podia ser en su época y en su lugar de producción la finalidad ideológica y social de escribir.

2. A de que o fato de o método de trabalho do historiador das línguas ser, muitas vezes, *indiciário*[6] não o coloca em posição de subalternidade em face do lingüista que se dedica à análise da fala.

1.3 **OS PROFISSIONAIS**

Finalmente, chega-se a uma fase em que, dado o grau de maturidade alcançada no diálogo com fontes sócio-históricas secundárias e no rastreamente de fontes primárias as mais diversas, com o propósito de fazer cada texto editado "falar", despontam os profissionais.

Textos escritos por africanos a afro-descendentes na Bahia do século XIX: fontes do nosso latim vulgar?, de 2003, e *Negros e escrita na Bahia do século XIX* , de 2006, são, respectivamente, a dissertação de Mestrado e a tese de Doutorado de Klebson Oliveira, trabalhos monumentais e imprescindíveis para a escrita da história lingüística de africanos e afro-descendentes, o mais expressivo segmento constitutivo da população brasileira e, conforme proposto por Mattos e Silva (2001), responsável pela "formatação" e pela "difusão" generalizada da variante lingüística maioritariamente falada no Brasil, o chamado *português popular brasileiro*. Além disso, ambos os trabalhos conduziram à abertura de um campo de estudos ainda quase por explorar na história da penetração da língua escrita no Brasil: o da análise das práticas de leitura e escrita entre indivíduos integrantes de grupos sociais subalternos, nomeadamente escravos e ex-escravos[7].

---

[6] A propósito do chamado *paradigma indiciário*, veja-se Guinsburg (1989).
[7] A esse respeito, vejam-se, por exemplo, Oliveira (2004) e Lobo e Oliveira (2007).

Ata redigida pelo africano Manuel da Conceição (02/05/1841)
Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos

Carta de José da Silva Lisboa
Bacharel em Leis e Direito Canônico e em Matemática (Universidade de Coimbra)
Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Carta 4

AIGHBA. Ant. pasta 37. Documento contendo um fólio. Papel almaço amarelado sem pautas protegido por papel manteiga. Carimbo do IGHB com anotação, em tinta, na margem superior esquerda, "N 140".

Ill*ustrissi*mo S*enh*or Manoel Ignacio da Cunha e Menezes|

Rio 9 de Julho de 1810.|

O portador desta Jozé Joaquim da Costa he| o Procurador a quem confiei p*ar*a maior se-|gurança a demanda deV*ossa* S*enhori*a com o Sanches:| elle informará sobre o estado em que| se acha. Nenhuma esperança tenho de| melhoramento, quando Medico decide causa| de companheiro. Não lho fiz gratifi|cação: porque ora parte p*ar*a a B*ahi*a, onde| espero que V*ossa*S*enhori*a o remunere como merece,| pois nesta terra de calmas e lamas, todo| o serviço he penoso.|
Meu p*rimo* agora parte outra vez pa*ra* a| Comarca dos Ilheos. Desejo que elle possa| prestar á V*ossa* S*enhori*a algum obseq*ui*o|
Sobre a pretenção de V*ossa* S*enhori*a no pôsto, já| escrevi que o S*enh*or Conde de Taparica não| se interessava nisso com o Ministro da| Repartição, porque lhe parece fora da| ordem, e receou comprometter o seu de-|coro com a negativa. Ainda que receba| muito favor do d*it*o Ministro, jamais o incomo-|do em causa de seu Ministerio.|
Aqui fico ao dispor deV*ossa* S*enhori*a a Sua Comadre| e m*inh*as *filh*as se recomendao á sua bon*da*de|

De V*ossa* S*enhori*a|

A*migo* doC*oraç*ao eOb*rigado* C*riado*|

Jozé da Silva Lisboa.|

Carta de Tiburtino Pereira de Mattos.
Vaqueiro da Fazenda Lagoa do Braz, propriedade do Barão de Jeremoabo - Tucano, Bahia (2).
Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Carta 491

ABJ. P19D57-0935. Documento contendo três fólios. Papel almaço com pautas. Fita adesiva na margem esquerda do primeiro fólio. Falta a parte inferior do terceiro fólio. Há notas do barão de Jeremoabo na margem superior: "Tiburtino" | "Rec*ebida* a 22 do m*e*smo Resp*ondida* a 30 Ag*os*to (2) 22 Abril" |

Lagôa do Bras 10 de Julho |
de 1890 |[1] Meu Ammo e amigo |

Grande praser terei si esta | for em contrar V*ossa* S*enhori*a gosando | perfeita Saude junto a Ex*celentissi*ma | fami*li*a aq*ue*m nos visitamos | Agora é me é possivel com | monicar a V*ossa* S*enhori*a o prejuizo q*ue* | tevi nesta Fazenda., Com cer | teza 10 vacas p*ore*m faltão trez | que não aparessem julgo q*ue* não | são vivas morreu uma novilha | de 6., i ꞵ [...][2] na noite de 8 ta*m*b*e*m | morreu um boi crêio q*ue* ao tudo | 18 cabesças, o Toro de costa está | vivo já tirando 6lg um biserro |
Não a valiei pugar este anno | um 20 bizerros por cazo da g*r*and*e* | sêca p*ore*m já assignei 40 é talvez |

[1] Rasurado pelo remetente "1880" por "1890".

[2] Símbolo de uma marca de ferra para animais gado, um "ꞵ" de Barão com o traçado na esquerda da letra terminando com um "x".

A tese de Doutorado de Oliveira apresenta, em edição semidiplomática, 290 textos, sobretudo atas de reuniões da Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), irmandade negra, fundada em Salvador tardiamente no ano de 1832. O primeiro conjunto de atas editadas, escrito por africanos, e o segundo, escrito por negros nascidos no Brasil, revelam desde mãos com competência gráfica elementar ou de base a mãos *in pura*, expressões propostas por Armando Petrucci (1978) para a caracterizar fisicamente modos variáveis de execução caligráfica de um texto. Um projeto coletivo, coordenado por Klebson Oliveira e Tânia Lobo (2006-2008), congrega, atualmente, pesquisadores já em fase de conclusão de uma análise de aspectos morfossintáticos das atas escritas por africanos. Prevê-se para 2009 a publicação de um livro com o conjunto dos trabalhos indicados a seguir: Concordância nominal (Klebson Oliveira e Juliana Soledade); Concordância verbal (Alan Baxter); Ordem de clíticos (Charlotte Galves e Tânia Lobo); Realização do clítico *se* (Regina Bittencourt); Tópico (Edivalda Araújo); Sujeito (Zenaide Carneiro e Norma Almeida); Objeto direto (Maria Cristina Figueiredo); Objeto indireto (Rêrisson Cavalcante); Orações relativas (Ilza Maria Ribeiro); Estruturas com *ter* e *haver* (Américo Machado Filho e Rosa Virgínia Mattos e Silva); Gramaticalização de conjunções (Therezinha Maria de Mello Barreto).

Do ano de 2005 é a tese de Doutorado de Zenaide de Oliveira Novais Carneiro – *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo lingüístico-filológico*. As 500 cartas aí editadas semidiplomaticamente encontram-se no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e dividem-se em duas amostras: a) cartas escritas por brasileiros cultos nascidos entre fins do século XIX e brasileiros cultos nascidos até o terceiro quartel do século XIX e b) cartas escritas por brasileiros semi-cultos e não-cultos nascidos/radicados no interior da Bahia no século XIX. Se, com a edição das atas da SPD, se desvela a escrita das gentes ditas não visíveis da sociedade baiana oitocentista, com as *Cartas brasileiras*, vem à luz, na primeira amostra, a escrita dos brasileiros ilustres. Assim, no que respeita à Bahia oitocentista, as teses de Oliveira (2006) e Carneiro (2005) disponibilizam, para o público de lingüistas, edições de textos que revelam a escrita e – quiçá muitos

aspectos da fala – de indivíduos integrantes de estratos que se situam nos pontos opostos da escala social.

Atualmente, estão prestes a ser concluídas duas dissertações de Mestrado, a de Luís Henrique Alves Gomes – *Indícios do português rural no Recôncavo Baiano no limiar do século XX: Bertalumeu e Prexede em A Foia dos Rocero* – e a de Ana Sartori Gandra – *Escolarização, letramento e escrita epistolar* –, ambas dando continuidade, a uma tradição, que, após uma década, já se julga sedimentada. Na primeira, faz-se a edição de uma coluna dominical do periódico baiano *A Foia dos Rocero*, cujos exemplares se encontram no arquivo da Associação Baiana de Imprensa; trata-se da coluna *Bertalumeu e Prexede*, que, supostamente, estaria reproduzindo o diálogo de dois matutos sobre a cidade do Salvador no ano de 1900. Na segunda, editam-se dois conjuntos de cartas: a) cartas particulares, trocadas, durante o período de namoro, pelo casal Otto e Renée Soledade, escritas na Bahia, principalmente nos anos de 1948, 1949 e 1950 [8] ; b) cartas particulares, trocadas, durante o período de namoro, pelo casal Carlos e Iracema Freire, também escritas na Bahia, nas décadas de 30 e 40 do século XX. Destaca-se, finalmente, que as edições dos *corpora* lingüísticos apresentados nessas duas dissertações farão uso de tecnologias eletrônicas de edição de textos, inaugurando, assim, uma parceria entre o grupo de pesquisadores do *PHPB*-Bahia e o grupo do *Projeto* Corpus *Histórico do Português Tycho Brahe*, coordenado pela Profa. Dra. Charlotte Galves (UNICAMP).

[8] Integram o acervo pessoal de Juliana Soledade, neta do casal.

Vila da Cana Verde, Friguizia de Noça Sinhora do O'

FOIA DOS ROCÈRO

Orgo uficiá da roça e do partido do disingrossa

Iscrevedou Propriataro.—*Coroné Zé Perèra Capa Bode.*
Arrepresentante da vara seo fio—*Janjão Capa Bode.*

Caçadou das notiça de fora—*Capitão Mané Priquito.*
Ledou de Gazeta—*Mané Caipora.*

Anno I — 4.ª Duminga do meis de Março de 1900 — Num. 17

FOIA DOS ROCÉRO

O traviá desta foia

1.º—A trogafia é cumo se parnunceia.
2.º—Falou im mulequêra, barro fora.
3.º—Arrispitivo pulitica nada cum Deus.
4.º—Foi ingroceiro cae no Imbirreiro.

Taco dos interece

Quem quizé picuhi "*A Foia dos Rocèro*" topa dento da Capitá d'esta Pruvinça, na rua do Cumerço numbro 1.—2.º andame, pra onde deve adirigi quem quizé quorque negoço qui será sirvido im graça de Deus Nô Sinhou. Amem.

Sinatura por meis pra fora 15 pataca e 2 toes.
Sinatura pur um anno 25 pataca.

CARA

...cumparando má, paresse todo cum Seu Antonho Cuncieiro, se elle vistisse o chambre azú era tal e quá; vehinho, mal'encarado, baiba arva e toda faiada e oio de animá manhoso.

CABEÇA

...cabelles arve, tem caspa na cabeça cumo farinha, tem uá meia crôa e arrispitivo intellijara diz o povaião é um *aborto*.

ROUPA

Anda im caza vistido a moda lá de S. Fancisco, quondo sahe e de chapeo molle deste de chapá caju; carça branca já um tanto vêia qui chega ter uãs baibinha pur a bainha; palitou rasgado atrais, mais porem já um tento russiano; anda sempe de dento de carro e em bando de muricego amontado atrais.

POUDRES E SÃOS

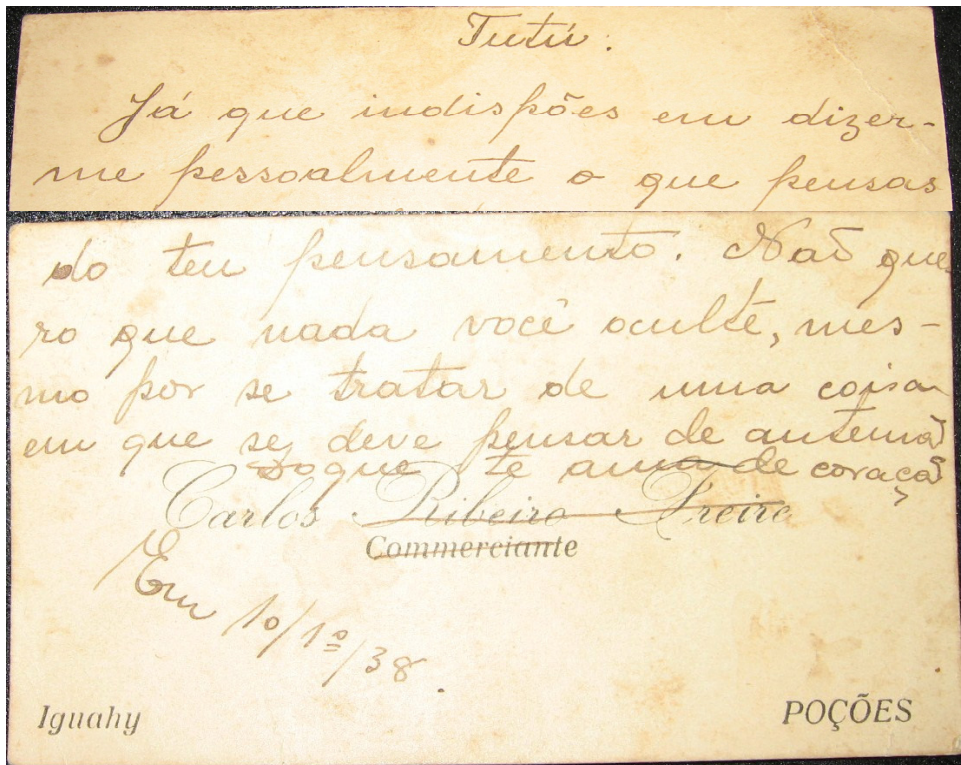
Sirviço isperçiá DA FOIA DOS ROCERO

Notiças qui veio par arame arenquneira.

Sinhou dos Afritos 25—3—900
Seu Zé Si não feche.
Tomo suas orde pra jurá qui seu Novaes perdeu friguizia Afrito. Maioria votaria foi voince.

Os muricego inleiton

Munburos 25—3—900
Seu Coroné Zé Perera
Arrispitivo limpeza poiqueira ca-

Jornal ***Foia dos Rocero*** **– 1900**
Acervo da Associação Baiana de Imprensa

Bilhete de Carlos Freire a Iracema Chéquer – 01/10/1938
Acervo pessoal de Tânia Conceição Freire Lobo, neta do casal.

Tomando de empréstimo a formulação de Pero de Magalhães de Gândavo, o que, fundamentalmente, se pode concluir dessa análise da primeira década de exploração de arquivos e acervos pelos pesquisadores baianos integrados ao *PHPB* é que, em um período relativamente curto, se constituiu um "saber só d'experiências feito", que permitirá, como se pôde demonstrar, promover uma escrita renovada de aspectos significativos da história lingüística do Brasil.

2 UM NOVO DESAFIO OU A EXPLORAÇÃO DE ACERVOS BRASILEIROS EM ARQUIVOS D'ALÉM MAR

Por Protocolo assinado entre autoridades portuguesas e brasileiras no ano de 1995, criou-se a Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO), em cujo âmbito se inserem o *Projeto Resgate Barão do Rio Branco* e o *Projeto Reencontro*.

Coordenado pelo Ministério da Cultura do Brasil, através da sua Assessoria Especial, o *Projeto Resgate Barão do Rio Branco* tem como objetivo "resgatar as fontes histórico-documentais existentes nos arquivos e bibliotecas brasileiras e nos países que, de algum modo partilharam uma história comum [com o Brasil]. Esses países são essencialmente Espanha, França, Holanda, Itália, Grã-Bretanha e, muito particularmente, Portugal". O *Projeto Reencontro*, coordenado pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, através do Centro de Estudos Damião de Góis, tem objetivos similares, visando à "organização e microfilmagem da documentação com interesse para Portugal, existente nos arquivos e bibliotecas brasileiras".

No mesmo ano de 1995, o *Projeto Resgate* dá início aos trabalhos, instalando-se, em Portugal, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), cujo acervo revela cinco séculos da presença portuguesa no mundo e cobre as seguintes áreas: Reino/Continente (1445-1975); Cabo Verde (1602-1975), Guiné (1614-1975), São Tomé e Príncipe (1538-1975), Angola (1610-1975), Moçambique (1608-1975), Índia (1509-1961), Macau (1603-1975), Timor (1642-1975), Madeira (1513-1834), Açores (1607-1834), Norte da África (1596-1832), Brasil (1548 e 1825), Paraguai (1618-1823), Uruguai (1737-1829) e Argentina (1778-1825).

Trata-se do arquivo que concentra o maior acervo documental relativo ao Brasil colonial fora do território brasileiro [9], podendo a sua monumentalidade ser avaliada a partir do saldo do trabalho empreendido pelo *Projeto Resgate* de organização, catalogação e microfilmagem de avulsos, códices, coleções de cartografia e iconografia: são cerca de 3.000 rolos de microfilmes, 1.000 diapositivos fotográficos, 500 CDs e, ainda, a edição em papel, dos catálogos e índices concernentes a essa documentação. Destaca-se, também, o fato de ser bastante diversa a temática por ela abrangida:

> legislação para a administração de territórios; levantamento geográficos, topográficos e outros; colonização, povoamento e concessão de terrenos; progresso científico; demarcação de fronteiras; defesa dos territórios; construção de obras públicas, religiosas e civis; exploração de recursos naturais e explorações agrícolas; exposições coloniais; explorações marítimas e terrestres e missões científicas; ensino e evangelização; saúde e saneamento; relações de guerra; relações diplomáticas e

[9] Destaque feito pela autora deste texto.

> consulares; aspectos etnográficos com informações sobre preciosas sobre a terra e os naturais, os seus usos e costumes. A documentação relativa ao Brasil ali preservada relaciona-se com a administração colonial nos mais variados aspectos. (PROJECTO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO: CATÁLOGO DOS CÓDICES... p. 7)

Está-se, portanto, aqui, diante de um novo desafio: o da exploração de acervos brasileiros em arquivos d'além mar. Se, nos arquivos baianos, e se supõe ser esta a regra no país, o que dificulta sobremaneira o trabalho é a quase completa falta de uma catalogação consistente dos fundos documentais, no caso do AHU, uma catalogação exaustiva e já acessível em CD a qualquer interessado cria a perplexidade da pergunta: por onde começar?

A resposta a essa questão define o primeiro e mais geral objetivo de um novo projeto de investigação *Reconstruindo a história da penetração das populações indígenas brasileiras no mundo da cultura escrita (1759 a 1834)* (LOBO, 2009), a ser desenvolvido no triênio 2009-2010-2011: produzir um *Catálogo de documentos para a reconstrução da história lingüística do Brasil colonial*. A exploração do arquivo visando a esse fim iniciou-se de 2008, com a orientação do trabalho de Iniciação Científica do estudante de graduação Wagner Carvalho de Argolo Nobre, que se dedica, já agora como estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia, à leitura das mais de 3.000 páginas do catálogo de documentos avulsos relativos à Bahia. O *Catálogo de documentos para a reconstrução da história lingüística do Brasil colonial* deverá disponibilizar para a comunidade acadêmica dois conjuntos de fontes: I. *Fontes para a sócio-história lingüística do Brasil colonial* e II. *Fontes para a reconstrução histórica do português brasileiro no período colonial*. No triênio 2009-2010-2011, visa-se à elaboração da Parte I do referido catálogo.

A prospecção que, no momento leva a cabo Wagner Carvalho de Argolo Nobre, apontou, para a Bahia, dentre outras fontes relevante, a que, a seguir, se destaca:

1758, Dezembro, 9, Bahia
CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre os requerimentos dos índios moradores da vila da Nova Abrantes, solicitando professores, ajuda de custo para vestuário, funcionários administrativos e judiciários, reformas de antigos prédios jesuíticos etc.
Anexo: consulta (2ª via)
AHU Baía, cx. 146, doc. 40; cx. 147, doc. 85
AHU ACL CU 005. cx. 138, d. 106.675

Vila da Nova Abrantes, Recôncavo da Bahia, 1758: requerimentos de índios, solicitando professores, reformas de antigos prédios jesuíticos. Vila de Olivença, Sul da Bahia, 1794: requerimento para prover Manuel do Carmo de Jesus no cargo de Diretor de Índios, por "ser [ele] criado naquela vila e saber a língua geral de índios para melhor saber ensinar" (cf. item. 2.1.). Pontas de um mesmo *iceberg*? Provavelmente, o que remete para o segundo objetivo do referido projeto, que é, também, parte integrante do objetivo mais geral: levantamento de *Fontes para a reconstrução da história da penetração das populações indígenas brasileiras no mundo da cultura escrita no período colonial*, buscando, assim, contribuir para a implementação de mais uma importante linha de investigação no emaranhado que é a história lingüística do Brasil.

PALAVRAS FINAIS

Este texto teve um duplo propósito. Em primeiro lugar, refletir sobre qual seria a arquitetura ideal de um *corpus* lingüístico para a reconstrução do processo histórico de formação do português brasileiro. Em segundo lugar, fazer uma apreciação crítica sobre a contribuição da equipe baiana de pesquisadores integrados ao *PHPB* para a constituição de tal *corpus*, destacando dois aspectos fundamentais: a) a pesquisa histórica para a identificação da posição social de quem escreveu no passado, bem como para a caracterização da estrutura social da comunidade; b) a análise das edições já feitas e das que estão sendo elaboradas, identificando, a partir delas, pontos que poderão conduzir a uma escrita renovada da história lingüística do Brasil e, particularmente, da Bahia.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Tereza Fachada Levy (2004). As aulas régias no Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria. (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais (2005). *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo lingüístico-filológico*. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas, Campinas. 2 v.

CARRILLO, Carlos Alberto (1997). *Memória da justiça brasileira*, v. II. Salvador: Tribunal de Justiça, Gerência de Impressão.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2003). Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 5, jan./jul., Autores Associados, p. 93-124.

CASTRO, Ivo (1996). Para uma história do português clássico. In: DUARTE, Inês; LEIRIA, Isabel. (Orgs.). *Actas* do Congresso Internacional sobre o Português. Lisboa: Colibri.

FLEXOR, Maria Helena (2001). Aprender a ler, escrever e contar no Brasil do século XVIII. *Revista de Filologia e Lingüística Portuguesa*, n. 4, p. 97-157.

FREIRE, Ana Maria Araújo (1993). *Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas, Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos*. 2. ed. São Paulo: Cortez.

GUINSBURG, Carlo (1989). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *MITOS, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 143-149.

HOUAISS, Antônio (1985). *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE.

LABOV, William (1972). *Sociolinguistics patterns*. Oxford: Blackwell.

LABOV, William (1995). *Principles of historical linguistics: internal factors*. Oxford/Cambridge: Blackwell.

LIENHARD, Martin (1991). *La luz y su huella: escritura y conflito étnico-social em América Latina, 1492-1988*. New Hampshire: Ediciones del Norte.

LOBO, Tânia Conceição Freire (Coord.); FERREIRA, Permínio; GONÇALVES, Uílton & OLIVEIRA, Klebson (2001). *Cartas baianas setecentistas*. São Paulo: Humanitas/FAPESP.

LOBO, Tânia Conceição Freire (2001). *Para uma sociolingüística histórica do português no Brasil: edição filológica e análise lingüística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo. 4 v.

LOBO, Tânia Conceição Freire; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006). Indícios de língua geral no Sul da Bahia na segunda metade do século XVIII. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide & ALMEIDA, Norma. (Orgs.). *Para a história do português brasileiro. Volume VI: novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA/FAPESB. p. 609-630.

LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson (2007). Escrita liberta: letramento de negros na Bahia do século XIX. In: CASTILHO, Ataliba T. de; MORAIS, Maria Aparecida Torres; LOPES, Ruth E. Vasconcellos & CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo/Campinas: FAPESP/Pontes. p. 437-460.

LUCCHESI, Dante (1994). Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português no Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n. 12, p. 17-28.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004). A generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. In: *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola. p. 91-108.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1998). Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Para a história do português brasileiro. Volume I: primeiras idéias*. São Paulo: Humanitas. p. 21-52.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2002). Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, Tânia. (Org.). *Para a história do português brasileiro. Volume III: novos estudos*. São Paulo: Humanitas. p. 443-464.

MUSSA, Alberto (1991). *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira (1994). *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia, 1677-1890*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura.

OLIVEIRA, Klebson (2003). *Textos escritos por africanos a afro-descendentes na Bahia do século XIX: fontes do nosso latim vulgar?* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 3 v.

OLIVEIRA, Klebson (2004). E agora, com a escrita, os escravos! In: COSTA, Sônia Borba Bastos; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA. p. 139-162.

OLIVEIRA, Klebson (2006). *Negros e escrita na Bahia do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 4 v.

PETRUCCI, Armando (2003). *La ciência de la escritura: primera lección de paleografia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina.

PETRUCCI, Armando (1978). Scrittura, alfabetismo ed educazione gráfica nella Roma del primo cinquecento. Da um libretto di conti di Maddalena Pizzicarola in Trastevere. *Scrittura e Civilitá*, n. 3, p. 163-207.

PROJECTO resgate Barão do Rio Branco Catálogo dos códices do fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (2000). Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical, Arquivo Histórico Ultramarino.

RAMOS, Jânia (1998). História social do português brasileiro: perspectivas. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Para a história do português brasileiro. Volume I: primeiras idéias*. São Paulo: Humanitas. p. 153-167.

RIBEIRO, Darcy (1995). *O povo brasileiro*: *a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

RODRIGUES, Aryon Dall´Igna (1996). As línguas gerais sul-americanas. *Papia, Revista de Crioulos de Base Ibérica*, v. IV, n. 2, p. 6-18.

RODRIGUES, Aryon Dall´Igna (2006). As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia. p. 143-161.

SOBRE OS AUTORES

Rosa Virgínia Mattos e Silva
Professora Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia

Antonia Vieira dos Santos
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia

Aurelina Ariadne Domingues Almeida
Professor Adjunto I de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia

Juliana Soledade Coelho Barbosa
Professor Adjunto I de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia

Sônia Bastos Borba Costa
Professor Associado I de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia

Maria da Conceição Hélio Silva
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia

Mariana de Oliveira
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia

Klebson Oliveira
Pós-doutorando do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia – CAPES

Emília Helena Portella Monteiro de Souza
Professor Adjunto II de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia

Therezinha Maria Mello Barreto
Professor Adjunto I de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia

Regina Lúcia Bittencourt
Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia

Hirão Fernandes Cunha e Souza
Mestrando do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia

Luís Gomes
Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia

Ricardo Nascimento Abreu
Doutorando do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia / Professor de Linguística da Universidade Tiradentes

Lucas Campos
Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Alex Batista Lins
Doutorando do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia

Américo Venâncio Lopes Machado Filho
Professor Adjunto III de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia

Tânia Conceição Freire Lobo
Professor Adjunto I de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia